



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

RIO DE JANEIRO
2016

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições: da Resolução TCU nº 234/2010, de 1º de setembro de 2010 (alterada pela resolução TCU nº 244/2011); da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 de 1º de setembro de 2010 (alterada pela Instrução Normativa TCU nº 72/2013); da Decisão Normativa TCU nº 146/2015, de 30 de setembro de 2015, da Decisão Normativa TCU nº 147/2015, de 11 de novembro de 2015; da Portaria TCU nº 321/2015, de 30 de novembro de 2015; e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 522, de 4 de março de 2015).

Superintendência de Estratégia e Sustentabilidade
Coordenação de Informações Corporativas
Rio de Janeiro
2016

1	SUMÁRIO	2
1.4	Lista de Quadros	4
2	APRESENTAÇÃO.....	5
3	VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	13
3.2	Finalidade e competências	13
3.3	Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade	14
3.5	Ambiente de atuação	16
3.6	Organograma	24
3.7	Macroprocessos finalísticos.....	36
3.8	Composição acionária do capital social.....	39
3.9	Participação em outras sociedades	40
3.10	Principais eventos societários ocorridos no exercício	41
4	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	44
4.1	Planejamento organizacional.....	44
4.1.2	Descrição sintética dos objetivos do exercício	45
4.1.3	Estágio de implementação do planejamento estratégico	48
4.1.4	Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	49
4.3	Desempenho orçamentário	49
4.3.8	Informações sobre a realização das receitas	49
4.3.9	Informações sobre a execução das despesas.....	51
4.4	Desempenho operacional.....	87
4.14	Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	92
5	GOVERNANÇA	95
5.1	Descrição das estruturas de governança	95
5.2	Informações sobre os dirigentes e colegiados	103
5.4	Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico	108
5.7	Atuação da unidade de auditoria interna	109
5.8	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	132
5.9	Gestão de riscos e controles internos.....	132
5.10	Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados.....	135
5.11	Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	137
5.14	Participação acionária de membros de colegiados da entidade.....	137
6	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	139
6.1	Canais de acesso do cidadão.....	139
6.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	141
6.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	142
7	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	143
7.1	Desempenho financeiro do exercício	143
7.4	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	149

7.12 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas.....	165
8 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	166
8.1 Gestão de pessoas	166
8.1.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	166
8.1.1.2 Informações específicas sobre a estrutura de pessoal.....	166
8.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	176
8.1.3 Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal.....	177
8.1.8 Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas	182
8.1.10 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	183
8.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura	197
8.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União	197
8.3 Gestão da tecnologia da informação.....	199
8.3.1 Principais sistemas de informações	222
8.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.....	241
8.4 Gestão ambiental e sustentabilidade.....	241
8.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	242
9 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	243
9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	243
9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	255
9.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário	257
9.9 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	257
9.14 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda	260
11 ANEXOS E APÊNDICES	278
Anexo I – Estudo Atuarial Plano BD e CD	

RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES.....	<i>website TCU</i>
--	--------------------

Rol de Responsáveis

12 Relatório e/ou parecer da unidade de auditoria interna

13 Parecer de colegiado

17 Relatório de instância ou área de correição

19 Relatório de auditor independente

20 Declarações de integridade

20.2 Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

20.3 Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993 quando à entrega das declarações de bens e rendas

1.4 LISTA DE QUADROS

Quadro A.3.6 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Quadro A.3.8 - Composição Acionária do Capital Social

Quadro A.3.9 – Investimentos permanentes em outras sociedades

Quadro A.4.3.9.1- Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Quadros A.4.3.9.2 – Ações do Orçamento de Investimento

Quadro A.4.3.9.3 – Programação de Despesas

Quadro A.5.9 – Avaliação do Sistema de Controles Internos

Quadro A.5.10.1 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Quadro A.5.10.2 - Remuneração dos Administradores

Quadro A.5.10.3 - Remuneração dos Administradores

Quadro A.5.14 – Participação acionária de membros de colegiados

Quadro A.8.1.1.2 - Força de trabalho

Quadro A.8.1.1.3 - Distribuição da Lotação Efetiva

Quadro A.8.1.1.4 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Quadro A.8.1.1.5 - Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade

Quadro A.8.1.1.6 - Qualificação da força de trabalho quanto a idade

Quadro A.8.1.1.7 - Absenteísmo Doença Não Ocupacional

Quadro A.8.1.1.8 - Absenteísmo Doença Ocupacional

Quadro A.8.1.2 – Despesas do pessoal

Quadro A.8.1.9 - Indicadores de Recursos Humanos

Quadro A.8.1.10.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Quadro A.8.1.10.2 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.8.1.10.3 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos

Quadro A.8.1.10.7 – Acordos para Desmobilização dos Terceirizados

Quadro A.8.3.1 - Contratos dos principais sistemas de informação

Quadro A.8.4 – Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.9.1 – Acompanhamento de Não Conformidades TCU/CGU

Quadro A.9.2 – Acompanhamento de Não Conformidades CGU

Quadros A.9.14 – Despesas com Publicidade

2 APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão 2015 de Furnas Centrais Elétricas S.A. está estruturado segundo as disposições: da Resolução TCU nº 234/2010, de 1º de setembro de 2010 (alterada pela resolução TCU nº 244/2011); da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, de 1º de setembro de 2010 (alterada pela Instrução Normativa TCU nº 72/2013); da Decisão Normativa TCU nº 146/2015, de 30 de setembro de 2015; da Decisão Normativa TCU nº 147/2015, de 11 de novembro de 2015; da Portaria TCU nº 321/2015, de 30 de novembro de 2015; com as orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 522, de 4 de março de 2015); e por meio de instruções obtidas no sistema e-Contas, do TCU, disponível em seu *website*.

Esta UJ é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pela Lei nº 6.404/1976.

Os itens do ANEXO ÚNICO DA PORTARIA-TCU Nº 321/2015 **que estão relacionados no e-Contas, porém não se aplicam** a Furnas Centrais Elétricas S.A são os seguintes:

1.3 Lista de siglas e abreviações

Justificativa: Descrição das siglas se encontra no corpo do Relatório.

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Justificativa: Embora a Ouvidoria seja um canal disponibilizado ao público externo, como Furnas não é concessionária de Distribuição, não são recebidas demandas de cidadãos no papel de usuários finais do serviço público de energia elétrica.

7.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos;

Justificativa: A depreciação e amortização dos itens do patrimônio da Empresa são calculadas de forma linear, o cálculo considera as taxas estabelecidas pela Aneel. Não há caso de exaustão na Empresa.

Os itens do ANEXO ÚNICO DA PORTARIA TCU Nº 321/2015 **que não estão relacionados** para Furnas Centrais Elétricas S.A da ESTRUTURA DE CONTEÚDOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO são os seguintes:

3.4 Breve histórico do órgão ou da entidade;

4.1.1 Informações sobre o programa de trabalho e as estratégias de execução;

4.1.5 Desdobramento do plano estratégico;

4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos;

4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados;

4.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade;

4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário;

- 4.3.4 Demonstrativo da execução das despesas;
- 4.3.5 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento;
- 4.3.6 Restos a pagar de exercícios anteriores;
- 4.3.7 Execução descentralizada com transferência de recursos;
- 4.3.7.1 Informações sobre transferências de recursos às Agências de Correios Comunitárias;
- 4.3.7.2 Situação das obras realizadas em parceria com a Caixa Econômica Federal;
- 4.3.7.3 Acompanhamento das ações da Caixa Econômica Federal previstas nos contratos de obras;
- 4.3.7.4 Informações sobre os projetos desenvolvidos por fundações de apoio;
- 4.3.7.5 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas;
- 4.3.7.6 Informações sobre os auxílios prestados por intermédio de convênios;
- 4.3.7.7 Informações sobre os termos de cooperação firmados com a Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial da Saúde - Opas/OMS;
- 4.3.7.8 Informações sobre a descentralização de recursos para o atendimento das ações preparatórias dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016;
- 4.3.10 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal;
- 4.4.1 Manutenção rodoviária;
- 4.4.2 Construção e duplicação de rodovias;
- 4.4.3 Manutenção de obras de arte especiais;
- 4.4.4 Sinalização viária;
- 4.4.5 Controle de velocidade nas rodovias;
- 4.4.6 Controle de peso de veículos;
- 4.4.7 Planejamento de obras rodoviárias;
- 4.4.8 Gestão ambiental;
- 4.4.9 Desapropriações;
- 4.4.10 Gestão da estrutura aquaviária;
- 4.4.11 Gestão da estrutura ferroviária;
- 4.4.12 Ordenamento da estrutura fundiária;
- 4.4.12.1 Informações sobre a regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal;
- 4.4.12.2 Informações sobre a regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal;
- 4.4.13 Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento;
- 4.4.13.1 Informações consolidadas da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício;
- 4.4.14 Desenvolvimento de projetos de assentamento;
- 4.4.14.1 Informações sobre as ações de provimento de água para consumo doméstico;
- 4.4.14.2 Informações sobre a atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento;
- 4.4.14.3 Informações consolidadas sobre o cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental em vigor;
- 4.4.15 Licenciamento ambiental;
- 4.4.16 Monitoramento, controle e proteção ambiental;
- 4.4.17 Avaliação e controle de substâncias químicas;
- 4.4.18 Gestão da qualidade ambiental;
- 4.4.19 Uso sustentável e gestão da biodiversidade;
- 4.5 Informações sobre o Plano Nacional de Caracterização do Patrimônio Imobiliário da União;
- 4.6 Informações sobre a carteira e as operações de financiamento;
- 4.7 Informações sobre o acompanhamento das obras relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016;

- 4.8 Principais projetos de pesquisa e desenvolvimento;
- 4.9 Desempenho quanto às metas de universalização de energia elétrica;
- 4.10 Descrição e análise das ações desenvolvidas para revisão dos contratos de concessão do Serviço de Telefonia Fixa Comutada;
- 4.11 Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização;
- 4.12 Projetos de obras de audiovisual;
- 4.13 Renúncia de receitas;
- 4.13.1 Informações e resultados da política de renúncia de receitas praticada pela Secretaria de Política de Informática/MCTI;
- 4.13.2 Informações e resultados da política de renúncia de receitas praticada pela Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação/MCTI;
- 4.13.3 Informações e resultados da política de renúncia de receitas praticada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus/Suframa;
- 4.13.4 Informações sobre convênios firmados nos termos da Lei 8.387/1991;
- 4.14.1 Indicadores específicos;
- 4.14.2 Informações e indicadores sobre o desempenho operacional;
- 4.14.3 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União;
- 4.14.4 Análise consolidada dos resultados dos indicadores de desempenho da rede de instituições federais de ensino tecnológico;
- 4.14.5 Análise consolidada dos resultados dos indicadores de desempenho da rede de instituições federais de ensino superior;
- 4.15 Acompanhamento e resultados do Plano Brasil Maior;
- 4.16 Informações sobre empreendimentos realizados por intermédio de Sociedades de Propósito Específico – SPE;
- 4.17 Informações sobre as atividades relacionadas à Pesquisa e Desenvolvimento;
- 4.18 Informações gerenciais sobre o Plano de Implantação do Novo Modelo de Gestão PINMG e sobre o Plano de Expansão da Rede de Atendimento – PEX;
- 4.20 Informações consolidadas sobre a fiscalização e o controle dos planos de benefícios e sobre as entidades fechadas de previdência complementar;
- 4.21 Informações sobre o plano de implantação do Siafi nos postos diplomáticos;
- 4.22 Informações sobre o estágio de desenvolvimento do Plano Diretor de Reforma Consular;
- 4.23 Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao Plano Nacional de Qualificação – PNQ;
- 4.24 Informações sobre as ações relativas ao Projeto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – Sisfron;
- 4.25 Análise crítica acerca da evolução do orçamento aprovado para o Operador Nacional do Sistema Elétrico;
- 4.26 Descrição e análise das ações desenvolvidas para a prorrogação dos contratos de Concessões;
- 4.27 Análise do impacto gerado no setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis decorrentes da atuação da ANP;
- 4.28 Informações sobre os ressarcimentos pelos planos de saúde ao SUS;
- 4.29 Análise do impacto gerado no setor de telecomunicações decorrentes da atuação da Anatel;
- 4.30 Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos;
- 4.31 Acompanhamento e avaliações relacionadas à supervisão de entidades públicas e privadas com contrato de gestão;
- 4.32 Acompanhamento das ações e resultados relacionados a contratos de gestão regidos pela Lei 9.637/1998;

- 4.33 Acompanhamento das ações e dos resultados relacionados a termos de parceria regidos pela Lei 9.790/1999;
- 4.34 Informações sobre as ações relativas ao Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional;
- 4.35 Informações sobre as ações relativas ao Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;
- 4.36 Informações sobre os projetos e subprojetos prioritários dos Comandos Militares e do Ministério da Defesa;
- 4.37 Informação consolidada sobre as ações relacionadas ao emprego das Forças Armadas em Grandes Eventos;
- 4.38 Informações sobre as ações do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais;
- 4.39 Informações sobre os projetos conduzidos pela Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate;
- 4.40 Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao Programa de Qualificação Profissional;
- 4.41 Análise comparativa da evolução dos indicadores de qualidade das distribuidoras de energia elétrica;
- 4.42 Informações sobre a gestão dos contratos de franquia de serviço postal;
- 4.43 Informações sobre os projetos corporativos;
- 4.44 Informações sobre as ações desenvolvidas pelas unidades técnicas específicas
 - 4.44.1 Superintendência de Participações Governamentais;
 - 4.44.2 Núcleo de Fiscalização da Medição e Produção de Petróleo e Gás Natural;
 - 4.44.3 Superintendência de Refino, Processamento de Gás Natural e Produção de Biocombustíveis;
 - 4.44.4 Superintendência de Planejamento e Regulamentação;
 - 4.44.5 Superintendência de Fiscalização;
 - 4.44.6 Superintendência de Controle de Obrigações;
 - 4.44.7 Superintendência de Relação com Consumidores;
- 4.45 Desempenho do Programa de Desenvolvimento do Setor Água - Interágua;
- 4.46 Resultados da execução física e financeira das ações planejadas para o exercício;
- 4.47 Informações sobre os indicadores utilizados pela entidade para monitorar e avaliar a gestão;
- 4.48 Principais resultados relacionados ao ambiente de gestão;
- 4.49 Principais resultados relacionados ao ambiente de negócio;
- 4.50 Informações sobre os segmentos operacionais do conglomerado;
- 4.51 Visão geral sobre a situação das obras com recursos do fundo;
- 5.3 Papéis e funcionamento dos colegiados;
- 5.5 Informações sobre a comissão de avaliação do contrato de gestão;
- 5.6 Modelo de governança da entidade em relação às empresas do conglomerado;
- 5.9.1 Relatórios semestrais sobre os controles internos do Banco elaborados em observância à Resolução CMN 2.554/98;
- 5.12 Informações sobre as ações trabalhistas contra a entidade;
- 5.13 Política de participação de empregados e administradores nos resultados da entidade;
- 5.15 Estrutura de gestão e controle de demandas judiciais;
- 6.5 Formas de participação cidadã nos processos decisórios;
- 6.6 Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários;
- 6.7 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações;
- 6.8 Desempenho e atuação dos postos no exterior no atendimento ao público;
- 6.9 Informações sobre indenizações a clientes no âmbito administrativo e judicial;
- 7.2 Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior;

- 7.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão;
- 7.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados;
- 7.2.3 Informações sobre os projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994;
- 7.5 Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- 7.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal;
- 7.7 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas;
- 7.8 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados;
- 7.9 Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber;
- 7.10 Evidenciação do del-credere das demonstrações contábeis;
- 7.11 Notas Explicativas de conciliações dos regimes contábeis adotados (Lei 4.320/1964 e 6.404/1976);
- 7.13 Revisão dos critérios adotados para classificação a nos níveis de risco e de avaliação das provisões registradas nas demonstrações financeiras;
- 7.14 Informações consolidadas sobre as transações com partes relacionadas;
- 7.15 Informações sobre os segmentos operacionais em que atua o conglomerado;
- 7.16 Informações sobre as operações de financiamento;
- 7.17 Demonstrativo específico sobre os subsídios e resultado operacional
- 7.18 Demonstrações contábeis e notas explicativas elaboradas de acordo com legislação específica;
- 7.19 Desempenho financeiro do conglomerado;
- 7.20 Demonstração e análise dos desempenhos econômico-financeiros;
- 7.21 Informações sobre as despesas de exploração da Itaipu Binacional;
- 8.1.1.1 Informações específicas sobre o pessoal lotado na Coordenação-Geral de Inovação Tecnológica - CGIT/MCTI;
- 8.1.4 Concessão de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal;
- 8.1.5 Pessoal requisitado dos quadros de órgão ou entidade da Administração Pública Federal;
- 8.1.6 Medidas para o ressarcimento de valores pagos indevidamente a servidores movimentados em razão de missões permanentes ou provisórias;
- 8.1.7 Demonstração das iniciativas de cobrança de valores pagos indevidamente a servidores removidos em razão de missões permanentes;
- 8.1.9 Controles internos das concessões de bolsas dos programas de estudantes;
- 8.1.11 Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais;
- 8.1.12 Contratação de mão de obra temporária;
- 8.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada;
- 8.2.2 Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições;
- 8.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas;
- 8.2.5 Demonstração da situação dos imóveis da União;
- 8.2.6 Informações sobre a gestão dos ativos imobiliários e sobre o Plano Nacional de Desimobilização;
- 8.2.7 Informações sobre os imóveis locados de terceiros;
- 8.2.8 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim;
- 8.2.9 Patrimônio de propriedade da União de uso da entidade;
- 8.2.10 Informações sobre a infraestrutura física;

- 8.3.3 Ações relacionadas à recuperação e à modernização dos sistemas;
- 8.5 Gestão de fundos e de programas;
- 8.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade;
- 8.5.2 Programas e fundos setoriais;
- 8.5.3 Fundos providos por encargos setoriais;
- 8.5.4 Fundos de aval ou garantidores de créditos;
- 8.5.5 Fundos de investimento;
- 8.5.6 Fundo Partidário;
- 8.5.7 Fundo de Indenização ao Trabalhador Portuário Avulso;
- 8.5.8 Fundo de Investimento Setorial do Turismo - Fiset/Turismo;
- 8.5.9 Fundos de Investimento Setoriais de Reflorestamento e de Pesca - Fiset/Reflorestamento e Fiset/Pesca;
- 8.5.10 Fundo Socioambiental;
- 8.5.11 Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social;
- 8.5.12 Fundo de Universalização de Telecomunicações;
- 8.5.13 Fundo de Fiscalização de Telecomunicações;
- 8.5.14 Fundo Nacional de Aviação Civil;
- 8.6 Informações sobre depósitos judiciais e extrajudiciais;
- 9.4 Medidas administrativas e judiciais para a cobrança da dívida previdenciária e não previdenciária;
- 9.5 Informações sobre o cronograma de substituição de trabalhadores terceirizados irregulares no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional;
- 9.6 Informações sobre a atuação em Benefícios de Prestação Continuada;
- 9.7 Informações sobre a gestão de Certificados de Entidades Beneficente de Assistência Social;
- 9.8 Informações sobre o credenciamento das oficinas regionais de extintores de incêndio perante o Inmetro;
- 9.10 Informações sobre as ações de patrocínio;
- 9.11 Gestão de precatórios;
- 9.12 Informações sobre a aplicação dos recursos do FCDF destinados às áreas de saúde e educação;
- 9.13 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento;
- 10.1 Informações sobre a Itaipu Binacional;
- 14 Relatório de avaliação de resultados de contrato de gestão;
- 15 Parecer do dirigente de órgão ou entidade responsável pela supervisão de contrato de gestão;
- 16 Relatório de banco operador de recursos de fundos;
- 18 Relatório resumido do comitê de auditoria;
- 20.1 Integridade e completude das informações dos contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal;
- 20.4 Integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.

É importante destacar que este Relatório obedece à estrutura de conteúdos definida no e-Contas, bem como às orientações de elaboração ali disponibilizadas como tópicos de ajuda.

Este Relatório foi aprovado pela Diretoria Colegiada em 31.05.2016, por meio da RD nº 001/2894.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de Furnas relativas ao exercício de 2015 foram publicados em 15 de abril de 2015, no jornal O Globo, no Diário Oficial do Estado do

Rio de Janeiro (DOERJ) e nos seguintes jornais locais: A Gazeta (MT), A Tribuna (ES), Correio Braziliense (DF), Diário da Amazônia (RO), Estado de Minas (MG), Folha de São Paulo (SP), Gazeta do Povo (PR), Jornal de Brasília (DF), O Estado de São Paulo (SP), O Hoje (GO) e O Tempo (MG), encontrando-se disponíveis, também, no *website* da Empresa (www.furnas.com.br).

Principais Realizações

Apesar dos cenários macroeconômico e hidrológico desfavoráveis, continuamos em 2015 nossa trajetória de recuperação da lucratividade e da geração de caixa verificada antes da prorrogação das concessões sob o novo regime econômico instituído pela Lei nº 12.783/2013.

Em termos de geração de caixa, praticamente atingimos os mesmos níveis pré-prorrogação das concessões. Quanto ao resultado, só não foi positivo em face do registro de provisões na realização de investimentos em participação, atendendo a critérios extremamente conservadores de avaliação.

Estes resultados somente foram possíveis porque mantivemos o foco na eficiência das operações, na otimização dos processos, na busca da melhoria contínua e consequente redução de custos.

Do ponto de vista macroeconômico, 2015 foi um ano de abrandamento da atividade econômica, com impacto direto no consumo de energia elétrica, tendo o País registrado redução de 2,1% face a 2014.

O cenário hidrológico persistiu abaixo dos registros históricos médios, já que tivemos um dos piores períodos úmidos dos últimos 85 anos. Esse contexto afetou diretamente o custo das geradoras, que ficaram expostas a um *Generation Scaling Factor* (GSF) de 85,1%, percentual pior que o registrado em 2014, de 90,6%. O mecanismo de repactuação do risco hidrológico, disposto na Lei nº 13.203/2015, à qual Furnas decidiu aderir em dezembro último, veio atenuar parcialmente esses impactos.

Seguimos firmemente com nosso objetivo de ser uma Empresa integrada de referência no mercado energético brasileiro, com enfoque nos negócios de Geração, Transmissão, Comercialização e Serviços de Energia. Nesse sentido, demos importantes passos em 2015.

Um dos destaques do exercício de 2015 foi a entrada em operação de três novas unidades geradoras (UGs) na UHE Santo Antônio e duas na UHE Teles Pires, agregando, conjuntamente, 940,39 MW de potência instalada à capacidade de geração do País.

Persistimos no objetivo de manter excelência operacional, condição essencial para a eficácia de nossa contribuição ao progresso do País. Para tanto, continuamos a investir em nossas usinas, linhas de transmissão e subestações por meio de amplo programa de melhoria e modernização destinado a manter essas instalações nos mais altos padrões de qualidade e confiabilidade.

A aderência aos princípios de sustentabilidade prossegue em temas essenciais para a boa gestão do nosso negócio, como transparência, ética, direitos humanos, proteção ao meio ambiente, combate à corrupção, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo.

As decisões tomadas por Furnas, em seus negócios, operações e relacionamentos, são orientadas por olhar amplo e sistêmico, que considera as variáveis econômicas, sociais e ambientais de maneira integrada. Com este entendimento, a Empresa tem dado enfoque às ações de comunicação direcionadas às comunidades próximas aos seus empreendimentos. Destaque para o Furnas Educa,

programa de educação ambiental e eficiência energética, que levou conhecimento a cerca de 500 mil crianças e adolescentes em todo o País.

A Empresa entende que, para ser sustentável e garantir, simultaneamente, a perenidade dos negócios e a geração de valor a seus públicos de interesse, o equilíbrio desses três fatores deve ser perseguido e habilitado por relações pautadas pela ética e pela transparência.

Com esta convicção, e embora tenhamos objetivos de expansão de nossos negócios, abstinemo-nos da disputa de novos empreendimentos em leilão no exercício de 2015, de forma a resguardar nossa disponibilidade de caixa e manter fortalecidas as finanças da Empresa. Nesse ínterim, tratamos de aprimorar a estrutura de gestão das participações que Furnas possui em Sociedades de Propósito Específico, reforçando a qualificação dos profissionais envolvidos e aperfeiçoando os mecanismos de governança da Empresa com respeito às sociedades.

Como consequência de um trabalho sério e comprometido com a transparência de suas informações, Furnas recebeu, pela quinta vez, a premiação Destaque do Troféu Transparência do XIX Prêmio Anefac/Fipecafi/Serasa-Experian, concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade, na categoria Empresas de Capital Fechado, sendo também homenageada como destaque em sua categoria pela qualidade de suas demonstrações financeiras no exercício de 2014.

Adicionalmente, desde 2003, somos signatários do Pacto Global, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas para estimular empresas a incorporar práticas de responsabilidade social corporativa.

Importante destacar que, em 15 de dezembro, a Aneel aprovou os resultados da fiscalização do Laudo de Avaliação para fins de indenização dos ativos ainda não amortizados que, a preços atuais, alcançam valores muito expressivos. Ainda com respeito a receitas de Transmissão, temos expectativa de lograr igual êxito em nosso pleito de reconhecimento, pela Aneel, da receita de controle de reativo, ressaltando ser Furnas responsável por quase 50% da atividade de controle de reativo no âmbito do Sistema Interligado Nacional.

Nossos movimentos ao longo do exercício foram decisivos para contornar os efeitos do cenário externo e nos ajudaram a registrar avanços importantes no caminho do ajuste de Furnas ao novo cenário regulatório. O EBITDA alcançou R\$ 1,8 bilhão, correspondendo a uma margem EBITDA de 28%, nível este superior ao verificado no último ano da vigência dos contratos prorrogados, expressando o sucesso das iniciativas empreendidas.

Este desempenho do EBITDA permitiu a realização dos programas de investimento e inversões mantendo a solidez financeira e um nível de endividamento saudável.

O resultado ainda não foi positivo em face do registro de provisões conservadoras na realização de investimentos em parceria. O prejuízo apurado, de R\$ 70 milhões, foi 83% inferior ao registrado no exercício anterior e em clara trajetória de retorno à lucratividade, superando os impactos ocasionados pela prorrogação das concessões.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2016.

Flavio Decat de Moura
Diretor-Presidente

3 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

3.2 Finalidade e competências

O Estatuto Social, em seu Art. 4º, estabelece o objeto social de Furnas, a saber:

“a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, de acordo com legislação vigente;

b) participar de pesquisas de interesse do setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos;

c) contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica;

d) participar de entidades destinadas à coordenação operacional de sistemas elétricos interligados;

e) prestar serviços de laboratório, telecomunicação, operação e manutenção do sistema de geração e transmissão de energia elétrica além de apoio técnico, operacional e administrativo às empresas concessionárias, às autorizadas e às permissionárias de serviço público de energia elétrica;

f) participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico ou empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica;

g) colaborar para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades;

h) colaborar com a Eletrobras nos programas relacionados com a promoção e incentivo da indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para a sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade;

i) comercializar direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da empresa;

j) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão, autorização ou permissão.”

Criada em 28 de fevereiro de 1957, pelo Decreto nº 41.066, para construir e operar a primeira usina hidrelétrica de grande porte no Brasil, bem como o sistema de transmissão a ela associado, interligando Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, Furnas é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como principal acionista a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Furnas atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, com instalações em regiões abrangidas pelo Distrito Federal e pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia. Em parceria com empresas estatais e

privadas, Furnas participa de empreendimentos de geração e transmissão de fundamental importância para garantia do aumento da oferta de energia elétrica no País.

3.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

Normas de Criação e Alteração da Unidade Jurisdicionada

O Decreto nº 41.066, de 28.02.57 (Diário Oficial da União da mesma data), autorizou Furnas a funcionar como empresa de energia elétrica.

O Estatuto originariamente aprovado integra a escritura de constituição da Empresa, lavrada em 28 de fevereiro de 1957, no Livro nº 600, às páginas 12/16, do 15º Tabelionato de Notas da cidade do Rio de Janeiro, publicada no Diário Oficial da União, em 08.04.1957, e no do Estado de Minas Gerais, em 14 de março de 1957, arquivada por despacho de 12 de março de 1957, sob o nº 81.860, na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de fevereiro de 1971, com vigência a partir de 1º de junho de 1971, (I) a sede da Sociedade, primitivamente em Passos (MG), foi transferida para o Rio de Janeiro; (II) a primitiva razão social (Central Elétrica de Furnas S.A.) foi alterada para Furnas – Centrais Elétricas S.A. (Ata publicada no jornal Minas Gerais, órgão oficial dos Poderes do Estado, em 7 de março de 1971). Em consequência, os atos constitutivos da Sociedade e as alterações estatutárias foram, por despacho de 15 de junho de 1971, arquivados, sob o nº 44.174, na Junta Comercial do então Estado da Guanabara, que, a respeito, expediu certidão, publicada no Diário Oficial do antigo Estado (Parte I), em 29 de junho de 1971 (página 10.196).

A Empresa está inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), sob o nº 23.274.194/0001-19.

No Estatuto Social da Empresa consta a seguinte divisão do capital social: Art. 5º. O capital social é de R\$ 6.531.154.365,54 (seis bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) divididos em 52.739.026.167 (cinquenta e dois bilhões, setecentos e trinta e nove milhões, vinte e seis mil, cento e sessenta e sete) ações ordinárias, com direito de voto, e 14.864.684.511 (quatorze bilhões, oitocentos e sessenta e quatro milhões, seiscentas e oitenta e quatro mil, quinhentas e onze) ações preferenciais, sem direito de voto, perfazendo um montante de 67.603.710.678 (sessenta e sete bilhões, seiscentos e três milhões, setecentas e dez mil, seiscentas e setenta e oito) ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Outras Normas Infralegais Relacionadas à Gestão e Estrutura da Unidade Jurisdicionada

Os Documentos Organizacionais da Empresa são subdivididos da seguinte forma: Avisos Gerais e Circulares, Manuais de Furnas, Resoluções de Diretoria (acesso restrito) e Sistema Eletrobras (Código de Ética, Política de Sustentabilidade, Política de Risco, Política Ambiental, Programa Anticorrupção e Declaração de Compromisso sobre Mudanças Climáticas das Empresas Eletrobras).

O documento que formaliza a estrutura organizacional de Furnas é o Manual de Organização, disponível em meio eletrônico para todos os empregados, que tem como principais objetivos:

- Estabelecer os níveis de autoridade;

- Definir os métodos de divisão do trabalho;
- Estabelecer as delegações de competência;
- Facilitar a comunicação interna entre os diversos órgãos.

As normas relacionadas à gestão e estrutura da Empresa estão contidas no Manual de Organização, que apresenta os seguintes documentos: Estatuto Social, Regimentos Internos dos Conselhos de Administração, Fiscal, da Auditoria Interna e da Diretoria Executiva, Políticas de Logística de Material, de Informática, de Gestão de Pessoas, de Responsabilidade Social, de Gestão da Frota de Veículos, de Segurança Empresarial, de Segurança da Informação, de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional, de Segurança Patrimonial, Ambiental, de Recursos Hídricos, de Recursos Florestais, de Propriedade Intelectual, de Gestão Sociopatrimonial, de Gestão de Resíduos, de Educação Ambiental, de Contratação, de Gestão de Riscos e Controles Internos, Atos Normativos e Instrumentos de Comunicação. Além das Políticas citadas, a Empresa adota, desde 2010, as Políticas de Sustentabilidade e de Risco, o Código de Ética e o Programa Anticorrupção definidos pela *Holding* e suas Controladas para todo o Sistema Eletrobras.

O Manual de Organização de Furnas apresenta, também, a constituição e atribuições da Administração Superior, composta pela Assembleia de Acionistas, Conselhos de Administração e Fiscal, Diretoria Executiva e Auditoria Interna, além dos Colegiados (Comitês) que apoiam a Administração Superior e as descrições de atribuições de todos os órgãos formais da estrutura organizacional de Furnas, por Diretoria, até o nível de Divisão, além da Relação de Coordenadores de Processo e de Programas Especiais, de Gestores de Projetos e Suplentes, de Gestores do Projeto Pro-Furnas II, Integrantes do PRO-Furnas - Projeto de Reestruturação Organizacional de Furnas, Coordenadores e Gestores de Projeto do Programa de Geração de Valor de Furnas – PGV. A Relação de Órgãos e Chefias também integra o Manual de Organização, como separata.

A estrutura organizacional da Empresa foi estabelecida, quando de sua criação, em seu Estatuto Social e Regimento Interno, e apresenta a seguinte composição:

- Administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, constituída pelo Diretor-Presidente e cinco Diretores, com base nas seguintes áreas de atividade: Administração; Finanças; Operação e Manutenção; Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos; e Gestão de Novos Negócios e de Participações.
- As atividades subordinadas ao Diretor-Presidente e a cada Diretor têm seu detalhamento, compreendendo a denominação, a posição e as atribuições dos órgãos que as integram, estabelecido no Manual de Organização da Empresa, devendo a posição corresponder a um dos seguintes níveis de hierarquia administrativa: Superintendência, Gerência/Assessoria, Divisão, Coordenação e Gestores de Projetos.

Manuais e Publicações Relacionadas às Atividades da Unidade Jurisdicionada

Além dos documentos citados, afetos à gestão e estrutura organizacional da Empresa, outros documentos, também disponíveis para todos os empregados, complementam seu funcionamento, a saber:

- Manual de Administração de Material – estabelece normas e procedimentos para a colocação de material em disponibilidade na Empresa, definindo a classificação do material quanto ao estado e condição, fixando as competências dos Órgãos envolvidos no processo. Este manual envolve: equipamentos, componentes, acessórios, veículos e materiais em geral, considerados como itens

de suprimento destinados à utilização em toda e qualquer atividade, independentemente de sua condição, demanda, custo, fonte de aquisição, origem ou finalidade de uso.

- Manual de Administração Financeira – estabelece os critérios e procedimentos a serem aplicados nas atividades de obtenção, programação, utilização e controle dos recursos financeiros.
- Manual de Contabilidade – define e divulga os princípios de funcionamento do Sistema de Contabilidade, estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para a geração de informações destinadas a registro contábil por parte das áreas da Empresa e define as entidades de informação do Sistema de Contabilidade.
- Manual de Pessoal – estabelece critérios e procedimentos a serem aplicados nas atividades necessárias à administração dos recursos humanos.
- Manual de Saúde – estabelece critérios e procedimentos para o desenvolvimento das atividades de saúde. Estruturado de forma a atender o desenvolvimento integrado das atividades de medicina preventiva e do trabalho e assistencial, orienta as áreas e os empregados.
- Manual de Segurança e Higiene Industrial – estabelece critérios e procedimentos para o desenvolvimento das atividades de Segurança e Higiene Industrial. Para isto, consolida os Atos Normativos de Segurança e Higiene Industrial de acordo com as Normas Regulamentadoras Brasileiras e com os critérios, programas, planos, procedimentos, responsabilidades e competências relativas às suas atividades em Furnas.
- Coletânea de Atos Normativos Diversos – complementa os procedimentos definidos nos Manuais da Empresa, apresentando Instruções Normativas específicas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

3.5 Ambiente de Atuação

O consumo de energia elétrica no País, em 2015, foi afetado pelo cenário desfavorável da atividade industrial e elevação da tarifa média de eletricidade aos consumidores, tendo totalizado 464,7 mil GWh, com queda de 2,1% em relação ao verificado em 2014, segundo dados divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

A categoria comercial, que representa 19,5% do mercado brasileiro, cresceu 0,6%, distanciando-se da taxa média de crescimento anual realizada nos últimos anos (superior a 6% a.a.).

O segmento residencial, com participação de 28,3% no total, apresentou um consumo com retração de 0,7%, a primeira queda da classe após o racionamento de 2001/2002, resultado este atribuído às condições desfavoráveis de emprego, renda e crédito que retraíram a aquisição de novos eletrodomésticos.

Já o consumo industrial, que responde por 36,5% do total, registrou queda de 5,3%, reflexo do comportamento da indústria nacional, evidenciando a retração generalizada dos maiores segmentos do ramo industrial no País.

O atual marco regulatório do Setor Elétrico estabelece dois ambientes para comercialização de energia elétrica: o Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e o Ambiente de Contratação Livre (ACL). A

contratação de energia no ACR se realiza através de leilões públicos estabelecidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME), regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e operacionalizados pela própria Agência ou pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Em tais leilões, são firmados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs) pelos Agentes Vendedores vencedores dos certames e os Distribuidores de Energia Elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN). Os CCEARs são especificados por meio de editais publicados para cada leilão, após a realização de Audiências Públicas, contendo cláusulas e condições fixas, que não são passíveis de alteração pelos agentes contratantes. Já o Mercado Livre ou ACL é o ambiente do setor elétrico no qual os agentes, à exceção dos Concessionários de Serviço Público de Distribuição, realizam as operações de compra e venda de energia elétrica através de contratos bilaterais com condições livremente negociadas.

Em 2015, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realizou seis Leilões de Energia Nova, que irão agregar 5,4 GW ao Sistema Interligado Nacional (SIN) nos próximos cinco anos. Os projetos licitados demandarão investimentos da ordem de R\$ 20 bilhões. No exercício, a Aneel operacionalizou, também, a relicitação de 6,1 GW de capacidade instalada de empreendimentos hidrelétricos, conforme determina a Lei nº 12.783/2013.

Para 2016 estão previstos, até o momento, três Leilões de Energia Nova, sendo um A-5, agendado para 29 de abril e dois de Reserva, sendo o primeiro marcado previamente para julho e o segundo em outubro. Para o primeiro certame de Novos Empreendimentos de Geração foram habilitados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) 29.628 MW, distribuídos em 802 projetos.

No que tange a leilões de Transmissão, o governo já realizou o primeiro certame, em 13 de abril, tendo sido licitados 14 lotes dos 24 oferecidos. O total investido nos lotes vencedores será de cerca de R\$ 7 bilhões. O segundo leilão será realizado em 1º de julho, sendo que os lotes que farão parte do certame ainda não foram definidos.

No horizonte decenal, de 2015 a 2024, estão previstos investimentos de R\$ 376 bilhões, sendo R\$ 268 bilhões para geração de energia e R\$ 108 bilhões para transmissão. Na Geração, o destaque deverá ser a UHE São Luiz de Tapajós, com potência instalada de 8.040 MW.

Furnas atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, com instalações em regiões abrangidas pelo Distrito Federal e pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia. Em parceria com empresas estatais e privadas, Furnas participa de empreendimentos de Geração e Transmissão de fundamental importância para garantia do aumento da oferta de energia elétrica no País.

Em resumo, Furnas atua, no setor elétrico, como:

- Concessionária de instalações de Geração e de Transmissão – nesta qualidade, interage com os agentes oficiais estabelecidos pela legislação que regulamenta esta atividade, a saber, Aneel, CCEE e, ONS. Como concessionária de transmissão, recebe uma tarifa, denominada Receita Anual Permitida (RAP). Como concessionária de geração, pode comercializar a garantia física de suas usinas, no caso de contratos oriundos de Leilões de Energia Nova (LENs) ou de contratos antigos não renovados nos termos da Lei 12.783/2013, ou receber uma tarifa, denominada Receita Anual de Geração (RAG), no caso de contratos firmados ou renovados nos termos da referida Lei, e que corresponde ao Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG),

acrescido de encargos e tributos. Em qualquer caso, trata-se do negócio conhecido no setor elétrico como Operação e Manutenção (O&M).

- *Holding* de participações em empreendimentos de Geração e Transmissão via Sociedades de Propósito Específico (SPEs) – nesta qualidade, interage apenas com suas investidas e com os demais sócios destas empresas.
- Prestadora de serviços diversos, ligados, direta ou indiretamente, a sua atividade de O&M acima referida.

Concorrem, neste mercado, empresas estatais e privadas, inclusive grupos estrangeiros, em geral associados a empresas brasileiras, tanto privadas quanto estatais. Tem sido frequente, após as mudanças regulatórias de 1998 e 2004, a associação de agentes privados e estatais para constituição de consórcios e de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) para disputa de empreendimentos em leilões de Geração e Transmissão.

Integram o parque gerador de Furnas 30 usinas próprias ou em parceria com a iniciativa privada, das quais: a) 20 são hidrelétricas, sendo 4 próprias, 6 sob administração especial – afetadas pela Lei nº 12.783/2013, 2 em parceria com a iniciativa privada e 8 em regime de participação em Sociedades de Propósito Específico (SPEs), com potência instalada total de 14.842,5 MW; b) 3 são eólicas em regime de participação em SPEs, com potência instalada total de 187,04 MW; c) 5 são Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), com potência instalada total de 22,31 MW; e d) 2 são termelétricas, com 530 MW de potência instalada total. Este parque gerador supre 15.581,85 MW de potência instalada ao mercado de energia elétrica brasileiro, dos quais Furnas detém 11.161,17 MW.

O parque transmissor concentra 24.154 km de linhas, das quais 4.247 km sob a forma de participação em SPEs, possuindo ainda 70 subestações, com capacidade de transformação total de 119.118 MVA, já incluídos 15.750 MVA referentes a 20 subestações de suas investidas.

Um dos destaques do exercício de 2015 foi a entrada em operação de três novas unidades geradoras (UGs) na UHE Santo Antônio e duas na UHE Teles Pires, agregando, conjuntamente, 940,39 MW de potência instalada à capacidade de geração do País.

A produção de energia foi de 40.174 GWh, dos quais 18.908 GWh gerados por usinas próprias, afetadas ou não pela Lei nº 12.783/2013, e 21.266 GWh por usinas de investidas.

Além de responsável pela Operação e Manutenção (O&M) de grande parte destes empreendimentos, a Empresa atua, ainda, na Comercialização de energia elétrica, tendo efetuado, em 2015, a compra de 3.536 GWh e a venda de 38.831 GWh, em total comercializado de 42.367 GWh.

Ao longo do exercício de 2015, Furnas investiu um total de R\$ 1.652 milhões, dos quais R\$ 729 milhões em empreendimentos próprios e R\$ 923 milhões em SPEs nas quais possui participação.

O desempenho de Furnas ao final do exercício evidenciou EBITDA ajustado individual de R\$ 1,799 bilhão e resultado líquido negativo da ordem de R\$ 70 milhões. Apesar de ainda não ser positivo, ficam evidenciados os esforços de recuperação dos impactos ocasionados pela prorrogação das concessões sob a égide do novo regime econômico instituído pela Lei 12.783/2013.

A excelência em Operação e Manutenção credenciou a Empresa a se engajar, nos últimos anos, em grandes projetos, com destaque para sua participação na implantação da UHE Santo Antônio, da linha de transmissão em corrente contínua de 600 kV que liga aquela usina ao Sudeste, e da linha de transmissão em corrente contínua de 800 kV que escoará, igualmente para o Sudeste, a energia da usina de Belo Monte, em construção no Estado do Pará.

A médio prazo, o sistema elétrico do País terá sua capacidade de geração ampliada com a entrada em operação das próximas UGs das UHEs Santo Antônio e Teles Pires e com a conclusão da UHE São Manoel e da PCH Anta, além da construção de 43 novos parques eólicos. Serão 3.895,73 MW de potência instalada adicional, fruto de investimentos próprios e de parcerias com a iniciativa privada. Adicionalmente, a Empresa participa da construção de 4.883 km de novas linhas de transmissão e realiza importantes obras de ampliação em inúmeras instalações existentes.

Quanto à força de trabalho, Furnas vem ajustando seu quadro para um novo contexto setorial. A Empresa contava, ao final do exercício de 2015, com 3.548 empregados efetivos e 1.178 não efetivos, contra 3.517 e 1.330, respectivamente, no exercício anterior.

Furnas pauta sua atuação pelo compromisso com o bem-estar da sociedade e pelo respeito e cuidado com o meio ambiente e com as comunidades. A Empresa também mantém programas de preservação da biodiversidade, de conservação do patrimônio arqueológico, histórico e cultural e de uso racional da energia, além de ações sociais e de apoio à cultura brasileira.

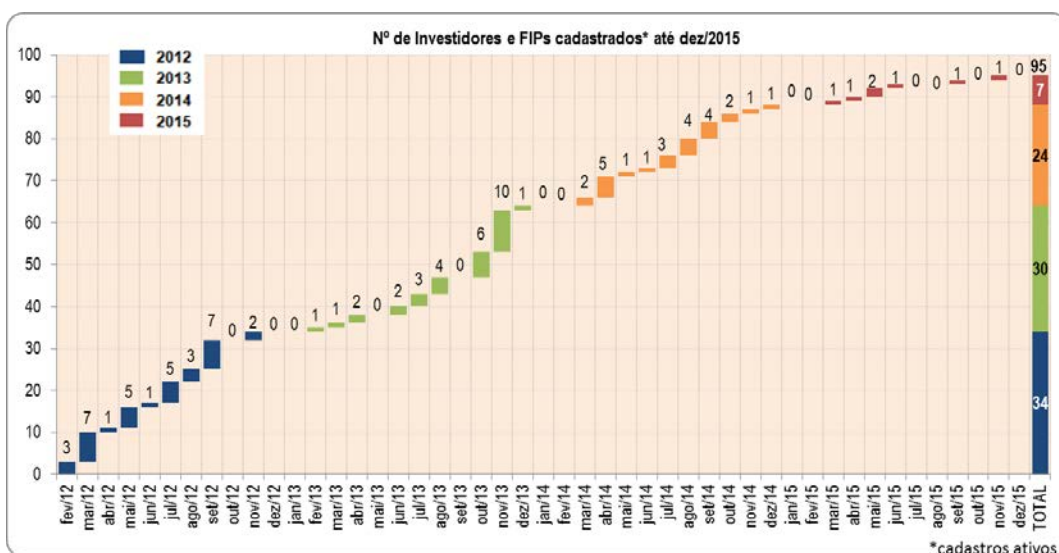
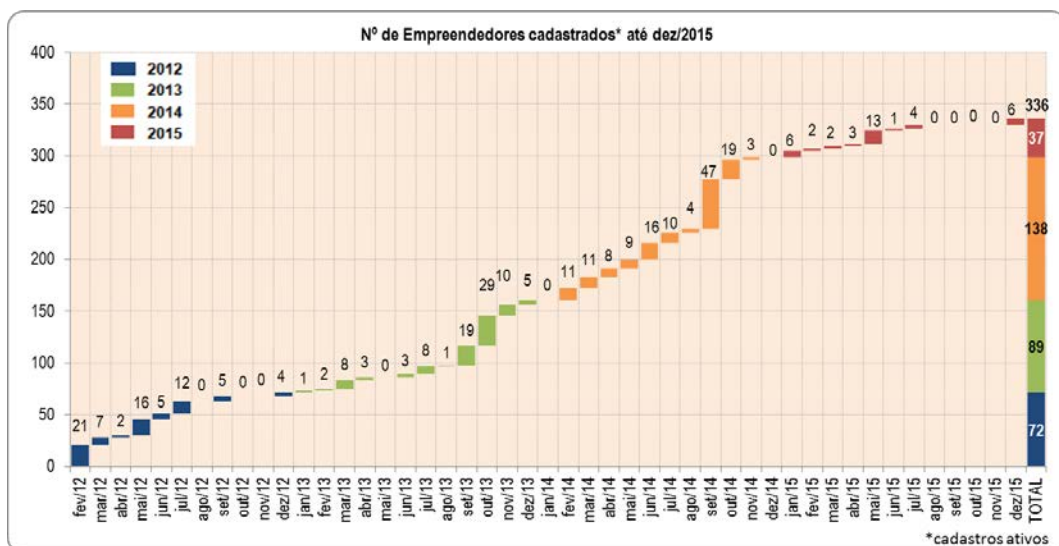
Novos negócios

Em decorrência de sua condição de empresa de economia mista e da busca de transparência na prospecção de novas oportunidades, Furnas pratica a Chamada Pública de Novas Oportunidades de Negócios como mecanismo de seleção de potenciais parceiros.

Em dezembro de 2015, a Chamada Pública de Novas Oportunidades de Negócios registrava 95 cadastros ativos de investidores interessados em parcerias para os leilões de transmissão e geração em diversas fontes, bem como 336 cadastros ativos de empreendedores, dos quais destacavam-se 148 projetos eólicos e 101 de energia solar. No total, cerca de 18.000 MW em novos projetos inscritos para participação em leilões de geração hidráulica, térmica convencional, térmica à biomassa, eólica, solar e via resíduos sólidos, além de 2.300 MW de ativos inscritos para alienação, conforme ilustrado nos quadros a seguir:

Resumo dos Cadastros – Empreendedores

Número de Cadastros		Número de Empresas Cadastradas	
Tipo de Cadastro	Nº de Cadastros	Tipo de Cadastrado	Nº de Cadastrados
Empreendedores	336	Empreendedores	162
Investidores	95	Investidores	95
Total	431	Total	257



Tipo de Projeto	Nº de Cadastros	%
Geração	307	91,4
Eólica	148	44,0
Solar	101	30,1
Pequena Central Hidrelétrica (PCH)	36	10,7
UTE Biomassa	4	1,2
UTE Gás Natural	9	2,7
UTE Resíduos Sólidos	6	1,8
UTE Carvão	3	0,9
Alienação de Ativos	29	8,6
Linhas de Transmissão (LTs)	2	0,6
Eólica	16	4,8
PCH	7	2,1
UHE	3	0,9
Solar	1	0,3
Total	336	100,0

Foram também estabelecidos normas e critérios para a governança em parcerias nos negócios de geração e transmissão, inclusive no que se refere à coordenação do envolvimento das áreas internas

de Furnas em todo o processo. Os trabalhos englobam análise técnica, seleção de parceiros, estruturação societária e financeira, elaboração de instrumentos contratuais e societários, coordenação da aprovação de planos de negócio e das atividades das SPEs constituídas e, por fim, assinatura dos contratos de concessão ou de Outorga de Autorização.

Ambiente Regulatório

O Ambiente Regulatório de 2015 foi marcado pelo cenário hidrelétrico adverso, tendo os geradores de energia elétrica deparado com grandes perdas financeiras, oriundas da exposição ao Mercado de Curto Prazo. Nesse contexto, a renovação/licitação de concessões vincendas permeou as atividades regulatórias ao longo do ano de 2015.

Repactuação do Risco Hidrológico - Lei nº 13.203/2015

A Lei nº 13.203/2015, fruto de conversão da MP 688/2015, estabeleceu as condições para transferência do risco hidrológico dos geradores de energia elétrica para os consumidores, por meio das bandeiras tarifárias.

A transferência voluntária do risco dos geradores para o consumidor se dará mediante o pagamento de prêmio de risco e a cessão dos direitos e obrigações dos geradores referentes à liquidação da energia secundária e ao deslocamento de geração hidrelétrica, decorrentes dos ajustes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), no Mercado de Curto Prazo. Outra condição imposta pelo governo para a repactuação é a desistência das ações judiciais em que seja requerida a isenção ou mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE.

Aderindo o gerador à repactuação, será calculado o ativo regulatório, valor correspondente à exposição, no Mercado de Curto Prazo, incorrida durante o ano de 2015, o qual será ressarcido ao gerador mediante postergação no pagamento do prêmio de risco.

Os geradores com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) que aderirem à repactuação poderão optar entre três classes de produtos: P, na qual o gerador permanece com a propriedade da energia secundária; SP, onde a energia secundária também é transferida ao consumidor; e SPR, em que, além da energia secundária, o gerador transfere ao consumidor o risco de redução da garantia física. Para cada produto, o gerador deve escolher entre percentuais de transferência de risco para o consumidor, que variam de 0% a 11% para os produtos S e SP, e de valor fixado em 11% para o produto SPR.

No ambiente de livre comercialização, a repactuação se dará pela contratação de 5% a 11% de sua garantia física em energia de reserva.

Fundo de Energia do Sudeste e do Centro-Oeste – Lei nº 13.182/2015

Em 3 de novembro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.182/2015, objeto da conversão da Medida Provisória nº 677/2015, a qual autoriza Furnas a participar do Fundo de Energia do Sudeste e do Centro-Oeste (FESC), com o objetivo de prover recursos para a implementação de empreendimentos de energia elétrica.

A Lei estabelece também que, observadas as condições dispostas no normativo, a concessão da UHE Itumbiara será prorrogada pelo prazo de até 30 anos a partir de 27 de fevereiro de 2020, afastado o prazo de antecipação previsto no Art. 12 da Lei nº 12.783/2013.

Deverão ser realizados leilões para a venda da garantia física associada à UHE Itumbiara, sendo celebrados contratos entre Furnas e os consumidores finais com unidades consumidoras localizadas no submercado Sudeste/Centro-Oeste, da classe industrial, produtores de ferroligas, de silício metálico ou de magnésio. Os referidos contratos terão início de suprimento em janeiro de 2016, 2017 e 2018, e término em 26 de fevereiro de 2035.

A partir de 27 de fevereiro de 2030, os montantes de energia contratados serão reduzidos à razão de um sexto a cada ano, observado o término do suprimento em 26 de fevereiro de 2035. Os montantes de energia correspondentes à referida redução passarão a ser destinados à alocação de cotas de garantia física de energia e de potência nos termos da Lei nº 12.783/2013, assim como qualquer energia descontratada.

A partir de 27 de fevereiro de 2035 e até o final do novo prazo de concessão da UHE Itumbiara, que se encerra em 27 de fevereiro de 2050, toda a garantia física da usina será destinada ao regime de cotas.

Os recursos do FESC virão de aportes de Furnas, oriundos da diferença entre a receita dos contratos acima mencionados e o valor da Receita Anual de Geração (RAG) calculado pela Aneel. O valor a ser aportado ao fundo será de: 88% da diferença, no período de 27 de fevereiro de 2020 a 26 de fevereiro de 2030; e 100% da diferença, no período de 27 de fevereiro de 2030 a 26 de fevereiro de 2035.

Os recursos do FESC deverão ser investidos, de acordo com a deliberação do Conselho Gestor do Fundo, em empreendimentos de Geração e Transmissão, respeitado o mínimo de 50% no Sudeste e no Centro-Oeste. Tais recursos serão de titularidade de Furnas, para implantação de empreendimentos por meio de SPEs nas quais tenha participação acionária de até 49%.

Estratégia

Em maio de 2015, durante a Reunião de Acompanhamento da Estratégia, foram analisadas ameaças e oportunidades para Furnas diante do contexto macroeconômico de curto e médio prazos, conforme sintetizado na figura a seguir.



Todos os fatores do contexto apresentado acima podem ser considerados como ameaças para que a Empresa alcance seus objetivos estratégicos. Estas ameaças são variáveis incontroláveis pela Empresa, mas que podem ser minimizadas ou até evitadas se reconhecidas e tratadas em tempo hábil.

Mesmo diante de um contexto não favorável, algumas sinalizações feitas pelo Governo Federal, no início de 2015, foram entendidas como oportunidades para Furnas:

- Os três pilares da economia brasileira - responsabilidade fiscal e monetária, proteção social e empreendedorismo - têm-se mantido ao longo dos últimos anos; apesar dos ajustes em curso, não há nada de “intrinsecamente problemático” na economia brasileira, e o governo tem condições de fazer uma reengenharia da economia sem grandes dificuldades;
- O objetivo do Governo é aumentar a taxa de investimento nos próximos anos, sendo a meta do investimento a de atingir 24,1% do PIB em 2022;
- O Governo brasileiro ratifica o modelo de concessões privado para expansão da infraestrutura, pois entende que esse modelo tem sido uma maneira bem sucedida de expansão nos últimos 20 anos.

Estas sinalizações representam variáveis incontroláveis para Furnas, mas que podem favorecer iniciativas para o cumprimento de seus objetivos estratégicos, desde que aproveitadas de forma prudente.

3.6 Organograma

Quadro A.3.6 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas (*)	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (**)
Assembleia Geral dos Acionistas	Ver descrição abaixo	-	-	-
Conselho Fiscal	Ver descrição abaixo	Sônia Regina Jung	Conselheiro	abr/10
		Ticiane Freitas de Sousa	Conselheiro	jun/11
		Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos	Conselheiro	abr/12
Conselho de Administração	Ver descrição abaixo	José da Costa Carvalho Neto	Conselheiro	ago/11
		Flavio Decat de Moura	Conselheiro	fev/11
		Vladimir Muskatirovic	Conselheiro	abr/10
		Francisco Romário Wojcick	Conselheiro	abr/08
		Manoel Carlos de Castro Pires	Conselheiro	ago/15
		Leonardo dos Santos Pessoa	Conselheiro	abr/15
Superintendência de Auditoria Interna (AD)	Ver descrição abaixo	Paulo Roberto Gomes	Auditor	jun/14
Diretoria Executiva	Ver descrição abaixo	Flavio Decat de Moura - DP	Diretor	fev/11
		Flávio Eustáquio Ferreira Martins - DE	Diretor	ago/13
		Claudio Danusio de Almeida Semprine (Interino) – DN	Diretor	nov/15
		Cesar Ribeiro Zani - DO	Diretor	set/09
		Flavio Decat de Moura - DA	Diretor	out/15
		Nilmar Sisto Foletto - DF	Diretor	jan/12
Superintendência de Desenvolvimento de Novos Negócios (SN.N)	Ver descrição abaixo	Luiz Eduardo Marques Moreira	Superintendente	nov/13

Áreas/ Subunidades Estratégicas ^(*)	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação ^(**)
Superintendência de Gestão de Negócios e de Participações (SP.N)	Ver descrição abaixo	João Luiz Fontes de Almeida	Superintendente	nov/13
Superintendência de Comercialização (CE.N)	Ver descrição abaixo	Luiz Roberto Alves Correia	Superintendente	mai/13
Superintendência de Operação (SO.O)	Ver descrição abaixo	Mario Fernando Ellis	Superintendente	nov/13
Superintendência de Produção Oeste (PO.O)	Ver descrição abaixo	Geraldo Magela Aoun	Superintendente	nov/13
Superintendência de Produção Sudeste (PS.O)	Ver descrição abaixo	Angelo Marcio Fernandes Pereira	Superintendente	nov/13
Superintendência de Planejamento e Engenharia de Manutenção (EM.O)	Ver descrição abaixo	Roberto Junqueira Filho	Superintendente	abr/13
Superintendência de Estudos e Projetos (SE.E)	Ver descrição abaixo	Ronaldo Nahar Neder	Superintendente	nov/15
Superintendência de Implantação de Empreendimentos (SI.E)	Ver descrição abaixo	Rodrigo Junqueira Calixto	Superintendente	nov/15
Superintendência de Gestão Ambiental e Fundiária (GA.E)	Ver descrição abaixo	Júlio César Ribeiro D'Armada	Superintendente	mai/13

Fonte: Assessoria de Organização e Processos – AOP.A

^(*) Refere-se a “as áreas ou subunidades mais estratégicas da gestão”. Para elaboração do relatório foi considerado que estas áreas são as áreas líderes dos macroprocessos finalísticos.

^(**) Na coluna Período de Atuação está indicada a data de início de atuação no cargo, que se estende até dezembro/2015.

Assembleia Geral de Acionistas

A Assembleia Geral Ordinária realiza-se dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, em dia e hora previamente fixados, na sede de Furnas para:

- tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- eleger os membros do Conselho de Administração, quando for o caso, e do Conselho Fiscal, bem como fixar-lhes as respectivas remunerações, assim como os honorários da Diretoria Executiva;

A mesa que dirige os trabalhos da Assembleia Geral e constituída pelo presidente do Conselho de Administração, ou na sua ausência ou impedimento por quem a Assembleia escolher, e por um secretário, escolhido dentre os presentes.

O acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

A competência para deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral é do Conselho de Administração. A competência assiste ainda ao Conselho Fiscal e aos acionistas, nos casos previstos em lei.

A Assembleia Geral será convocada em especial para deliberar sobre:

- alienação, no todo ou em parte, de ações do seu capital social ou de suas controladas; abertura e aumento do capital social por subscrição de novas ações ou venda desses valores mobiliários, se em tesouraria; venda de debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emissão de debêntures conversíveis em ações;
- operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação;
- permuta de ações ou outros valores mobiliários;
- reforma do Estatuto Social; e
- outros assuntos que forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

O Edital de Convocação poderá condicionar a representação do acionista na Assembleia Geral, além dos requisitos previstos em lei, ao depósito, na sede da sociedade, do comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações em custódia com setenta e duas horas de antecedência do dia marcado para realização da Assembleia Geral.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de três membros efetivos e igual número de suplentes, sendo um indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, não computados os eleitos pelas ações ordinárias minoritárias e pelas ações preferenciais, quando aplicável, todos brasileiros e residentes no país, observados os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente.

Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão.

Além das hipóteses previstas em lei, considerar-se-á vago o cargo de membro do Conselho Fiscal que, sem causa justificada, deixar de exercer suas funções por mais de duas reuniões consecutivas.

No caso de vacância, renúncia ou impedimento de membro efetivo, o presidente do Conselho Fiscal convocará o respectivo suplente que completará o mandato do substituído.

Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos por Assembleia, permitidas reeleições, e exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição.

As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e registradas no “Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal”, cabendo ao seu presidente, além do voto comum, o de desempate.

O Conselho Fiscal solicitará a Furnas a designação de pessoal qualificado para secretariá-lo e prestar-lhe apoio técnico.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite estabelecido na legislação vigente.

A pedido de qualquer de seus membros, o Conselho Fiscal poderá solicitar esclarecimentos ou informações e a apuração de fatos específicos aos auditores independentes.

O Conselho Fiscal poderá, para apurar fato cujo esclarecimento seja necessário ao desempenho de suas funções, formular, com justificativa, questões a serem respondidas por perito e solicitar à Diretoria Executiva que indique, no prazo máximo de trinta dias, três peritos, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, de notório conhecimento na área em questão, dentre os quais o Conselho Fiscal escolherá um, cujos honorários serão de responsabilidade de Furnas.

Ao Conselho Fiscal, sem exclusão de outros casos previstos em lei, compete:

- pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva;
- acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;
- elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
- fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar de seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;
- opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de títulos e de valores mobiliários, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão de Furnas;
- denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses de Furnas, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis a Furnas;
- convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias as matérias que considerarem necessárias;
- analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras, elaboradas periodicamente pela Diretoria;
- examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;
- exercer as atribuições previstas neste artigo, quando cabíveis, durante a eventual liquidação de Furnas;
- assistir obrigatoriamente às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, em que se deliberar sobre assuntos sobre os quais deva opinar, relativo aos incisos V, VI e X deste artigo;
- fornecer ao acionista ou grupo de acionistas, que representarem, no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social, sempre que solicitadas, informações sobre matérias de sua competência; e
- examinar o plano de auditoria interna.

Os órgãos de administração são obrigados, através de comunicação por escrito, a colocar à disposição dos membros em exercício do Conselho Fiscal, dentro de dez dias, cópias das atas de suas reuniões e, dentro de quinze dias do seu recebimento, cópias dos seus balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente e dos relatórios de execução de orçamentos.

O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, por solicitação do presidente do Conselho de Administração, do diretor-presidente de Furnas ou de qualquer de seus membros, e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração será integrado por até seis membros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais, dentre eles, designarão o presidente, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição.

Os membros do Conselho de Administração deverão ser eleitos na forma descrita no *caput*, inclusive o membro que for escolhido Diretor-Presidente, nos termos do art. 25 do estatuto de Furnas.

Um dos membros do Conselho de Administração será indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e outro membro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente.

O conselheiro representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse.

Nas matérias em que fique configurado conflito de interesses do conselheiro de administração representante dos empregados, nos termos do parágrafo anterior, a deliberação ocorrerá em reunião especial exclusivamente convocada para essa finalidade, da qual não participará o referido conselheiro. Em caso de vacância do cargo de conselheiro representante dos empregados, o substituto será escolhido na forma da legislação vigente.

Em caso de ausência ou impedimento temporário do titular, a Presidência do Conselho de Administração será exercida por substituto a ser eleito dentre os demais conselheiros.

Além das hipóteses previstas em lei, perderá o mandato o conselheiro que deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas sem motivo justificado.

Em caso de vacância de cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto, exceto o indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, será indicado pela controladora e nomeado pelos conselheiros remanescentes, devendo servir até a primeira Assembleia Geral subsequente. O substituto eleito pela Assembleia Geral, para preencher o cargo, completará o prazo da gestão do substituído.

O prazo de gestão se prorrogará até a investidura dos novos membros.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

O Conselho de Administração será convocado pelo seu presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes, as quais, quando

contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão arquivadas na Junta Comercial competente e publicadas.

Os membros do Conselho de Administração terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ao menos uma vez ao ano, sem a presença do diretor-presidente da empresa, para avaliação dos membros da Diretoria Executiva.

Compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios de Furnas, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos. No exercício de suas atribuições, cabe também ao Conselho de Administração:

- estabelecer em R\$ 20 milhões ou 0,5% do Capital Social, o que for maior, como valor limite a partir do qual as matérias lhe serão submetidas para deliberação;
- autorizar Furnas a contrair empréstimo, no País ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- autorizar a prestação de garantia a financiamentos, tomados no país ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- autorizar a execução de atos negociais visando à aquisição de bens e contratação de obras e serviços, conforme limites fixados mediante sua deliberação;
- eleger e destituir diretores, fixando-lhes suas atribuições;
- deliberar sobre a constituição de consórcios empresariais ou participações em sociedades que se destinem, direta ou indiretamente, à consecução do objeto social de Furnas, sob o regime de concessão, autorização ou permissão, mediante autorização do Conselho de Administração da Eletrobras;
- aprovar a indicação, feita pela Diretoria Executiva, dos membros para compor as diretorias e conselhos de administração e fiscal das sociedades em que participe, submetendo sua escolha à aprovação da Eletrobras;
- aprovar a estrutura organizacional de Furnas;
- monitorar a gestão da empresa mediante requisição de informações ou exame de livros e documentos;
- aprovar os relatórios da administração e de controles internos, bem como as contas da Diretoria Executiva;
- autorizar Furnas a emitir títulos de valores mobiliários, mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- escolher e destituir auditores independentes, segundo as normas aprovadas pela controladora, observada a legislação pertinente;
- elaborar e alterar seu Regimento Interno, bem como aprovar o Regimento Interno de Furnas;
- deliberar sobre as estimativas de receitas, despesas e investimentos de Furnas em cada exercício, propostas pela Diretoria;
- deliberar sobre a remuneração aos acionistas, com base nos resultados intermediários apurados nos termos da legislação aplicável;
- deliberar sobre aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis, não relacionados ao cumprimento do objeto social de Furnas, conforme limites previamente fixados, bem como sobre fazer e aceitar doações com ou sem encargos;

- autorizar a alienação ou aquisição de bens móveis e imóveis, diretamente relacionados ao cumprimento do objeto social de Furnas, conforme os valores definidos como de sua competência para aprovação;
- convocar as Assembleias Gerais;
- autorizar a abertura de filiais, agências e escritórios no Brasil ou no exterior;
- deliberar sobre o afastamento dos diretores, quando o prazo for superior a trinta dias consecutivos;
- avaliar o desempenho dos membros da Diretoria Executiva da empresa, pelo menos uma vez por ano; com base nas diretrizes estabelecidas para a realização do contrato de metas de desempenho e dos planos estratégico, de negócios e de investimentos;
- aprovar o plano anual de auditoria interna, após seu exame pelo Conselho Fiscal;
- deliberar sobre o uso ou exploração, a qualquer título, e por qualquer pessoa ou entidade, de equipamentos, instalações, bens ou outros ativos da companhia, não vinculados à concessão, cujo valor exceda a 1% (um por cento) do patrimônio líquido apurado no balanço referente ao último exercício social encerrado;
- aprovar a assinatura do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE), por meio do qual Furnas se compromete a cumprir as orientações estratégicas ali definidas visando atender às metas e resultados estabelecidos pela controladora;
- decidir os casos omissos neste Estatuto.

O valor em reais estabelecido no inciso I do Art. 21º do Estatuto Social de Furnas será corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – índice oficial de inflação do Governo Federal – ou outro índice que vier a substituí-lo.

As matérias a serem submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas pela Diretoria Executiva.

Caberá ao Conselho de Administração regulamentar a composição, atribuição e funcionamento de Comitês a ele vinculados.

O Conselho de Administração submeterá à apreciação do Conselho Fiscal o relatório anual da administração e respectivas demonstrações financeiras de cada exercício social.

O Conselho de Administração, em cada exercício, examinará e submeterá à decisão da Assembleia Geral Ordinária, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras elaboradas pela Diretoria Executiva em conformidade com a legislação societária vigente, bem como a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, anexando o parecer do Conselho Fiscal e o certificado dos auditores independentes.

Superintendência de Auditoria Interna (AD)

A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, em conformidade com o disposto no Decreto nº 3.591/2000, artigo 15, parágrafo 3º, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002, sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, tendo por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar a eficácia da gestão, do controle e das práticas administrativas, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente no sentido de adicionar valor à Empresa, fortalecendo seus controles e suas operações.

Compete à Superintendência de Auditoria Interna:

- definir políticas e objetivos da Auditoria Interna;
- coordenar e implementar metodologias e ferramentas necessárias para as atividades da Auditoria Interna;
- planejar, executar e controlar a realização de trabalhos de auditoria interna, conforme programação específica, previamente definida, emitir relatório com recomendações para os achados de auditoria no exercício e parecer sobre a prestação de contas anual e tomada de contas especiais do exercício anterior;
- acompanhar a definição e implementação de ações correntes decorrentes de trabalhos realizados;
- promover a realização de trabalhos especiais de auditoria, determinados pela Alta Administração da Companhia, não previstos na programação anual;
- acompanhar os atendimentos dos órgãos externos de fiscalização e controle como TCU e CGU, a fim de verificar o cumprimento das demandas dirigidas a Companhia, monitorar as recomendações expedidas por estes órgãos até a sua implementação ou analisar e avaliar as justificativas para descumprimento e providências adotadas pelo gestor;
- liderar o macroprocesso de Auditoria Interna.

Diretoria Executiva

A Diretoria é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular de Furnas.

O diretor-presidente e os diretores não poderão exercer funções de direção, administração ou consultoria em empresas de economia privada, concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, ou em empresas de direito privado ligadas de qualquer forma ao objeto social de Furnas, salvo na controladora, nas subsidiárias ou controladas e empresas concessionárias sobre controle estatal ou privado, em que tenha participação acionária, onde poderão exercer cargos no Conselho de Administração, observadas as disposições da legislação vigente quanto ao recebimento de remuneração.

A Diretoria Executiva compor-se-á do diretor-presidente e até cinco diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercerão suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de 3 (três) anos, permitidas reeleições.

Compete a cada diretor, na sua área de atuação, planejar, coordenar e executar as atividades da sociedade, com vistas à realização do seu objeto social.

Os integrantes da Diretoria Executiva não poderão afastar-se do exercício do cargo por mais de trinta dias consecutivos, salvo em caso de férias ou licença, sob pena de perda do cargo, exceto nos casos autorizados pelo Conselho de Administração nos termos do presente Estatuto.

É vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa às férias não gozadas no decorrer do período concessivo.

No caso de impedimento temporário, licença ou férias de qualquer dos membros da Diretoria Executiva, a sua substituição processar-se-á pela forma determinada por seus pares, podendo também ser escolhida pessoa do quadro dos empregados de Furnas ou do Sistema Eletrobras, exceto quanto ao diretor-presidente, cujo substituto será indicado dentre os demais diretores pelo Conselho de Administração.

Vagando definitivamente cargo na Diretoria Executiva, utilizar-se-á o mesmo critério constante do § 2º do art. 27, para a substituição, até a realização da reunião do Conselho de Administração que decidir pela substituição definitiva e der posse ao novo diretor, preenchendo-se, assim, o cargo vago, pelo prazo que restava ao substituído.

No exercício das suas atribuições, compete à Diretoria Executiva, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração:

- aprovar, em harmonia com as diretrizes fundamentais fixadas pelo Conselho de Administração, normas orientadoras da ação de Furnas;
- elaborar planos de emissão de títulos de valores mobiliários para serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração e posteriormente à Assembleia Geral;
- elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:
 - a) os planos anuais de negócios e o plano estratégico de Furnas;
 - b) os programas anuais de dispêndios e de investimentos de Furnas com os respectivos projetos;
 - c) os orçamentos de custeio e de investimentos de Furnas; e
 - d) a avaliação do resultado de desempenho das atividades de Furnas;
- elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
- decidir sobre contratações de obras, empreitadas, fiscalização, locação de serviços, consultorias, fornecimentos e similares que envolvam recursos financeiros cujos valores sejam inferiores ao limite previamente definido pelo Conselho de Administração de Furnas;
- aprovar normas de cessão de uso, locação ou arrendamento de bens imóveis de propriedade de Furnas;
- aprovar manuais e normas de administração, técnicas, financeiras e contábeis e outros atos normativos necessários à orientação do funcionamento de Furnas;
- aprovar planos que disponham sobre admissão, carreira, acesso, vantagens e regime disciplinar para os empregados de Furnas;
- aprovar os nomes indicados pelos diretores para preenchimento dos cargos que lhes são diretamente subordinados;
- delegar competência aos diretores para decidirem, isoladamente, sobre questões incluídas nas atribuições da Diretoria Executiva;
- delegar poderes ao diretor-presidente, diretores e empregados para autorização de despesas, estabelecendo limites e condições;
- pronunciar-se nos casos de admissão, elogio, punição, transferência e demissão dos empregados subordinados diretamente aos diretores;
- promover e prover a organização interna, mantendo-a constantemente atualizada;
- encaminhar ao Conselho de Administração solicitações visando à captação de recursos, contratação de empréstimos e financiamentos, prestação de garantia e participação em parcerias, no país ou no exterior;

- propor atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração, exceto para os casos já regulamentados em lei e observando-se o limite fixado na legislação vigente;
- elaborar, em cada exercício, as demonstrações financeiras estabelecidas pela legislação societária vigente, submetendo-as ao exame dos auditores independentes, bem como elaborar a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, para serem submetidos à apreciação dos Conselhos de Administração e Fiscal e ao exame e deliberação da Assembleia Geral;
- designar empregados de Furnas para missões no exterior, observados os procedimentos de aprovação junto à controladora;
- movimentar recursos de Furnas e formalizar obrigações em geral, mediante assinatura do diretor-presidente e de um diretor nos respectivos instrumentos obrigacionais, podendo esta competência ser delegada a procuradores ou empregados de Furnas, relacionados em atos específicos de Diretoria;
- autorizar férias ou licenças de qualquer de seus membros, exceto o diretor-presidente, designando o substituto na forma do parágrafo 2º do art. 27 deste Estatuto;
- deliberar sobre a alienação de bens móveis e imóveis de valor inferior ao referido no artigo 21, incisos XVI e XVII.

A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana, com a maioria dos seus membros e, extraordinariamente, mediante a convocação do diretor-presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes.

Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria, compete ao diretor-presidente, além da orientação da política administrativa e a representação de Furnas:

- superintender os negócios de Furnas;
- representar Furnas, judicial ou extrajudicialmente, ou ainda perante outras sociedades, acionistas ou público em geral e órgãos de fiscalização e controle, podendo delegar tais poderes a qualquer diretor, bem como nomear representantes, procuradores, prepostos ou mandatários;
- admitir e demitir empregados;
- formalizar as nomeações aprovadas pela Diretoria; e
- designar comissão eleitoral com o objetivo de organizar a eleição do representante dos empregados no Conselho de Administração cabendo-lhe, ainda, proclamar o candidato vencedor e comunicar o resultado ao sócio controlador para adoção das providências necessárias à designação do representante dos empregados no Conselho de Administração.

Superintendência de Estudos e Projetos (SE.E)

São atribuições deste órgão:

- Promover a modernização dos critérios de projeto e especificações necessárias ao desenvolvimento das atividades de engenharia e de soluções tecnológicas para as mesmas.
- Coordenar os acessos ao sistema de transmissão da Companhia, por agentes de geração e consumidores livres.
- Planejar, executar, coordenar e supervisionar as atividades de Estudos e Projetos de Geração, Transmissão e Telecomunicações, para novos projetos e para intervenções autorizadas.
- Coordenar e executar a elaboração dos estudos técnicos, investigação e viabilização técnica e econômica de empreendimentos de transmissão e geração.

- Acompanhar e analisar o desempenho dos projetos de P&D e Inovação, cobrando dos responsáveis os eventuais desvios.
- Liderar os macroprocessos de Estudos e Projetos de Geração e de Transmissão.

Superintendência de Gestão Ambiental e Fundiária (GA.E)

São atribuições deste órgão:

- Coordenar a formulação de diretrizes e políticas para compatibilizar as atividades de gestão ambiental e fundiária, com as exigências legais e com as diretrizes da Companhia, para empreendimentos de geração e transmissão.
- Coordenar a liberação fundiária para implantação de empreendimentos de geração e transmissão.
- Coordenar o licenciamento e os estudos ambientais dos empreendimentos em implantação e em operação, conforme demandas da Companhia.
- Coordenar a participação nos estudos ambientais e fundiários para viabilização de novos negócios de geração e transmissão, conforme demandas da Companhia.
- Liderar o macroprocesso de Meio Ambiente e Gestão Fundiária.

Superintendência de Implantação de Empreendimentos (SI.E)

São atribuições deste órgão:

- Planejar e coordenar a execução das obras enquanto estas envolverem atividades com receita autorizada pelo regulador.
- Comissionar os empreendimentos, em articulação com os demais órgãos envolvidos, bem como sua transferência para a responsabilidade da Operação de Furnas.
- Acompanhar e controlar os resultados de escopo, custo, prazo e qualidade relativos à implantação dos empreendimentos e intervenções autorizadas.
- Participar nos estudos de viabilização de novos negócios, em articulação com os demais órgãos envolvidos.
- Liderar os macroprocessos de Implantação de Empreendimentos de Geração e de Transmissão.

Superintendência de Desenvolvimento de Novos Negócios (SN.N)

São atribuições deste órgão:

- Prospectar e avaliar novos negócios em Geração, Transmissão, Telecomunicações e Fontes Alternativas, em conformidade com o Plano Estratégico.
- Coordenar as negociações com entidades e empresas, nacionais e estrangeiras, e elaborar acordos de cooperação de caráter abrangente, que prevejam a participação de Furnas.
- Coordenar, visando a participação em leilões de energia e transmissão, o processo de análise e habilitação técnica de novos empreendimentos.
- Liderar o macroprocesso de Desenvolvimento de Novos Negócios.

Superintendência de Gestão de Negócios e de Participações (SP.N)

São atribuições deste órgão:

- Elaborar e propor políticas corporativas referentes à participação de Furnas em SPE, de acordo com orientações do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.
- Estabelecer procedimentos de governança para SPE, visando subsidiar a atuação de Conselheiros e Diretores.
- Comercializar serviços relacionados à Geração e Transmissão de energia elétrica e de Telecomunicações.
- Liderar o macroprocesso de Gestão de Participações.

Superintendência de Comercialização (CE.N)

São atribuições deste órgão:

- Elaborar políticas corporativas a respeito das atividades de Comercialização de Energia e de Transmissão.
- Elaborar estratégias de negociação para Comercialização de Energia e de Transmissão.
- Elaborar estudos de preços de liquidação de diferenças e de mercado de energia elétrica, para a avaliação das estratégias de comercialização da produção energética.
- Coordenar, em articulação com outros órgãos envolvidos, a execução dos compromissos de comercialização de transmissão entre Furnas e os demais agentes do setor elétrico.
- Liderar o macroprocesso de Comercialização de Energia e Transmissão.

Superintendência de Produção Oeste (PO.O)

São atribuições deste órgão:

- Planejar, coordenar e controlar, na sua área de atuação, a execução das atividades de operação e manutenção dos ativos de geração e transmissão de energia elétrica.
- Acompanhar os resultados da política de sobressalentes das instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações e recomendar alterações visando o seu aperfeiçoamento.
- Participar do comissionamento e testes de recepção das instalações de usinas, linhas de transmissão, subestações e sistemas de telecomunicações.
- Zelar pela conservação dos ativos e pela eficiência e eficácia da operação das instalações.
- Liderar os macroprocessos de Operação e Manutenção da Geração.

Superintendência de Produção Sudeste (PS.O)

São atribuições deste órgão:

- Planejar, coordenar e controlar, na sua área de atuação, a execução das atividades de operação e manutenção dos ativos de geração e transmissão de energia elétrica.
- Acompanhar os resultados da política de sobressalentes das instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações e recomendar alterações visando o seu aperfeiçoamento.
- Participar do comissionamento e testes de recepção das instalações de usinas, linhas de transmissão, subestações e sistemas de telecomunicações.
- Zelar pela conservação dos ativos e pela eficiência e eficácia da operação das instalações.
- Liderar os macroprocessos de Operação e Manutenção da Transmissão.

Superintendência de Operação (SO.O)

São atribuições deste órgão:

- Coordenar, supervisionar e controlar, em tempo real, a operação eletroenergética do Sistema de Geração e de Transmissão de FURNAS, bem como do Sistema de Telecomunicações.
- Coordenar as intervenções no sistema de Geração e de Transmissão, em articulação com o ONS.
- Realizar estudos elétricos, energéticos e hidrometeorológicos, de forma a, em articulação com o ONS, elaborar o planejamento elétrico e a programação energética da operação.
- Promover a análise de desempenho do sistema eletroenergético e dos sistemas de controle associados, propondo ajustes e medidas para a sua otimização.
- Realizar estudos e determinar os ajustes dos sistemas de proteção dos geradores, transformadores, linhas de transmissão e demais equipamentos.
- Promover a análise das perturbações verificadas no sistema elétrico, propondo medidas corretivas para minimizar ou eliminar tais ocorrências.
- Desenvolver, testar e implantar os sistemas de supervisão, automação, controle e aquisição de dados.

- Estabelecer as prioridades de execução das obras contidas nos planos de melhorias, ampliações e reforços associados às instalações em operação.

Superintendência de Planejamento e Engenharia de Manutenção - EM.O

São atribuições deste órgão:

- Planejar, coordenar e executar as atividades de engenharia de manutenção dos equipamentos de geração, transmissão e telecomunicações.
- Prestar apoio técnico aos órgãos regionais responsáveis pelas atividades de execução de manutenção dos equipamentos de geração, transmissão e telecomunicações.
- Definir e normatizar políticas de gestão de ativos, gestão de riscos, otimização de custos e padrões de desempenho dos equipamentos de geração, transmissão e telecomunicações.
- Planejar, coordenar e executar obras que não possuam receita autorizada pelo regulador, necessárias à manutenção da confiabilidade e disponibilidade dos equipamentos de geração, transmissão e telecomunicações.
- Promover, junto aos fabricantes e prestadores de serviços externos, a solução dos problemas de manutenção dos equipamentos de geração, transmissão e telecomunicações.

3.7 Macroprocessos finalísticos

Quadro A.3.7 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocesso ^(*)	Descrição	Produtos e Serviços	Subunidades Responsáveis
Desenvolvimento de novos negócios	Prospecção de Oportunidades Estruturação e Viabilização do Negócio	- participação em leilões de novos negócios - constituição de SPE	SN.N
Gestão de Participações	Gestão Societária de Participações Gestão Econômico-Financeira de Participações	- gestão das SPEs	SP.N
Estudos e projetos de geração	Desenvolvimento de Projeto de Geração Serviços de Segurança de Barragens Desenvolvimento de Estudos Técnicos da Geração Planejamento da Expansão da Geração Projetos de Melhoria do Sistema de Geração	- projetos de geração - projetos de melhorias de geração	SE.E
Implantação de Empreendimentos de Geração	Gestão e Fiscalização de Obras de Geração	- construção dos empreendimentos de geração	SI.E

Macroprocesso ^(*)	Descrição	Produtos e Serviços	Subunidades Responsáveis
	Execução de Obras de Geração		
Estudos e Projetos de Transmissão	Desenvolvimento de Projeto de Transmissão Desenvolvimento de Estudos Técnicos de Transmissão Planejamento da Expansão da Transmissão Projetos de Melhoria do Sistema de Transmissão	- projetos de transmissão - projetos de melhorias de transmissão	SE.E
Implantação de Empreendimentos de Transmissão	Gestão e Fiscalização de Obras de Transmissão Execução de Obras de Transmissão	- construção dos empreendimentos de transmissão	SI.E
Meio Ambiente e Gestão Fundiária	Gestão Ambiental Gestão Fundiária	- Licenciamentos ambientais - Regularização fundiária	GA.E
P&D e Serviços Tecnológicos	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Laboratórios Para Testes e Ensaios Gestão e Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras Tecnologia de Materiais e Equipamentos	- Execução de projetos de inovação e pesquisa e desenvolvimento - Serviços de tecnologia	SE.E
Comercialização de Serviços	Prospecção de Mercado Identificação e Especificação do Portfólio de Serviços Negociação e Venda de Serviços Gestão de Contratos de Serviços	- Pesquisa de mercado - Gestão de contratos de comercialização de serviços	SP.N
Comercialização de Energia e Transmissão	Compra e Venda de Energia Gestão de Contratos de Comercialização de Transmissão	- Gestão de contratos de energia	CE.N

Macroprocesso ^(*)	Descrição	Produtos e Serviços	Subunidades Responsáveis
	Relacionamento Comercial		
Operação de Geração e Transmissão	<p>Operação em Tempo Real de Instalações de Geração</p> <p>Operação em Tempo Real de Instalações de Transmissão</p> <p>Operação em Tempo Real de Instalações de Geração e Transmissão</p>	- Operação dos empreendimentos	PO.O e PS.O
Manutenção de Geração e Transmissão	<p>Engenharia de Manutenção de Geração e Transmissão</p> <p>Planejamento da Manutenção de Geração e Transmissão</p> <p>Execução da Manutenção de Equipamentos de Geração e Transmissão</p> <p>Execução da Manutenção de Equipamentos de Telecomunicação de Geração e Transmissão</p> <p>Execução da Manutenção de Sistemas de Controle de Transmissão em Corrente Contínua</p> <p>Execução da Manutenção de Sistemas de Proteção e Controle da Geração e Transmissão</p> <p>Controle das Conformidades Técnicas nas Instalações em Operação de Geração e Transmissão</p> <p>Apoio à Operação e à Manutenção</p>	- Planejamento e execução das manutenções dos empreendimentos de geração e de transmissão	PO.O e PS.O
Operação de Sistema	<p>Pré-Operação de Ativos do Sistema</p> <p>Pós-Operação de Ativos do Sistema</p> <p>Operação dos Sistemas de Telecomunicação</p>	<p>- supervisão e controle da operação do sistema elétrico e do sistema de telecomunicações;</p> <p>- programação das intervenções no sistema elétrico;</p>	SO.O

Macroprocesso ^(*)	Descrição	Produtos e Serviços	Subunidades Responsáveis
	Engenharia de Proteção e Automação do Sistema	- planejamento da operação elétrica;	
	Engenharia de Operação do Sistema	- programação da operação energética;	
	Operação em Tempo Real do Sistema	- ajuste dos sistemas de proteção e controle;	
	Hidrometeorologia	- análise de perturbações.	
	Engenharia de Manutenção de Sistemas de Proteção		

Fonte: Assessoria de Organização e Processos – AOP.A

^(*) Cabe ressaltar que, embora tenha sido definida uma arquitetura de processos na qual é possível identificar os macroprocessos de negócio e seus líderes, não foi realizado o mapeamento completo dos macroprocessos. Há iniciativas de mapeamento de alguns processos atendendo a demandas específicas. Cabe, ainda, esclarecer que o mapeamento existente não contempla a informação de “principais clientes” (referido no manual de orientação).

3.8 Composição acionária do capital social

Quadro A.3.8 - Composição Acionária do Capital Social

UJ COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2015				
Denominação completa				
Furnas - Centrais Elétricas S.A.				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Governo	Outras Entidades Governamentais			
	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	77,876386	77,876386	77,876386
	Depto. de Águas Energia Elétrica Est.S.Paulo - DAEE	0,113274	0,113274	0,113274
	Fundos de Pensão			
	CERES- Fund. Seg. Soc. Sist. Embrapa e Embrater	0,021549	0,021549	0,021549
% Governo		78,011209	78,011209	78,011209
Free Float	Pessoas Físicas	0,000793	0,000793	0,000793
	Pessoas Jurídicas	0,000026	0,000026	0,000026
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	% free float	0,000819	0,000819	0,000819
Subtotal Ordinárias (%)		78,012028	78,012028	78,012028
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Governo	Outras Entidades Governamentais			
	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	21,684322	21,684322	21,684322
	Depto. de Águas Energia Elétrica Est.S.Paulo - DAEE	0,140749	0,140749	0,140749
	Fundos de Pensão			
	CERES- Fund. Seg. Soc. Sist. Embrapa e Embrater	0,021550	0,021550	0,021550
% Governo		21,846621	21,846621	21,846621
Free Float	Pessoas Físicas	0,040979	0,040979	0,040979
	Pessoas Jurídicas	0,100372	0,100372	0,100372
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	% free float	0,141351	0,141351	0,141351
Subtotal Preferenciais (%)		21,987972	21,987972	21,987972
Total		100%	100%	100%
Fonte: Superintendência de Finanças Corporativas – SF.F				

Fonte: Superintendência de Finanças Corporativas – SF.F

3.9 Participação em outras sociedades

Quadro A.3.9 – Investimentos permanentes em outras sociedades

	UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2014			
Denominação Investidora		FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.		
	Ações Ordinárias (% de participação)			
Empresa Investida	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
ENERPEIXE S.A.	40,00	40,00	40,00	40,0
BAGUARI ENERGIA S.A. (*)	30,61	30,61	30,61	30,61
RETIRO BAIXO ENERGÉTICA S.A.	49,00	49,00	49,00	49,00
CHAPECOENSE GERAÇÃO S.A.	40,00	40,00	40,00	40,00
SERRA DO FACÃO ENERGIA S.A. (**)	49,47	49,47	49,47	49,47
MADEIRA ENERGIA S.A.	39,00	39,00	39,00	39,00
INAMBARI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	19,60	19,60	19,60	19,60
REI DOS VENTOS 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.	24,50	24,50	24,50	24,50
BRASVENTOS EOLO GERADORA DE ENERGIA S.A.	24,50	24,50	24,50	24,50
BRASVENTOS MIASSABA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.	24,50	24,50	24,50	24,50
TELES PÍRES PARTICIPAÇÕES S.A. (***)	24,72	24,72	24,72	24,72
CIA. TRANSLESTE DE TRANSMISSÃO	24,00	24,00	24,00	24,00
CIA. TRANSIRAPÉ DE TRANSMISSÃO	24,50	24,50	24,50	24,50
CIA. TRANSUDESTE DE TRANSMISSÃO	25,00	25,00	25,00	25,00
CIA. DE TRANSMISSÃO CENTROESTE DE MINAS	49,00	49,00	49,00	49,00
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S.A.	24,50	24,50	24,50	24,50
TRANSENERGIA GÓIAS S.A.	99,00	49,00	49,00	49,00
TRANSENERGIA SÃO PAULO S.A.	49,00	49,00	49,00	49,00
GOIÁS TRANSMISSÃO S.A.	49,00	49,00	49,00	49,00
TRANSENERGIA RENOVÁVEL S.A.	49,00	49,00	49,00	49,00
MGE TRANSMISSÃO S.A.	49,00	49,00	49,00	49,00
CALDAS NOVAS TRANSMISSÃO S.A.	49,90	49,90	49,90	49,90
LUZIÂNIA-NIQUELÂNDIA TRANSMISSORA S.A.	49,00	49,00	49,00	49,00
ENERGIA DOS VENTOS V A IX – Fortim : (Central Eólica S.Januário, Central Eólica N.Sra. Fátima, Central Eólica. Jandaia, Central Eólica. S. Clemente, Central Eólica Jandaia I).	99,99	49,00	49,00	49,00
ENERGIA DOS VENTOS I, II, III, IV, X – Aracati : (Central Eólica Goiabeira, Central Eólica Ubatuba, Central Eólica Santa Catarina, Central Eólica Pitombeira, Central Eólica Horizonte).	-	-	49,00	49,00
PARANAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	24,50	24,50	24,50	-
VALE DO SÃO BARTOLOMEU S.A.	39,00	39,00	39,00	-
TRIÂNGULO MINEIRO TRANSMISSORA S.A.	49,00	49,00	49,00	-
LAGO AZUL TRANSMISSORA S.A.	49,90	49,90	49,90	-
MATA DE SANTA GENEVRA TRANSMISSORA S.A.	49,90	49,90	49,90	-
COMPLEXO FAMOSA S.A.: (Central Eólica Famosa I S.A., Central Eólica Rosada S.A.; Central Eólica Pau Brasil S.A e Central Eólica São Paulo S.A.).	49,00	49,00	49,00	-
COMPLEXO BALEIA: (Bom Jesus Eólica S.A., Cachoeira Eólica S.A., Pitimbu Eólica S.A.; São Caetano Eólica S.A., São Caetano I Eólica S.A;	49,00	49,00	49,00	-

	UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2014			
Denominação Investidora		FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.		
	Ações Ordinárias (% de participação)			
Empresa Investida	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
São Galvão Eólica S.A). COMPLEXO PUNAÚ: (Carnaúba I Eólica S.A., Carnaúba II Eólica S.A., Carnaúba III Eólica S.A., Carnaúba V Eólica S.A., Cervantes I Eólica S.A., Cervantes II Eólica S.A., Punaú I Eólica S.A.) .				
COMPLEXO EÓLICO ITAGUAÇU DA BAHIA: (Parque Itaguaçu da Bahia, Parque Santa Luiza, Parque Santa Madalena, Parque Santa Marcela, Parque Santa Vera, Parque Santo Antônio, Parque São Bento, Parque São Cirilo, Parque São João e Parque São Rafael).	49,00	49,00	-	-
COMPLEXO ACARAÚ: (Parque Eólico Santa Rosa, Parque Eólico Uirapuru e Parque Eólico Ventos do Angelim) (****)	90,00	90,00	-	-
COMPLEXO SERRA DO MEL: (Parque Serra do Mel I, Parque Serra do Mel II e Parque Serra do Mel III) ****	90,00	90,00	-	-
COMPLEXO FAMOSA III: (Parque Arara Azul, Parque Bentevi, Parque Ouro Verde I, Parque Ouro Verde II e Parque Ouro Verde III) (****)	90,00	90,00	-	-
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA BELO MONTE S.A.	24,50	24,50	-	-
TIJOÁ PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.	49,90	49,90	-	-
ENERGIA OLÍMPICA S.A.	49,90	49,90	-	-
EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.	33,30	33,30	-	-

Fonte: Superintendência de Gestão de Negócios e de Participações – SP.N

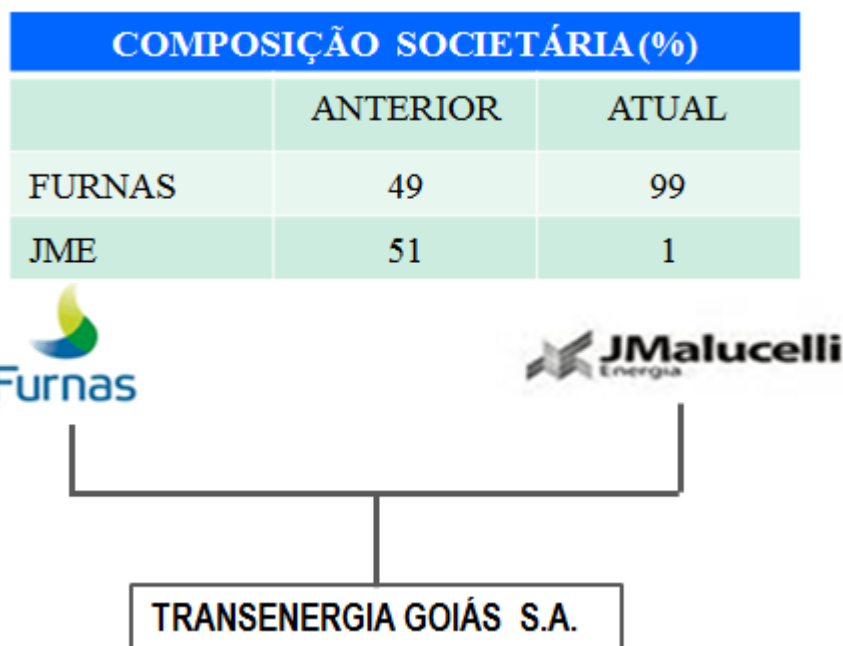
3.10 Principais eventos societários ocorridos no exercício

Transenergia Goiás S/A (TGO)

Em 05.11.2014, A J.Malucelli doou suas ações para FURNAS, mantendo-se detentora de 1% das ações da TGO, enquanto Furnas passaria a deter 99%. A doação estava condicionada ao implemento cumulativo das seguintes aprovações:

- (i) aprovação prévia do CADE, ocorrida em 06.04.2015 conforme Despacho 388;
- (ii) (ii) aprovação prévia da ANEEL, ocorrida em 18.08.2015, conforme Resolução Autorizativa 5414, e
- (iii) (iii) aprovação prévia do DEST, concedida em 07.12.2015, conforme Nota Técnica SEI nº 4954/2015-MP.

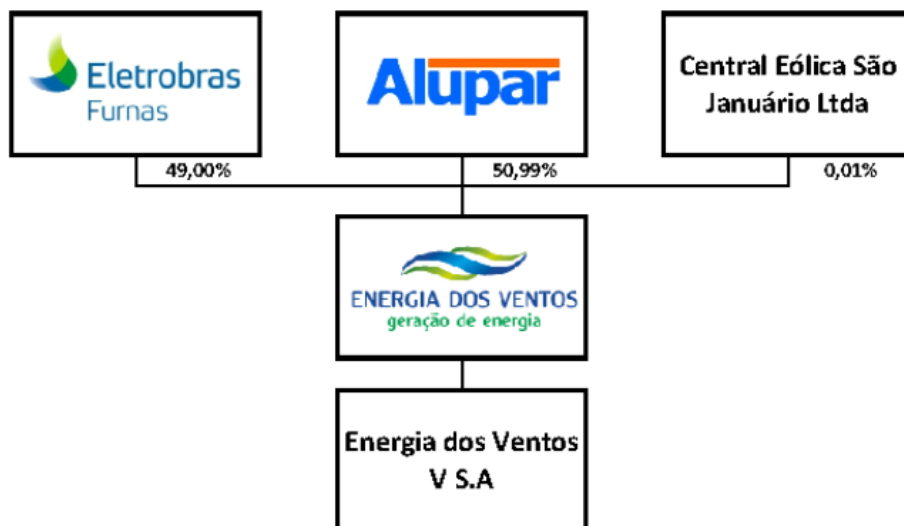
Desta forma, a TGO foi autorizada a tornar-se estatal em 07.12.2015, após o processo de elaboração da revisão do orçamento de 2015 e do orçamento de 2016, com a seguinte configuração representada na figura abaixo.



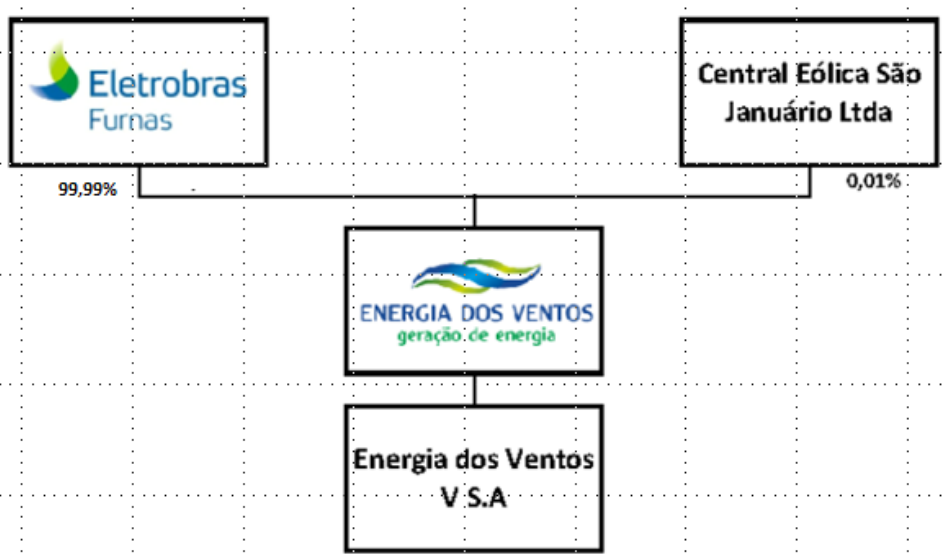
Complexo Fortim

Em 2015, Furnas consolidou a assunção de participação societária das SPEs que compõem o Complexo FORTIM (Energia dos Ventos V S.A., Energia dos Ventos VI S.A., Energia dos Ventos VII S.A., Energia dos Ventos VIII S.A. e Energia dos Ventos IX S.A.). A participação de Furnas, que era de 49,00%, passou a ser de 99,99%, em função de distrato contratual com o antigo sócio (Alupar).

Configuração Anterior (Exemplo: Energia dos Ventos V S/A)



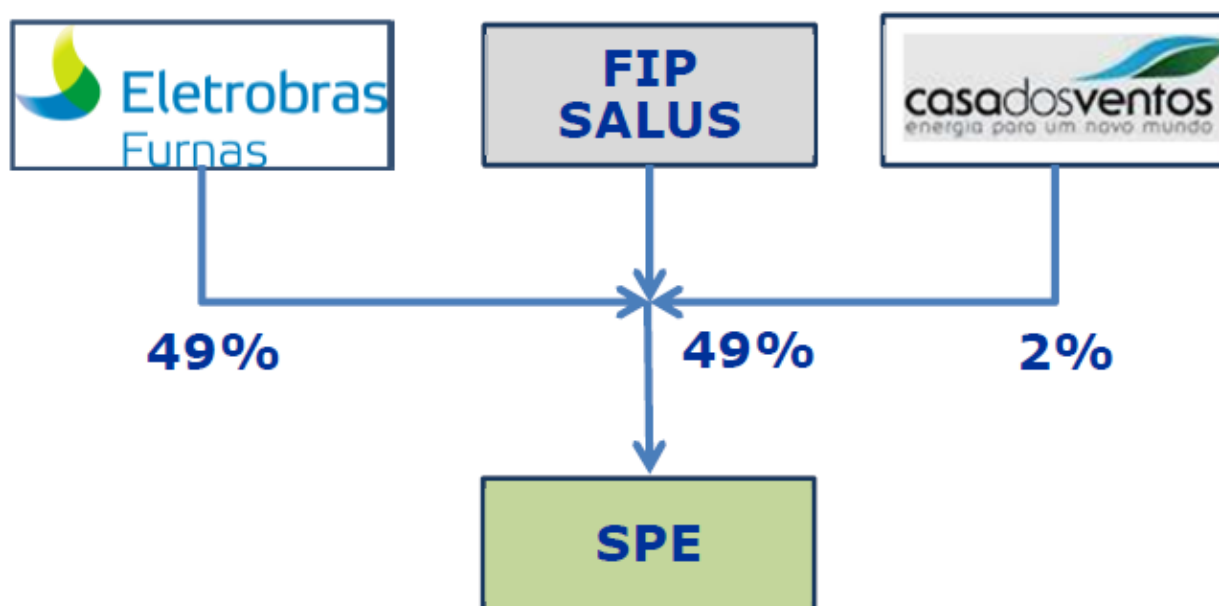
Configuração Atual (Exemplo: Energia dos Ventos V S/A)



Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S/A (Holding)

Criação, em maio de 2015, de uma empresa Holding para consolidar as informações das SPEs que compõem o Complexo Eólico denominado Itaguaçu da Bahia. O Complexo é formado por 10 parques geradores (EOL Itaguaçu da Bahia, EOL Ventos de Santa Luiza, EOL Ventos de Santa Madalena, EOL Ventos de Santa Marcella, EOL Ventos de Santa Vera, EOL Ventos de Santo Antônio, EOL Ventos de São Bento, EOL Ventos de São Cirilo, EOL Ventos de São João, EOL Ventos de São Rafael).

Foi mantida a mesma estruturação societária, exemplificada abaixo:



4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

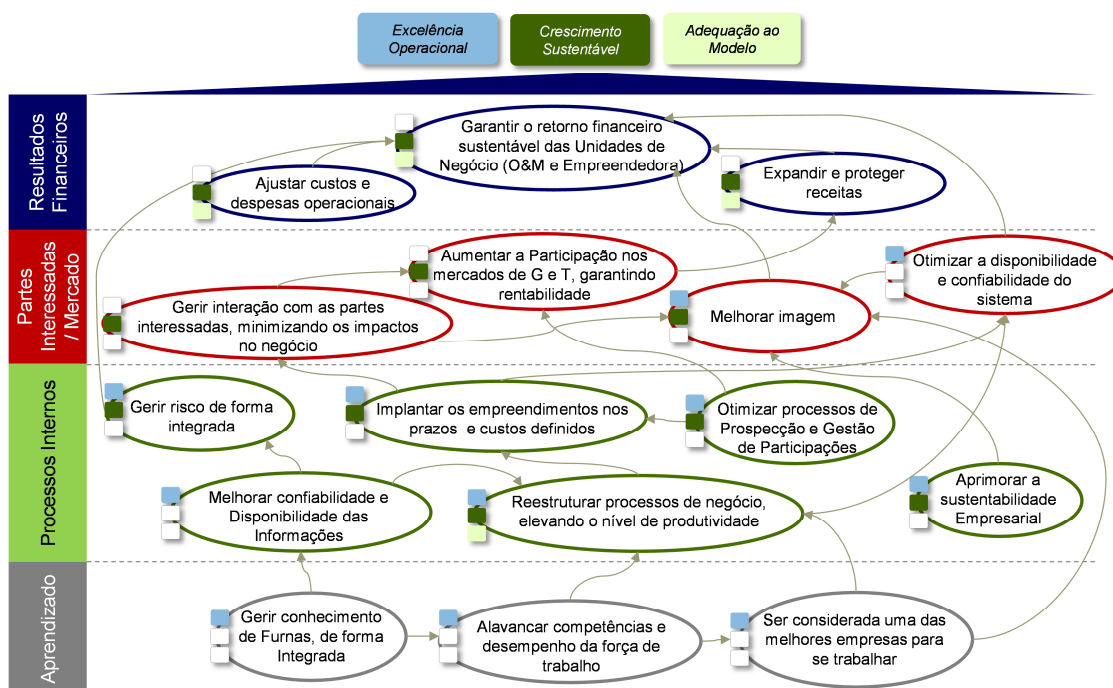
4.1 Planejamento organizacional

O Plano Estratégico de Furnas conta com três direcionadores estratégicos balizados no novo cenário setorial mais desafiador, na necessidade de uma atuação ágil, competitiva, eficiente e rentável, no cumprimento de seu papel institucional e no efetivo aproveitamento de oportunidades de mercado. Os direcionadores estratégicos, emanados da Diretoria Executiva, são:

- Excelência operacional: Furnas considera, em sua atuação como empresa de Operação e Manutenção (O&M), a excelência operacional como primordial, tendo em vista a importância de seu parque industrial no contexto do sistema elétrico do País, e deste para a vida nacional.
- Crescimento com sustentabilidade: o objetivo da empresa é o crescimento de seus negócios ou, em outras palavras, disputa de *market-share*, porém sem sacrifício: a) do meio-ambiente; b) das comunidades de alguma forma afetadas por seus empreendimentos e instalações; e c) de sua rentabilidade atual e futura.
- Adequação ao modelo regulatório: Furnas tem como norte a adequação permanente de sua atuação e de seus negócios à dinâmica da regulação do setor.

O Mapa Estratégico, ilustrado na figura a seguir, possui 16 objetivos, agrupados nas perspectivas de resultados financeiros, partes interessadas/mercado, processos internos e aprendizado. Ele apresenta os desafios que a Empresa terá de superar para alcançar sua visão de futuro, com horizonte de 2018.

Mapa Estratégico Corporativo de Furnas
Versão Revisada 2014



Algumas ameaças identificadas no contexto macroeconômico (citadas no item 3.5), como a queda da atividade econômica e a crise hídrica, podem caracterizar-se como riscos para o alcance dos objetivos estratégicos. Com o intuito de rechaçar tais ameaças, foram definidas iniciativas estratégicas a serem tratadas por cada Diretoria.

Os painéis de cada Diretoria, denominados de plano tático, são compostos por objetivos gerenciais e suas respectivas iniciativas desdobradas até o nível de Superintendência. O acompanhamento destas iniciativas é realizado durante as Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAEs).

As iniciativas estratégicas podem abranger possível revisão de macroprocessos, adequação nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, dentre outras, com vistas ao alcance dos objetivos estratégicos delineados. A título de exemplo, temos:

- Concluir a estruturação e sistematização dos processos do Centro de Serviços Compartilhados (CSC);
- Implantar o primeiro ciclo da Mobilidade Interna;
- Implantar o programa de Gestão de Ativos;
- Adequar o SAP ao ProERP (Eletrobras);
- Introduzir temas de sustentabilidade na estrutura de governança das SPEs.

4.1.2 Descrição sintética dos objetivos do exercício

A descrição dos objetivos estratégicos presentes no Mapa Estratégico, agrupados por perspectiva, é apresentada a seguir:

Descrição dos objetivos estratégicos Perspectiva de Resultados Financeiros

Garantir o retorno financeiro das unidades de negócios de O&M e Empreendedora

Consiste em assegurar o retorno financeiro esperado sobre os investimentos em Novos Negócios, por meio de SPEs, e sobre as atividades de O&M dentro da nova realidade pós MP579; através de uma gestão integrada, ativa e contínua de todas as unidades de negócio.

Expandir e proteger receitas

Se fundamenta:

- Obter reconhecimento junto à ANEEL da revisão do modelo de remuneração pelo O&M dos ativos;
- Otimizar a estratégia de comercialização de energia;
- Garantir a precificação adequada dos serviços prestados (serviços de engenharia e estudos de viabilidade);
- Otimizar as receitas de geração e transmissão das SPE via dividendos;
- Reivindicar junto a ANEEL, a remuneração pelas Melhorias realizadas nos ativos das concessões prorrogadas antecipadamente;
- Evitar perda de receita em função das parcelas variáveis;
- Recuperar o valor contábil dos ativos através das indenizações.

Ajustar custos e despesas operacionais

Obter redução dos custos e despesas operacionais através da implantação de iniciativas que promovam incremento de produtividade e da excelência operacional de Fumas

Descrição dos objetivos estratégicos

Perspectiva de Partes Interessadas

Aumentar a Participação nos mercados de G e T, garantindo rentabilidade

Aumento da participação nos mercados de geração e transmissão através da entrada em empreendimentos com taxas de retorno iguais ou superiores ao previsto no planejamento financeiro de Furnas (Plano Diretor)

Gerir interação com as partes interessadas, minimizando os impactos no negócio

Conduzir a administração do relacionamento de Furnas com as partes interessadas no negócio, destacando-se os seguintes exemplos: Órgãos Licenciatórios, Órgão Regulador, Sociedade, Governo, Parceiros, Fornecedores e Acionistas

Otimizar a disponibilidade e confiabilidade do sistema

Operar sustentavelmente e assegurar a correta realização de manutenções no sistema elétrico de Furnas, garantindo com que o serviço de geração e transmissão não sofra interrupções não planejadas

Melhorar imagem

Se baseia em um processo de cultivo de relações positivas com as partes interessadas e na qualidade da prestação de serviços de geração e transmissão de energia, tendo impacto direto e indireto na opinião pública e na imagem da empresa

Descrição dos objetivos estratégicos

Perspectiva de Processos Internos (1/2)

Otimizar processos de prospecção e gestão de participações

Estruturar de maneira mais sustentável e rentável, as estratégias de prospecção de novos parceiros e empreendimentos sob o modelo de SPEs, assim como aprimorar e dar maior visibilidade para a gestão

Implantar os empreendimentos nos prazos e custos definidos

Aprimorar os processos de execução e gerenciamento de implantação dos empreendimentos, de modo que o cronograma, planejamento de recursos e retorno esperado sejam respeitados e atendidos

Gerir risco de forma integrada

Medir, integradamente na empresa, o grau de incerteza na obtenção do retorno esperado, destacando-se as naturezas de riscos: Operacional, Financeiro, Corporativo, etc.

Descrição dos objetivos estratégicos

Perspectiva de Processos Internos (2/2)

Melhorar confiabilidade e disponibilidade das informações

Potencializar o processamento, manipulação e organização de dados, de tal forma que represente uma melhora, quantitativa e qualitativa, no acesso a informação em Furnas, proporcionando melhor assertividade e agilidade no processo decisório

Reestruturar processos de negócio, elevando o nível de produtividade

Mapeamento e reestruturação dos processos de negócio de Furnas, tendo como base a consolidação dos centros de serviços compartilhados, causando um elevado impacto na qualidade e agilidade dos serviços e reduzindo o nível de retrabalho e de custos em um cenário integrado de processos

Aprimorar a sustentabilidade empresarial

Uso correto e coeso dos recursos naturais e dos ativos de Furnas nos âmbitos sociais, energéticos e ambientais, visando o crescimento econômico, porém, sem degradar o meio ambiente e comprometer a satisfação das necessidades de gerações futuras

Descrição dos objetivos estratégicos

Perspectiva de Aprendizado e Crescimento

Ser considerada uma das melhores empresas para se trabalhar

Ser vista como uma empresa de excelência/referência na capacitação e relacionamento com sua força de trabalho, assim como na manutenção de um ambiente de trabalho prazeroso e desafiador, motivando seus colaboradores e estimulando o desejo de se trabalhar em Furnas

Gerir conhecimento de Furnas, de forma Integrada

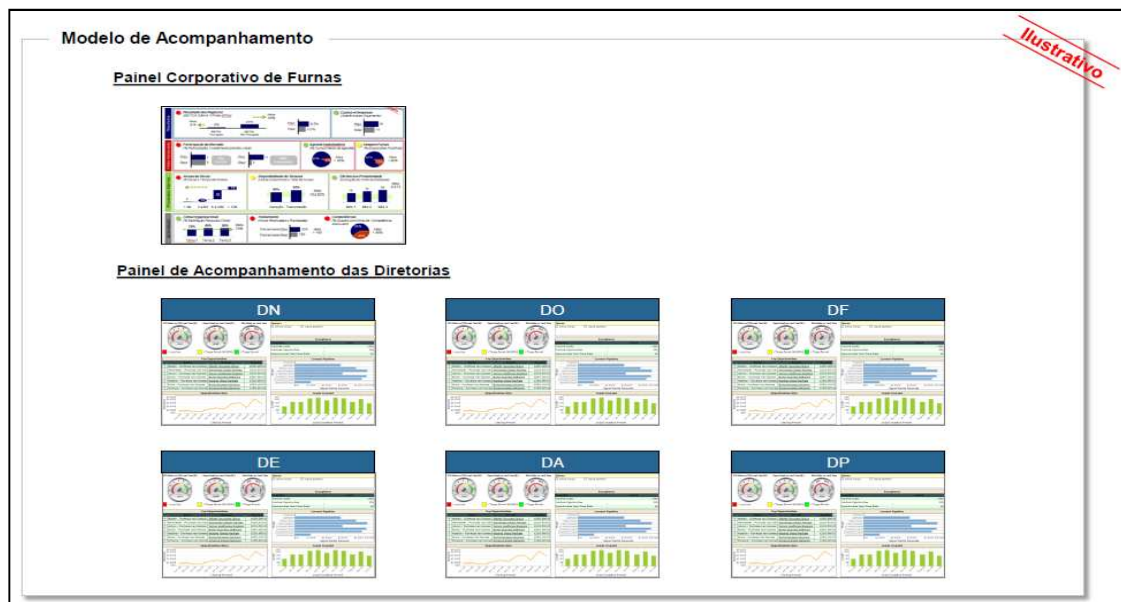
Viabilizar o compartilhamento e registro de informações e conhecimento entre todas as áreas da empresa a fim de promover a melhoria contínua na execução dos processos de negócio

Alavancar competências e desempenho da força de trabalho

Identificar e desenvolver as competências profissionais, englobando os conhecimentos, habilidades e atitudes para que o desempenho da força de trabalho seja maximizado

4.1.3 Estágio de implementação do planejamento estratégico

A implantação do Planejamento Estratégico de Furnas foi evidenciada a partir do monitoramento do desempenho dos objetivos constantes dos painéis estratégicos que vêm ocorrendo, desde maio de 2014, através da realização das Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAEs). O modelo utilizado para o acompanhamento da estratégia está ilustrado na figura a seguir.



As RAEs contam com a participação da Diretoria, Assistentes de Diretoria e Superintendentes, e seu objetivo é promover a discussão acerca dos resultados da Empresa a partir de indicadores e iniciativas presentes no Painel Corporativo e nos painéis de cada Diretoria relacionados aos objetivos estratégicos estabelecidos. Nas RAEs, a partir da apresentação dos painéis estratégicos, os desafios de cada área são compartilhados com a alta e média direção, compromissos de apoio entre as áreas são firmados e ações de correção são pactuadas com vistas à consecução dos objetivos estratégicos.

Consolidado este processo de monitoramento dos indicadores e iniciativas, a Empresa deu mais um passo para a maturidade de sua Gestão da Estratégia ao iniciar, em maio de 2015, o Ciclo de Aprendizado Estratégico. Para isto, foi feita uma reflexão sobre possíveis lacunas e pontos de melhoria no conjunto de objetivos que traduzem a estratégia escolhida.

Esta reflexão foi baseada no quadro geral dos indicadores e iniciativas, como também nas ameaças e oportunidades identificadas a partir da análise do contexto macroeconômico de curto e médio prazos.

Como exemplo da reflexão realizada, novos desafios foram definidos e traduzidos em novas iniciativas estratégicas que passaram a ser acompanhados durante as RAEs:

- Fortalecer o processo de desenvolvimento e controle orçamentário, implementando a metodologia de Orçamento Base Zero (OBZ);
- Promover ações internas visando à redução do impacto do *Generation Scaling Factor* (GSF) em Furnas;
- Proteger a receita da Empresa por meio de ações: aprimorar processo de gestão dos ativos corporativos; priorizar investimentos com receita definida; intensificar atuação junto à Aneel;
- Atuar para defender o volume de indenizações de Geração e Transmissão.

4.1.4 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A definição da Missão, assim como da Visão, foi um dos primeiros resultados da elaboração do Planejamento Estratégico de Furnas, tendo, posteriormente, servido de alicerce para as demais definições da Estratégia.

O alinhamento da Missão – “atuar com excelência empresarial e responsabilidade socioambiental no setor de energia elétrica, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade” – ao Plano Estratégico pode ser claramente evidenciado pelo Mapa Estratégico, onde os objetivos estratégicos ali presentes traduzem a Missão empresarial e de como poderemos atingir a Visão de futuro estabelecida para a Empresa.

4.3 Desempenho orçamentário

4.3.8 Informações sobre a realização das receitas

Composição de saldo	2015			2014	
	Realizado até dezembro	Remanejamento Ofício nº 29774 de 18.12.2015	Variação Percentual	Realizado até dezembro	Variação Percentual
Venda de Energia	6.563.372.762	6.408.528.784	2,4%	6.228.973.880	5,1%
Dividendos e JCP	734.316	458.000	37,6%	1.605.255	-118,6%
Renda de Financiamentos LP	59.954.223	49.301.628	17,8%	58.820.729	1,9%
Outras Receitas Operacionais	180.714.875	206.837.428	-14,5%	78.832.149	56,4%
Total	6.804.776.176	6.665.125.840	2,05%	6.368.232.013	6,42%

Venda de energia

As variações foram consideradas normais.

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP)

Em 2014, houve uma classificação equivocada dos dividendos provenientes da SPE Transudeste de Transmissão no valor de R\$ 1.033.557, que deveriam ser classificados como investimento no ativo não circulante. Este montante será reclassificado no exercício de 2016. Caso se desconsidere o montante mencionado acima, a variação passa para 21%, justificada, basicamente, pelo dividendo recebido da Investco S.A. que, em 2015, foi superior a 2014.

Com relação ao realizado X orçado, a variação pode ser, principalmente, explicada pelo dividendo da Investco S.A. recebida em novembro de 2015 no valor de R\$ 251.160, acima do previsto.

Renda de financiamento de longo prazo

A variação do realizado 2015 X 2014 foi considerada dentro da normalidade.

Com relação à variação orçado X realizado, esta se deve, basicamente, ao recebimento da dívida do Tesouro Nacional com Furnas, cujo fluxo de pagamento é variável, dependente da disponibilidade da União. Conservadoramente, no orçamento havia uma expectativa de recebimento menor.

Outras receitas operacionais

A variação do realizado deve-se, principalmente, à emissão de notas fiscais referentes às penalidades contratuais aplicadas aos fornecedores inadimplentes, da ordem de R\$ 111.698.666.

Abertura mensal das receitas

<i>Exercício de 2015</i>	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Realizado até dezembro
Venda de Energia	561.368.668	542.907.576	582.949.779	554.427.529	461.872.637	464.192.188	657.716.841	556.050.537	586.574.559	533.956.297	514.741.404	546.614.747	6.563.372.762
Dividendos e JCP	0	0	11.624	303.851	8.690	4.761	4.898	11.275	103	3.472	251.160	134.482	734.316
Renda de Financiamentos LP	4.930.734	4.564.679	4.856.950	4.927.538	5.118.894	4.786.655	5.014.966	5.014.837	4.766.775	5.184.093	5.366.899	5.421.203	59.954.223
Outras Receitas Operacionais	23.721.358	4.201.483	6.274.571	110.466.529	5.567.054	6.844.377	6.092.551	3.359.218	3.933.113	2.836.418	3.158.975	4.259.228	180.714.875

Exercício de 2014	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Realizado até dezembro (a)
Venda de Energia	468.244.500	475.646.857	615.235.649	683.452.855	395.173.468	462.434.926	616.137.930	506.244.628	457.105.803	500.612.929	505.451.069	543.233.266	6.228.973.880
Dividendos e JCP	6.808	1.528	307	426	7.872	6.711	158.744	1.169.196	0	117.031	0	136.632	1.605.255
Renda de Financiamentos LP	5.236.509	4.786.332	5.250.795	5.172.282	5.129.838	4.773.581	4.708.179	4.674.678	4.586.903	4.794.436	4.702.008	5.005.188	58.820.729
Outras Receitas Operacionais	32.127.458	2.784.141	2.953.037	2.376.229	2.581.613	4.438.629	8.286.839	3.998.565	6.047.030	4.637.508	4.365.786	5.350.880	78.832.149

Nota:

Os valores orçamentários realizados baseiam-se nos valores contábeis registrados na demonstração do resultado (DRE) regulatória que seguem as regulamentações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Cabe destacar que a DRE regulatória é diferente da DRE societária que é publicada e exigida para fins estatutários.

Segundo a nota 41 das notas explicativas regulatórias (preliminar, pois até emissão deste relatório, o exame das DFs regulatórias pelos auditores independentes ainda não havia sido concluído):

“Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no MCSE 2015. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.”

A seguir, um comparativo das receitas segundo as práticas regulatórias e societárias:

	Nota	2015			2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE RECEITA							
Fornecimento de energia elétrica		15.445	-	15.445	14.896	-	14.896
Suprimento de energia elétrica	41.10	4.716.369	-	4.716.369	4.262.388	4.255	4.266.643
Energia elétrica de curto prazo		507.223	-	507.223	856.977	-	856.977
Disponibilização do sistema de transmissão	41.11	1.324.335	(1.324.335)	-	1.094.714	(1.094.714)	-
Financeira – retorno sobre investimento	41.3	-	215.262	215.262	-	212.283	212.283
Receita de construção	41.12	-	627.942	627.942	-	669.512	669.512
Outras receitas	41.13	196.861	1.068.150	1.265.011	181.291	856.738	1.038.029
		6.760.233	587.019	7.347.252	6.410.266	648.074	7.058.340

Observação: As notas 41.3 e 41.10 a 41.13 compõem as notas explicativas regulatórias ainda não finalizadas.

4.3.9 Informações sobre a execução das despesas

Quadro A.4.3.9.1- Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Modalidade de Contratação	Despesa Realizada	
	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.022.774.548	1.159.907.132
a) Convite	4.008.598	2.681.186
b) Tomada de Preços	28.151.593	32.306.951
c) Concorrência	207.404.443	190.190.698
d) Pregão	783.209.914	934.728.297
e) Concurso	0	0
f) Consulta	0	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0
2. Contratações Diretas (h+i)	449.089.266	178.794.749
h) Dispensa	360.320.003	101.371.795
i) Inexigibilidade	88.769.263	77.422.954
3. Regime de Execução Especial	0	0
j) Suprimento de Fundos	0	0
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.082.391.643	1.006.764.417
k) Pagamento em Folha	1.072.458.797	995.670.504
l) Diárias	9.932.846	11.093.913
5. Outros	598.259.831	660.575.437
6. Total (1+2+3+4+5)	3.152.515.288	3.006.141.735

Observações: 2014: Valores dos itens 4 e 6 foram retificados. O item 5 (Outros) compreende as seguintes despesas: - R\$ 47.243.732 relativos a Pequeno Vulto - R\$ 5.971.801 relativos a adesão de Registro de Preços da Eletrobras - R\$ 31.661.226 relativos a Convênios - R\$ 532.775.893 relativos ao contrato de fornecimento de gás da Petrobras para a Usina Termelétrica de Santa Cruz - R\$ 39.635.728 relativos a pagamento de aluguel para a Fundação Real Grandeza - R\$ 461.047 relativos a pagamentos de AS - R\$ 1.015.494 relativos a pagamentos da GAP - R\$ 1.810.516 outros
2015: O item 5 - Outros compreende as seguintes despesas: - R\$ 42.553.793 relativos a Pequeno Vulto - R\$ 3.385.156 relativos a adesão de Registro de Preços - R\$ 15.542.428 relativos a Convênios - R\$ 466.212.651 relativos ao contrato de fornecimento de gás da Petrobras para a Usina Termelétrica de Santa Cruz - R\$ 70.566.803 relativos a pagamento de aluguel para a Fundação Real Grandeza
Fonte: Superintendência de Gestão de Suprimentos – GS.A ,Superintendência de Planejamento, Análise e Controle Financeiro – OP.F e Divisão de Sistema Corporativo - DDSC.A,

Quadros A.4.3.9.2 – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.1G96.0001			Tipo: Projeto		
Título		Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha, com 52,5 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 75 km de Extensão (MG/GO)					
Iniciativa		04A9 - Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha (GO/MG)					
Objetivo		Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária. Código: 0019					
Programa		Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:	
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
9.169.637	14.539.018	12.690.691	Adicionar 52,5 MW de potência instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHE)	MW	0%	1%	0%
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional:

A Usina Hidrelétrica Batalha está localizada no Rio São Marcos, entre os municípios de Cristalina (GO) e Paracatu (MG), com 52,5 MW de potência instalada, composta de duas turbinas Kaplan, de 26,25 MW cada, e de sistema de transmissão associado, composto da conexão da UHE Batalha à SE Paracatu por meio de linha de transmissão em 138 kV de interesse restrito, com 75 km de extensão (MG/GO).

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão Aneel 002/2005, de 16.12.2005. O Contrato de Concessão nº 002/2006 – MME foi assinado em 15.08.2006.

Este empreendimento integra o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal e, em 2014, atingiu 100% de execução física global.

As duas unidades geradoras da usina entraram em operação comercial em 17 de maio de 2014.

Em 2015, destacamos as seguintes atividades:

- Construção e reforma de edificações localizadas na área de interferência do reservatório.
- Fornecimento e montagem de equipamentos secundários referentes à UHE Batalha.
- Fornecimento e instalação de defensas metálicas e semi-maleáveis na estrada de acesso a Casa de Força e Subestação da Usina.
- Relocação de redes rurais.
- Realização de serviços de topografia nas áreas de interferência e influência do reservatório
- Ações ambientais de monitoramento e conservação da fauna, do monitoramento da água do reservatório.
- Gestão ambiental.
- Gestão fundiária.
- Pagamentos com indenizações fundiárias.

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.1G98.0030		Tipo: Projeto			
Título		Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício, com 305,7 MW, da PCH Anta, com 28 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 120 km de extensão (MG/RJ)					
Iniciativa		000M - Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício (MG/RS)					
Objetivo		Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária. Código: 0019					
Programa		Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:	
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		(x) Sim () Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
10.960.046	21.029.117	18.702.735	Adicionar 333,7 MW de potência instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHE)	MW	0%	1%	0%
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional

A UHE Simplício está localizada Rio Paraíba do Sul entre os município de Sapucaia e de Três Rios, no Rio de Janeiro e de Chiador e de Além Paraíba, em Minas Gerais, com 333,7 MW de potência instalada total, sendo 3 turbinas tipo Francis, de 101,9 MW cada, totalizando 305,7 MW na UHE Simplício, e 2 turbinas tipo Kaplan, de 14 MW cada, totalizando 28 MW na PCH Anta. O Sistema de Transmissão Associado é composto da conexão da UHE Simplício ao Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio de uma linha de transmissão de 138 kV com 120 km de extensão, entre a Subestação de Simplício e a Subestação de Rocha Leão. A interligação da UHE Anta a UHE

Simplício é feita por meio de uma linha de transmissão de 138 kV com aproximadamente 30 km de extensão.

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão Aneel 002/2005, de 16/12/2005. O Contrato de Concessão nº. 003/2006 – MME foi assinado em 15/08/2006.

O empreendimento tem como objetivo disponibilizar 333,7 MW ao sistema elétrico interligado através de três unidades geradoras na UHE Simplício e duas unidades geradoras na PCH Anta.

1. Esse empreendimento integra o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal e, em 2015, atingiu 98,02 % de execução física global.
2. As três unidades geradoras da UHE Simplício entraram em operação comercial junho/2013. Faltam entrar em operação as duas unidades geradoras da PCH Anta.
3. Em 2015, destacamos as seguintes atividades:
 - Serviços relativos à restauração da estação ferroviária de Simplício localizada no município de Além Paraíba.
 - Obras de infraestrutura no entorno da usina e despesas relativas à gestão ambiental.
 - Manutenção e operação das Estações de Tratamento de Esgotos de Sapucaia, Anta e Sapucaia de Minas.
 - Gestão ambiental.
4. PCH Anta:
 - As atividades de obras civis foram concluídas;
 - Em função do atraso ocorrido no fornecimento de equipamentos, o novo cronograma para a entrada em operação passou a ser:
 - UG1 – prevista para setembro/2016.
 - UG2 – prevista para dezembro/2016.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.3292.0031			Tipo: Projeto			
Título	Modernização da Usina Hidrelétrica Furnas, com 1.216 MW (MG)						
Iniciativa	O1G1 - Manutenção do parque gerador de energia						
Objetivo	Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema Código: 0437						
Programa	Energia Elétrica			Código: 2033	Tipo:		
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
10.626.705	42.133.102	33.361.273	Contempla a modernização da UHE Furnas, que consiste na atualização tecnológica das 8 Unidades Geradoras e na implantação de novos sistemas de controle, comando, supervisão, monitoramento e proteção da usina. Contempla, também, a digitalização da usina, através da adequação das suas unidades geradoras, permitindo a operação remota da usina e aumentando a segurança operacional e a confiabilidade dos equipamentos e sistemas eletromecânicos, prolongando a vida útil da usina.	Usina moderniza da	0%	2%	1%
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional

Com potência instalada de 1.216 MW a UHE Furnas está localizada no Rio Grande entre os municípios de São José da Barra e São João Batista do Glória, em Minas Gerais.

A modernização da UHE Furnas consiste na atualização tecnológica das unidades geradoras contemplando a implantação de novos sistemas de controle, de comando (possibilidade de operação remota), de supervisão, de monitoramento e de proteção da usina.

A modernização da Unidade Geradora 07 foi concluída em janeiro/2015 com o seu retorno para operação comercial. As demais Unidades Geradoras foram modernizadas e concluídas em: UG 06 dezembro/2006, UG 05 fevereiro/2008, UG 04 outubro/2009, UG 03 novembro/2010, UG 02 janeiro/2012, UG 01 agosto/2013 e UG 08 dezembro/2014, o que proporcionou a manutenção de 1.216 MW de Potência Instalada em modernização de geradoras hidráulicas do Sistema Elétrico Brasileiro.

Além disso, ocorreu o fornecimento de equipamentos e serviços para o Sistema de Regulação de Velocidade das Unidades Geradoras 07 e 08, serviços adicionais e de aceitação provisória da UG-07 e entrega de documentos técnicos na versão final "as built".

Essa ação atingiu 99,95 % de realização global.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.3414.0033			Tipo: Projeto			
Título	Ampliação da capacidade da Usina Termelétrica Santa Cruz - Fase 1 - com acréscimo de 350 MW , através de Ciclo Combinado (RJ)						
Iniciativa	002C - Ampliação da capacidade de geração de energia elétrica das usinas em operação						
Objetivo	Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema Código: 0037						
Programa	Energia Elétrica			Código: 2033		Tipo:	
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
7.771.000	5.955.841	3.764.811	Considera a ampliação da UTE Santa Cruz, com o aumento da capacidade das unidades 1 e 2, por meio da implantação de ciclo combinado a gás natural, disponibilizando 350 MW novos.	% Usina ampliada	0%	1%	0%
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional

Considera a realização de serviços para a reforma, condicionamento e comissionamento dos ciclos combinados a gás natural 1 e 2 da UTE Santa Cruz, compreendendo as fases de partida, operação inicial, ajustes dos controles e testes até a operação comercial dos dois ciclos combinados.

Os valores de realizações financeiras no período referem-se aos pagamentos com o contrato de prestação de serviços, fornecimento de equipamentos e de materiais para a reforma, condicionamento e comissionamento das unidades a gás da UTE Santa Cruz.

Em 2015 Furnas encerrou unilateralmente o contrato com a empresa principal responsável pela realização dos serviços em razão de inadimplemento. Com isso, a nova data para a operação em ciclo combinado, utilizando gás natural como combustível, das unidades 1 e 2 deverá ser definida em um novo contrato.

O empreendimento encontra-se com 98,30% de execução física.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.14L2.0001			Tipo: Projeto			
Título	Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro Oeste						
Iniciativa	000S - Implantação de Usinas Hidrelétricas						
Objetivo	Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária. Código: 0019						
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:		
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
33.333	0	0	Ampliações do sistema de geração de energia elétrica de Furnas, por meio da implantação de usinas hidrelétricas, nas quais cada usina hidrelétrica tenha valor igual ou inferior ao limite estabelecido para a individualização de uma iniciativa no PPA.	Sistema implantado	0%	0%	0%
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional

Em 2015 não houve atividade para essa ação.

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.14L5.0001			Tipo: Projeto		
Título		Implantação de Parques Eólicos de Geração de Energia Elétrica					
Iniciativa		000X - Implantação de Parques Eólicos					
Objetivo		Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis. Código: 0025					
Programa		Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:	
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
22.892.832	0	0	Implantação de usinas geradoras de energia elétrica que utilizem a fonte eólica para gerar energia, nas quais cada empreendimento individualizado tenha valor que não justifique a inclusão de uma iniciativa no PPA.	Parque implantado	0%	1%	0%
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional

Em 2015 não houve atividade para essa ação.

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.14L6.0001			Tipo: Projeto		
Título		Implantação de Usina Termelétrica a Biomassa					
Iniciativa		000Z - Implantação de usinas termelétricas a biomassa					
Objetivo		Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis Código: 0025					
Programa		Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:	
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
33.333	0	0	Implantação de usinas termelétricas de geração de energia elétrica que utilizem a biomassa como combustível, nas quais cada empreendimento individualizado tenha valor que não justifique a inclusão de uma iniciativa no PPA.	Usina implantada	0%	0%	0%
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional

Em 2015 não houve atividade para essa ação.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.14LE.0001			Tipo: Projeto			
Título	Ampliação da Capacidade de Geração de Usinas em Operação						
Iniciativa	002C - Ampliação da capacidade de geração de energia elétrica das usinas em operação						
Objetivo	Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e de transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema. Código: 0037						
Programa	Energia Elétrica			Código: 2033	Tipo:		
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
33.333	0	0	Promover implementações em usinas de geração de energia elétrica que visem aumentar a capacidade de energia a ser disponibilizada ao sistema, considerando os empreendimentos cujo valor total do investimento seja inferior ao valor considerado para a criação de uma Iniciativa.	Capacidade ampliada	0%	0%	0%
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional

Em 2015 não houve atividade para essa ação.

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.1G97.0035			Tipo: Projeto		
Título		Implantação da Linha de Transmissão Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste, em 345 kV, com 50 km e de Subestações Associadas (SP)					
Iniciativa		0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações					
Objetivo		Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN) para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras. Código: 0036					
Programa		Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:	
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
1.000.000	3.000.000	2.991.005	O empreendimento consiste basicamente na construção das instalações dos circuitos em 345 kV Tijuco Preto- Itapeti (Circuitos 3 e 4) e Itapeti-Nordeste (circuito duplo, com a construção inicial apenas de um circuito) e os respectivos equipamentos terminais de manobra, proteção, supervisão e controle, telecomunicações.	Linha implantada	0%	1%	1%
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional

Com 50 km de linha e Subestações associadas à LT Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste, em 345 kV, está localizada no estado de São Paulo e visa eliminar sobrecargas existentes em condição de emergência e em condição normal de operação, na LT 345 kV Tijuco Preto/Itapeti I e II, de propriedade da CTEEP, visando reforçar o atendimento à Região da grande São Paulo, dando-lhe maior confiabilidade.

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão Aneel 001/2005 (lote G), de 17/11/2005. O contrato de concessão Nº 007/2006 foi assinado em 27/04/2006.

Esse empreendimento integra o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal e atingiu 100% de execução física global em 2014.

O primeiro trecho LT Tijuco Preto - Itapeti foi energizado em janeiro/2013 e o segundo trecho LT Itapeti – Nordeste foi energizado em dezembro/2014.

Em 2015 foram realizados pagamentos com o fornecimento de equipamentos e materiais e gestão ambiental e fundiária.

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.121X.0031			Tipo: Projeto		
Título		Implantação de Sistema de Transmissão Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2 (500kV - 180 km) - (MG)					
Iniciativa		0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações					
Objetivo		Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras. Código: 0036					
Programa		Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:	
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		(x) Sim () Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
531.379	1.994.136	1.757.232	Ações necessárias para a implantação de LT 500 kV, com extensão aproximada de 180 km, origem na SE Bom Despacho 3 e término na SE Ouro Preto 2. Contempla 2 entradas de linha, 1 interligação de barra em 500 kV, adequação do módulo geral e dos barramentos, 4 unidades monofásicas de reator de linha, e demais instalações associadas.	Sistema implantado	0%	1%	0%
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional

Com aproximadamente 180 km de extensão, localizada no estado de Minas gerais, a LT Bom Despacho 3/Ouro Preto 2, em 500 kV, tem origem na Subestação Bom Despacho 3 e término na Subestação Ouro Preto 2, ambas da CEMIG. Foi definida como uma das obras de reforços necessárias para proporcionar uma nova rota de injeção para a região da Mantiqueira no Estado Minas Gerais, de forma a garantir níveis adequados de atendimento ao mercado consumidor, levando em conta o crescimento de carga previsto.

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão Aneel 006/2008, de 03/10/2008. O contrato de concessão nº. 003/2009 – Aneel foi assinado em 28/01/2009.

Esse empreendimento integra o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal e atingiu 99% de execução física global em 2015.

Os serviços para a construção da LT 500 kV Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2 foram concluídos. O empreendimento foi energizados no dia 10/06/2014 e desligado, pois a Licença de Operação não havia sido emitida.

Em 2015 tiveram andamento os programas ambientais e as indenizações fundiárias, além de pagamentos referentes ao fornecimento de equipamentos, sistemas e materiais, execução de obras civis e montagens eletromecânicas.

A energização do empreendimento está prevista para ocorrer em fevereiro/2016.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.12DB.0030			Tipo: Projeto			
Título	Implantação de Linha de Transmissão UHE Mascarenhas (MG) - Linhares (ES) (230 kV, com 99 km) e de Subestação Associada em Linhares (230/138 kV)						
Iniciativa	0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações						
Objetivo	Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras. Código: 0036						
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:		
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
4.162.848	54.742.545	27.724.508	Ações necessárias para a implantação da LT Mascarenhas-Linhares, 230 kV, com extensão de 99 km; da SE Mascarenhas 230 kV com 1 entrada de linha; e da SE Linhares 230/138 kV, com módulo geral 230 kV, 1 banco de autotransformadores monofásicos 230/138 kV, de 150 MVA (3 unidades de 50 MVA e 1 reserva), e conexões associadas, interligação de barras 230 kV, interligação de barras 138 kV, 1 entrada de linha 230 kV e 4 entradas de linha 138 kV.	Obra executada	0%	99%	32%
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional

Com aproximadamente 99 km de extensão, localizada no estado do Espírito Santo, a LT Mascarenhas – Linhares, em 230 kV, circuito simples, tem origem na Subestação Mascarenhas e término na Subestação Linhares, ambas localizadas no Estado do Espírito Santo. Foi definida como necessidade de reforços na Rede Básica que atende aos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, tanto em linhas de transmissão quanto em transformações de fronteira. Contribuirá principalmente para melhorar o atendimento às cargas da região norte do Espírito Santo, este atendimento também fica garantido em situações de emergência de uma das linhas, sem necessidade de corte de cargas ou medidas operativas.

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão Aneel 005/2009, de 27/11/2009. O contrato de concessão Nº. 006/2010 – Aneel foi assinado em 12/07/2010.

Esse empreendimento integra o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal e, em 2015, atingiu 74 % de execução física global.

A LT Mascarenhas – Linhares teve sua construção iniciada em julho de 2014.

Em 2015 destacamos a realização das seguintes atividades:

- Linha de Transmissão: serviços de obras civis; montagens eletromecânicas e fornecimento de materiais para a construção da Linha de Transmissão. Das 205 torres 178 foram montadas e 38 comissionadas.
- Subestação Linhares: fornecimento de equipamentos, serviços de obras civis, montagem dos transformadores e construção da Casa de Controle. Foram concluídas as atividades de terraplenagem, as fundações dos equipamentos principais, sistema de drenagem e paredes corta-fogo.
- Subestação Mascarenhas: fornecimento de equipamentos e serviços de obras civis, com destaque para a construção da Casa de Controle. Foram concluídas as as fundações das bases dos equipamentos.
- Gestão ambiental.
- Indenizações fundiárias.

A energização do empreendimento está prevista para ocorrer em agosto/2016.

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.14L3.0001			Tipo: Projeto		
Título		Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro Oeste					
Iniciativa		0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações					
Objetivo		Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras. Código: 0036					
Programa		Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:	
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
6.693.864	20.081.592	17.174.983	Ampliações do sistema de transmissão de energia elétrica de Furnas, por meio da implantação de linhas de transmissão e de subestações nas quais cada empreendimento individualizado tenha valor que não justifique a inclusão de uma iniciativa no PPA.	Sistema ampliado	0%	3%	2%
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional

Essa Ação está composta por dois empreendimentos, conforme a seguir:

- **LT 230 kV Xavantes – Pirineus:**

Com 50 km de extensão, localizada no estado de Goiás, a LT kV Xavantes – Pirineus, em 230 kV, segundo circuito simples, tem origem na Subestação Xavantes (CELG) e término na Subestação Pirineus (FURNAS), ambas localizadas no Estado de Goiás. Definida como instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, a construção da linha espera-se atender o crescimento da carga na região de Goiânia (GO), mantendo a qualidade do serviço prestado.

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão Aneel nº 004/2011 Lote D de 02/09/2011. O Contrato de Concessão nº. 014/2011-Aneel foi assinado em 09/12/2011.

Esse empreendimento integra o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal e atingiu 61 % de execução física global em 2015.

A construção foi iniciada em 01/03/2014.

Em 2015, destacamos a realização das seguintes atividades:

- Lançamento de cabos condutores e cabos para-raios.
- Montagem das estruturas metálicas.
- Pagamento de serviços de obras civis e fornecimentos na execução da Linha de Transmissão.

- Gestão fundiária referente a indenizações às propriedades atingidas pelo traçado da linha de transmissão.
- Comissionamento de 30 Km da Linha de Transmissão.
- Supressão de vegetação na Subestação de Xavantes.

A Linha de Transmissão está prevista para entrar em operação geminada com o circuito 1, através de TAPs nas duas pontas, em março/2016 e operação global em fevereiro/2017.

- **SE Zona Oeste:**

A SE Zona Oeste foi energizada em dezembro/2014 e as realizações financeiras ocorridas no período são referentes a pagamentos com o fornecimento dos equipamentos.

Identificação da Ação							
Código		25.122.0807.4101.0001			Tipo: Atividade		
Título		Manutenção e Adequação de Bens Imóveis					
Programa		Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais Código: 0807 Tipo:					
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
11.914.112	6.767.795	5.022.599	Realização das ações necessárias às melhorias, modernizações, adequação e manutenção dos bens imóveis da Empresa, bem como aos sistemas de infraestrutura a eles associados, de forma a assegurar as condições necessárias de funcionamento e apoio ao desenvolvimento das atividades fins.	*	*	*	*
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E, Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F e Assessoria de Apoio à Gestão Técnica – AAG.O							

Análise Situacional

Essa Ação tem característica de realização contínua e considera uma multiplicidade de atividades. Por isso está classificada como atividade e não possui unidade de medida e meta física.

Em 2015, foram concluídas: as atividades referentes à implantação da primeira fase do projeto executivo (“as built”) do empreendimento Integração de Sistemas de Segurança Eletrônica e Controle de Acesso (CITV / Segurança Patrimonial) de 5 Subestações de Furnas; construção do muro de proteção da SE Campos e construção e montagem de galpão aberto em estrutura metálica na área da Subestação de Adrianópolis.

Em 2015 foram realizadas diversas ações envolvendo melhorias, modernização, adequação e manutenção dos seguintes bens imóveis das unidades operativas de Furnas:

- Construção de barracão em estrutura pré-moldada de concreto na sede da Gerência de Produção Paraná, em Foz do Iguaçu, visando abrigar e conservar equipamentos pesados tais como guindastes, caminhões plataforma e caminhões equipados com cesta aérea isolada para serviços em linha.
- Construção de galpão em alvenaria para o armazenamento de equipamentos da Divisão Eletromecânica na SE Samambaia, em Brasília.
- Instalação de 1.000 metros de cerca em tela losangular galvanizada, arame farpado, concertina clipada de 45 cm, para modernização do entorno da SE Vitória.

Identificação da Ação							
Código	25.122.0807.4102.0001			Tipo: Atividade			
Título	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos						
Objetivo	Código:						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais Código: 0807 Tipo:						
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
16.949.089	32.032.468	30.335.136	Realização de serviços de aquisição, manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade de Furnas para adequar a infraestrutura de apoio	*	*	*	*
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E, Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F e Assessoria de Apoio à Gestão Técnica – AAG.O							

Análise Situacional

Essa Ação tem característica de realização contínua e considera uma multiplicidade de atividades. Por isso está classificada como atividade e não possui unidade de medida e meta física.

Em 2015, foram realizadas aquisições de equipamentos e de instrumentos para os laboratórios de Aparecida de Goiânia e Jacarepaguá, tais como: microscópio, equipamento para ensaios triaxiais verdadeiro, espectrofotômetro com fluorescência de raio x, sistema monitoramento, prensa ensaio triaxial, máquina de prototipagem, mini carregadeira, conjunto de ensaio, microcalorímetro, betoneira, máquina de pesagem automática de fundente, centrífuga, *nobreak*, fotômetro chama, serra elétrica, polidor molde, grupo gerador diesel, dessecador, pipetador eletrônico, acionador carga, cursos e treinamentos, roçadeira hidráulica, agitador magnético, banho maria elétrico para 45 tubos, lavadora de alta pressão, ferramentas especiais, aspirador industrial, chapa aquecedora, aparelho de ar condicionado, bebedouro elétrico de garrafão, banho ultrassônico, caixa para instrumentos, bebedouro, ventilador e umidificador.

Em 2015 foram realizadas aquisições de equipamentos, instrumentos e implementos necessários às atividades de manutenção e operação do Sistema de Transmissão de Energia, tais como:

- Aquisição de equipamento de testes para diagnóstico de vários tipos de equipamentos de alta tensão, visando proporcionar maior agilidade e qualidade nos diagnósticos de problemas.
- Aquisição de sistema ressonante para ensaios elétricos de alta tensão utilizado no Laboratório de Alta Tensão do Centro Técnico de Ensaios e Medições com o objetivo de capacitar e ampliar a execução dos ensaios elétricos de rotina.
- Aquisição de veículos leves para manutenção e inspeção das linhas de transmissão.

- Aquisição de equipamentos e veículos pesados para as atividades de manutenção das instalações de FURNAS, tais como: guindaste hidráulico, plataforma elevatória articulada, cesto de elevação para caminhão traçado, cavalo mecânico, trator e lâmina agrícola, dentre outros.
- Aquisição de instrumentos e implementos diversos necessários às atividades de manutenção e operação, tais como: caixa de testes de reles, fresadora, oscilógrafo, grupo gerador diesel de emergência, carregador de bateria, instrumentos para inspeções por ultrassom, analisador de transformadores de corrente, máquina operatriz utilizada na confecção e usinagem de peças para Subestações, torno mecânico, analisador de resposta de frequência, registrador digital de perturbações, medidores de isolamento, inversor estático, dentre outros.

Identificação da Ação							
Código	25.126.0807.4103.0001			Tipo: Atividade			
Título	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais			Código: 0807		Tipo:	
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
12.561.200	31.210.097	30.774.048	Aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento de propriedade de Furnas.	*	*	*	*
* Essa Ação tem característica de realização contínua e que considera uma multiplicidade de atividades e por isso está classificada como atividade. Sendo assim, não possui unidade de medida e meta física.							
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E, Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F, Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A e Assessoria de Apoio à Gestão Técnica – AAG.O							

Análise Situacional

Em 2015 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Aquisição de microcomputadores e notebooks
- Aquisição licenças do software IBM Sametime
- Aquisição de Sala de Telepresença IP Imersiva para 6 participantes, para utilização da Presidência de Furnas
- Prestação de serviço Testes de software e auditoria de artefatos de software.
- Projeto de Gestão de documento que contém a gestão de documentos da área de engenharia utilizando cessão do direito de uso de licenças do software EMC EPFM e a gestão de documentos do restante da empresa com a implantação e a prestação de serviços de gestão de documentos técnicos e documentos administrativos com software EMC Captiva e a prestação de serviços de desenvolvimento, documentação e sustentação de sistemas de Informação.
- Implantação do Planejamento Econômico-financeiro, Orçamentário de FURNAS
- Fábrica de Sharepoint
- Aquisição de licenças de softwares como Microsoft Project 2013 , SQL Server e Adobe
- Aquisição de Software de Gestão de auditoria
- Aquisição de Storage para Backup
- Aquisição de balanceamento de carga de canais Internet
- Manutenção evolutiva e corretiva do sistema geográfico de informações de Furnas (GISFurnas).
- Aquisição de serviço de imagens de satélite para uso em estudos e acompanhamento de projetos de engenharia e para a renovação de licenciamento da plataforma de software ArcGis.
- Aquisição da licença dos Softwares Flow-3D e Ansys CFX e respectivos equipamentos que se destinam a atender as atividades dos laboratórios de hidráulica de Furnas.

- Aquisição de equipamentos para atendimento à atualização tecnológica do sistema de detecção de descargas atmosféricas - SISDAT.
- Renovação e aquisição de licenças de software;
- Realização de serviços para detecção de não conformidades nas Estações de Telecomunicações da Rota Rádio Microondas de Itaipu.
- Realização de serviços de prospecção de enlaces rádio da Rota microondas de Itaipu.
- Implantação da Rede de Telefonia IP para atendimento ao Escritório Central, Escritório de Brasília e Subestações de Brasília Sul, Bandeirantes e Jacarepaguá.
- Realizadas aquisições de equipamentos de informática visando substituição por obsolescência, atualização e padronização. Além disso, destacamos outras ações:
- Aquisição de câmeras IP e conversores de mídia para os projetos de segurança patrimonial através de circuito interno de TV nas SE Campos, Macaé e Vitória.
- Aquisição de Digitalizador Analógico Digital para ser utilizado na biblioteca da Gerência de Centro Técnico de Ensaios e Suporte a Manutenção (GES.O), visando a digitalização de manuais, catálogos e apostilas dos equipamentos e instrumentos.
- Aquisição de Notebook para gerenciamento de equipamentos de ensaios elétricos microprocessados para as Usinas Porto Colômbia e Marimbondo, e para as Subestações Araraquara, Água Vermelha, Porto Colômbia e Marimbondo.
- Aquisição de Software Microsoft Visio para uso em processos da Divisão de Manutenção Eletroeletrônica de Brasília.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2119.8549.0001			Tipo: Atividade			
Título	Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia Código: 2119 Tipo:						
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
16.185.702	26.291.265	24.778.863	Considera a implementação de ações de preservação e conservação socioambientais inerentes aos empreendimentos em operação, tais como: a) Ações ambientais necessárias para atender às condicionantes dos órgãos de controle ambiental; b) Ações voltadas ao programa de recuperação de áreas degradadas; c) Ações de natureza social e ambiental decorrentes dos reassentamentos implementados em função dos empreendimentos em operação.	*	*	*	*
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E, Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F e Assessoria de Apoio à Gestão Técnica - AAG.O							

Análise Situacional

Essa Ação tem característica de realização contínua e considera uma multiplicidade de atividades. Por isso está classificada como atividade e não possui unidade de medida e meta física.

Em 2015 tiveram andamento a realização do Programa de Gestão Fundiária, Programas de Recuperação de Áreas Degradadas e demais Condicionantes Ambientais, voltados ao cumprimento

de exigências inerentes à obtenção e renovação de Licença de Operação das instalações de Furnas, com destaque para:

- Programa de monitoramento do lençol freático;
- Programa de monitoramento limnológico e da qualidade da água e controle de macrófitas;
- Programa de recomposição florestal em área de preservação permanente do reservatório;
- Programa de monitoramento da flora e comunidades vegetais remanescentes;
- Programa de monitoramento da ictiofauna e de mecanismos de transposição de peixes;
- Programa de monitoramento da fauna terrestre;
- Programa de educação ambiental;
- Programa arqueológico;
- Programa de comunicação social;
- Programa de gestão fundiária, em especial com ações decorrentes de liberações por via judicial no APM Manso;
- Programa de apoio aos municípios;
- Programa de saúde pública e de controle de vetores;
- Programa de Compensação Ambiental.

Instalação de sinalização náutica em 11 reservatórios de Furnas - Batalha, Corumbá, Funil, Furnas, Itumbiara, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Marimbondo, Manso, Mascarenhas de Moraes, Porto Colômbia e Serra da Mesa.

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.200J.0001			Tipo: Atividade		
Título		Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica					
Iniciativa		002D - Implantação de reforços e melhorias do sistema de transmissão e subestações					
Objetivo		Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema. Código:0037					
Programa		Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:	
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprograma do	Realizad o
141.822.233	268.987.305	259.435.675	Implantação de reforços e melhorias em subestações e linhas de transmissão voltados à adequação do suprimento de energia elétrica em função do aumento da demanda no país visando adequar o sistema elétrico, em concordância com o Programa de Expansão da Transmissão, da Empresa de Pesquisa Energética, e as indicações Plano de Ampliação e Reforços do ONS. Compreende os reforços e melhorias autorizados pela Aneel nas instalações que compõem o sistema de transmissão de Furnas.	*	*	*	*
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional

Essa Ação Orçamentária é classificada como atividade e é caracterizada pela implantação contínua de projetos de transmissão com intensa multiplicidade de atividades e, por isso, não possui unidade de medida e meta física.

A cada ano, novos projetos são incorporados ao elenco existente (em fase de implantação), através de Resoluções Autorizativas da Aneel, com prazos de implantação estipulados pela Agência Reguladora variando de 6 meses a 48 meses, dependendo de sua complexidade e importância para o setor elétrico.

Em 2015 foram energizados/concluídos os seguintes empreendimentos:

- SE Mascarenhas de Moraes: substituição de 08 disjuntores, 30 chaves seccionadoras e 24 transformadores de corrente em 138kV, para os vãos de linha Mascarenhas de Moraes - Morro do Cipó, Mascarenhas de Moraes - CEVASA, Mascarenhas de Moraes - Cassia, Mascarenhas de Moraes - Jaguará, Mascarenhas de Moraes - Franca 1 e Mascarenhas de Moraes - Franca 2,

para o vão do transformador TR12 e para o vão de amarre, bem como a além da modificação do arranjo do barramento no setor de 138 kV de barra principal e transferência para barra dupla.

- SE Ibiúna: instalação do 3º banco de autotransformadores monofásicos de 500/345-13,8 kV, com três unidades de 250 MVA; instalação do módulo de conexão 500 kV, arranjo disjuntor e meio, referente ao 3º banco de autotransformadores; instalação do módulo de conexão 345 kV, arranjo disjuntor e meio, referente ao 3º banco de autotransformadores e instalação do módulo de conexão 13,8 kV, referente ao 3º banco de autotransformadores.
- SE Brasília Sul: instalação de um autotransformador reserva de 345/138-13,8kV e 50MVA.
- SE Samambaia: substituição de 09 transformadores de corrente do módulo de entrada da LT 345 kV Samambaia - Brasília Sul C1, do módulo de entrada da LT 345 kV Samambaia - Brasília Sul C2 e do módulo de interligação de barras.
- SE Bandeirantes: substituição de três transformadores de corrente do módulo de entrada da LT 345 kV Bandeirantes-Samambaia Circuito 1.
- SE Grajaú instalação de: 08 transformadores de 500/138/13,8 kV e 200MVA cada em substituição de unidades existentes.
- SE Jacarepaguá instalação de: 03 unidades autotransformadoras de 345/138/13.8 kV e 75 MVA cada.
- SE São José: instalação de um autotransformador de 500/138/13.8 kV e 200 MVA, em substituição a uma das unidades do banco de autotransformadores TR14.
- SE UTE Campos substituição de: 02 disjuntores de 138 kV na conexão de 138 kV do Auto transformador AT01 e no vão de interligação de Barras de 138kV.
- SE Adrianópolis substituição de: 12 transformadores de corrente de 345 kV no vão do banco de capacitor BC10; 07 disjuntores de 345 kV; 09 chaves seccionadoras sendo uma com lâmina de terra.
- SE Itumbiara substituição de: 07 chaves seccionadoras na entrada de LT 345 kV para Bandeirantes C2; 02 chaves seccionadoras com lâmina de terra na entrada de LT 345 kV para Bandeirantes C2; 01 chave seccionadora no vão de interligação de Barras de 345kV.
- SE Brasília Sul substituição de: 01 disjuntor, 02 chaves seccionadoras e 06 transformadores de corrente para o remanejamento do módulo de interligação de barras de 345kV.

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.20OM.0001			Tipo: Atividade		
Título		Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica					
Iniciativa		01G1 - Manutenção do parque gerador de energia					
Objetivo		Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema. Código: 0437					
Programa		Energia Elétrica			Código: 2033		Tipo:
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
21.114.864	41.360.921	39.792.099	Implantação de ações necessárias à manutenção e modernização em Usinas em operação de forma a garantir as condições operacionais adequadas ao atendimento à demanda com confiabilidade e segurança, além de aprimorar e otimizar as condições de funcionamento das unidades geradoras, preservando o desempenho e a maior eficiência das usinas.	*	*	*	*
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E, Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F e Assessoria de Apoio à Gestão Técnica - AAG.O							

Análise Situacional

Essa Ação tem característica de realização contínua e considera uma multiplicidade de atividades. Por isso está classificada como atividade e não possui unidade de medida e meta física.

Em 2015 foi concluída: na UTE Campos a adequação de sistema de proteção e combate a incêndio – SPCI e na UHE LC Barreto de Carvalho o sistema de proteção contra descarga atmosférica e instalação do Sistema de Proteção Atmosférica nas novas Edificações da Usina.

Além disso, no Sistema de Hidrometeorologia de Furnas-SHF tiveram andamento o fornecimento de equipamentos e materiais para a instalação da estação meteorológica da SE Cachoeira Paulista e serviços referentes a instalação dos equipamentos em diversas estações da Rede Telemétrica Meteorológica.

Os principais eventos voltados para manutenção do Sistema de Geração em 2015 foram:

- Recuperação e substituição de peças das turbinas a gás 11 e 21 da UTE Santa Cruz. Serviços executados de modo a garantir a confiabilidade e disponibilidade operacional da Usina.
- Recuperação do Sistema de Ventilação e Exaustão da Casa de Força da UHE Serra da Mesa e modernização da Central de Resfriamento Evaporativo (CRE) que se encontravam parcialmente deteriorados em função da alta taxa de corrosão. O principal objetivo foi tornar o sistema operacional adequado, mantendo a equipe de O&M em condições seguras de trabalho, já que a Casa de Força é do tipo Caverna (em rocha), aumentando assim a confiabilidade operacional da Usina.
- Reforma das Bombas de Alimentação da Caldeira da UTE Campos, incluindo substituição de rotores, eixos, vedações, selagem, mancais e reforma da carcaça.
- Aquisição de Retificadores, Carregadores de Bateria e Sobressalentes para Sistemas de 24Vcc, 48Vcc, 125Vcc e 220Vcc para as diversas áreas de FURNAS.
- Modernização do sistema de proteção e incêndio de CO₂ das Unidades Geradoras da UHE Porto Colômbia que se encontrava obsoleto e sem peças de reposição. O principal objetivo foi prover as unidades geradoras de um sistema de proteção seguro, de modo a aumentar a Confiabilidade e a Disponibilidade Operacional da Usina.

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.4478.0001			Tipo: Atividade		
Título		Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica					
Iniciativa		01G2 - Manutenção do sistema de transmissão					
Objetivo		Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema. Código: 0437					
Programa		Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:	
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
137.941.439	224.900.201	221.058.979	Implantação de ações e atividades necessárias para garantir a operação e a manutenção dos equipamentos e instalações do sistema de transmissão, buscando assegurar as condições operacionais adequadas e evitar ou minimizar a indisponibilidade dos mesmos	*	*	*	*
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E, Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F e Assessoria de Apoio à Gestão Técnica - AAG.O							

Análise Situacional

Essa Ação Orçamentária é classificada como atividade e é caracterizada pela implantação contínua de diversos eventos no sistema de transmissão com intensa multiplicidade de atividades e, por isso, não possui unidade de medida e meta física.

No ano de 2015, foram desenvolvidas atividades referentes aos empreendimentos integrantes do PGET – Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Operação, que compõem o plano de revitalização da transmissão, consistindo de substituição e revitalização de equipamentos elétricos, que estão superados por obsolescência, falta de sobressalentes e/ou final de vida útil.

Em 2015 foram energizados/concluídos os seguintes empreendimentos:

- SE Jacarepaguá: Instalação de 01 autotransformador reserva de 345 kV e 75 MVA; 01 reator trifásico reserva de 15 kV e 50 MVar; substituição de 03 chaves seccionadoras sem lamina de terra de 345 kV; 04 chaves seccionadoras com lamina de terra e 09 chaves seccionadoras sem lamina de terra de 138 kV e substituição de 36 para-raios por obsolescência, falta de sobressalente e/ou final de vida útil.
- SE Mogi das Cruzes: Substituição de 01 disjuntor de 230 kV no vão LI-Mogi (CTEEP)/ Mogi (FURNAS); 09 para-raios 345kV, sendo 03 para LI-Mogi das Cruzes/ T. Nordeste, 03 para-raios para LT-Mogi das Cruzes/ Poços de Caldas e 03 para-raios para LI-Itapeti/ Mogi das

Cruzes Circuito 1; 06 para-raios 245kV para os vãos LI São José dos Campos/ Mogi das Cruzes circuitos 1 e 2 e instalação de 03 Transformadores de Corrente de 230kV no vão LI-Mogi (CTEEP)/ Mogi (FURNAS).

- SE Adrianópolis: foram instalados 02 disjuntores na conexão de capacitor paralelo 345 kV no banco de capacitores BC10 e BC11.
- UTE Campos: foram instalados 02 chaves seccionadoras na interligação de barra 138 kV.
- SE Bandeirantes: foram substituídos 02 disjuntores de 345 kV sendo um no autotransformador AT01 e o outro no compensador estático C01.
- SE Barro Alto: foram instalados 04 chaves seccionadoras na conexão do reator de barra 230 kV RT01; 04 chaves seccionadoras na conexão de transformador 230 kV do compensador estático CE01; 04 chaves seccionadoras na conexão de transformador 69 kV; 04 chaves seccionadoras, sendo uma com lâmina de terra, na entrada de linha 69 kV Goianésia - Barro Alto; 04 chaves seccionadoras, sendo uma com lâmina de terra, na entrada de linha 69 kV LI Barro Alto – CELG; 04 chaves seccionadoras, sendo uma com lâmina de terra, na entrada de linha 69 kV Padre Bernardo; 02 chaves seccionadoras na interligação de barra 69 kV e 02 na interligação de barra 230 kV.
- SE Cachoeira Paulista: foram substituídos 02 chaves seccionadoras na entrada de linha 138kV Volta Redonda C2 e 02 chaves seccionadoras na interligação de barra 138 kV.
- SE Campinas: foi instalado 01 disjuntor na conexão de transformador 345 kV AT01; 01 disjuntor na conexão de transformador 345 kV AT02; 01 disjuntor na conexão de transformador 345 kV AT51; 01 disjuntor na entrada de linha 345 kV Guarulhos e 01 disjuntor na interligação de barra 345 kV.
- SE Campos: foi instalado 01 disjuntor na conexão de transformador 345 kV AT01 / entrada de linha 345 kV Macaé 1 e 02 disjuntores na entrada de linha 345 kV Viana.
- SE Rio Verde: foi substituído 01 disjuntor na entrada de linha 138KV Rio Verde / CELG e 01 disjuntor na entrada de linha 138KV Rio Verde / Rio Claro.
- SE Rocha Leão: foi instalado 01 disjuntor, 02 chaves seccionadoras, sendo uma com lâmina de terra, na entrada de linha 138KV Campos; 01 disjuntor, 02 chaves seccionadoras, sendo uma com lâmina de terra, na entrada de linha 138KV Iriri e 02 chaves seccionadoras, sendo uma com lâmina de terra, na entrada de linha 138KV Magé C1.
- SE Tijuco Preto: foi instalado 01 autotransformador reserva de 750/500/69 kV - 550 MVA; 01 chave seccionadora na conexão de transformador 750/500 kV AT02; 01 chave seccionadora na conexão de transformador 750/500 kV AT03; 01 chave seccionadora na entrada de linha 500 kV TAUBATÉ; 01 chave seccionadora na entrada de linha 500 kV Taubaté BR9A; 01 disjuntor na na entrada de linha 750 kV Itaberá C1; 01 disjuntor na na entrada de linha 750 kV Itaberá C2; 01 reator reserva de 750 kV e 01 transformador de força 500/69 kV (regulador reserva).
- SE Vitória: foi instalado 01 chave seccionadora na conexão do reator de barra 345kV RT2; 01 chave seccionadora na conexão de transformador 345kV AT1; 01 disjuntor e 02 chaves seccionadoras na conexão de transformador 345kV AT2; 01 disjuntor e 02 chaves seccionadoras na conexão de transformador 345kV AT2 e AT4; 01 disjuntor na conexão de transformador 345kV AT3; 01 chave seccionadora na conexão de transformador síncrono1 345kV; 01 chave seccionadora com lâmina de terra na entrada de linha 345KV Campos e 01 disjuntor e 02 chaves seccionadoras na entrada de linha 345KV Viana.
- SE Adrianópolis: foram instalados 04 autotransformadores (AT1B - Fase A, AT1B - Fase B, AT2A - Fase A e AT2A - Fase B) de 345/138 kV e 75 MVA cada.
- Modernização do Sistema de Proteção nas Subestações de Furnas (proteção e tele proteção):
 - Foram executados serviços de substituição de proteção diferencial de barras nas Subestões: Adrianópolis 138 kV; Cachoeira Paulista 138 kV; Foz do Iguaçu 750 kV; Itutinga para a LT Adrianópolis-Itutinga 1 e LT Adrianópolis-Itutinga 2 345kV, LT Furnas-Itutinga 1 e LT Furnas-Itutinga 2 345 kV, LI CEMIG C1 e LI CEMIG C2 345kV, LI Itutinga-Juiz de Fora

345 kV, Reator RT01 345 kV, Interligação de Barras 345 kV, SE Jacarepaguá 345 kV, SE Porto Colômbia 138kV e LT Porto Colômbia – Itumbiara 345 kV.

- Foram executados serviços de substituição de proteção das Linhas de Transmissão em ambos os terminais das Subestações: LT 500 kV Adrianópolis-Grajaú; LT 230 kV Barro Alto-Itapaci C1; LT 345 kV Campos -Vitória; LT 345 kV Guarulhos -Ibiúna C2, LT 345 kV Ibiúna-Tijuco Preto C2; LI 138 kV Rocha Leão (Furnas)-Rocha Leão (Ampla) C2; LI 138 kV Rio da Cidade-São José e LI 500 kV Tijuco Preto-Taubaté.
- Foram executados serviços de substituição de teleproteções das Linhas de Transmissão em ambos os terminais das Subestações: LT 345 kV Guarulhos -Ibiúna C2; LT 345 kV Ibiúna-Tijuco Preto C2; LI 500 kV Tijuco Preto-Taubaté e LT 345 kV Campos –Vitória.
- Foram executados serviços de substituição de proteção dos Bancos de Autotransformadores na SE Vitória para os Bancos de Autotransformadores AT1, AT2 e AT4 345/138/13,8 de 225 MVA.

Os eventos que visam assegurar as condições operacionais adequadas podem ser resumidos em: *reparos* que pretendem devolver aos ativos a capacidade de operação interrompida em função da ocorrência de falha, restituindo a vida útil completa dos equipamentos; *revitalização* de equipamentos de transformação (reatores e transformadores) que visam devolver aos ativos à vida útil e à confiabilidade necessárias à operação, perdidas em função de fim de sua vida útil ou obsolescência.

Os principais eventos em 2015 foram:

- Revitalização dos transformadores conversores da SE Foz do Iguaçu e SE Ibiúna, melhorando a confiabilidade dos equipamentos e da instalação.
- Modernização do sistema de VHF para apoio às equipes de manutenção de Linhas de Transmissão de FURNAS, objetivando garantir a comunicação das equipes nas diversas frentes de trabalho.
- Substituição do barramento blindado e isolado a gás hexafluoreto de enxofre, que interliga o banco de transformadores TR 56 ao setor de 500KV da SE Grajaú, visando restabelecer a confiabilidade da função de transmissão.
- Aquisição de estruturas metálicas de linhas de transmissão para classe de tensão de 500kV para SE Campinas, repondo estoque estratégico dos componentes utilizados emergencialmente.
- Aquisição de compressor alternativo para recomposição do estoque estratégico e garantia da confiabilidade de Sistema FURNAS.
- Revitalização de autotransformadores, sendo 02 da SE Poços de Caldas e 01 da SE Barreiro, recomposição da confiabilidade do Sistema Furnas.
- Aquisição de óleo mineral isolante, capacitores de potência de alta tensão e de baterias chumbo-ácido para várias subestações de Furnas, objetivando recuperar sistemas indisponíveis e restabelecendo a confiabilidade do Sistema Furnas.
- Aquisição de Transformadores de Corrente objetivando recompor nível de reserva estratégica.

Quadro A.4.3.9.3 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária:			Código UO:	UGO:		
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			1.006.755.500	839.782.711	1.315.940.805	
CRÉDITOS	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados						
Outras Operações						
Dotação final 2015 (A)			1.061.923.656	914.526.359	1.347.782.143	
Dotação final 2014(B)			945.751.892	703.333.396	1.200.579.178	
Variação (A/B-1)*100			12,28	30,03	12,26	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO NICIAL			1.297.190.851	753.281.913	480.070.275	
CRÉDITOS	Suplementares		33.652.988			
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados		535.818.436				
Outras Operações						
Dotação final 2015 (A)			795.025.403	1.255.493.497	504.424.069	
Dotação final 2014 (B)			1.296.395.391	1.540.500.000	424.341.877	
Variação (A/B-1)*100			(38,67)	(18,47)	18,87	
Fonte: Superintendência de Planejamento, Análise e Controle Financeiro – OP.F						

Análise Crítica

Justificativas:

Coluna 1 – Pessoal e Encargos:

A variação, a maior, da dotação orçamentária de 2014 em relação à dotação final de 2015 refere-se basicamente ao reajuste de 8,19% ocorrido no ACT de 2014, aumentando a base de 2015, que anteriormente previa um reajuste de 6,3%. Além disso, houve uma previsão de acréscimo no benefício de Assistência Médica para considerar os empregados que haviam saído no Programa de Desligamento encerrado em 2014.

Coluna 2 – Juros e Encargos da Dívida:

O acréscimo no Remanejamento de 2015 em relação à previsão inicial refere-se ao acréscimo da previsão de encargos da dívida com o Banco do Brasil (Cédula de Crédito Bancário) e Eletrobras. A variação de 2014 para 2015 refere-se à inclusão de novas captações e correção de indicadores sobre diversos contratos, com relevância no contrato de Cédula de Crédito Bancário.

Coluna 3 – Outras Despesas Correntes:

O montante refere-se a Serviços de Terceiros, Utilidades e Serviços, Materiais de Consumo e Outros Dispendios Correntes. Não foram considerados Compra de Energia, Combustível Vinculado à Produção, Tributos e perdas decorrentes da alienação de bens e direitos do ativo permanente.

A dotação final teve variação inferior a 10% em relação à dotação inicial.

O acréscimo da previsão de 2014 para 2015 ocorreu, principalmente, em mão de obra contratada para inclusão da rescisão dos terceirizados, da ordem R\$ 110 milhões.

Coluna 4 – Investimentos:

Na programação de execução dos investimentos corporativos para 2015, foram estimados gastos no valor econômico de R\$ 795 milhões, onde 86% são representados por: gastos para reforços e melhorias nos sistemas de transmissão dos estados RJ/ES, SP/MG e GO/MT/DF, manutenção de transmissão e geração, gastos para modernização de usinas e gastos com Infraestrutura/Meio Ambiente.

Coluna 5 – Inversões Financeiras:

A variação da dotação inicial para final de 2015 foi de 66,67% e refere-se basicamente à atualização dos planos de negócios dos empreendimentos em parcerias e para suportar eventual aquisição da participação da Eletrosul na SPE Teles Pires Participações, bem como à antecipação de aporte na SPE Belo Monte Transmissora, devido ao atraso na contratação do financiamento do BNDES.

A variação de 2014 para 2015 ocorreu, principalmente, devido à redução de aporte para Santo Antônio que em 2014 foi de R\$ 1.079.130,00, e para 2015 foi de R\$ 164.970,00.

Coluna 6 – Amortização da Dívida:

A dotação final em relação à inicial teve variação inferior a 10%.

A variação de 2014 para 2015 refere-se, basicamente, ao acréscimo da previsão de amortização de cessão de crédito com o Banco Santander.

Ofício SEI nº 29774/2015-MP					
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO			PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG		
SECRETARIA EXECUTIVA			REMANEJAMENTO 2015		
DEPTO. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPR. ESTATAIS			DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES		
EMPRESA :		FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.			
VALORES EM R\$ 1.00					
USOS	VALOR	FONTES		VALOR	
Dispêndios de Capital	2.949.195.946	Receitas		6.894.466.570	
Investimentos	795.025.403	Receita Operacional		6.615.366.212	
Inversões Financeiras	1.255.493.497	Receita não Operacional		279.100.358	
Amortizações Operações Créditos L.P.	504.424.069	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.		16.541.592	
Operações Internas	91.198.930	Operações de Crédito		1.054.033.082	
Operações Externas	10.647.373	Operações de Credito Internas – Moedas		1.039.033.082	
Outras Fontes	402.577.766	Operações de Credito Externas – Moedas Outras		15.000.000	
Outros Dispêndios de Capital	394.252.977	Outros Recursos de Longo Prazo		37.645.281	
Dispêndios Correntes	6.288.402.336	Demais Recursos de Longo Prazo		37.645.281	
Pessoal e Encargos Sociais	1.061.923.656	Total das Fontes		8.002.686.525	
Materiais e Produtos	2.004.098.370	Variação de Capital de Giro		2.396.009.466	
Serviços de Terceiros	720.010.594	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras		59.622.143	
Utilidades e Serviços	29.454.100	Variação do Disponível		-1.220.719.852	
Tributos e Encargos Parafiscais	1.019.639.290				
Encargos Financeiros e Outros	914.526.359				
Operações Internas	612.285.102				
Operações Externas	3.064.311				
Outras Fontes	299.176.946				
Demais Dispêndios Correntes	538.749.967				
Total dos Usos	9.237.598.282	Total Líquido das Fontes		9.237.598.282	

Quadro A.4.3.9.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária:			Código UO:				UGO:	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Realizada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Nome 1º elemento de despesa	1.072.458.797	995.670.504						
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida	889.124.278	717.286.409						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes	1.351.321.161	1.278.812.628						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Realizada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1º elemento de despesa	729.364.637	849.174.868						
2º elemento de despesa								

3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras	923.019.742	1.458.724.401						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida	661.185.717	435.645.415						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Fonte: Superintendência de Planejamento, Análise e Controle Financeiro – OP.F								

Justificativas de realização:

1- Despesas de Pessoal: Realização de 2014 para 2015 foi inferior a 10%, devido a desligamento de 83 empregados incentivados Programa de Desligamento Voluntário. O acréscimo se deve pelo reajuste salarial ocorrido por força do Acordo Coletivo de Trabalho.

2- Juros e Encargos: A variação de 2014 para 2015 ocorreu principalmente em razão dos novos contratos de empréstimo obtido em 2014 de R\$ 1.044 bi com o Banco do Brasil (Cédula de Crédito Bancário) -R\$ 400 MM e Eletrobrás- R\$ 644 MM, que elevou os encargos em 2015, bem como acréscimo dos indicadores econômicos.

3- Outras Despesas Correntes: Acréscimo de 2014 para 2015 inferior a 10%. O aumento referiu-se basicamente ao pagamento da rescisão de mão de obra terceirizada. Não é considerada nesta rubrica a realização de Compra de Energia, Combustível Vinculado à Produção, Tributos e perdas decorrentes da alienação de bens e direitos do ativo permanente.

4- Investimentos: Os principais gastos incorridos em 2014 e 2015, referentes aos investimentos corporativos, são oriundos das ações orçamentárias de Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e de Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica.

Ao todo, foram executados R\$849 e R\$729 milhões em 2014 e 2015, respectivamente e as ações destacadas acima, foram responsáveis por 61% dos gastos com os investimentos corporativos em 2014 e 66% em 2015.

Vale informar, que tais ações orçamentárias, tem como objetivos promover ações voltadas à operação e manutenção dos equipamentos e instalações do sistema de transmissão, buscando desta forma, garantir as condições operacionais adequadas e evitar ou minimizar a indisponibilidade do sistema. Além disso, também visa maximizar a disponibilidade das instalações do sistema de transmissão, garantindo o atendimento adequado aos serviços de transmissão de energia elétrica.

Outro ponto, não menos importante, trata da implantação de Reforços e Melhorias em subestações e linhas de transmissão, voltados à adequação do suprimento de energia elétrica, em função do aumento da demanda no país, em concordância com o Programa de Expansão da Transmissão (PET), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e as indicações do PAR (Plano de Ampliação e Reforços) do ONS - Operador Nacional do Sistema. Os reforços e melhorias são autorizados pela Agência Reguladora ANEEL e são voltados à adequação do suprimento de energia elétrica.

5- Inversões Financeiras: A principal variação no orçamento de 2014 para 2015, é relativo a Santo Antônio, que no decorrer de 2014 a obra encontrava-se em fase avançada de concretagem das seções da barragem, atividade de testes de 5 máquinas (da 28 à 32) para entrada em operação ainda naquele ano e montagem de 18 máquinas com avanço físico de 90% de realização. No entanto em agosto daquele ano, foi suspenso, no Plenário do STJ, o julgamento dos recursos dos recursos que objetivam restabelecer as liminares sobre o excludente de responsabilidade e sobre o FID (Fator de Indisponibilidade) demandando que a SPE solicitasse novos aportes dos acionistas visando reverter a exposição na CCEE que totalizava R\$ 850 milhões.

Posteriormente, em decorrência da crise hidrológica, a SPE encontrou-se diante de novas obrigações junto à CCEE referentes à medição de agosto/2014, recomposição de lastro, Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST e outras despesas que totalizavam o montante de R\$ 450,00 milhões. Adicionalmente para fazer frente aos débitos (R\$ 1.140 milhões) da SAESA com o Consórcio Construtor - CCSA referentes aos pagamentos de: (i) liquidação da CCEE e recomposição de lastro (R\$ 450 milhões), bem como o de faturas em atraso do CCSA, acrescidas de juros (R\$ 360 milhões), referem-se a eventos já ocorridos e comprovados; (ii) à implantação do sistema de transposição de troncos (R\$ 114 milhões); (iii) ao pagamento das segunda (R\$ 300 milhões) e terceira (R\$ 268 milhões) parcelas do valor devido ao CCSA em razão dos custos incorridos com as greves ocorridas entre 2009 e 2012; (iv) o pagamento referente ao valor equivalente ao efeito financeiro decorrente da prorrogação do cronograma contratual em 56 dias, por conta das greves entre 2009 e 2012 (R\$98 milhões). Tais obrigações geraram um aumento de capital em 2014 de R\$ 1.590,00 milhões, dos quais R\$ 423,00 milhões foram realizados em 2015, cabendo a Furnas R\$ 164,97 milhões.

6- Amortização de Dívidas: A variação deve-se, principalmente, à amortização a partir de 2015 da cessão de crédito com

Santander.

Nota:

A divergência existente entre as despesas de Pessoal na DRE e os valores informados no Plano de Dispendios Globais (PDG) refere-se basicamente à diferença entre o Plano de Contas da Aneel e o Plano de Contas do Dest, conforme detalhamento no quadro a seguir:

R\$ Milhões			
TIPO DE GASTO	Realizado DRE até Dez/2015 (A)	Realizado PDG até Dez/2015 (B)	Diferença (B) - (A)
PESSOAL	1.148.167	1.072.459	-75.708

Comparativo PMSO DRE X PDG até Dez/2015			
R\$ Milhões			
PESSOAL	DRE (A)	PDG (B)	DIF (B) - (A)
Pagamento de reclamações trabalhistas	157.605	Não entra no PMSO	-157.605
Participação nos Lucros e Resultados	47.023	Não entra no PMSO	-47.023
Incentivo a Renovação de Quadro	Não entra no PMSO	425	425
Assistência médica	Servicos	89.948	89.948
Proj Unif. Saúde-FRG	Servicos	4.876	4.876
Reembolso médico e Aux. Doença	Outros	19.489	19.489
Seguros sociais	Outros	14.023	14.023
Benefício a aposentados	Outros	159	159
TOTAL	204.628	128.920	-75.708

Resumindo, algumas rubricas consideradas como Pessoal no PDG (assistência médica, reembolso médio, seguros sociais etc) são lançadas em Serviços e Outros Dispendios na DRE. Além disso, a DRE considera como gasto de Pessoal o pagamento de reclamações trabalhistas e PLR. Os valores de Incentivo à Renovação do quadro foram lançados na DRE como provisão.

4.4 Desempenho operacional

O planejamento estratégico corporativo de Furnas definiu diversos fatores críticos de sucesso que impactam o desempenho da Empresa. Dentre estes fatores críticos de sucesso, o que está mais ligado à área operacional é “Otimizar a confiabilidade e a disponibilidade do sistema”. Para medir a evolução deste fator crítico de sucesso, foram estabelecidos seis indicadores estratégicos que são calculados e monitorados pela Diretoria de Operação e Manutenção (DO) mensalmente, além de serem apresentados nas Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAEs).

Passamos agora a descrever cada um destes indicadores e avaliar e seus resultados no ano de 2015.

Disponibilidade de Geração

Tem como objetivo medir, de forma percentual, o tempo em que as unidades geradoras que compõem o sistema de geração de Furnas estão disponíveis para o sistema elétrico interligado. Tendo em vista que a baixa disponibilidade acarreta perdas financeiras para as empresas de geração, manter este indicador acima do limite de 89,4%, meta estabelecida pela Aneel como referência, é estrategicamente importante para a Empresa. A meta desafiadora que Furnas estabeleceu para este indicador é de 92%, a qual estamos perseguindo. No ano de 2015, este indicador em alguns momentos ficou abaixo do limite de 89,4% em função do baixo nível de água armazenada nos reservatórios. Com os níveis baixos, as unidades geradoras das usinas são desligadas pelo ONS para que a água não se esgote, transferindo a energia a ser gerada para as usinas térmicas. Pelo fato das unidades geradoras estarem desligadas por ordem do ONS, Furnas aproveitou a oportunidade para realizar diversas ações de manutenção preventiva e corretiva solicitadas ao ONS havia anos e nunca autorizadas pelo Operador. Desta forma, a razão para que este indicador esteja próximo do limite inferior é a melhoria da confiabilidade do sistema, pois as manutenções que foram realizadas em 2015 visam prevenir falhas imprevistas ou corrigir seus efeitos. Entretanto, no acumulado do ano de 2015, o valor do indicador global de disponibilidade de geração foi de 89,6%, ligeiramente acima da meta da Aneel e cerca de 3% acima do valor verificado no ano de 2014, o que mostra um aumento significativo.

Disponibilidade de Linhas de Transmissão

Da mesma forma como na geração, no sistema de transmissão, baixos valores de disponibilidade acarretam pesadas perdas financeiras para os agentes de transmissão, especialmente em função do mecanismo da Parcela Variável. No ano de 2015, as linhas de transmissão de Furnas tiveram disponibilidade de 99,75%, desempenho este acima do limite estabelecido pela Aneel – 99,5%, e próximo da meta desafiadora estabelecida pela empresa – 99,8%. Deve-se ressaltar ainda que os valores de indisponibilidade, embora baixos, tiveram como maior causa os desligamentos programados, quando o agente desliga a linha de transmissão para fazer manutenção e, desta forma, manter a confiabilidade dos ativos. Os desligamentos forçados, quando as linhas desligam por falhas e defeitos em componentes, tiveram como maior causa as quedas de torres de transmissão ocasionadas por fortes ventos - acima dos limites de projeto das linhas - mas que pouco impactaram a disponibilidade global das linhas de transmissão tendo-se em vista que Furnas possui um plano de atendimento de emergência de linhas de transmissão que proporciona um rápido restabelecimento das linhas quando da ocorrência deste tipo de evento.

Disponibilidade de Transformadores

A disponibilidade de transformadores de Furnas em 2015 foi de 99,48%, desempenho este muito superior à meta de 97% de disponibilidade estabelecida tanto pela Empresa como pela Aneel. Se

considerarmos a avançada idade dos ativos e sua exigência extrema em termos de carregamento e temperatura de operação, os valores verificados mostram a eficiência dos programas de manutenção preventiva e preditiva praticados por Furnas para estes equipamentos. Outro ponto de destaque é que, desde 2013, este indicador teve um aumento de cerca de 1,5%, o qual, em grande parte, deve-se à substituição de equipamentos em fim de vida útil por unidades novas, através do Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão (PGET).

Desligamentos por 100 km de Linhas de Transmissão

Este indicador visa medir a confiabilidade do sistema de transmissão. Uma característica sua é possuir uma componente gerenciável pela Empresa, por meio de manutenção eficiente e operação dentro dos limites de projeto. Há, entretanto, uma componente deste indicador que não é gerenciável pelo agente de transmissão, que diz respeito a fatores climáticos. Sendo as linhas de transmissão ativos que operam ao ar livre, fora dos limites das cercas de segurança das usinas e subestações, estão sujeitas às intempéries climáticas, tais como chuva, vento e calor, e aos efeitos da ação humana, tais como queimadas e vandalismo. De fato, estes são historicamente os principais motivos para os desligamentos de linhas de transmissão, não só em Furnas, mas em todas as empresas de transmissão do Brasil. Pelo fato de o ano de 2015 ter sido extremamente seco e com ocorrência muito elevada de vendavais, especialmente nos Estados do Paraná e São Paulo, as ocorrências de desligamentos por ação do vento e por queimadas foram mais frequentes este ano que o normal e os indicadores ficaram acima da média em algumas classes de tensão, embora tenham ficado abaixo da média em outras. O fato de os indicadores de disponibilidade de linhas de transmissão terem ficado próximo da meta desafiadora estabelecida por Furnas mostra que, mesmo com algumas classes de tensão tendo extrapolado a média de desligamentos por 100 km de LT em 2015, o desempenho do sistema não foi afetado, pois, quando as falhas ocorreram, as mesmas foram sanadas em curto espaço de tempo.

Gestão ambiental

Furnas reconhece que suas atividades podem levar à interferência ambiental, por isso, conduz suas ações respeitando o meio ambiente. A atuação da Empresa é orientada por sua política ambiental e por sua política de gestão de resíduos. Além disso, desde 2013, Furnas, como empresa do Sistema Eletrobras, assumiu publicamente a Declaração de Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas, que estabelece metas de redução de Gases do Efeito Estufa (GEE).

Desapropriações

A desapropriação de áreas para construção de usinas e linhas de transmissão de energia elétrica segue as premissas do ordenamento jurídico vigente, dentre as quais se destaca a recomposição do patrimônio dos expropriados, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso XXIV, mediante justa e prévia indenização em dinheiro.

- LT 230 kV Xavantes-Pirineus: das 90 propriedades atingidas, foram liberadas as últimas 25 propriedades em 2015.
- LT 230 kV Mascarenhas-Linhares: das 177 propriedades atingidas, foram liberadas 37 propriedades em 2015, restando apenas 3 propriedades (duas já com imissão na posse deferida e aguardando o cumprimento) para concluir o processo de liberação de áreas deste empreendimento.

Ordenamento da estrutura fundiária

Informações sobre a regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal

A desapropriação de áreas para construção de usinas e linhas de transmissão de energia elétrica, bem como a aquisição para promoção de reassentamentos populacionais, segue as premissas do ordenamento jurídico vigente, entre as quais se destaca a recomposição do patrimônio dos expropriados, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso XXIV, mediante justa e prévia indenização em dinheiro.

Informações sobre a regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal

Furnas nunca utilizou esse programa.

Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento

Empreendimentos corporativos que tiveram liberação de áreas em 2015:

Empreendimento	Total de Propriedades Liberadas em 2015	Valor Despendido em 2015 (R\$)
LT 230 kV Mascarenhas-Linhares	37	807.679,64
LT 230 kV Xavantes-Pirineus	25	5.251.176,20
Total	62	6.058.855,84

Os recursos fundiários são estimados à época do leilão e ficam reservados em rubrica própria intitulada Terrenos (SAP).

Informações consolidadas da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício

- LT 230 kV Mascarenhas-Linhares: em 2015 obteve licença de instalação (Nº1650-13).
- LT 230 kV Xavantes-Pirineus: em 2015 obteve renovação de autorização de exploração florestal (Nº 52483).

Desenvolvimento de projetos de assentamento

É premissa básica de qualquer empreendimento da Empresa, bem como da Eletrobras, que, nos projetos de assentamento, as moradias sejam iguais ou melhores que as originais, porque não se pode promover qualquer prejuízo ao atingido.

Relação de empreendimentos corporativos em processo de liberação de áreas em 2015:

- LT 230kV Xavantes-Pirineus: Foi efetuado o remanejamento de 11 famílias hipossuficientes periurbanas para moradias similares as originais.
- LT 230 kV Mascarenhas/Linhares: Não foram efetuados remanejamentos de famílias hipossuficientes.

Informações sobre as ações de provimento de água para consumo doméstico

Todos os imóveis adquiridos pela empresa para assentamentos populacionais são providos de abastecimento de água. Pode ser pela rede pública (quando existente no local) ou por canalização de água com origem em nascentes ou poços artesianos, seja em áreas urbanas, periurbanas ou rurais.

Informações sobre a atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento

Em atendimento às condicionantes ambientais, Furnas efetuou os seguintes contratos de Assistência Técnica e Extensão Rural pelo período mínimo de três anos, por força de condicionante ambiental, estando os mesmos ainda em vigor:

- UHE Simplício Queda única: EMATER-RIO (TC nº 8000007435) e EMATER-MG (TC nº 8000007690).
- UHE Batalha: EMATER-DF (TC nº 8000006230) e EMATER-MG (TC nº 8000006094).

Estes dois empreendimentos, bem como as aquisições de novas propriedades para os respectivos reassentamentos, tiveram seus processos de liberação de área para execução das obras concluídos em 2012 (UHE Simplício) e 2014 (UHE Batalha).

Informações consolidadas sobre o cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental em vigor

Em 2015, somente a LT 230 kV Xavantes - Pirineus promoveu reassentamento populacional, de 11 famílias hipossuficientes. Cada uma dessas famílias recebeu uma nova moradia, como indenização pela necessidade de demolição de suas antigas moradias em decorrência da construção do empreendimento.

Todos os remanejamentos compulsórios de famílias hipossuficientes, urbanas ou rurais, sempre foram suportados a expensas de Furnas, propiciando tratamento digno e adequado para a devida reinserção social. O remanejamento tem como escopo, sempre que possível, o deslocamento para áreas que se assemelhassem às originais, reservado ainda o direito da livre escolha do local, seja por autorrelocação ou reassentamento coletivo, cabendo à Empresa a obrigação da aquisição e regularização do imóvel adquirido, bem como o transporte de todo o mobiliário para a nova propriedade. Em empreendimentos de usinas hidrelétricas, quando há exigência por força de condicionante ambiental, é efetuado o pagamento no valor de um salário mínimo, pelo período de um ano, como compensação financeira.

Em atendimento às condicionantes ambientais, Furnas ainda:

- realiza o monitoramento da população urbana e rural, visando identificar se os mesmos estão se adaptando a sua nova condição de vida e moradia; e
- presta serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para as famílias hipossuficientes rurais, por força de condicionante ambiental, por período mínimo de três anos, que é computado a partir da data de assinatura de cada contrato, visando à readequação das atividades produtivas nos imóveis rurais em que foram reassentadas.

Licenciamento ambiental

Licenças obtidas em 2015:

Licença de Instalação	Licenças Prévia e de Instalação	Licença de Instalação e Operação	Licença de Operação
LT 230 kV Xavantes - Pirineus - TAP	UTE Santa Cruz (Dragagem)	SE Campos - 1OP 3OP 4OP 17R	LT 345 kV Adrianópolis - "loop" Venda das Pedras - Macaé I
			LT 138 kV Santa Cruz - Jacarepaguá I -Torre 02 à SE Zona Oeste; Torre 30 à SE Zona Oeste
SE Grajaú - 2OP			UHE Porto Colômbia
			UHE Corumbá (Licença de Funcionamento)

Monitoramento, controle e proteção ambiental

Em 2015, Furnas realizou inspeções técnicas para elaboração e atualização dos Planos de Monitoramento de Efluentes e Qualidade da Água (PMEQAs), Planos de Gerenciamento de Resíduos (PGRs) e Planos de Atendimento a Emergência (PAEs) nos empreendimentos apresentados a seguir.

	PMEQA	PGR	PAE
Subestação (SE)	Brasília Sul, Brasília Geral, Samambaia e Vitória	Adrianópolis, Angra, Brasília Sul, Brasília Geral, Grajaú, Jacarepaguá, Pirineus, Poços de Caldas Samambaia, Vitória e São José	Vitória e São José
Usina Hidrelétrica (UHE)	Luiz Carlos Barreto, Marimbondo, Porto Colômbia e Serra da Mesa	Estreito, Funil, Furnas, Marimbondo, Itumbiara, Porto Colômbia e Simplício	Corumbá, Funil, Itumbiara, Luís Carlos Barreto, Porto Colômbia e Simplício
Usina Termelétrica (UTE)		Santa Cruz e Campos	
Centro de Distribuição		Rio de Janeiro	

Avaliação e controle de substâncias químicas

De acordo com o anexo A da Convenção de Estocolmo, são considerados contaminados todos os equipamentos que contiverem mais de 0,005% (50 ppm) de Bifenilas Policloradas. O anexo ainda prevê a retirada desses equipamentos até 2025 e a destinação até 2028. Antecipando-se a essas metas, em 2014, Furnas desmobilizou do sistema todos os equipamentos inventariados e enviou-os para disposição ambientalmente adequada. Em equipamentos que operam no sistema com valores de PCBs inferiores a 50ppm, a Empresa realiza análises laboratoriais que visam garantir que as concentrações não ultrapassem o valor máximo permitido.

Em 2015 foi aprovada a Instrução Normativa de Gerenciamento de Resíduos, com foco na melhoria do desempenho ambiental da Empresa. O documento estabelece critérios para o gerenciamento de resíduos, visando o controle e a redução de riscos às pessoas e ao meio ambiente, em conformidade com as políticas institucionais e com a legislação vigente.

Gestão da qualidade ambiental

Idem “Gestão ambiental” e “Monitoramento, controle e proteção ambiental”.

Uso sustentável e gestão da biodiversidade

Ictiofauna - Desde 1979, com o intuito de minimizar os impactos causados pelos barramentos das UHEs sobre a ictiofauna, Furnas promove a criação de trairão e peixes de piracema nativos para o repovoamento dos reservatórios da Empresa situados nos rios Grande e Paranaíba. Em 2015, foi realizada a produção de 58.130 alevinos. Destes, 53.270 são peixes de piracema.

Reflorestamento - Os viveiros de Furnas produziram 436.270 mudas em 2015. Foi realizado o plantio de mudas em uma área equivalente a 74,5 hectares no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Marimbondo, Porto Colômbia, Estreito, Mascarenhas de Moraes, Furnas, Itumbiara, Corumbá, Funil e Simplício e da LT Mascarenhas-Linhares.

4.14 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Apresentação e análise dos índices observados, no exercício do relatório de gestão e nos quatro exercícios anteriores, dos seguintes indicadores:

a) capacidade instalada de geração em operação, por fonte (MW): total, própria e em associação (SPEs);

Capacidade Instalada em Operação	2011	2012	2013	2014	2015
Geração					
1) Hidráulica					
a) Própria	7.175,00	7.175,00	2.863,70	2.916,20	2.916,20
b) UHE Lei nº 12.783/2013	-	-	4.617,00	4.617,00	4.617,00
c) SPE	1.741,58	2.367,89	2.869,80	4.835,14	5.014,80
d) SPE em regime de cotas	-	-	-	807,50	807,50
e) Propriedade compartilhada	1.487,00	1.487,00	1.487,00	1.487,00	1.487,00
f) PCH designadas cf Lei nº 12.783/2013	-	-	10,30	10,30	22,31
Subtotal	10.403,58	11.029,89	11.847,80	14.673,14	14.057,31
2) Eólica - SPE	-	-	-	187,04	187,04
3) Térmica (*)	962,00	962,00	962,00	530,00	530,00
Total Geral	11.365,58	11.991,89	12.809,80	15.390,18	15.581,85

(*) Para Santa Cruz, a potência de 500 MW exclui as UGs 3 e 4, cuja operação comercial se encontra temporariamente suspensa pela Aneel, conforme Despacho No 3.263, de 19 de outubro de 2012. Inclui, todavia, a potência de 150 MW ainda não disponível devido ao atraso nas obras de expansão da usina, ao final das quais as UGs 11 e 21 funcionarão em ciclo combinado com as UGs 1 e 2.

b) capacidade instalada de geração em construção, por fonte (MW): total, própria e em associação (SPEs);

Capacidade Instalada em Construção	2011	2012	2013	2014	2015
Geração					
1) Hidráulica					
a) Própria	386,20	386,20	80,50	28,00	28,00
b) SPE	4.970,76	4.344,45	3.842,52	4.458,13	2.861,53
Subtotal	5.356,96	4.730,65	3.923,02	4.486,13	2.889,53
2) Eólica - SPE	-	187,04	476,44	1.148,40	1.006,40
Total Geral	5.356,96	4.917,69	4.399,46	5.634,53	3.895,93

c) capacidade instalada de transmissão em operação (capacidade de transformação em MVA e extensão de linhas de transmissão em km): total, própria e em associação (SPEs);

Capacidade Instalada em Operação	2011	2012	2013	2014	2015
Transmissão					
1) Extensão (km)					
a) Própria	19.419,00	19.420,00	1.119,00	1.148,00	1.148,00
b) Lei nº 12.783/2013	-	-	18.748,50	18.758,50	18.758,50
c) SPE	1097,50	1.479,10	4.222,10	4.222,10	4.244,60
Total	20.516,50	20.899,10	24.089,60	24.128,60	24.151,10
2) Transformação (MVA)					
a) Própria	-	92.907,21	900,00	13.160,56	13.160,56
b) Lei nº 12.783/2013	-	-	92.907,21	90.207,61	90.207,61

c) SPE	-	14.079,79	7.575,00	14.875,00	14.661,00
d) Trafos de Furnas em Instalações de terceiros	-	-	-	2.050,33	2.050,33
Total	-	106.987,00	101.382,21	120.293,50	120.079,50

d) capacidade instalada de transmissão em construção (capacidade de transformação em MVA e extensão de linhas de transmissão em km): total, própria e em associação (SPEs);

Capacidade Instalada em Construção	2011	2012	2013	2014	2015
Transmissão					
1) Extensão (km)					
a) Própria	379,00	379,00	358,00	329,00	356,00
b) SPE	3.570,60	4.156,00	1.804,00	4.554,00	4.555,00
Total	3.949,60	4.535,00	2.162,00	4.883,00	4.911,00
2) Transformação (MVA)					
a) Própria	2.435,00	1.745,00	13.825,00	16.151,00	8.199,00
b) SPE	8.005,00	7.205,00	7.735,00	12.785,00	14.789,60
Total	10.440,00	8.950,00	21.560,00	28.936,00	22.988,60

Notas:

1. Item 1a inclui 27 km de reconstrução de LTs.
2. Item 2a compõe-se somente de reforços em SEs existentes.

e) geração própria de energia (GWh), Energia Elétrica Vendida (GWh), Energia Elétrica Comprada (GWh);

	GWh				
	2011	2012	2013	2014	2015
Geração Própria de Energia ^(*)	34.002	38.658	31.514	25.149	18.908
Energia Elétrica Vendida	54.892	56.230	42.232	40.561	38.831
Energia Elétrica Comprada para Revenda	16.761	17.654	3.947	3.332	3.536

^(*) UHEs Serra da Mesa e Manso: valor inclui apenas a geração correspondente ao percentual de Furnas.

A geração das usinas do Sistema Interligado Nacional é determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), de acordo com modelos de otimização energética, que visam atender à carga ao menor custo possível, considerando as condições energéticas/hidrológicas, as restrições elétricas etc. Assim, a redução de geração observada decorreu de comandos do Operador, visando à otimização dos recursos disponíveis em período de baixas afluências e níveis de reservatórios.

f) valor total de investimentos próprios previstos e realizados, por segmento de negócio;

	2011		2012		2013		2014		2015	
	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado
Geração	715,89	533,11	530,79	516,52	395,18	366,72	292,87	151,95	125,0	108,3
Transmissão	449,08	387,14	558,60	461,61	630,10	489,21	874,31	606,30	573,7	530,1
Qualidade ambiental	26,51	15,06	102,30	101,60	20,14	18,42	25,00	12,50	70,0	66,1
Infraestrutura	72,54	52,53	85,16	68,14	96,80	70,36	104,23	78,42	26,3	24,8
Total	1.264,02	987,85	1.276,84	1.147,87	1.142,22	944,71	1.296,40	849,17	795,0	729,4

Valores Correntes em R\$ MM

g) valor total de investimentos previstos e realizados em participações societárias (SPEs), por segmento de negócio;

	2011		2012		2013		2014		2015	
	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado
Geração	805,70	828,17	1.239,27	1.181,12	805,70	828,17	1.239,27	1.181,12	859,7	570,9
Transmissão	240,47	203,42	356,01	291,98	240,47	203,42	356,01	291,98	395,8	352,1
Total	1.046,18	1.031,60	1.595,28	1.473,10	1.046,18	1.031,60	1.595,28	1.473,10	1.255,5	923,0

Valores Correntes em R\$ MM

h) resultado do exercício, EBITDA, Patrimônio Líquido, ROL, Custos e Despesas Operacionais.

Ver item 7.1 - Desempenho Financeiro do Exercício.

5 GOVERNANÇA

5.1 Descrição das estruturas de governança

As políticas e práticas de governança corporativa de Furnas possuem foco na transparência de gestão, em atitude respeitosa no relacionamento com todos os seus *stakeholders*, no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação, sempre em alinhamento com seu Código de Ética.

O aprimoramento da governança corporativa é garantido por uma estrutura de gestão, práticas e instrumentos que seguem as recomendações do Manual de Organização da Empresa, no qual estão incluídos o Estatuto Social, o Regimento Interno, as Políticas e Normas de Organização, as diretrizes que norteiam a atuação dos Comitês Internos que apoiam a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, e as descrições de atribuições de todas as unidades formais de sua estrutura organizacional.

O modelo se fundamenta, também, na definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva no que se refere à formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Empresa, bem como do Conselho Fiscal, na fiscalização dos atos e contas da Administração.

Estrutura Societária

Furnas, sociedade anônima de economia mista federal de capital fechado, enquanto subsidiária da Eletrobras, atende aos requisitos da Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX) na prestação de informações para que a *Holding* possa manter a negociação das suas ações por meio de *American Depositary Receipts* (ADR) nível 2, bem como participar do *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI) da Bolsa de Nova York e no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE – Bovespa).

Em 2015, o Capital Social de Furnas, no valor de R\$ 6.531.154.365,54 (seis bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) apresentou a seguinte composição:

Acionista	Ação Ordinária		Ação Preferencial	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Eletrobras	52.647.326.561	99,83	14.659.406.538	98,62
Outros	91.699.606	0,17	205.277.973	1,38
Total	52.739.026.167	100,00	14.864.684.511	100,00

Estrutura de Governança Corporativa

A governança corporativa de Furnas é assegurada pelos processos internos e relacionamentos da administração superior, constituída pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Auditoria Interna.

Em cumprimento ao disposto na legislação que regulamenta o funcionamento das sociedades anônimas, a Eletrobras contrata serviços de auditoria independente para todas as empresas do Sistema, com a finalidade de atestar a adequação de atos ou fatos para conferir confiabilidade a atividades mediante utilização de procedimentos técnicos específicos. No caso das demonstrações

financeiras, tem por objetivo a emissão de pareceres sobre a adequação das contas da Empresa, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC) e com a legislação específica pertinente.

Assembleia Geral de Acionistas

Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para alienar, no todo ou em parte, ações de seu capital social ou de suas controladas; proceder à abertura e aumento do capital social; alienar debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emitir debêntures conversíveis em ações; promover operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação; permutar ações ou outros valores mobiliários; reformar o Estatuto Social; e deliberar sobre outros assuntos propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

Em 2015, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu em 29 de abril para aprovar, entre outros assuntos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2014 e alterar a composição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. E, em 27 de agosto, ocorreu uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para eleição de Conselheiro de Administração, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Conselho de Administração

Instância máxima da Administração de Furnas, o Conselho de Administração é composto por até seis membros, brasileiros, acionistas, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais, dentre eles, designarão o Presidente do Conselho, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição.

Dentre os membros do Conselho de Administração, é escolhido o Diretor-Presidente. Um dos membros do Conselho é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e outro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela Empresa em conjunto com as autoridades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente, sendo o único membro do Conselho que possui suplente, obrigatoriamente eleito como companheiro de chapa do respectivo titular.

No exercício de 2015, este colegiado reuniu-se 23 vezes.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva constitui-se de um Diretor-Presidente e de cinco Diretores, gestores dos negócios da Empresa, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de três anos, com direito a reeleição, e que exercem suas funções em regime de tempo integral, nas seguintes áreas de atividade: Presidência; Administração; Finanças; Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos; Operação e Manutenção; e Gestão de Novos Negócios e de Participações.

As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria Executiva são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas. Em 2015, foram realizadas 70 reuniões.

Conselho Fiscal

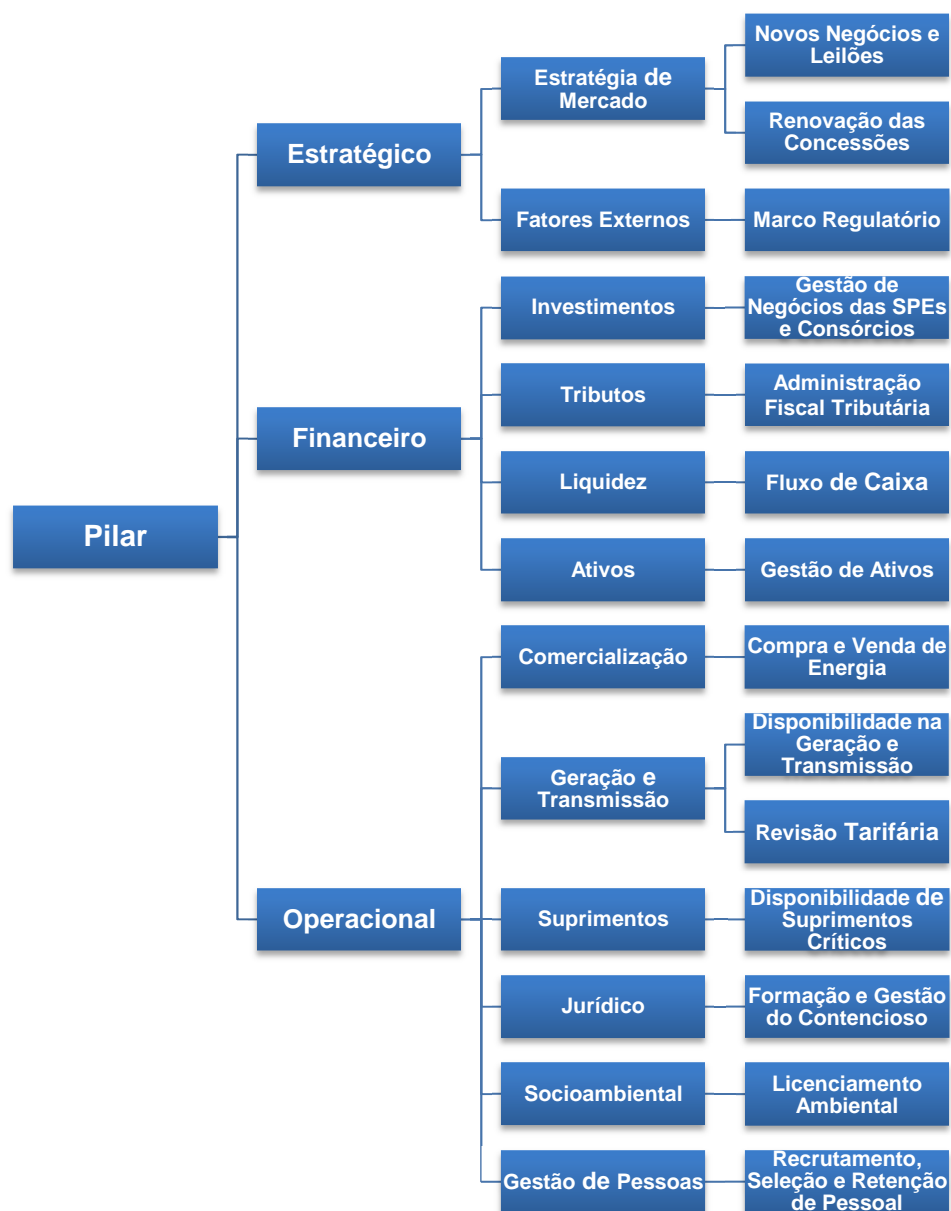
A atribuição do Conselho Fiscal é a de fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários. Compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplentes, brasileiros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos por AGO para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, observando-se os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente. Um de seus membros efetivos e respectivo suplente são indicados pelo Ministério da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional. Em 2015, este colegiado reuniu-se 13 vezes.

O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, emitiu dois pareceres no ano de 2015. O primeiro relativo à análise do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício de 2014, tendo sido favorável, com recomendação de aprovação por parte dos acionistas, na Assembleia Geral, e o segundo relativo às remunerações pagas aos diretores e conselheiros de Furnas, no período de abril de 2014 a março de 2015.

Gestão de Riscos

As atividades relacionadas a identificação e tratamento de riscos corporativos constituem importante instrumento estratégico e de gestão, fundamental para o processo de governança corporativa. A perfeita e tempestiva visão dos diversos fatores de risco e sua contínua e imediata divulgação permitem que toda a organização realize ajustes necessários para que se aumente seu grau de sustentabilidade e esta fique mais protegida de eventos indesejados ou que causem prejuízo, seja pecuniário, seja de imagem.

Em 2014, sob a supervisão direta da Diretoria de Finanças, foi realizada revisão da Matriz de Riscos Corporativos, alinhada com a do Sistema Eletrobras. Baseando-se nesta matriz, o Comitê de Gestão de Riscos priorizou 12 eventos de risco para o exercício de 2015. Destes 12, 2 já estavam entre os 4 eventos priorizados pela Eletrobras para o exercício de 2015, totalizando assim, 14 riscos priorizados para o biênio 2015-2016, como mostra a figura a seguir.



Utilizando nova metodologia de avaliação de riscos corporativos, Gestão Dinâmica de Riscos Corporativos (GDRC), que possibilita uma visão quantitativa e financeira dos mesmos, foram analisados 7 eventos de risco, os 4 definidos pela Eletrobras e mais 3 dentre os 10 restantes.

A exposição atual para esses sete eventos de risco apresentou os seguintes graus de mitigação, conforme tabela a seguir.

Evento de Risco	Grau de Mitigação (%)
Novos Negócios e Leilões	92
Gestão de SPEs e Consórcios	87
Gestão Contábil de Ativos	26
Disponibilidade de Suprimentos Críticos	55
Gestão Ambiental	43
Gestão de Pessoas	50

Os outros sete Eventos de Risco serão trabalhados em 2016 usando a nova metodologia. Está prevista aquisição de *software* que possibilitará a implantação de um sistema *online* para avaliação de risco mediante coleta de informações e tratamento dos riscos corporativos.

Controles Internos

Os sistemas de controles internos da Empresa permitem que cada área opere de forma eficiente e eficaz para oferecer garantia de que os processos, serviços e produtos estejam adequadamente protegidos. Tal método auxilia na mitigação de riscos corporativos, no alcance de metas e no crescimento sustentável do negócio ao demonstrar maior transparência e credibilidade.

Desde 2010, a Eletrobras possui registro na Bolsa de Valores de Nova York com emissão de ADRs no nível II, exigindo de suas subsidiárias adequação aos requisitos da lei norte-americana *Sarbanes-Oxley* (SOX), em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e gerenciamento de riscos.

A fim de certificar, anualmente, a eficácia do ambiente de controles internos no âmbito das Empresas Eletrobras, foram estabelecidos os controles mitigadores dos riscos aos quais a Empresa se encontra exposta. Para manter esta condição, a *Holding* deve entregar e divulgar anualmente suas demonstrações financeiras e a certificação anual de controles internos à *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC), dos EUA.

O escopo dos processos mais relevantes para a certificação SOX compreende os que possuem materialidade diante das demonstrações financeiras da Empresa. No ano de 2015, foram selecionados 29 processos, associados a: Gestão de Materiais, Gestão de Participações, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Compra e Venda de Energia, Processo de Tecnologia, Gestão de Contingências, Gestão Contábil, Gestão Tributária, Empréstimos e Financiamentos, Gestão de Ativo Fixo, Benefício Pós-emprego e Transação entre Partes Relacionadas.

No decorrer de 2015, o Conselho de Administração de Furnas aprovou um inédito programa, denominado Rumo ao Gap Zero, que mobiliza a Empresa e explicita o chamado “tom de cima”, o total e explícito compromisso e participação direta dos seus colegiados estatutários no processo.

O programa, em plena execução, prevê uma série de ações visando à otimização dos processos internos de gestão dos riscos e controles internos da Empresa, melhoria da interação e comunicação da área de controles internos e gestão de riscos com os gestores responsáveis pela implementação dos planos de ação de mitigação das deficiências e fraquezas materiais e, não menos importante, aumento da visibilidade e poder da área de gestão dos riscos e controles internos, com acesso direto e prioritário aos órgãos superiores de decisão.

Programa de Integridade (*Compliance*)

Em 2014, a Eletrobras aprovou o Manual de *Compliance* referente à Política Anticorrupção das Empresas Eletrobras, em atendimento à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conhecida como Lei Anticorrupção Brasileira, e à *Foreign Corrupt Practices Act (FCPA - Lei contra Práticas de Corrupção no Exterior)*, à qual a *Holding* e suas subsidiárias estão sujeitas por terem suas ações listadas e negociadas na Bolsa de Valores de Nova York.

Em sequência, Furnas promoveu alteração de sua estrutura organizacional de forma a garantir alinhamento com o citado Manual e, em 10 de fevereiro de 2015, a adesão ao Manual foi aprovada pela Diretoria Executiva. Desde então, Furnas vem empreendendo uma série de ações de governança de forma a atender aos requisitos das leis brasileiras e norte-americanas de combate à fraude e corrupção.

No segundo semestre de 2015, a Controladoria Geral da União (CGU) deu início ao trabalho de Avaliação da Integridade em Empresas Estatais, tendo Furnas sido escolhida para participação em projeto-piloto, juntamente com Eletronorte, Banco do Nordeste do Brasil e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Este trabalho teve por objetivo avaliar as medidas de integridade existentes nessas empresas e promover seu aprimoramento com a finalidade de reduzir o risco de corrupção e fraudes, bem como aumentar a capacidade de detecção e remediação das irregularidades que pudessem ocorrer, além de, subsidiariamente, e a partir dos resultados obtidos, contribuir na elaboração do Guia de Integridade da CGU. Ao final, foi emitido, pela CGU, o Relatório de Integridade nº 201504023, com sugestões de melhorias para potencializar o sistema de integridade da Empresa. Tais sugestões estão consubstanciadas no Plano de Implantação do Sistema de Integridade de Furnas.

Após reuniões de Busca Conjunta de Soluções (com a participação de profissionais da CGU e de Furnas), aquela Controladoria solicitou que fosse elaborado um Plano de Ação para aprimoramento dos mecanismos de integridade, o qual deverá ser entregue até 30 de março de 2016, após aprovação nas instâncias internas competentes.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração e promove o exame das atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais com o objetivo de analisar a gestão, verificar procedimentos, sistemas informatizados, registros e documentos, avaliando os controles existentes, bem como o cumprimento de diretrizes, normativos internos e preceitos da legislação vigente.

Em 2015, foram realizados 38 trabalhos de auditoria, oriundos do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint) e de demandas especiais surgidas ao longo do exercício. Foram concluídos mais dois trabalhos referentes a 2014, o que resultou na emissão de 29 relatórios decorrentes da atuação direta da Auditoria Interna com resultados que visaram subsidiar a alta administração de importantes informações nas tomadas de decisão.

Em continuidade ao processo de adequação do ambiente de controle interno à lei norte-americana *Sarbanes-Oxley (SOX)*, necessária à certificação do Sistema Eletrobras de conformidade àquela Lei, a Auditoria Interna realizou avaliação dos sistemas contábil e de controles internos da Empresa no exercício de 2015, em atendimento à avaliação dos riscos mais relevantes, determinados segundo a materialidade definida pela Eletrobras.

O relacionamento da Empresa com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU) ocorre ao longo do exercício, para atender às demandas que fazem parte das atribuições dos referidos órgãos.

Comitês Internos

Colegiados permanentes compostos por representantes de cada diretoria, os 28 Comitês Internos apoiam a Diretoria Executiva no cumprimento das políticas internas de gestão, dentre os quais destacam-se: Coordenador de Planejamento Estratégico e Empresarial, Informática, Recursos Humanos, Pesquisa e Desenvolvimento, Seguros, Comercialização de Energia, Segurança da Informação, Comissão de Ética, Coordenação de Novos Negócios, Sustentabilidade Empresarial, Gestão de Riscos, e Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização (Caoef).

Políticas Internas

As Políticas Internas da Empresa são definidas por meio de instrumentos balizadores dos atos deliberativos da Diretoria Executiva, que cobrem os seguintes temas: Logística de Material, Informática, Gestão de Pessoas, Segurança Empresarial, Ambiental, Responsabilidade Social, Gestão de Frota de Veículos, Segurança da Informação, Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional, Segurança Patrimonial, Propriedade Intelectual, Gestão Sociopatrimonial, Gestão de Resíduos, Contratação e Gestão de Riscos e Controles Internos.

Princípios Éticos e Compromissos de Conduta

Desde 2010, Furnas adota o Código de Ética Único das Empresas do Sistema Eletrobras, o qual estabelece os princípios que norteiam os compromissos de conduta nas ações, comportamento e decisões profissionais de empregados, gerentes, diretores, membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, colaboradores, fornecedores e demais públicos de relacionamento.

O cumprimento dos princípios éticos e compromissos de conduta é monitorado pela Comissão de Ética, com o objetivo de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente a imputação ou o procedimento suscetível de censura, supervisionar os certames da Empresa e desenvolver atribuições definidas pela Presidência.

No Portal Ética, na *intranet*, encontram-se a legislação vigente, perguntas e respostas relativas à gestão da ética em empresas públicas, os serviços Fale Conosco e o Canal Consulta e Denúncia de Desvios Éticos e o monitoramento dos casos analisados pela Comissão de Ética, entre outras informações. Por força de lei, a Comissão de Ética possui canal exclusivo de atendimento por *e-mail*, recebendo também denúncias através da Ouvidoria.

Em 2015, a Comissão de Ética recebeu 28 denúncias, das quais, na data de 31 de dezembro de 2015 e após a devida análise, 1 encontrava-se em andamento, com 4 casos de Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP), onde o empregado permanece monitorado durante dois anos por um dos membros da Comissão de Ética e, caso ocorra novamente o fato, recebe Censura Ética, encaminhada à área de recursos humanos. Os demais casos foram analisados, as devidas ações tomadas, e os casos foram arquivados.

Ouvidoria

A Ouvidoria de Furnas representa um instrumento de interação da Empresa com seus públicos interno e externo, atuando como canal institucional de comunicação e como mediadora na busca de solução de conflitos extrajudiciais, assim como instrumento de avaliação organizacional.

Desse modo, assegura que as expectativas e necessidades dos *stakeholders* sejam conhecidas e consideradas pelos gestores, contribuindo para a eficácia dos processos internos e da gestão de riscos da Empresa. Além de atender às exigências da Lei *Sarbanes-Oxley*, a Ouvidoria atua em consonância com as orientações da Ouvidoria Geral da União (OGU), estando comprometida com a política de sustentabilidade e com as boas práticas de governança corporativa.

O acesso à Ouvidoria é assegurado por meio de formulário eletrônico no *website* de Furnas, *fax*, telefone, pessoalmente, carta ou, ainda, algum outro documento. A Ouvidoria administra ainda o canal Fale com o Presidente, exclusivo para o público interno, voltado ao esclarecimento de dúvidas e encaminhamento de sugestões e comentários. Em todas as formas de comunicação, o nome do manifestante é mantido em sigilo e o conteúdo da mensagem tratado com seriedade, isenção e de forma reservada.

O Manual de *Compliance* referente à Política Anticorrupção das empresas Eletrobras definiu a Ouvidoria como o canal para recebimento de denúncias sobre quaisquer violações ou suspeitas de violação do Programa Anticorrupção e/ou da Lei Anticorrupção. Para tanto, foi revisto o procedimento de recebimento das manifestações, a fim de adequá-lo ao Manual, bem como ao Normativo da OGU/CGU sobre o tema, com vigência a partir de 2015.

Em 2015, foram enviadas aos três canais geridos pela Ouvidoria 1.097 demandas, sendo 951 manifestações postadas na Ouvidoria, 97 pedidos de informação dirigidos ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), dos quais 18 tiveram recursos, e 49 mensagens encaminhadas ao Fale com o Presidente.

As 951 manifestações são dos tipos: reclamação (323), solicitação (508), sugestão (13), denúncia (85) e elogio (22). No que tange à origem, das 951 manifestações registradas em 2015 na Ouvidoria, destacamos que 659 (69%) são de origem externa, 269 (28%), interna e 23 (3%) não identificadas.

Principais Relacionamentos de Furnas

Visando manter relacionamento com as entidades representativas no Setor de Energia Elétrica, a Empresa está presente nos principais fóruns e mantém relacionamento constante com instituições representativas, como: Ministério de Minas e Energia (MME), Eletrobras, Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), assim como com órgãos nas esferas estadual e municipal, em função de construir e operar empreendimentos situados em grande parte do território nacional.

Adicionalmente, Furnas participa de diversos fóruns e colabora com associações de classe, no País e no exterior, a saber: Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ) da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de

Janeiro (CREA-RJ), Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (Abraconee), Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget), Associação Brasileira de Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), Associação Brasileira da Infraestrutura e das Indústrias de Base (Abdib), Associação Brasileira de Ensaio Não Destrutivos e Inspeção (ABENDI), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Comitê Brasileiro do Conselho Mundial da Energia (CBCME), associado ao Conselho Mundial da Energia (*World Energy Council* – WEC), Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (Cigré-Brasil), associado ao Conselho Internacional das Grandes Redes Elétricas (*Conseil International des Grands Réseaux Electriques* – Cigré), Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB), associado ao Comitê Internacional de Grandes Barragens (*International Committee on Large Dams* – Icold), Associação Internacional de Hidroeletricidade (*International Hydropower Association* – IHA), entre outras.

5.2 Informações sobre os dirigentes e colegiados

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é integrado por até seis membros, brasileiros, acionistas, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral que designará dentre eles o Presidente. O prazo de gestão é de um ano admitida a reeleição.

Os membros do Conselho de Administração devem atender aos atributos necessários ao exercício do cargo, conforme previsto na legislação pertinente e no Estatuto Social de Furnas.

Um dos membros do Conselho de Administração é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e outro membro eleito como representante dos empregados.

As atas de Assembleia Geral que elegerem os Conselheiros de Administração de Furnas devem conter a qualificação de cada um dos eleitos e o prazo de gestão e, quando a lei exigir certos requisitos para a investidura, somente podem ser eleitos e empossados aqueles que apresentarem os comprovantes necessários, dos quais se arquivará cópia autenticada na sede de Furnas.

O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês, obedecido calendário anual previamente aprovado pelo colegiado e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria de votos, cabendo ao seu presidente, além do voto comum, o de desempate.

Conforme disposto no artigo 21 do Estatuto Social de Furnas, compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios de Furnas, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos. No exercício de suas atribuições, cabe também ao Conselho de Administração:

I - estabelecer em R\$ 20 milhões ou 0,5% do Capital Social, o que for maior, como valor limite a partir do qual as matérias lhe serão submetidas para deliberação;

II - autorizar Furnas a contrair empréstimo, no País ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;

III - autorizar a prestação de garantia a financiamentos, tomados no país ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;

IV - autorizar a execução de atos negociais visando à aquisição de bens e contratação de obras e serviços, conforme limites fixados mediante sua deliberação;

V - eleger e destituir diretores, fixando-lhes suas atribuições;

VI - deliberar sobre a constituição de consórcios empresariais ou participações em sociedades que se destinem, direta ou indiretamente, à consecução do objeto social de Furnas, sob o regime de concessão, autorização ou permissão, mediante autorização do Conselho de Administração da Eletrobras;

VII - aprovar a indicação, feita pela Diretoria Executiva, dos membros para compor as diretorias e conselhos de administração e fiscal das sociedades em que participe, submetendo sua escolha à aprovação da Eletrobras;

VIII - aprovar a estrutura organizacional de Furnas;

IX - monitorar a gestão da empresa mediante requisição de informações ou exame de livros e documentos;

X - aprovar os relatórios da administração e de controles internos, bem como as contas da Diretoria Executiva;

XI - autorizar Furnas a emitir títulos de valores mobiliários, mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;

XII - escolher e destituir auditores independentes, segundo as normas aprovadas pela controladora, observada a legislação pertinente;

XIII - elaborar e alterar seu Regimento Interno, bem como aprovar o Regimento Interno de Furnas;

XIV - deliberar sobre as estimativas de receitas, despesas e investimentos de Furnas em cada exercício, propostas pela Diretoria;

XV - deliberar sobre a remuneração aos acionistas, com base nos resultados intermediários apurados nos termos da legislação aplicável;

XVI - deliberar sobre aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis, não relacionados ao cumprimento do objeto social de Furnas, conforme limites previamente fixados, bem como sobre fazer e aceitar doações com ou sem encargos;

XVII - autorizar a alienação ou aquisição de bens móveis e imóveis, diretamente relacionados ao cumprimento do objeto social de Furnas, conforme os valores definidos como de sua competência para aprovação;

XVIII - convocar as Assembleias Gerais;

XIX - autorizar a abertura de filiais, agências e escritórios no Brasil ou no exterior;

XX - deliberar sobre o afastamento dos diretores, quando o prazo for superior a trinta dias consecutivos;

XXI - avaliar o desempenho dos membros da Diretoria Executiva da empresa, pelo menos uma vez por ano; com base nas diretrizes estabelecidas para a realização do contrato de metas de desempenho e dos planos estratégico, de negócios e de investimentos;

XXII - aprovar o plano anual de auditoria interna, após seu exame pelo Conselho Fiscal;

XXIII - deliberar sobre o uso ou exploração, a qualquer título, e por qualquer pessoa ou entidade, de equipamentos, instalações, bens ou outros ativos da companhia, não vinculados à concessão, cujo valor exceda a 1% (um por cento) do patrimônio líquido apurado no balanço referente ao último exercício social encerrado;

XXIV - aprovar a assinatura do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, por meio do qual Furnas se compromete a cumprir as orientações estratégicas ali definidas visando atender às metas e resultados estabelecidos pela controladora;

XXV - decidir os casos omissos no Estatuto de Furnas.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto de três membros efetivos e igual número de suplentes, sendo um indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, não computados os eleitos pelas ações ordinárias minoritárias e pelas ações preferenciais, quando aplicável, todos brasileiros e residentes no país, observados os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente.

Os membros do Conselho Fiscal são eleitos por Assembleia, permitidas reeleições e exercem seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição.

O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, por solicitação do presidente do Conselho de Administração, do diretor-presidente de Furnas ou de qualquer de seus membros.

As deliberações do Conselho Fiscal são tomadas por maioria de votos, cabendo ao seu presidente, além do voto comum, o de desempate.

Conforme disposto no artigo 38 do Estatuto Social de Furnas, compete ao Conselho Fiscal, sem exclusão de outros casos previstos em lei:

I - pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva;

II - acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;

III - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

IV - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

V - opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;

VI - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de títulos e de valores mobiliários, planos de investimento ou orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão de Furnas;

VII - denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos da administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses de Furnas, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, sugerindo providências úteis a Furnas;

VIII - convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias;

IX - analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Diretoria;

X - examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

XI - exercer as atribuições previstas neste artigo, quando cabíveis, durante a eventual liquidação de Furnas;

XII - assistir obrigatoriamente às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, em que se deliberar sobre assuntos sobre os quais deva opinar, relativos aos incisos V, VI e X;

XIII - fornecer ao acionista ou grupo de acionistas, que representarem, no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social, sempre que solicitadas, informações sobre matérias de sua competência;

XIV - examinar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta do Diretor-Presidente e até 5 (cinco) diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de 3 (três) anos, permitidas reeleições.

Os membros da Diretoria Executiva devem atender aos atributos necessários ao exercício do cargo, conforme previsto na legislação pertinente e no Estatuto Social de Furnas.

As atas de reunião do Conselho de Administração que elegerem os Diretores de Furnas devem conter a qualificação de cada um dos eleitos e o prazo de gestão e, quando a lei exigir certos requisitos para a investidura, somente podem ser eleitos e empossados aqueles que apresentarem os comprovantes necessários, dos quais se arquivará cópia autenticada na sede de Furnas.

A Diretoria Executiva reúne-se, ordinariamente, uma vez por semana, com a maioria dos seus membros e, extraordinariamente, mediante a convocação do Diretor-Presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes.

No exercício das suas atribuições, conforme disposto no artigo 29 do Estatuto Social de Furnas, compete à Diretoria Executiva, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração:

I - aprovar, em harmonia com as diretrizes fundamentais fixadas pelo Conselho de Administração, normas orientadoras da ação de Furnas;

II - elaborar planos de emissão de títulos de valores mobiliários para serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração e posteriormente à Assembleia Geral;

III - elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:

- a) os planos anuais de negócios e o plano estratégico de Furnas;
- b) os programas anuais de dispêndios e de investimentos de Furnas com os respectivos projetos;
- c) os orçamentos de custeio e de investimentos de Furnas; e
- d) a avaliação do resultado de desempenho das atividades de Furnas;

IV - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

V - decidir sobre contratações de obras, empreitadas, fiscalização, locação de serviços, consultorias, fornecimentos e similares que envolvam recursos financeiros cujos valores sejam inferiores ao limite previamente definido pelo Conselho de Administração de Furnas;

VI - aprovar normas de cessão de uso, locação ou arrendamento de bens imóveis de propriedade de Furnas;

VII - aprovar manuais e normas de administração, técnicas, financeiras e contábeis e outros atos normativos necessários à orientação do funcionamento de Furnas;

VIII - aprovar planos que disponham sobre admissão, carreira, acesso, vantagens e regime disciplinar para os empregados de Furnas;

IX - aprovar os nomes indicados pelos diretores para preenchimento dos cargos que lhes são diretamente subordinados;

X - delegar competência aos diretores para decidirem, isoladamente, sobre questões incluídas nas atribuições da Diretoria Executiva;

XI - delegar poderes ao diretor-presidente, diretores e empregados para autorização de despesas, estabelecendo limites e condições;

XII - pronunciar-se nos casos de admissão, elogio, punição, transferência e demissão dos empregados subordinados diretamente aos diretores;

XIII - promover e prover a organização interna, mantendo-a constantemente atualizada;

XIV - encaminhar ao Conselho de Administração solicitações visando à captação de recursos, contratação de empréstimos e financiamentos, prestação de garantia e participação em parcerias, no país ou no exterior;

XV - propor atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração, exceto para os casos já regulamentados em lei e observando-se o limite fixado na legislação vigente;

XVI - elaborar, em cada exercício, as demonstrações financeiras estabelecidas pela legislação societária vigente, submetendo-as ao exame dos auditores independentes, bem como elaborar a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, para serem submetidos à apreciação dos Conselhos de Administração e Fiscal e ao exame e deliberação da Assembleia Geral;

XVII - designar empregados de Furnas para missões no exterior, observados os procedimentos de aprovação junto à controladora;

XVIII - movimentar recursos de Furnas e formalizar obrigações em geral, mediante assinatura do diretor-presidente e de um diretor nos respectivos instrumentos obrigacionais, podendo esta competência ser delegada a procuradores ou empregados de Furnas, relacionados em atos específicos de Diretoria;

XIX - autorizar férias ou licenças de qualquer de seus membros, exceto o diretor-presidente, cujo substituto será indicado dentre os demais diretores pelo Conselho de Administração;

XX - deliberar sobre a alienação de bens móveis e imóveis, conforme valores definidos como de sua competência para aprovação.

Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria, compete ao diretor-presidente, além da orientação da política administrativa e a representação de Furnas:

I - superintender os negócios de Furnas;

II - representar Furnas, judicial ou extrajudicialmente, ou ainda perante outras sociedades, acionistas ou público em geral e órgãos de fiscalização e controle, podendo delegar tais poderes a qualquer diretor, bem como nomear representantes, procuradores, prepostos ou mandatários;

III - admitir e demitir empregados;

IV - formalizar as nomeações aprovadas pela Diretoria; e

V - designar comissão eleitoral com o objetivo de organizar a eleição do representante dos empregados no Conselho de Administração cabendo-lhe, ainda, proclamar o candidato vencedor e comunicar o resultado ao sócio controlador para adoção das providências necessárias à designação do representante dos empregados no Conselho de Administração.

5.4 Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico

No que tange à participação de representantes nas AGOs e AGEs das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) em que possui participação, Furnas segue a orientação definida em seu Estatuto Social e no Regimento Interno da Diretoria. A deliberação sobre os atos societários das SPEs, dentre estes a apreciação das demonstrações financeiras, a atualização de capital subscrito ou autorizado, entre outros, é respaldada por pareceres dos órgãos de assessoria internos e a aprovação é efetivada por pelo menos dois Diretores de Furnas ou pelos procuradores legalmente

estabelecidos.

No que tange à designação de representantes para os colegiados das Sociedades de Propósito Específico (SPEs), Furnas segue a orientação definida pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, consolidadas em Instrução Normativa. Trata-se da IN.001.2015 - “Diretores e Conselheiros de Furnas em Sociedades de Propósito Específico - SPE ou Sociedades”, que contém regras para:

- a) Indicação de representantes;
- b) Atuação dos representantes nos respectivos colegiados;
- c) Acompanhamento da atuação dos representantes.

5.7 Atuação da unidade de auditoria interna

a) A Auditoria Interna de Furnas é vinculada ao Conselho de Administração de Furnas e está organizada da seguinte forma: uma Superintendência de Auditoria Interna (AD), vinculada ao Conselho de Administração e à qual se subordinam dois coordenadores de processos: Coordenador de Programação de Auditoria e Coordenador Operacional de Auditoria e, não apresenta unidades descentralizadas.

b) Foram realizadas auditorias em todas as diretorias de Furnas e no respectivo fundo de pensão (Fundação Real Grandeza). Foram emitidos 9 relatórios para a Diretoria de Administração – DA, 8 relatórios para a Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos – DE, 3 relatórios para a Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações – DN, 3 relatórios para a Diretoria de Finanças, - DF, 5 relatórios para Diretoria da Presidência – DP e 1 relatório para Fundação Real Grandeza. Foram realizadas auditorias em processos, em programas de investimentos, em despesas estruturais (operacionais), em novos negócios, tecnologia da informação e financeira.

Destacamos os seguintes resultados e benefícios para a Empresa decorrentes das ações da auditoria interna realizadas no exercício de 2015:

- melhoria na segurança dos sistemas informatizados, como, por exemplo, aprimoramento ou viabilização da segregação de função; melhorias na administração de usuários, como, por exemplo, revisão de concessão e cancelamento de senhas;
- aprimoramento das normas internas e implantação de controles, propiciando o fortalecimento dos controles internos da Empresa;
- aperfeiçoamentos nos processos licitatórios e gestão de contratos no tocante ao cumprimento da Lei nº 8.666/93;
- disseminação, na Empresa, das mudanças decorrentes de novos procedimentos, principalmente no que tange às ações focadas em riscos e controles; ações que proporcionaram o início da mudança da cultura departamental para a de processos, além de maior integração entre as áreas;
- inclusão de diversos compromissos no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, para atender às determinações da Circular Geral 012.2004, emitida por Furnas, e à legislação pertinente;
- maior agilidade no atendimento às fiscalizações realizadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU e Controladoria-Geral da União - CGU através da coordenação do atendimento pela Auditoria Interna;
- acompanhamento das informações prestadas pelas diversas áreas ao TCU e CGU, uniformizando o posicionamento oficial da Empresa.

c) Foram realizadas todas as 38 auditorias previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, e 1 está em curso. Até o final de dezembro de 2015 foram emitidos 29 relatórios de auditoria, dos quais 2 referem-se à conclusão de trabalhos referentes ao exercício de 2014.

Com relação aos trabalhos executados no exercício de 2015, destacamos:

Relatório:	RAU.001.2015														
Diretoria:	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos - DE														
Órgão Auditado:	Superintendência de Implantação de Empreendimentos – SI.E														
Data de Emissão	05.01.2015														
Processo Auditado:	Gestão de Investimentos														
Escopo:	Implantação U.H.E. Batalha														
Abrangência:	Programa de Trabalho nº 1G96 que corresponde a 2,1% do total orçado.														
	<table><tr><th>Descrição de Projeto</th><th>Previsão Orçamento 2014 R\$</th><th>% em relação ao total</th></tr><tr><td>• GERAÇÃO</td><td>276.112.755</td><td>21,9</td></tr><tr><td>Ampliação</td><td>89.565.496</td><td>7,1</td></tr><tr><td>1G96 IMPLANTAÇÃO UHE BATALHA</td><td>26.169.684</td><td>2,1</td></tr></table>			Descrição de Projeto	Previsão Orçamento 2014 R\$	% em relação ao total	• GERAÇÃO	276.112.755	21,9	Ampliação	89.565.496	7,1	1G96 IMPLANTAÇÃO UHE BATALHA	26.169.684	2,1
	Descrição de Projeto	Previsão Orçamento 2014 R\$	% em relação ao total												
	• GERAÇÃO	276.112.755	21,9												
	Ampliação	89.565.496	7,1												
	1G96 IMPLANTAÇÃO UHE BATALHA	26.169.684	2,1												
	Tendo em vista que a GCC.E apresenta atribuição de consolidar as informações e medição dos resultados do empreendimento (custo, prazo e qualidade) de Batalha, foram selecionamos os contratos deste órgão que tiveram pagamentos acima 900 mil em 2014.														
<table><tr><th>Nº Contrato</th><th>Fornecedor</th><th>Pagamentos em 2014*</th></tr><tr><td>8000004134</td><td>Ecoplan</td><td>R\$ 931.586,01</td></tr><tr><td>8000001557</td><td>Cia Bras. Loc.</td><td>R\$ 1.045.403,67</td></tr></table>			Nº Contrato	Fornecedor	Pagamentos em 2014*	8000004134	Ecoplan	R\$ 931.586,01	8000001557	Cia Bras. Loc.	R\$ 1.045.403,67				
Nº Contrato	Fornecedor	Pagamentos em 2014*													
8000004134	Ecoplan	R\$ 931.586,01													
8000001557	Cia Bras. Loc.	R\$ 1.045.403,67													
* Relação de pagamento de janeiro à setembro de 2014.															

Relatório:	RAU.002.2015		
Diretoria:	Diretoria de Administração - DA		
Órgão Auditado:	Superintendência Tecnologia da Informação – ST.A		
Data de Emissão	30.01.2015		
Processo Auditado:	Tecnologia da Informação		
Escopo:	Serviços de TI		
Abrangência:	<p>Avaliar a exposição aos riscos, adequação e eficácia dos controles de gestão dos serviços de TI, abrangendo os seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Gestão de nível de serviço; b) Gerenciar requisições de serviços; c) Gestão de serviços de TI; d) Gestão de fornecedores; e) Gestão de disponibilidade e capacidade; f) Treinamento e capacitação; h) Monitorar e avaliar desempenho dos serviços e conformidade. 		

Relatório:	RAU.003.2015			
Diretoria:	Diretoria de Finanças - DF			
Órgão Auditado:	Superintendência de Finanças Corporativas – SF.F			
Data de Emissão	13.02.2014			
Processo Auditado:	Gestão de Empréstimos			
Escopo:	Destinação Específica e Fluxo de Caixa			
Abrangência:	Em 31 de dezembro de 2014, Furnas possuía uma carteira de empréstimos com 32 contratos vigentes, totalizando R\$8.927.660.000,00 (valor contábil).			
	Foram selecionados, sete contratos, para análise e verificação, representando 35% da carteira, no montante de R\$2.995.970.589,62.			
	Foram utilizadas as seguintes premissas para seleção:			
	<ul style="list-style-type: none"> Contratos vigentes em 2015, com exceção dos contratos que foram analisados no trabalho anterior, Relatório de Auditoria nº RAU 007.2014. Contratos com aplicações de recursos distintos, a saber: investimentos próprios; Inversões financeiras; equilíbrio de caixa; rolagem de dívidas e projetos. 			
	Contrato	Destinação	Valor – R\$	Assinatura
	ECF 2776	Equilíbrio de Caixa	318.904.370,94	16.12.2009
	ECF 2822	Equilíbrio de Caixa	195.802.352,82	16.12.2009
	ECF 2942	Inversões (SPE's)	600.000.000,00	30.06.2011
	Cédula Bancária nº 306.401.173	Equilíbrio de Caixa	400.000.000,00	10.01.2014
	Cédula Bancária nº 19.0206.763.0000003/42	Rolagem de Dívidas para Inversões Financeiras	212.760.470,13	25.07.2012
	Contrato nº 0409.562-59	Investimentos Próprios, Inversões Financeiras, PREQ e Rolagem de Dívidas	1.000.000.000,00	29.05.2013
	Contrato nº 213025800	Inovação de natureza tecnológica	268.503.395,73	29.10.2013
	-	-	2.995.970.589,62	-

Relatório:	RAU.004.2015
Diretoria:	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos - DE
Órgão Auditado:	Superintendência de Implantação de Empreendimentos – S.I.E Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E
Data de Emissão	27.03.2015
Processo Auditado:	Gestão de Investimentos
Escopo:	Gestão de Orçamentos
Abrangência:	<ol style="list-style-type: none"> Analisar o Programa de Trabalho ISC Ampliação da Capacidade UTE Santa Cruz - Fase I - que corresponde a 2% do total orçado para investimento para 2015; Critério de amostragem a seleção não aleatória, visto que foi analisado o contrato vigente. Verificar e atestar o cumprimento das condições de contratação e principais obrigações contratuais; Gestão do Contrato: Termo Contratual 8000006950 – Engevix Engenharia S/A - Valor Total – R\$76.833.275,94; Análise do faturamento referente aos pagamentos de março de 2014 até 10/02/2015, no montante de R\$18.529.570,98; Certificar que estão corretos os procedimentos de medição, acompanhamento e registro das etapas ocorridas nas obras e serviços contratados; Certificar-se do cumprimento por parte de Furnas e da Contratada de suas obrigações sociais quanto a FGTS e INSS; Cumprimento do Prazo de Execução Contratual em relação ao prazo estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel; Verificar a existência de penalidades aplicadas pela Aneel; Acompanhamento dos Relatórios de Auditoria anteriores: RAU. 084.2002 de 02.12.2002, RAU.020.2003 de 31.03.2003, RAU.069.2003 de 27.10.2003, RAU.065.2004 de 23.09.2004, RAU.026.2005 de 13.04.2005, RAU.054.2007 de 16.03.2007, RAU.021.2014 de 30.07.2014, Movimentação do material, incluindo substituição, armazenagem, manutenção e destinação; Compatibilização do valor dispendido de R\$18.529.570,98, que corresponde 24,11% do valor contratual, com os serviços efetivamente realizados. Acompanhamento Orçamentário do empreendimento.

Relatório:	RAU.005.2015
Diretoria:	Diretoria de Administração – DA
Órgão Auditado:	Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A
Data de Emissão	25.03.2015
Processo Auditado:	Folha de Pagamentos
Escopo:	Remuneração Paga aos Administradores e Conselheiros
Abrangência:	Verificação dos valores pagos a Diretoria Executiva e Conselho de Administração de Furnas, considerando os termos da Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 29.04.2014, que aprovou o valor global de R\$6.280.008,70 para o período compreendido entre abril de 2014 e março de 2015.

Relatório:	RAU.006.2015
Diretoria:	Presidência – DP
Órgão Auditado:	Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais – CR.P
Data de Emissão	27.03.2015
Processo Auditado:	Gestão de Materiais, Bens e Serviços
Escopo:	Dispensa de Licitação (Auditoria Contínua)
Abrangência:	Levantamento das quantidades de pagamentos efetuados por fornecedor (CPF/CNPJ) no período de janeiro a dezembro de 2014. Comparação dos montantes pagos no período de janeiro a dezembro de 2014 com relação ao mesmo período de 2013.

Relatório:	RAU.007.2015
Diretoria:	Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações - DN
Órgão Auditado:	Superintendência de Desenvolvimento de Novos Negócios – SN.N Superintendência de Gestão de Negócios e de Participações – SP.N
Data de Emissão	27.03.2015
Processo Auditado:	Gestão de Participações
Escopo:	Acompanhamento dos Investimentos Permanentes
Abrangência:	Análise dos controles internos dos seguintes processos da cadeia de valor das SPE, com base nos questionários elaborados pela Eletrobras: 1. Gestão de portfólio de projetos empresariais; 2. Formulação estratégica da modalidade societária do negócio; 3. Avaliação integrada do negócio; 4. Atividades relacionadas à realização do leilão; 5a. Gestão do desempenho de SPE na fase pré-operacional; 5b. Gestão do desempenho de SPE na fase operacional.

Relatório:	RAU.008.2015
Diretoria:	Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações - DN
Órgão Auditado:	Superintendência de Desenvolvimento de Novos Negócios – SN.N
Data de Emissão	27.03.2015
Processo Auditado:	Gestão de Participações
Escopo:	Participações em Sociedades e Novos Negócios
Abrangência:	<p>Analisar a exposição aos riscos, adequação e a eficácia dos controles nos seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Implementação das recomendações/determinações emitidas pelo TCU referente ao processo TC 021.932/2014-0, em minuta. b) Critérios de seleção dos parceiros face às exigências da holding de todas as SPE's; c) Estrutura de governança das SPE (Sociedade de Propósito Específico); d) Atualização dos Planos de Negócios. <p>A abrangência desta auditoria está limitada aos processos de estruturação e viabilização de negócios em forma de SPE no âmbito da SN. N.</p>

Relatório:	RAU.009.2015
Diretoria:	Diretoria de Administração - DA
Órgão Auditado:	Superintendência de Gestão de Suprimentos – GS.A
Data de Emissão	27.03.2015
Processo Auditado:	Gestão de Materiais, Bens e Serviços
Escopo:	Gestão Contratual
Abrangência:	<p>Verificação da Implementação dos Planos de Ação propostos pelo DSG.G na Ata de Auditoria nº DOA.029.2012 de 01.11.2012 e o Relatório de Auditoria nº 052.2012 de 21.11.2012.</p> <p>Adequação do processo de Aditamentos aos ditames da Lei nº 8.666/93 e das Normas Internas de Furnas, no que tange a: Enquadramento da modalidade de licitação; emissão de requisição; alçada de aprovação da requisição, apreciações prévias do processo pela Gerência de Consultivo – GCO.P e Gerência de Análise Financeira – GFI.F; e publicações legais;</p> <p>Análise das tempestivas publicações legais.</p> <p>Verificação dos valores apresentados nas medições de Dezembro/2013 a Janeiro/2015 com os pagamentos lançados no SAP;</p> <p>Cumprimento das seguintes cláusulas contratuais: 1ª - Objeto; 8ª. – Preços; 10ª – Condições de Faturamento e Pagamento; 11ª – Reclamações Trabalhistas; 20ª – Prazo; 23ª – Valor do Contrato; 24ª – Contribuições para o INSS e o FGTS.</p>

Relatório:	RAU.010.2015
Diretoria:	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos - DE
Órgão Auditado:	Superintendência de Implantação de Empreendimentos – SI.E Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E Superintendência de Estudos e Projetos – SE.E
Data de Emissão	27.03.2015
Processo Auditado:	Gestão de Investimentos
Escopo:	Investimentos em Transmissão Gestão de Orçamento
Abrangência:	<p>GESTÃO INVESTIMENTO</p> <ol style="list-style-type: none"> Analisar os Programas de Investimentos destinados à construção, ampliação e reforço de Transmissão de Energia; Analisar a adequação do processo do aditamento aos ditames da Lei nº 8.666/93 e das Normas Internas de Furnas; Analisar os procedimentos adotados para gerenciamento dos Termos Contratuais no tocante ao cumprimento das obrigações, bem como ao atendimento das legislações vigentes; Analisar a implementação das recomendações / determinações emitidas pelos órgãos externos e internos de fiscalização. <p>ORÇAMENTO</p> <ol style="list-style-type: none"> Identificar a existência de indicadores e mecanismos de monitoramento da execução orçamentária; Garantir que as áreas de investimento apresentem o correto planejamento de execução dos projetos para que não haja frustração orçamentária relevante.

Relatório:	RAU.011.2015
Diretoria:	Diretoria de Administração - DA
Órgão Auditado:	Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A
Data de Emissão	30.04.2015
Processo Auditado:	Gestão de Materiais, Bens e Serviços
Escopo:	Dispensa de Licitação (Auditoria Contínua)
Abrangência:	<p>Levantamento das quantidades de pagamentos efetuados por fornecedor (CPF/CNPJ) no período de janeiro a dezembro de 2014.</p> <p>Comparação dos montantes pagos no período de janeiro a dezembro de 2014 com relação ao mesmo período de 2013.</p>

Relatório:	RAU.012.2015
Diretoria:	Diretoria de Finanças - DF
Órgão Auditado:	Diretoria de Finanças - DF
Data de Emissão	28.04.2015
Processo Auditado:	Gestão Tributária
Escopo:	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI
Abrangência:	Assegurar se os valores dos benefícios encontram-se adequadamente registrados, bem como se os controles mantidos cumprem às determinações da Portaria MME nº 319 de 26.09.2008

Relatório:	RAU.013.2015
Diretoria:	Presidência - DP
Órgão Auditado:	Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais – CR.P
Data de Emissão	30.04.2015
Processo Auditado:	Ações Sociais
Escopo:	Convênio/Patrocínio
Abrangência:	<p>a. Análise dos processos de seleção e projetos a serem beneficiados, bem como as devidas aprovações pelas alçadas competentes;</p> <p>b. Análise da prestação de contas dos recursos face às solicitações efetuadas;</p> <p>c. Análise dos retornos esperados para os convênios; e</p> <p>d. Análise do aproveitamento dos benefícios fiscais concedidos em decorrência dos projetos.</p> <p>A seleção dos projetos a serem analisados foi baseada em técnica de amostragem probabilística levando-se em consideração os projetos: patrocínios esportivos, incentivados ou não, edital espaço Furnas não incentivado, escolha Direta/Edital incentivados, convênios e eventos escolha direta/edital, conforme informações extraídas do SAP, bem como dados fornecidos pela GRS.P. A seleção considerou o percentual mínimo de 20% dos valores despendidos, no período de Janeiro de 2014 a janeiro de 2015, levando-se em consideração as características de cada projeto.</p>

Relatório:	RAU.014.2015
Diretoria:	Diretoria de Administração - DA
Órgão Auditado:	Diretoria de Administração - DA
Data de Emissão	29.05.2015
Processo Auditado:	Testes da Administração- SOX
Escopo:	Gestão de Materiais, Tecnologia e Entity Level
Abrangência:	<p>Processo RHM1 - Recursos Humanos Gestão de Folha de Pagamentos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar que os procedimentos, relacionados à folha de pagamentos, sejam realizados e controlados em conformidade com políticas, normas e procedimentos da Empresa e/ou legislação vigente; ▪ Assegurar cálculo correto e tempestivo da folha de pagamentos, assim como sua atualização (correção e juros), utilizando a respectiva base, registro contábil e/ou contrato; ▪ Assegurar que as informações ou lançamentos, relacionadas à folha de pagamentos e despesas na folha de pagamentos, sejam elaborados e controlados em conformidade com os padrões contábeis vigentes, com devida revisão e aprovação por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada e com a devida documentação suporte; ▪ Assegurar que as informações sobre os colaboradores (empregados, terceirizados, menores aprendizes, etc.) estejam cadastradas e atualizadas, com dados fidedignos e com base em documentação suporte (RG, CPF, certidão de nascimento, etc.); ▪ Assegurar que as informações, relacionadas às despesas e cálculos da Folha de Pagamentos, são monitoradas, gerenciadas e tempestivamente comunicadas; ▪ Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador, respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo; ▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas; ▪ Assegurar que a documentação suporte seja arquivada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com o prazo legal vigente. <p>Processo MAT 3 – Gestão de Materiais - Compras</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar que as compras de bens e serviços e/ou notas fiscais, relacionadas aos preços, quantidades e/ou volumes, sejam realizadas e controladas em

	<p>conformidade com políticas, normas e procedimentos da Empresa, legislação vigente, cláusulas contratuais e que suas cláusulas tenham sido validadas pelo departamento jurídico e/ou assessoria financeira responsável;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar cálculo correto e tempestivo da compra de materiais, assim como sua atualização (correção e juros), utilizando a respectiva base, registro contábil e/ou contrato; ▪ Assegurar que as informações sobre os fornecedores de materiais, bens ou serviços e/ou notas de crédito/débito estejam cadastradas e atualizadas; ▪ Assegurar que os pagamentos, relacionados a compras, sejam registrados e efetuados devidamente, com valor correto, sem duplicidade e/ou fora do período de competência; ▪ Assegurar que as informações ou dados das compras e recebimentos de bens e materiais, ativos fixos, notas fiscais, rebates, notas de crédito e/ou débito sejam elaborados e controlados em conformidade com os padrões contábeis vigentes, com devida revisão e aprovação por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada e com a devida documentação suporte; ▪ Assegurar que as compras de materiais são monitoradas, gerenciadas e reportadas tempestivamente à Gerência e/ou Diretoria responsável; ▪ Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador, respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo; ▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas; ▪ Assegurar que os processos de contratação e os contratos de compra e serviço, bem como a gestão de materiais estejam em conformidade com a legislação vigente, de acordo com as Políticas, Normas e Procedimentos da Empresa e preços compatíveis com o mercado; ▪ Assegurar que a documentação suporte de compra de materiais seja arquivada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com o prazo legal vigente. <p>Processo TEC1 – Processo de Tecnologia – Gerenciamento de Mudança</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar adequadas condições ambientais no que se refere ao CPD, por meio de controles de temperatura e umidade, proteção contra queda de energia e propagação de fogo, de forma a garantir a continuidade dos processamentos de dados e infraestrutura tecnológica; ▪ Assegurar adequada restrição de acessos às funções de cada colaborador, em conformidade com a segregação de função de cada atividade do processo; ▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas; ▪ Assegurar que as mudanças de controle de tecnologia convencionais e emergenciais não comprometam as informações financeiras e que estejam em conformidade com os padrões e responsabilidades definidos pela Empresa. <p>Processo TEC2.1 – Processo de Tecnologia – Controle de Acesso Físico e de Ambiente</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar adequadas condições ambientais no que se refere ao CPD, por meio de controles de temperatura e umidade, proteção contra queda de energia e propagação de fogo, de forma a garantir a continuidade dos processamentos de dados e infraestrutura tecnológica; ▪ Assegurar adequada restrição de acessos às funções de cada colaborador, em conformidade com a segregação de função de cada atividade do processo; ▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas. <p>Processo TEC2.2 – Processo de Tecnologia – Controle de Acesso Lógico</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar adequada restrição de acessos às funções de cada colaborador, em conformidade com a segregação de função de cada atividade do processo; ▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às
--	--

	<p>funções/habilidades/transações críticas dos sistemas;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar existência de log para rastreabilidade de acessos críticos, em conformidade com os padrões de segurança da empresa. <p>Processo TEC4 – Processo de Tecnologia – Operações de TI</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar que os principais jobs, interfaces, servidores e serviços da rede corporativa da Empresa são adequadamente executados, monitorados e, em caso de problemas, são devidamente registrados e comunicados à Gerência e/ou Diretoria responsável; ▪ Assegurar adequada restrição de acessos às funções de cada colaborador, em conformidade com a segregação de função de cada atividade do processo; ▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas; ▪ Assegurar que, em caso de desastre, os processos essenciais do negócio e sistemas de informação podem ser recuperados; ▪ Assegurar que problemas, falhas e incidentes na operação do ambiente de TI da Empresa sejam devidamente identificados, analisados, resolvidos e monitorados; ▪ Garantir que os serviços prestados por terceiros (fornecedores, parceiros e etc.) satisfaçam requisitos empresariais. Este processo é realizado através da definição clara dos papéis, responsabilidades e expectativas em acordos de terceiros, bem como revisão e acompanhamento desses acordos para a eficácia e cumprimento; ▪ Assegurar que programas da entidade, dados e outros recursos de informação são protegidos contra vírus. <p>Entity Level</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar o posicionamento da gestão de Furnas, utilizando como referência critérios baseados nas melhores práticas do mercado; ▪ Avaliar o cumprimento das deliberações da alta administração, diretrizes e metas estabelecidas no PNG e CMDE, a fim de garantir o atingimento dos objetivos do negócio; ▪ Avaliar a estrutura de controles internos instituída por Furnas com vistas a garantir que seus objetivos estratégicos para o exercício sejam atingidos.
--	---

Relatório:	RAU.015.2014
Diretoria:	Diretoria de Finanças - DF
Órgão Auditado:	Diretoria de Finanças - DF
Data de Emissão	22.06.2015
Processo Auditado:	Testes da Administração – SOX
Escopo:	Gestão Financeira, Gestão de Ativo Fixo, Gestão Contábil, Gestão Tributária e Entity Level
Abrangência:	<p>Processo FIN1 - Disponibilidades</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar que investimentos, aplicações e/ou transações bancárias sejam realizadas e controladas em conformidade com políticas, normas e procedimentos da Empresa e/ou legislação vigente; ▪ Assegurar que informações e pagamentos, decorrentes de disponibilidades (conciliação, aplicação financeira), sejam registrados e controlados em conformidade com os padrões contábeis vigentes, com devida revisão e aprovação por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada e com a devida documentação suporte; ▪ Assegurar cálculo correto e tempestivo de rendimentos no exterior ou cálculos pro rata de rendimentos de investimentos e aplicações, assim como sua atualização (correção e juros), utilizando a respectiva base, registro contábil e/ou contrato; ▪ Assegurar que os valores acumulados e contabilizados nas demonstrações financeiras, referentes a investimentos e aplicações, sejam apresentados corretamente, efetuados com valor correto, sem duplicidade e dentro do período de competência; ▪ Assegurar que as movimentações nas contas bancárias são monitoradas, gerenciadas e reportadas tempestivamente à Gerência e/ou Diretoria; ▪ Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador, respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo; ▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas; ▪ Assegurar que a documentação suporte seja arquivada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com o prazo legal vigente. <p>Processo FIN2 – Recebimentos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar que os recebimentos e/ou a concessão de descontos, abatimentos e perdão de multas e juros sejam realizados e controlados em conformidade com políticas, normas e procedimentos da Empresa e/ou legislação vigente, bem como com as cláusulas contratuais e que suas cláusulas tenham sido validadas pelo Departamento Jurídico e Assessoria Financeira; ▪ Assegurar que os recebimentos e faturamentos estejam em conformidade com as cláusulas contratuais e que suas cláusulas tenham sido validadas pelo Departamento Jurídico e Assessoria Financeira; ▪ Assegurar devido gerenciamento, revisão e aprovação dos recebimentos (todas naturezas e PCLD), concessão de descontos, abatimentos e perdão de multas e juros e dados mestres de clientes por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada (aprovação por alçada competente); ▪ Assegurar cálculo correto e tempestivo de recebimentos (todas naturezas e PCLD), assim como sua atualização (correção e juros), utilizando a respectiva base, registro contábil e/ou contrato; ▪ Assegurar que os recebimentos sejam registrados e efetuados devidamente, com valor correto, sem duplicidade e/ou fora do período de competência; ▪ Assegurar que as informações sobre os clientes ou fornecedores de recebimentos estejam cadastradas e atualizadas; ▪ Assegurar que os valores acumulados e contabilizados nas demonstrações financeiras, referentes a recebimentos (todas naturezas e PCLD), sejam apresentados corretamente, efetuados com valor correto, sem duplicidade, dentro do período de competência e com devida documentação suporte;

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar que os recebimentos, relacionadas às informações de inadimplência do contas a receber, ao Cadastro Informativo (CADIN), relacionado a créditos não quitados de órgãos e entidades federais, às cobranças judiciais de clientes e à Aneel, relacionadas ao demonstrativo dos débitos em atraso, são monitoradas, gerenciadas e reportadas tempestivamente à Gerência e/ou Diretoria; ▪ Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador, respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo; ▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas; ▪ Assegurar que a documentação suporte seja arquivada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com o prazo legal vigente. <p>Processo FIN3 – Pagamentos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar que os pagamentos sejam realizados e controlados em conformidade com políticas, normas e procedimentos da Empresa e/ou legislação vigente; ▪ Assegurar devido gerenciamento, revisão e aprovação dos pagamentos (todas naturezas) por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada (aprovação por alçada competente); ▪ Assegurar cálculo correto e tempestivo de pagamentos de todas naturezas, assim como sua atualização (correção e juros), utilizando a respectiva base, registro contábil e/ou contrato; ▪ Assegurar que os pagamentos, de todas as naturezas nacionais ou no exterior, sejam registrados e efetuados devidamente, com valor correto, sem duplicidade, fora do período de competência, em conformidade com as cláusulas contratuais e que suas cláusulas tenham sido validadas pelo Departamento Jurídico e Assessoria Financeira; ▪ Assegurar que os valores acumulados e contabilizados nas demonstrações financeiras, referentes a Pagamentos (todas naturezas), sejam apresentados corretamente, efetuados com valor correto, sem duplicidade, dentro do período de competência e com devida documentação suporte; ▪ Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador, respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo; ▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas; ▪ Assegurar que a documentação suporte seja arquivada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com o prazo legal vigente. <p>Processo IMZ 1 – Controle Patrimonial</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar que a baixa de ativos e o cálculo do impairment sejam realizados e controlados em conformidade com políticas, normas e procedimentos da Empresa e/ou legislação vigente; ▪ Assegurar devido gerenciamento, revisão e aprovação das atividades de Controle Patrimonial por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada (aprovação por alçada competente); ▪ Assegurar que os valores acumulados e contabilizados nas demonstrações financeiras, referentes ao Controle Patrimonial, sejam apresentados corretamente, efetuados com valor correto, sem duplicidade, dentro do período de competência e com devida documentação suporte; ▪ Assegurar que as informações, relacionadas às notas fiscais e/ou horas trabalhadas em imobilização em curso, aos custos e/ou despesas ativados, à depreciação de ativos e/ou baixa de ativos imobilizados, à depreciação de imobilizado não realizado, a ativos, à movimentação para fins de transferência, manutenção ou comodato, à imobilização em curso, aos gastos de obras ou projetos, à alienação de ativos, às perdas ou ganhos com a alienação de ativos, são monitoradas, gerenciadas e reportadas tempestivamente à Gerência e/ou Diretoria. ▪ Assegurar que seja realizado cut-off apropriado durante os inventários físicos (cíclicos e/ou periódicos) e que possuam consolidações das contagens, e instruções e/ou descrições corretas e incluam localidades de terceiros (quando aplicável); ▪ Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador,
--	---

	<p>respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas; ▪ Assegurar que a documentação suporte seja arquivada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com o prazo legal vigente; <p>Processo CTB1 – Lançamentos Manuais</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar que os lançamentos manuais sejam realizados e controlados em conformidade com políticas, normas e procedimentos da Empresa e/ou legislação vigente; ▪ Assegurar devido gerenciamento, revisão e aprovação dos lançamentos manuais por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada; ▪ Assegurar que os valores acumulados e contabilizados nos lançamentos manuais / demonstrações financeiras sejam apresentados corretamente, efetuados com valor correto, sem duplicidade e dentro do período de competência e que a documentação suporte seja guardada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com prazo legal vigente; ▪ Assegurar que os lançamentos manuais são registrados corretamente no razão contábil geral e reportados tempestivamente à Gerência e/ou Diretoria responsável; ▪ Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador, respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo; ▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas; ▪ Assegurar que a documentação suporte seja arquivada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com o prazo legal vigente. <p>Processo CTB2 – Reconciliação e Fechamento Contábil Mensal</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar que as conciliações contábeis sejam realizadas e controladas em conformidade com políticas, normas e procedimentos da Empresa e / ou legislação vigente; ▪ Assegurar devido gerenciamento, revisão e aprovação das conciliações contábeis por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada; ▪ Assegurar que os lançamentos contábeis (manuais / automáticos) sejam registrados e efetuados devidamente, com valor correto, sem duplicidade e/ou fora do período de competência; ▪ Assegurar que as informações ou dados registrados no razão contábil sejam registradas devidamente, com valor correto, sem duplicidade e tempestivamente; ▪ Assegurar que os valores relacionados à reconciliação de contas sejam apresentados corretamente, efetuados com valor correto, sem duplicidade e dentro do período de competência e que a documentação suporte seja guardada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com prazo legal vigente; ▪ Assegurar que as conciliações contábeis são elaboradas, revisadas e reportadas tempestivamente à Gerência e/ou Diretoria responsável; ▪ Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador, respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo; ▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas; ▪ Assegurar que a documentação suporte seja arquivada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com o prazo legal vigente e da Holding. <p>Processo CTB3 – Demonstrações Financeiras</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar que relatórios, informações e demonstrações contábeis sejam elaborados e controlados em conformidade com os padrões contábeis vigentes e as políticas, normas e procedimentos da Empresa e/ou legislação vigente e com devida revisão e aprovação por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada e com a devida documentação suporte; ▪ Assegurar que os lançamentos contábeis de consolidação e eliminação (incluindo
--	---

	<p>intercompany) e os impostos sobre receitas / despesas não usuais sejam registrados em conformidade com os padrões contábeis vigentes, pelo valor correto, sem duplicidade e tempestivamente (dentro do período de competência);</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar o monitoramento, gerenciamento e revisão das informações reportadas a Holding, que devem estar em conformidade com os padrões de contabilidade e ser reportada com o valor correto e tempestivamente ao Contador, Gerência e/ou Diretoria responsável; ▪ Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador, respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo; ▪ Assegurar o cumprimento das determinações da Holding; ▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas; ▪ Assegurar que a documentação suporte seja arquivada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com o prazo legal vigente. <p>Processo CTB5 – Provisões</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar que as provisões contábeis sejam realizadas e controladas em conformidade com políticas, normas e procedimentos da Empresa e/ou legislação vigente; ▪ Assegurar devido gerenciamento, revisão e aprovação das provisões (PCLD, PID, PLR, Uso de rede e para serviços, contingências, etc.) por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada; ▪ Assegurar que os lançamentos contábeis (manuais / automáticos) e/ou cálculos sejam registrados e efetuados devidamente, com valor correto, sem duplicidade e/ou fora do período de competência; ▪ Assegurar que os valores acumulados e contabilizados nas demonstrações financeiras, para fins de provisão contábil, sejam apresentados corretamente, efetuados com valor correto, sem duplicidade, dentro do período de competência e com devida documentação suporte; ▪ Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador, respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo; ▪ Assegurar o monitoramento, gerenciamento e revisão das informações de lançamentos contábeis reportadas a Holding, que devem estar em conformidade com os padrões de contabilidade e reportadas com o valor correto e tempestivamente à Gerência e/ou Diretoria; ▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas; ▪ Assegurar que as documentações que suportam as demonstrações contábeis sejam devidamente revisadas por profissional competente, arquivadas em local seguro, de acordo com o prazo legal vigente. <p>Processo EMP2 – Empréstimos e Financiamentos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar que os empréstimos/financiamentos obtidos e suas parcelas sejam realizados e controlados em conformidade com políticas, normas e procedimentos da Empresa e/ou legislação vigente; ▪ Assegurar cálculo correto e tempestivo dos empréstimos/financiamentos obtidos e suas parcelas, assim como sua atualização (correção e juros), utilizando a respectiva base, registro contábil e/ou contrato; ▪ Assegurar que as parcelas, relacionadas aos empréstimos/financiamentos, sejam registradas e efetuadas devidamente, com valor correto, sem duplicidade e/ou fora do período de competência; ▪ Assegurar que relatórios, informações e demonstrações contábeis de empréstimos/financiamentos obtidos sejam elaborados e controlados em conformidade com os padrões contábeis vigentes, com devida revisão e aprovação por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada e com a devida documentação suporte; ▪ Assegurar que os empréstimos/financiamentos obtidos e suas parcelas são monitorados, gerenciados e reportados tempestivamente à Gerência e/ou Diretoria; ▪ Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador, respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo;
--	--

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas; ▪ Assegurar que a documentação suporte seja arquivada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com o prazo legal vigente. <p>Processo TBT1 – IRPJ, CSLL, PIS e COFINS</p> <p>Processo TBT2 – Obrigações Acessórias</p> <p>Processo TBT3 – ICMS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar que as atividades relacionadas a apuração das obrigações principais e emissão das obrigações acessórias sejam realizadas e controladas em conformidade com políticas, normas e procedimentos da Empresa e/ou legislação vigente; ▪ Assegurar cálculo correto e tempestivo das obrigações principais, assim como sua atualização (correção e juros), utilizando a respectiva base, registro contábil e/ou contrato; ▪ Assegurar que as informações ou dados, relacionados a apuração e contabilização de obrigações principais, sejam elaborados e controlados em conformidade com os padrões contábeis vigentes, com devida revisão e aprovação por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada e com a devida documentação suporte; ▪ Assegurar que as informações, relacionadas à apuração das obrigações principais e emissão das obrigações acessórias, são monitoradas, gerenciadas e tempestivamente comunicadas; ▪ Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador, respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo; ▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas; ▪ Assegurar que a documentação suporte seja arquivada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com o prazo legal vigente. <p>Processo ELC - Entity Level</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar o posicionamento da gestão de Furnas, utilizando como referência critérios baseados nas melhores práticas do mercado; ▪ Avaliar o cumprimento das deliberações da alta administração, diretrizes e metas estabelecidas no PNG e CMDE, a fim de garantir o atingimento dos objetivos do negócio; ▪ Avaliar a estrutura de controles internos instituída por Furnas com vistas a garantir que seus objetivos estratégicos para o exercício sejam atingidos.
--	--

Relatório:	RAU.016.2015
Diretoria:	Diretoria de Administração - DA
Órgão Auditado:	Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A
Data de Emissão	13.07.2015
Processo Auditado:	Tecnologia da Informação
Escopo:	Sistemas
Abrangência:	Análise da Gestão de Tecnologia da Informação - TI no tocante a salvaguarda dos backups e a segurança dos servidores de desenvolvimento, produção e homologação, destacando o planejamento, manutenção existente e os procedimentos de salvaguarda da informação.

Relatório:	RAU.017.2015
Diretoria:	Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações - DN
Órgão Auditado:	Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações - DN
Data de Emissão	31.08.1974
Processo Auditado:	Participação em Sociedades
Escopo:	Gestão de Participações
Abrangência:	Verificação das providências tomadas para atendimento das determinações estabelecidas pelo TCU referente do processo TC 021.932/2014-0. Análise do acompanhamento do retorno esperado do investimento.

Relatório:	RAU.018.2015
Diretoria:	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos – DE Diretoria de Operação - DO
Órgão Auditado:	Superintendência de Gestão Ambiental e Fundiária – GA.E Superintendência de Implantação de Empreendimentos – SI.E Superintendência de Estudos de Projetos – SE.E Superintendência de Produção Sudeste – PS.O
Data de Emissão	30.06.2015
Processo Auditado:	Controles Ambientais
Escopo:	Descarte de Resíduos
Abrangência:	a. Avaliação quanto ao cumprimento das condicionantes estabelecidas nos termos da Licença de Operação nº 1074/2012 de 22.06.2012, selecionada através do FurnasNET, seção serviços, do Sistema de Acompanhamento de Licenciamento Ambiental – SALA b. Acompanhamento do relatório anterior: RAU nº 034.2014 de 16.10.2014. c. Análise objetiva quanto à aderência aos critérios de sustentabilidade na contratação de serviços ou obras, bem como informações relacionadas ao tratamento de resíduos recicláveis descartados.

Relatório:	RAU.019.2015
Diretoria:	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos – DE
Órgão Auditado:	Superintendência de Gestão Ambiental e Fundiária – GA.E
Período:	10.08.2015 a 09.09.2015
Processo Auditado:	Gestão de Materiais, Bens e Serviços
Escopo:	Gestão Contratual
Abrangência:	<p>Analisar a adequação do processo de licitação da Contratação de Bens e Serviços aos ditames da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00 e das Normas Internas de Furnas, bem como a gestão contratual referente ao Termo Contratual nº 8000006664, firmado com a empresa Enerbios Consultoria em Energias Renováveis e Meio Ambiente Ltda. – EPP. Atestar os pagamentos efetuados à contratada verificando se foram realizados de forma adequada e de acordo com a prestação dos serviços.</p> <p>Verificar o cumprimento das cláusulas contratuais por ambas as partes contratantes.</p> <p>Termo Contratual: 8000006664</p> <p>Contratada: Enerbios Consultoria em Energias Renováveis e Meio Ambiente Ltda.</p> <p>Valor: R\$805.977,66</p> <p>Objeto: Contratação de serviços para implantação do projeto de educação patrimonial na área sob influência da LT 750 KV Itaberá – Tijuco Preto III.</p> <p>Assinatura: Aloysio de Almeida Oliveira – Matrícula nº 08.699-2</p> <p>Data: 14.11.2013</p> <p>Prazo: 24 meses</p>

Relatório:	RAU.020.2015	
Diretoria:	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos - DE	
Órgão Auditado:	Superintendência de Estudos e Projetos – SE.E	
Data de Emissão	30.09.2015	
Processo Auditado:	Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	
Escopo:	Seleção, Gestão Contratual e Governança	
Abrangência:	<p>Análise dos processos de seleção dos projetos em face aos normativos vigentes; Análise das aprovações dos projetos pelas alçadas competentes; Análise das prestações de contas dos valores recebidos em face a legislação vigente; Análise do cumprimento dos cronogramas estipulados nos projetos; Análise dos cálculos dos recursos e correção dos valores destinados a P&D; Análise do processo de gerenciamento dos projetos, bem como das providências para execução dos investimentos em P&D; Visita aos Laboratórios da Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos - Coppetec para evidências de protótipos e simuladores; Follow-up dos trabalhos anteriores.</p>	
	Projeto Selecionados:	
	Nº ANEEL	Projeto
	PD-0394-0905/2010	Concreto fibroso de alta performance em estruturas de Usinas Hidroelétricas: Modelagem, Experimentação e Recomendações para Projeto..
	PD-0394-1238/2012	Desenvolvimento de Unidade de Aproveitamento energético de Resíduos.
	PD-394-1250/2012	Desenvolvimento e teses de ônibus urbanos com Tração Elétrica.
	PD-0394-1249/2012	Desenvolvimento e Testes de Embarcação com Tração Elétrica.
	PD-0394-1113/2011	Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira.
	PD-0394-1259/2013	Aplicabilidade de nova tecnologia de extração de energia do vento para turbina eólica vertical, utilizando pás dobráveis e articuladas.
	PD-0394-1248/2012	Implantação de Conversor Offshore para Geração de Eletricidade pelas Ondas do Mar.
	PD-0394-0929/2010	Reologia aplicada aos Concretos utilizados em Usinas Hidroelétricas.
	PD-0394-1014/2011	Monitoramento e estudos de técnicas alternativas na estabilização de processos erosivos em reservatórios de Usinas Hidroelétricas.
	PD-0394.1008/2011	Desenvolvimento de plataforma para modelagem e integração entre engenharia civil e meteorologia visando explorar e otimizar empreendimentos de geração.
	PD-0394-1202/2012	Linhas de Transmissão em Ultra-Alta Tensão (UAT)
	PD-0394-1013/2011	Modelagem e otimização de estruturas de barragens de concreto construído em camadas sujeito a fissuração em baixas idades.

Relatório:	RAU.021.2015
Diretoria:	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos – DE
Órgão Auditado:	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos – DE
Data de Emissão	21.09.2015
Processo Auditado:	Testes da Administração - SOX
Escopo:	Receita
Abrangência:	<p>Processo REC1 – Venda de Energia</p> <ol style="list-style-type: none"> Assegurar que os procedimentos, relacionadas às tarifas de venda e faturamento de energia e de transmissão de energia, bem como contingências legais geradas com base nos contratos de venda e transmissão de energia elétrica, sejam realizadas e controladas em conformidade com políticas, normas e procedimentos da empresa e/ou legislação vigente; Assegurar cálculo correto e tempestivo da venda e transmissão de energia elétrica, assim como sua atualização (correção e juros), utilizando a respectiva base, registro contábil e/ou contrato; Assegurar que as informações ou pagamentos, relacionados à venda, faturamento e transmissão de energia (receita e operações), inclusive garantias, concessões de descontos e/ou cancelamentos, provisões de liquidação financeira, à juros e multas, à receita anual permitida (RAP), parcela variável e receita de transmissão, sejam elaborados e controlados em conformidade com os padrões contábeis vigentes, com as cláusulas contratuais, com devida revisão e aprovação por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada e com a devida documentação suporte; Assegurar que as informações, relacionadas aos contratos elaborados/celebrados, são monitoradas, gerenciadas e tempestivamente comunicadas; Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador, respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo; Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas; Assegurar que a documentação suporte de compra de materiais seja arquivada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com o prazo legal vigente;

Relatório:	RAU.022.2015
Diretoria:	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos – DE
Órgão Auditado:	Superintendência de Gestão Ambiental e Fundiária – GA.E Superintendência de Implantação de Empreendimentos – SI.E Superintendência de Estudos de Projetos – SE.E Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E
Data de Emissão	05.10.2015
Processo Auditado:	Gestão de Investimentos Controles Ambientais
Escopo:	Investimentos em Transmissão Descarte de Resíduos
Abrangência:	Gestão de Investimento <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação do Programa de Investimentos destinado à construção, modernização e ampliação de Transmissão de Energia – 3TM; ▪ Avaliação da implementação das recomendações/determinações emitidas pelos órgãos externos e internos de fiscalização. Controles Ambientais <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação do cumprimento das condicionantes determinadas a Furnas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, da Subestação de Samambaia, em Brasília – DF.

Relatório:	RAU.023.2015
Diretoria:	Presidência – DP Diretoria da Presidência – DP/FRG Diretoria de Segurança – DS/FRG Diretoria de Administração e Finanças – DA/FRG Diretoria de Investimentos – D/FRG Diretoria de Ouvidoria – DO/FRG
Órgão Auditado:	Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social
Data de Emissão	17.11.2015
Processo Auditado:	Previdência Complementar
Escopo:	Plano de Custeio de Benefício Definido
Abrangência:	<p>Verificar o fluxo do processo de aprovação do Plano de Custeio do Plano de Benefício Definido administrado pela Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social.</p> <p>Analisar as existências das aprovações do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e do Conselho Deliberativo da FRG.</p>

Relatório:	RAU.024.2014																						
Diretoria:	Diretoria de Administração – DA																						
Órgão Auditado:	Superintendência de Gestão de Suprimentos – GS.A																						
Data de Emissão	18.11.2015																						
Processo Auditado:	Gestão de Materiais, Bens e Serviços																						
Escopo:	Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação																						
Abrangência:	Analisar os processos licitatórios de pregão eletrônico e concorrência quanto aos ditames da Lei nº8.666/93 e das Normas internas de Furnas, no que tange a: <ul style="list-style-type: none">• emissão de requisição;• alçada de aprovação da requisição;• pareceres jurídico e financeiro;• valores propostos pelas licitantes;• publicações legais e certidões negativas de débito.																						
	Processo Licitatório																						
	A seleção dos referidos certames, ocorreram em decorrência dos mesmos estarem sendo objeto de auditoria nos processos de gestão e investimentos.																						
	Foram verificados 4 (quatro) processos licitatórios, sendo que 3 (três) na modalidade de Concorrência - CO, realizados no ano de 2014; e 1 (um) na modalidade de Pregão - PE, realizado no ano de 2013 - perfazendo um total de R\$74.864.473,82.																						
	Abaixo estão os processo licitatórios solicitados pela Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implementação de Empreendimentos - DE e pela Diretoria de Administração - DA.																						
	<table><tr><th>Empresa</th><th>Licitação</th><th>Contrato</th><th>Valor - R\$</th></tr><tr><td>VTC Soluções em Turismo Ltda</td><td>PE.GCM.A.0120.2013</td><td>4700000020</td><td>23.690.838,00</td></tr><tr><td>Bauruense Tecnologia e Serviços Ltda</td><td>CO.GCM.A.0007.2013</td><td>8000007146</td><td>17.918.114,21</td></tr><tr><td>MPO Montagens, Projetos & Obras Ltda.</td><td>CO.GCM.A.0019.2013</td><td>8000007293</td><td>20.167.216,26</td></tr><tr><td>Montago Construtora Ltda.</td><td>CO.GCM.A.0010.2014</td><td>8000007873</td><td>13.088.305,35</td></tr></table>			Empresa	Licitação	Contrato	Valor - R\$	VTC Soluções em Turismo Ltda	PE.GCM.A.0120.2013	4700000020	23.690.838,00	Bauruense Tecnologia e Serviços Ltda	CO.GCM.A.0007.2013	8000007146	17.918.114,21	MPO Montagens, Projetos & Obras Ltda.	CO.GCM.A.0019.2013	8000007293	20.167.216,26	Montago Construtora Ltda.	CO.GCM.A.0010.2014	8000007873	13.088.305,35
	Empresa	Licitação	Contrato	Valor - R\$																			
	VTC Soluções em Turismo Ltda	PE.GCM.A.0120.2013	4700000020	23.690.838,00																			
	Bauruense Tecnologia e Serviços Ltda	CO.GCM.A.0007.2013	8000007146	17.918.114,21																			
	MPO Montagens, Projetos & Obras Ltda.	CO.GCM.A.0019.2013	8000007293	20.167.216,26																			
Montago Construtora Ltda.	CO.GCM.A.0010.2014	8000007873	13.088.305,35																				
Inexigibilidade de Licitação IL – Pagamentos em 2015																							
Compromissos com valores mais significativos para realização dos trabalhos de auditoria, no valor total de R\$13.804.036,31, representando aproximadamente 52% do total de R\$26.727.062,64, referente aos processos realizados no período de janeiro a julho de 2015:																							
Pregão Eletrônico – Pagamentos em 2015																							
<table><tr><th>Nº Contrato</th><th>Fornecedor</th><th>Valor R\$</th><th>Processo</th></tr><tr><td>8000008258</td><td>ABB Ltda.</td><td>7.414.636,31</td><td>IL.GSL.O.00002.2015</td></tr><tr><td>8000008146</td><td>SAP Brasil Ltda.</td><td>6.389.400,00</td><td>IL.GCM.A.0004.2015</td></tr><tr><td></td><td></td><td>13.804.036,31</td><td></td></tr></table>			Nº Contrato	Fornecedor	Valor R\$	Processo	8000008258	ABB Ltda.	7.414.636,31	IL.GSL.O.00002.2015	8000008146	SAP Brasil Ltda.	6.389.400,00	IL.GCM.A.0004.2015			13.804.036,31						
Nº Contrato	Fornecedor	Valor R\$	Processo																				
8000008258	ABB Ltda.	7.414.636,31	IL.GSL.O.00002.2015																				
8000008146	SAP Brasil Ltda.	6.389.400,00	IL.GCM.A.0004.2015																				
		13.804.036,31																					
Compromissos com valores mais significativos para realização dos trabalhos de auditoria, no valor total de R\$53.975.432,66, representando aproximadamente 26% do total de R\$211.188.360,31, referente aos processos realizados no período de janeiro a julho de 2015:																							

Processo	Nº Contrato	Fornecedor	Valor R\$
PE.CSCR.A.00034.2015	8000008339	Simpres Ltda.	23.487.999,84
PE.GCM.A.00099.2014	8000007879	Toshiba Ltda.	20.830.112,28
PE.GCM.A.00066.2014	8000007971	Siemens Ltda.	9.657.320,54
TOTAL			53.975.432,66

Concorrência – Pagamentos em 2015

Compromissos com valores mais significativos para realização dos trabalhos de auditoria, no valor total de R\$23.549.522,96, representando aproximadamente 48% do total de R\$49.249.710,91, referente aos processos realizados no período de janeiro a julho de 2015:

Tomada de Preços – Pagamentos em 2015

Processo	Nº Contrato	Fornecedor	Valor R\$
CO.GCM.A.00013.2014	8000008280	Sartori Ltda.	18.234.499,57
CO.GCM.A.00008.2014	8000008159	Inga Ltda.	5.315.023,39
TOTAL			23.549.522,96

Compromissos com valores mais significativos para realização dos trabalhos de auditoria, no valor total de R\$2.957.124,25, representando aproximadamente 33% do total de R\$9.075.902,76, referente aos processos realizados no período de janeiro a julho de 2015:

Processo	Nº Contrato	Fornecedor	Valor R\$
TP.GCM.A.00007.2015	8000008208	A. Shunt Ltda.	1.135.063,41
TP.GCM.A.00003.2015	8000008086	A. Shunt Ltda.	953.315,84
TP.GCM.A.00056.2014	8000008170	Petra Engenharia Ltda.	868.745,00
TOTAL			2.957.124,25

Relatório:	RAU.025.2015
Diretoria:	Presidência - DP Diretoria de Administração - DA
Órgão Auditado:	Superintendência de Gestão de Conformidade e Riscos – RC.P Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A
Data de Emissão	16.12.2015
Processo Auditado:	Tecnologia da Informação Segurança da Informação
Escopo:	Governança da TI Segurança da Informação
Abrangência:	<p><u>Governança de TI</u> Análise da Governança de TI no tocante a: Estrutura da governança corporativa; Estrutura de governança de TI; Desempenho Institucional de TI (gestão e uso corporativo de TI); Desenvolvimento interno de gestores de TI.</p> <p>Análise dos Controles de Gestão no tocante a: Planejamento estratégico institucional; Planejamento estratégico de TI; Comitês de TI; Processo orçamentário de TI; Processo de software; Gerenciamento de projetos; Gerenciamento de serviços de TI; Segurança da informação; Gestão de pessoal de TI; Contratação e gestão de soluções de TI; Monitoração do desempenho da TI organizacional.</p> <p>Análise da gestão de tecnologia da informação no tocante a concessão de acesso e configuração do GRC - Access Control.</p> <p>Análise da gestão de tecnologia da informação destacando o planejamento existente, o perfil dos recursos humanos envolvidos, procedimentos de salvaguarda da informação a capacidade de desenvolvimento e produção de sistemas e os procedimentos de contratação e gestão de bens e serviços de TI.</p> <p><u>Segurança da Informação</u> Garantir a observância às orientações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, conforme estabelecido no “Guia de Orientações ao Gestor em Segurança da Informação e Comunicações”.</p> <p>Garantir a observância aos conceitos relativos à política de segurança de informações da publicação “Boas Práticas em Segurança da Informação” – 4ª Edição do Tribunal de Contas da União – TCU.</p> <p>Considerar às orientações contidas na Nota Técnica “Diretrizes de Segurança de TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação)”, Versão 3.0 nº NT-SEG-002/2012 de 10.08.2012 do - Cotise - Comitê de Tecnologia da Informação, Automação e Telecomunicação do Sistema Eletrobras/ Subcomitê de Segurança de TIC.</p> <p>Garantir a aplicação da Lei nº 12.527 de 18.11.2011 e o Decreto 7.724 de 16.05.2012 que regulamenta a lei, bem como o atendimento a IN que disciplina o assunto no âmbito de Furnas.</p>

Relatório:	RAU.026.2015
Diretoria:	Presidência - DP
Órgão Auditado:	Superintendência Jurídica – SJ.P
Data de Emissão	15.12.2015
Processo Auditado:	Gestão do Contencioso
Escopo:	Gestão do Contencioso
Abrangência:	Avaliação, com fulcro no objetivo explicitado, refere-se ao processo de pagamento inerente ao Contrato nº 13.779, firmado entre Furnas e a INEPAR, assinado em 23.01.2002, para o fornecimento, por esta contratada, de um Banco de Capacitores Série Fixos de 550 kV, 270 MVar - para SE Samambaia.

Relatório:	RAU.027.2015
Diretoria:	Diretoria de Administração - DA
Órgão Auditado:	Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A
Data de Emissão	10.09.2014
Processo Auditado:	Gestão de Recursos Humanos
Escopo:	Cessão de Empregados
Abrangência:	Análise, a base de teste, dos processos de cessão e renovação de empregados ocorridos, no período de 01.09.2014 a 31.08.2015, atentando para os objetivos acima citados além da verificação da cobrança e dos respectivos recebimentos dos valores devidos pelas entidades cessionárias, no período de janeiro à outubro de 2015.

Relatório:	RAU.028.2015
Diretoria:	Diretoria de Administração - DA
Órgão Auditado:	Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A
Data de Emissão	21.12.2015
Processo Auditado:	Gestão de Recursos Humanos
Escopo:	Admissão e Demissão
Abrangência:	Análise dos procedimentos de convocação e admissão para os empregados admitidos no exercício de 2015; Análise dos controles mantidos para o adequado registro dos dados cadastrais dos empregados; e Análise dos procedimentos de desligamento dos empregados ocorridos no exercício de 2015 atentando para os cálculos dos valores indenizatórios

Relatório:	RAU.029.2014
Diretoria:	Presidência – DP
Órgão Auditado:	Superintendência Jurídica – SJ.P
Data de Emissão	21.12.2015
Processo Auditado:	Gestão do Contencioso
Escopo:	Avaliação de Risco, Liquidação e Baixa
Abrangência:	Análise dos valores provisionados contabilmente como provisão para Contencioso face aos posicionamentos apresentados pelos advogados; Análise do processo de gerenciamento e acompanhamento das ações judiciais; Análise dos controles existentes para assegurar o correto registro dos valores depositados em decorrência de determinações judiciais; e Análise dos controles mantidos para assegurar o tempestivo resgate dos valores depositados em decorrência de ações judiciais, bem como o adequado depósito e registro do numerário na tesouraria.

A Auditoria Interna mantém um controle de recomendações pendentes de implantação, com base nos prazos estabelecidos nos Relatórios de Auditoria, avaliando mensalmente o *status* de cada uma, a partir da data de emissão do mesmo. Os exames de continuação, realizados para aferir o cumprimento das recomendações propostas, são tipicamente mais curtos em sua duração do que os exames operacionais. Normalmente, envolvem consultas à gerência da área e testes com abrangência limitada ao assunto.

Os assuntos que foram resolvidos parcialmente ou que não foram resolvidos são informados mensalmente ao Conselho Fiscal de Furnas e ao Diretor da área envolvida e, anualmente, através do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna, à Controladoria-Geral da União (CGU).

Das 177 não conformidades identificadas nos trabalhos realizados, 121 (68%) estão regularizadas e 56 (32%), pendentes de implantação da recomendação, porém ainda dentro do prazo para resposta.

5.8 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

A apuração de possíveis irregularidades praticadas por empregados da Empresa é realizada por meio de Sindicância Disciplinar, cuja instauração se dá por determinação da Diretoria Executiva mediante iniciativa de um de seus membros ou de acordo com as várias formas estabelecidas na IN. 014.2015.

Para conduzir qualquer processo de investigação da natureza acima descrita, são indicados três membros, todos funcionários da Empresa. Quanto a prazos e desdobramentos das recomendações das comissões, estes são supervisionados pelo Comitê Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização (CAOEF).

Os processos em curso durante o exercício de 2015 estão listados no item 17 deste Relatório.

É importante ressaltar que a investigação de atos de pessoas jurídicas sob suspeita de serem lesivos a Furnas é atribuição da Comissão Executiva de Correição (CEC), conforme detalhado no item 9.3 deste Relatório.

5.9 Gestão de riscos e controles internos

Em Furnas, os riscos são identificados pelos gestores do risco (*Risk Owners*), que determinam qual fator de risco deve ser priorizado. O registro desses KRI's (fatores de risco) é realizado identificando, mesmo que de forma qualitativa, seu impacto ou sua magnitude em valores financeiros, relativos ao faturamento da Empresa, sua probabilidade de ocorrência e a vulnerabilidade da Empresa face esse evento crítico de risco.

A vulnerabilidade é obtida a partir da aferição do grau de implantação dos controles e seus pesos relativos associados ao processo de mitigação do risco.

A operacionalização do sistema de avaliação, medição e monitoramento das ações de mitigação e acompanhamento dos diversos controles estabelecidos pela Empresa é realizada de forma descentralizada, onde a principal fonte de informação é o *Risk Owner*.

Periodicamente é realizada nova avaliação junto ao *Risk Owner* de cada Evento de Risco, para reavaliação dos controles implantados, com a finalidade de se obter a continuidade da mitigação dos riscos.

Quadro A.5.9 – Avaliação do Sistema de Controles Internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS						VALORES				
Ambiente de Controle						1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dá suporte adequado ao seu funcionamento.										X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.									X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.									X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.										X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.									X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.									X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.									X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.									X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.									X	
Avaliação de Risco						1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.									X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.									X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.								X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.							X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.								X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.								X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.								X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.										X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.									X	

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para a UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Análise crítica e comentários relevantes: A análise dos quesitos teve como base os resultados dos trabalhos elaborados pela Superintendência de Gestão de Riscos e Controles Internos. Com relação à Lei Sarbanes Oxley (SOx), e em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e gerenciamento de riscos, em que o Presidente e o Diretor Financeiro da Eletrobras devem certificar, anualmente, a eficácia do ambiente de controles internos independentemente da avaliação executada pelos auditores externos, foi realizada a avaliação dos Controles Internos da Administração pela Auditoria Interna, juntamente com a Consultoria Deloitte, contratada pela Eletrobras para o exercício de 2015. Cabe esclarecer que os procedimentos e instruções operacionais referidos na avaliação 5 dizem respeito ao corporativo como um todo, e não apenas a atividades de Operação e Manutenção (O&M), visto que estas, pelo grau de exigência técnica e regulatória que lhe é associado, encontram-se padronizadas e postas em documentos formais, em nível de excelência.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					
Fonte: Gerência de Riscos e Controles Internos – GRI.P					

5.10 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Quadro A.5.10.1 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício
FLAVIO DECAT DE MOURA	15/02/2011		4.159,72	49.916,64
FRANCISCO ROMARIO WOJCICKI	25/04/2008		4.159,72	49.916,64
JOÃO GUILHERME ROCHA MACHADO	30/04/2013	31/08/2015	4.121,96	32.975,68
MANOEL CARLOS DE CASTRO PERES	01/09/2015	31/12/2015	4.235,24	16.940,96
JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO	05/08/2011		4.134,55	49.614,56
LEONARDO DOS SANTOS PESSOA	01/05/2015		4.235,24	38.117,16
MAURO DE MATTOS GUIMARÃES	11/07/2013	30/04/2015	3.933,16	15.732,64
VLADIMIR MUSKATIROVIC	02/04/2010		4.159,72	49.916,64
Conselho Fiscal				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média Mensal	Total no exercício
FABIANA MAGALHÃES ALMEIDA RODOPOULOS	01/05/2012		4.159,72	49.916,64
SONIA REGINA JUNG	02/04/2010		4.159,72	49.916,64
TICIANA FREITAS DE SOUSA	16/06/2011		4.159,72	49.916,64
Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A				

Quadro A.5.10.2 - Remuneração dos Administradores

Identificação do Órgão: Furnas Centrais Elétricas S.A.		
Órgão: Diretoria Executiva		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de membros:	5	6
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	3.117.154,46	2.746.600,96
a) salário ou pró-labore	2.912.513,75	2.532.262,86
b) benefícios diretos e indiretos	89.349,29	94.263,48
- Ticket refeição	58.046,29	56.700,00
- auxílio creche/reembolso educacional	13.303,00	15.963,48
- auxílio moradia	18.000,00	21.600,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00
d) outros (férias)	115.291,42	120.074,62
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I + II)	3.117.154,46	2.746.600,96
IV – Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00
VI – Remuneração baseada em ações	0,00	0,00
Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A		

Quadro A.5.10.3 - Remuneração dos Administradores

Identificação do Órgão: Furnas Centrais Elétricas S.A.		
Órgão: Conselho de Administração		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de membros:	6	6
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	303.130,92	302.987,76
a) salário ou pró-labore	303.130,92	302.987,76
b) benefícios diretos e indiretos		
c) remuneração por participação em comitês		
d) outros		
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reuniões		
h) comissões		
i) outros		
III – Total da Remuneração (I + II)	303.130,92	302.987,76
IV – Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00
VI – Remuneração baseada em ações	0,00	0,00
Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A		

Identificação do Órgão: Furnas Centrais Elétricas S.A.		
Órgão: Conselho Fiscal		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de membros:	3	3
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	150.656,16	151.493,88
a) salário ou pró-labore	150.656,16	151.493,88
b) benefícios diretos e indiretos		
c) remuneração por participação em comitês		
d) outros		
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reuniões		
h) comissões		
i) outros		
III – Total da Remuneração (I + II)	150.656,16	151.493,88
IV – Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00
VI – Remuneração baseada em ações	0,00	0,00
Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A		

Identificação do Órgão: Furnas Centrais Elétricas S.A.		
Órgão: Diretoria Executiva		
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO	
	2015	2014
I – Bônus (a+b+c+d)	0,00	0,00
<i>a) valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>b) valor máximo previsto no plano de remuneração</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>d) valor efetivamente reconhecido no resultado</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)	508.232,12	428.263,52
<i>e) valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>f) valor máximo previsto no plano de remuneração</i>	<i>508.232,12</i>	<i>428.263,52</i>
<i>g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>h) valor efetivamente reconhecido no resultado</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
III – Total (I + II)	508.232,12	428.263,52
Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A		

5.11 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Furnas submete-se a auditoria independente contábil, com periodicidade trimestral (três primeiros trimestres do ano) e anual (ao final do exercício), com o objetivo de atendimento a divulgação de sua Controladora, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, bem como obrigatoriedade constante na Lei 11.638/2007. A contratação é efetuada pela própria Eletrobras e visa atender a todo o grupo de empresas do Sistema, possuindo alternância de empresa de auditoria a cada cinco anos e regras em relação à proibição de que a empresa contratada para a auditoria independente seja contratada também para outros serviços, como contabilidade, consultoria na área de administração etc.

5.14 Participação acionária de membros de colegiados da entidade

Furnas Centrais Elétricas S.A. é uma empresa de economia mista com capital fechado, sendo controlada pela Eletrobras, que detém 99,56% do capital social da Companhia.

As ações de Furnas quando negociadas, se dão em mercado de balcão, ambiente privado, de forma bilateral, onde uma delas é obrigatoriamente acionista, não sendo de conhecimento de Furnas valores e formas de pagamentos pactuados entre o acionista vendedor e o comprador.

Quadro 5.14 – Participação acionária de membros de colegiados

1 - Conselho de Administração			
NOME	Quantidade		
	ON	PN	TOTAL
José da Costa Carvalho Neto (Presidente)	1	-	1
Flavio Decat de Moura	1	-	1
Francisco Romário Wojcicki	1	-	1
Vladimir Muskatirovic	1	-	1

2 - Diretoria			
NOME	Quantidade		
	ON	PN	TOTAL
Flavio Decat de Moura	1	-	1
Nilmar Sisto Foletto	2000	2000	4.000

3 - Assistentes de Diretoria, Superintendentes, Gerentes de Departamento e de Divisão			
NOME	Quantidade		
	ON	PN	TOTAL
ANDRE ROBERTO SPITZ	500	500	1.000
CAIO POMPEU DE SOUZA BRASIL	500	500	1.000
CELSO DE OLIVEIRA ARAUJO	500	500	1.000
FERNANDO BARRETO REZENDE	1	-	1
FREDERICO PENNA PEREIRA	500	500	1.000
HAROLDO BATULI RICARDO	500	500	1.000
JOSE VICENTE FORTINI	1	1	2
LEONARDO FERNANDES MATOS DA SILVA	-	4.700	4.700
LUIZ ANTONIO CABRAL MONTEIRO	500	500	1.000
LUIZ LAERCIO SIMOES MACHADO	1	-	1
LUIZA MARIA DE SOUZA CARIJO	500	500	1.000
MARCO ANTONIO FERNANDES DA COSTA	1	-	1
MARCUS VINICIUS VAZ	498	500	998
PAULO ROBERTO GOMES	1	-	1
RODRIGO FIGUEIREDO SORIA	2	-	2
SERGIO WILSON FERRAZ FONTES	1	-	1
VICTOR ALBANO DA SILVA ESTEVES	490	500	990

Fontes: Gerência de Centro de Relacionamento e Controle - CRC.A
Divisão de Empréstimos e Financiamentos - DEFI.F

Posição: 31.12.2015

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de acesso do cidadão

Ouvidoria

A Ouvidoria de Furnas atua como canal de pós-atendimento aos seus diversos colaboradores, bem como veículo de comunicação e relacionamento com o cidadão em geral, consolidando-se como um importante instrumento à disposição do público interno e externo, prestando, ao mesmo tempo, um importante serviço aos gestores de Furnas e reforçando o compromisso da Empresa com toda a sociedade.

O livre acesso à Ouvidoria é assegurado por meio de formulário eletrônico no *website* de Furnas, fax, telefone, pessoalmente, carta ou qualquer outro documento. Em todas estas formas de comunicação, o nome do manifestante é mantido em sigilo e o conteúdo da mensagem, tratado com seriedade, isenção e de forma reservada.

Programa “Ouvidoria Itinerante”

Diante dos resultados obtidos no ano anterior, foi mantido o Programa de Ouvidoria Itinerante, cujo objetivo é divulgar e esclarecer a forma de atuação da Ouvidoria junto às áreas regionais da Empresa, incentivando o acesso do público interno e ampliando, assim, a escuta em todas as usinas e subestações da Empresa.

No que tange ao público interno, foram realizados três encontros regionais com a presença de toda a força de trabalho das usinas e subestações localizadas no Estado do Rio de Janeiro - Usina Termelétrica de Santa Cruz; Subestações de Angra dos Reis e Grajaú.

Em 2015, a Ouvidoria Itinerante alcançou novos públicos, em especial para as comunidades do entorno dos empreendimentos de Furnas, como Sapucaia, com a participação na Aldeia da Cidadania, projeto promovido pela Empresa em parceria com o poder público e a 55ª Feira da Providência.

Lei nº 12.527/11 – Acesso à Informação

Com o advento da Lei nº 12.527/11 – Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012, a Controladoria-Geral da União (CGU) desenvolveu um sistema informatizado para atendimento ao público, a ser utilizado por todas as empresas e órgãos públicos abrangidos pela referida Lei.

Em Furnas, a Ouvidoria foi designada para coordenar as ações de implantação das medidas previstas na Lei de Acesso à Informação, bem como para supervisionar sua aplicação.

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Criado o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), em obediência à nova legislação, Furnas disponibilizou diversas informações de interesse público em seu *website*, acessíveis por meio de *banner* específico em sua página principal.

Caso o cidadão não encontre disponível a informação pretendida na página do SIC Furnas, poderá solicitá-la, preferencialmente por meio do sistema eletrônico do Governo Federal, no endereço <http://www.acessoainformacao.gov.br>, cujo *banner* pode ser acessado no *website* de Furnas.

Poderá ainda, solicitá-la por correio, telefone ou pessoalmente. Para tanto, o interessado deverá preencher um formulário de cadastramento com seus dados pessoais, indicará a empresa que detém

a informação pretendida e formulará sua solicitação, que será retransmitida para o endereço eletrônico sic@furnas.com.br para análise da Ouvidoria.

A fim de atender à transparência passiva, Furnas adotou o sistema do e-sic da Controladoria-Geral da União, que tem por propósito registrar pedidos dos cidadãos que pretendem ter acesso a informações da empresa.

O sistema acima referido gera relatórios das informações solicitadas de diversos órgãos e entidades públicas, inclusive Furnas.

Canal Denúncia – Fraude e Corrupção

O Manual de Compliance referente à Política Anticorrupção das empresas Eletrobras definiu a Ouvidoria como o canal para recebimento de denúncias sobre quaisquer violações ou suspeitas de violação do Programa Anticorrupção e/ou da Lei Anticorrupção. Para tanto, foi revisto o procedimento de recebimento das manifestações, a fim de adequá-lo ao Manual, bem como ao Normativo da OGU/CGU sobre o tema, com vigência a partir de 2015.

“Fale com o Presidente”

Além de suas competências naturais, a Ouvidoria administra o canal “Fale com o Presidente”. Este canal é exclusivo para comunicação do público interno da Empresa, compreendendo funcionários efetivos, contratados e estagiários.

As mensagens encaminhadas via canal “Fale com o Presidente” podem ser dúvidas, comentários e sugestões.

Informações Gerenciais e Estatísticas

Em 2015, foram enviadas aos três canais geridos pela Ouvidoria 1.097 demandas, sendo 951 manifestações postadas na Ouvidoria, 97 pedidos de informação dirigidos ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), dos quais 18 tiveram recursos, e 49 mensagens encaminhadas ao Fale com o Presidente.

As 951 manifestações são de um dos tipos: reclamação (323), solicitação (508), sugestão (13), denúncia (85) e elogio (22). No que tange à origem, das 951 manifestações registradas em 2015 na Ouvidoria, destacamos que 659 (69%) são de origem externa, 269 (28%), interna e 23 (3%) não identificadas.

Informamos que, a partir de 2015 o Relatório passou ser semestral em atenção a Instrução Normativa conjunta nº01/2014 CRG/OGU

Os Relatórios das Atividades da Ouvidoria estão publicados na página de Furnas, no link <http://www.furnas.com.br/frmOuvidoria.aspx>.

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Não se aplica. Embora a Ouvidoria seja um canal disponibilizado ao público externo, como Furnas não é concessionária de Distribuição, não são recebidas demandas de cidadãos no papel de usuários finais do serviço público de energia elétrica.

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A Ouvidoria realiza pesquisa de satisfação relativa a prazo, atendimento e usabilidade do canal, não tendo por competência realizar pesquisas de satisfação do cidadão quanto ao serviço prestado pela Empresa.

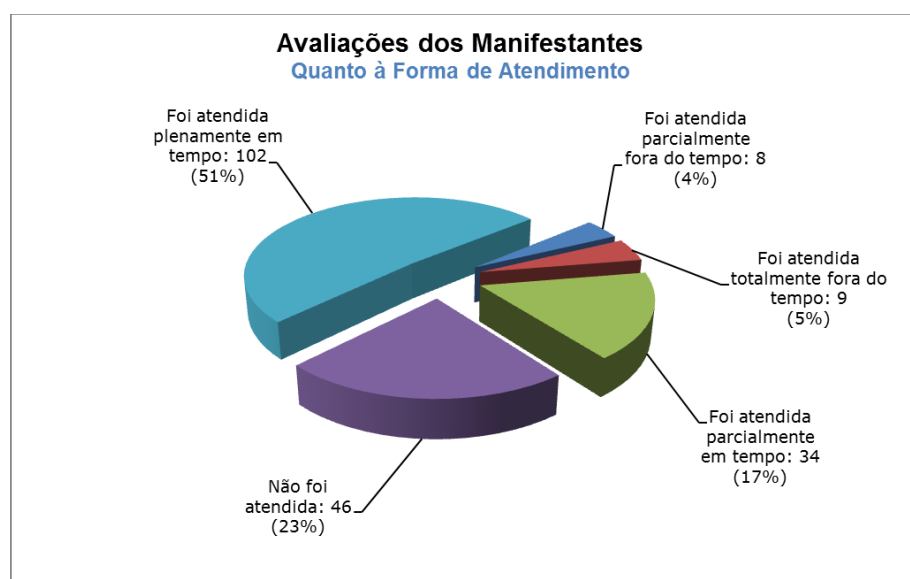
Contudo, é disponibilizado à alta administração, anualmente, relatório contendo dados das demandas recebidas pelo referido canal, que podem ser úteis para tomada de decisão e melhoria dos processos e serviços da Empresa.

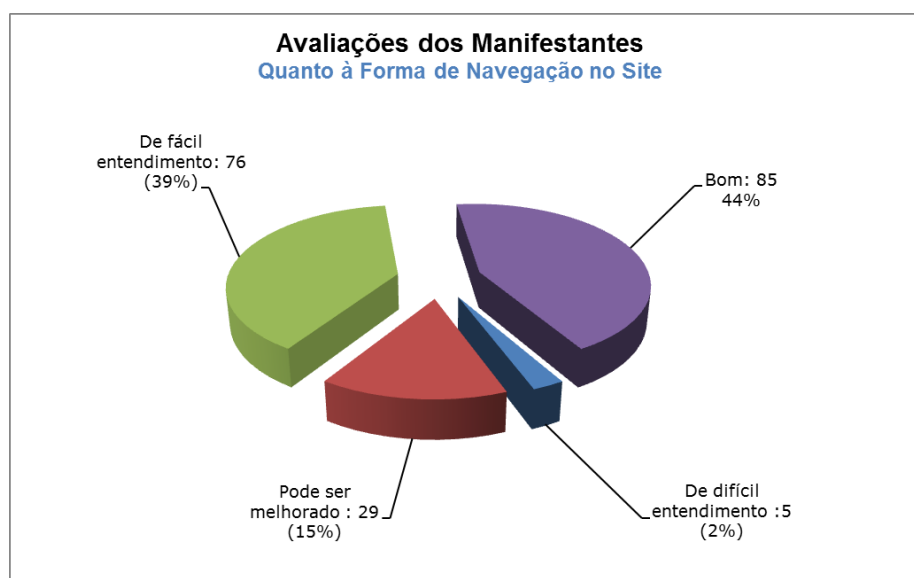
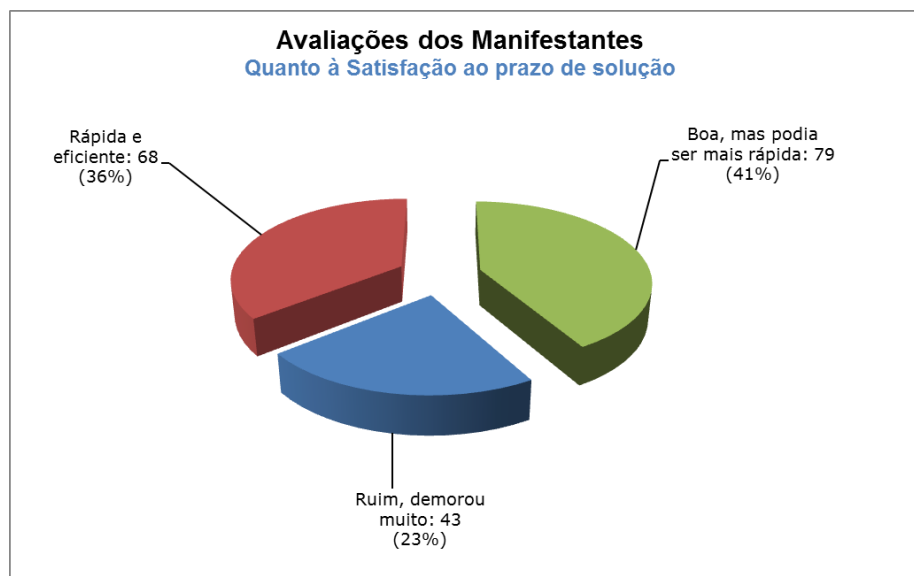
O referido relatório é disponibilizado no *website* de Furnas, após a apresentação aos órgãos de administração da Empresa.

No item 3.1, encontram-se os principais dados estatísticos das manifestações referentes ao ano de 2015 registradas na Ouvidoria.

Avaliações dos Manifestantes

Após a conclusão das manifestações, é solicitado aos manifestantes que respondam ao questionário de avaliação dos serviços prestados pela Ouvidoria, cujas respostas estão consolidadas nos gráficos a seguir. Estas avaliações foram respondidas por 157 manifestantes.





6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O caminho de acesso é o *website* institucional de Furnas www.furnas.com.br, aba "publicações".

7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Desempenho financeiro do exercício

O exercício de 2015 caracterizou-se pela continuidade do processo de recuperação gradativa da lucratividade da Empresa, impactada pela prorrogação onerosa das concessões. No exercício, Furnas apresentou, no balanço consolidado, resultado negativo de R\$ 70 milhões, 83% inferior ao apurado no exercício anterior, evidenciando o acerto da estratégia adotada.

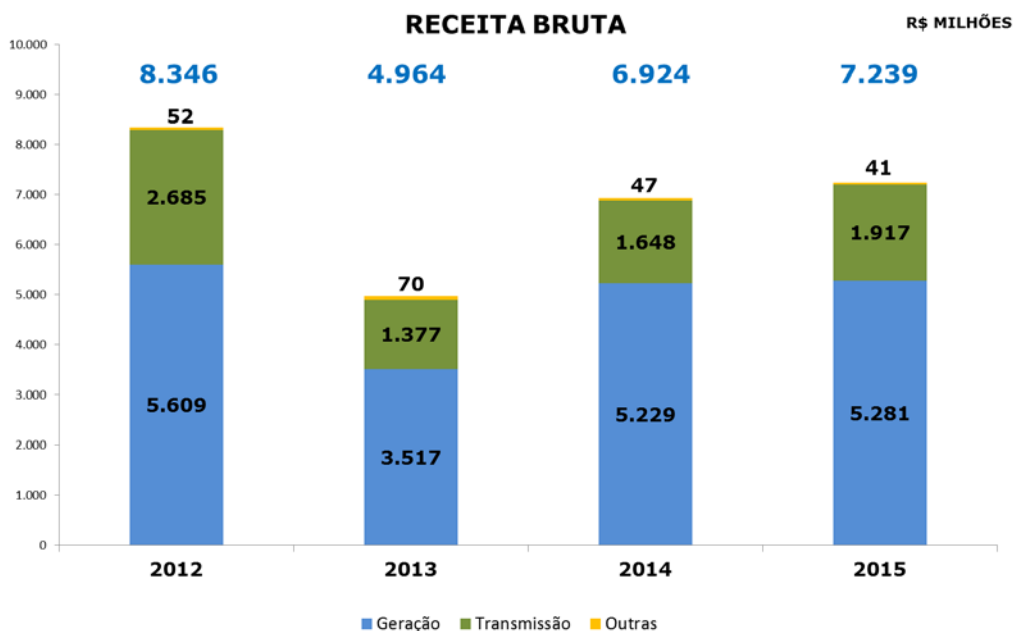
Nesse sentido, várias iniciativas vêm sendo empreendidas nos últimos exercícios, especialmente objetivando o aumento das receitas e a redução dos custos, e consequente melhoria das margens de lucratividade. Destaca-se a Margem Bruta do balanço consolidado (Lucro Bruto/Receita Operacional Líquida), que aumentou de 13,6% em 2014 para 29,5% em 2015. Esses avanços consolidam o processo de recuperação que a Empresa vem vivenciando.

Receita Operacional

No exercício de 2015, a Empresa conseguiu praticamente restabelecer sua receita operacional, que havia sido fortemente impactada pela prorrogação das concessões sob o novo regime econômico estabelecido pela Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783/2013. A perda de receita de 40%, registrada em 2013, primeiro ano de vigência do novo regime, veio sendo gradativamente recuperada, especialmente a de geração, para cerca de 87% daquela obtida em 2012.

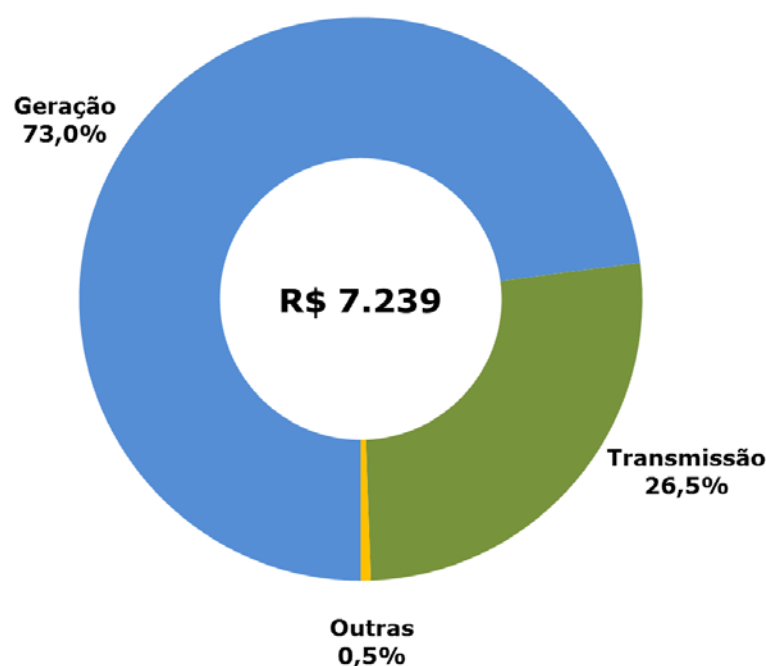
Como resultado das iniciativas de gestão, ano a ano a Empresa vem adotando estratégias comerciais que resultaram na regeneração de seu faturamento, conforme demonstrado a seguir, e, por conseguinte, no crescimento da margem bruta.

A Receita Operacional Bruta consolidada obtida em 2015, de R\$ 7.239 milhões, está segmentada conforme demonstrado no gráfico a seguir.



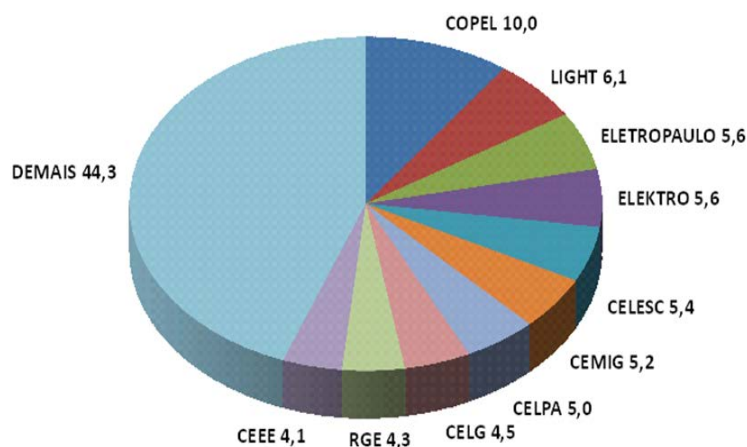
COMPOSIÇÃO DA RECEITA BRUTA EM 2015

R\$ MILHÕES



Em termos de diversificação de clientes e, por consequência, de risco de inadimplência, a Empresa detém 45 contratos bilaterais de comercialização de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), com as principais empresas de distribuição. No universo do ACR, 10 concessionárias respondem por 56% do faturamento desse segmento, restando evidente a pulverização dos clientes, que mitiga eventuais riscos de inadimplimento. O gráfico a seguir demonstra essa diversificação.

PRINCIPAIS CLIENTES 2015 (%)



Custos e Despesas Operacionais

O custo de operação (composto por pessoal, material, serviço de terceiros, combustível, depreciação e outros) de 2015 correspondeu a R\$ 2.919 milhões, o que representa crescimento nominal de 6,96% em relação ao exercício anterior e, portanto, decréscimo em termos reais, em face da inflação de 10,7% verificada no exercício.

A implementação de medidas de otimização, tais como: racionalização da estrutura organizacional, Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (PREQ), melhoria de processos (PRO-Furnas) envolvendo 218 iniciativas, Orçamento Base Zero e a introdução do Centro de Serviços

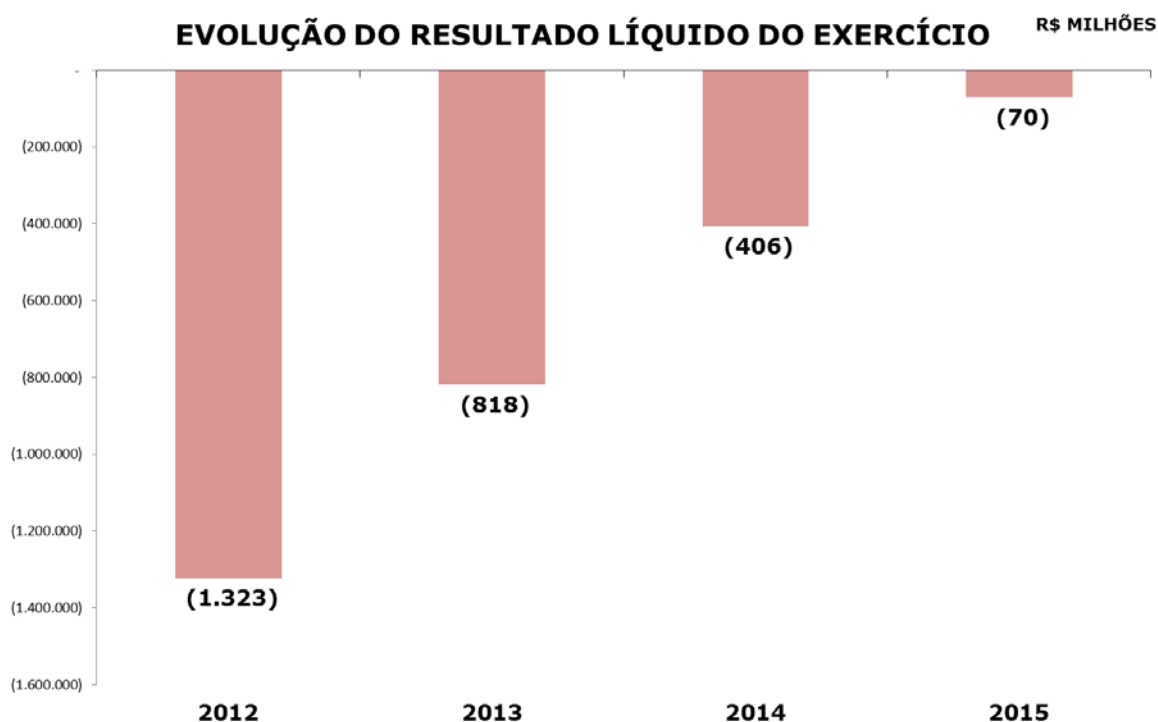
Compartilhados, proporcionou ganhos de eficiência que, associados a uma adequada gestão financeira, sedimentam o caminho para o retorno à lucratividade.

O Lucro Bruto de Furnas no balanço consolidado foi de R\$ 1.890 milhões, representando crescimento de 125% em relação ao exercício de 2014.

Destaque-se que o custo com pessoal cresceu, em termos nominais, 7,1% frente à inflação de mais de 10,5%, evidenciando a captura dos benefícios advindos da aplicação do PREQ e do PRO-Furnas I e II, que promoveram a reestruturação da Empresa e a readequação de seus quadros entre os exercícios de 2012 e 2014.

Resultado do Exercício

O Resultado consolidado do exercício de 2015 foi de R\$ 70 milhões negativos. Apesar de ainda não ser positivo, ficam evidenciados os esforços de recuperação dos impactos ocasionados pela prorrogação das concessões sob a égide do novo regime econômico instituído pela Lei nº 12.783/13. O gráfico a seguir apresenta os resultados líquidos obtidos pela Empresa desde a prorrogação das concessões, destacando-se a gradativa recuperação, fruto das iniciativas de restabelecimento das receitas e de aumento de eficiência e redução de custos.



Contribuiu positivamente para a obtenção do resultado de 2015 a repactuação do risco hidrológico, cujo impacto foi de R\$ 306 milhões.

Por outro lado, impactou negativamente o resultado consolidado de 2015 a constituição de provisões para créditos fiscais, cíveis e trabalhistas e para créditos de liquidação duvidosa, que totalizou R\$ 383 milhões.

Influenciou ainda de forma negativa o registro da IN 1.515, que se refere à adequação do Regime Tributário de Transição ao IFRS, cujo montante de R\$ 194 milhões foi registrado como provisões-impostos diferidos.

Por fim, no exercício de 2015, por orientação da Eletrobras, foi constituída provisão para eventuais perdas na realização de investimentos em parceria, especificamente nos empreendimentos UHE Santo Antônio, UHE São Manoel e UHE Teles Pires, no valor de R\$ 260 milhões.

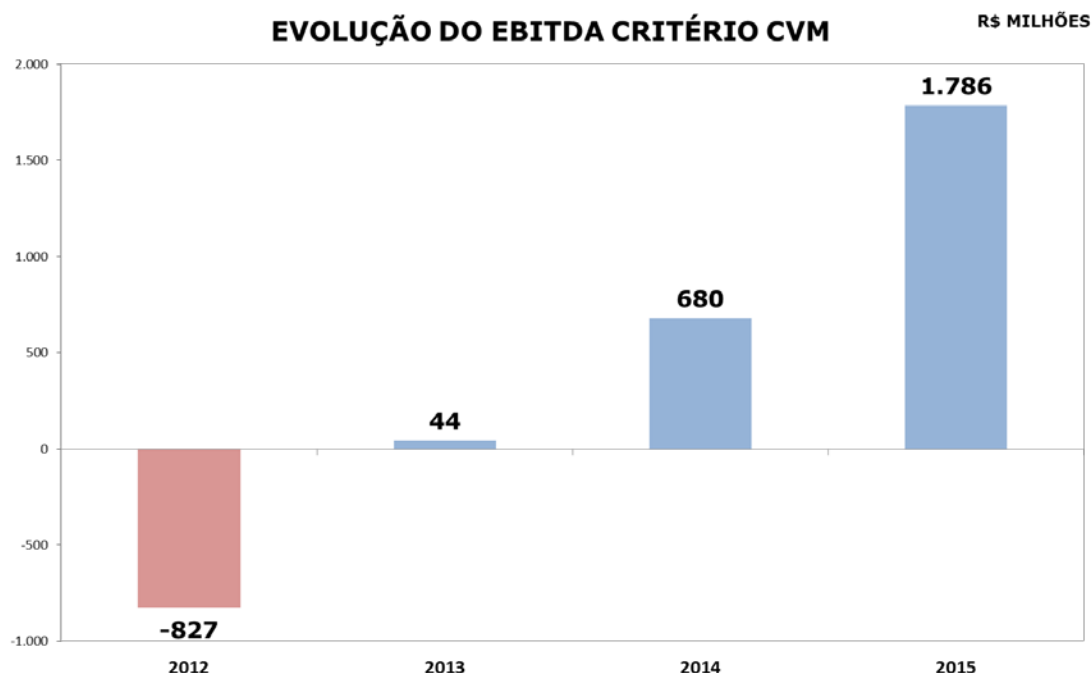
A supramencionada provisão teve como base a metodologia de avaliação que considera o valor presente do fluxo futuro de dividendos, descontado a uma taxa de mercado, cotejado com o *equity* efetivamente aportado pela Empresa nos referidos empreendimentos.

O Resultado Consolidado de Serviço de Energia Elétrica, que expressa a rentabilidade das operações próprias da Empresa, foi positivo no exercício de 2015 em R\$ 1.136 milhões. O resultado da Equivalência Patrimonial contribuiu positivamente no exercício de 2015 em R\$ 406 milhões, ao contrário de 2014, em que foi negativo em R\$ 887 milhões.

EBITDA

O EBITDA da Empresa, calculado segundo a metodologia definida pela CVM, atingiu, nas demonstrações consolidadas, o montante de R\$ 1.786 Milhões, representando crescimento de 162,6% em relação ao obtido no exercício anterior. O quadro abaixo demonstra a evolução do EBITDA calculado conforme a metodologia da CVM.

R\$ Milhões				
EBITDA critério CVM	2012 Reclassificado	2013	2014	2015
Lucro (Prejuízo) do exercício	(1.306)	(818)	(406)	(70)
(+) Tributos sobre o lucro	136	152	405	310
(+) Resultado financeiro líquido	106	524	458	1.302
(=) LAJIR OU EBIT	(1.063)	(142)	458	1.542
(+) Depreciação e Amortização	236	186	222	245
(=) LAJIDA OU EBITDA	(827)	44	680	1.786



Liquidez Financeira

A boa liquidez financeira deve-se, em grande parte, ao recebimento do saldo remanescente da indenização devida pela prorrogação das concessões de Transmissão, relativamente aos ativos ainda não depreciados ou amortizados da Rede Básica Novas Instalações (RBNI), a qual foi integralmente recebida no exercício de 2015.

No fechamento do exercício, restou, ainda, uma disponibilidade líquida de caixa de mais de R\$ 1 bilhão, o que assegura à Empresa excelente posicionamento financeiro para enfrentar e vencer os desafios de 2016.

No que concerne aos investimentos corporativos e inversões financeiras nas SPEs em que a Empresa possui participação, estão elencados, a seguir, os montantes aplicados em 2015.

INVESTIMENTOS CORPORATIVOS

R\$ Milhões	
	2015 Realizado
GERAÇÃO	108
Preservação da Capacidade Operativa do Sistema de Operação	40
Modernização da Usina Hidrelétrica Furnas	33
Implantação da UHE Simplício e Anta	19
Outros	16
TRANSMISSÃO	621
Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	259
Preservação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	221
LT UHE Mascaranhas (MG) - Linhares (ES)	28
Conservação Ambiental	25
Outros	88
TOTAL	729

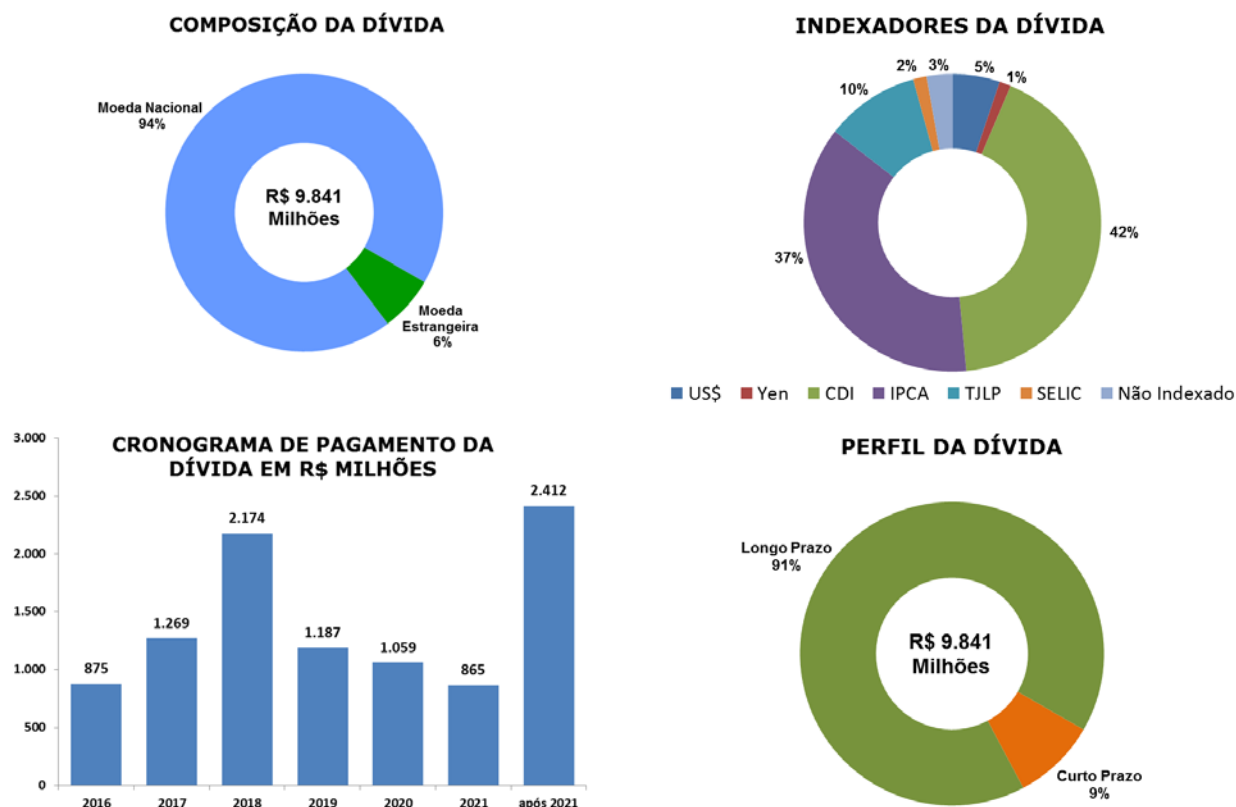
INVESTIMENTOS EM SPE

R\$ Milhões	
Inversões Financeiras	2015 Realizado
GERAÇÃO	571
UHE Santo Antônio Energia	165
UHE Teles Pires	155
UHE São Manuel	106
Empreendimentos Eólicos	111
Outros	34
TRANSMISSÃO	352
IE Belo Monte	194
Vale do São Bartolomeu	47
Outros	111
TOTAL	923

Captação de Recursos e Endividamento

No exercício de 2015, foram realizadas operações de captação de recursos para suportar os investimentos e inversões da Empresa, no montante de R\$ 740 milhões, sendo R\$ 604 milhões oriundos de uma operação de cessão de créditos de Furnas e R\$ 136 milhões por conta de contrato de financiamento celebrado com a State Grid Brazil Holding.

O endividamento financeiro de Furnas atingiu, em 31 de dezembro de 2015, o valor de R\$ 9.841 milhões, possuindo a seguinte configuração:



Indenização dos Ativos de Geração e Transmissão Prorrogados

Em 15 de dezembro de 2015, a Diretoria da Aneel homologou o valor a ser indenizado a Furnas referente aos ativos de Transmissão ainda não depreciados ou amortizados correspondentes à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), prorrogados sob as novas regras estabelecidas pela Lei 12.783, no montante de R\$ 8.999 milhões (base Dez/2012).

A quantia aprovada por meio do Despacho Aneel nº 4.042/2015, quando atualizada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e acrescida do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real a.a., alcança, a preços de Dez/2015, a quantia de R\$ 13.183 milhões.

Até o encerramento do exercício, restava pendente a definição das condições de pagamento dessa indenização. Uma vez fixadas a forma e o cronograma de pagamento, esses recebíveis poderão ser objeto de monetização, visando assegurar recursos para suportar os programas de investimento de Furnas dos próximos anos.

Indicadores apurados por Furnas conforme Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE), elaborado de acordo com as novas regras de Governança Corporativa do Sistema Eletrobras

Valores expressos em R\$ mil, exceto os indicadores

EBITDA Ajustado	8.626	2.292.559
ROL Ajustada (sem Receita de Construção)	5.512.504	5.740.273
Margem EBITDA	0,2%	39,9%
Dívida Líquida	7.689.817	7.905.220
(+) Estoque da Dívida	9.064.830	9.907.991
(-) Recebíveis	705.571	808.628
(-) Caixa	669.442	1.194.143
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	891,47	3,45
LL	(405.655)	(70.287)
PL	10.412.094	10.259.743
LL/PL	-3,9%	-0,7%

Obs: ROL – Receita Operacional Líquida
 LL – Lucro Líquido
 PL – Patrimônio líquido

7.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Não se aplica a Furnas, pois a depreciação e amortização dos itens do patrimônio da Empresa é calculada de forma linear e considera as taxas estabelecidas pela Aneel. Não há caso de exaustão na Empresa.

Os ativos e passivos são avaliados e mensurados conforme as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Brasil (CPC), em especial o pronunciamento CPC 00, o qual, em suma, determina que um ativo deve ser reconhecido quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa, e mensurado pelo seu valor de custo ou o recuperável, entre os dois o menor. De forma análoga, o passivo é reconhecido quando é provável a saída de recurso da Empresa, e mensurado pelo montante de caixa que se espera necessário para liquidar tal passivo.

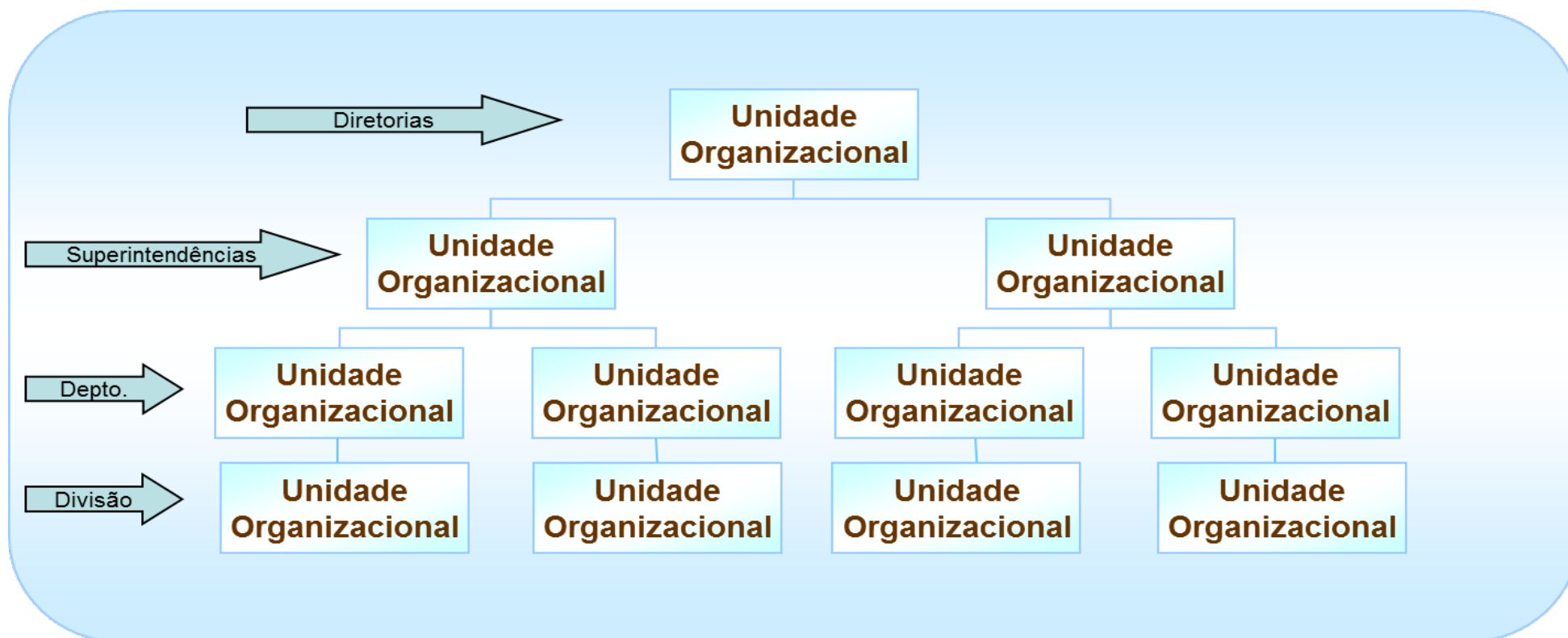
7.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Centros de Custo

- Representam os órgãos da estrutura hierárquica de Furnas.
- São usados para registrar os gastos (custos e despesas) do órgão, desempenhando o papel de acumulador anual.
- Permitem o planejamento de valores físicos e financeiros, que servem de base para comparação com os gastos reais.
- Estão agrupados em:
 - Operacionais
 - Administrativos
 - Adm. Específica (Ex: órgãos de Produção)
 - Adm. Central (Ex: Presidência, Diretoria de Finanças e Diretoria de Administração)

- Possuem a característica de prestar atividades para outros objetos de custos, inclusive para outros centros de custos (órgãos).
- São as antigas Unidades de Custo – UCs do sistema legado.
- Entidades Apuradoras de Custos – Coletores:
 - Centro de Custo
 - Ordem Interna
 - Elemento PEP
 - Centro de Lucro
 - Classe de Custo

Hierarquia de Centro de Custo





Representam os
"nós" da hierarquia,
que agrupam os
Centros de Custos



Representam os
centros de custos

▼	FURNAS_CC	Furnas Centros de Custos
▶	CONSELHO	Conselho de Administração
▶	DP	Presidência
▶	DE	Dir. de Engenharia
▶	DC	Dir. de Construção
▶	DO	Dir. de Operação do Sist. e Comerc. Ener
▶	DG	Dir. de Gestão Corporativa
▼	DF	Dir Financeira
	6000000001	DF-Administração
▼	SUPERIN-DF	Superintendências da Dir Financeira
▼	SC-F	Superintendência de Contab e de Controle
	6010000001	SC.F-Administração
▶	ACI-F	As. de Controle Int. e Análise Contábil
▶	DCP-F	Dpto de Custos e Controle Patrimonial
▶	DCB-F	Dpto de Contabilidade
▶	OC-F	Superint. de Operações e Capta. Recursos
▶	OP-F	Superint. de Planej. Financ. e Orçamento
▶	AS-DF	Assessorias da Dir Financeira

Ordens Internas

- São coletores utilizados para detalhar determinados eventos ou ações que geram gastos (custos, despesas ou investimentos).
- Tipos de Ordens Internas existentes:
 - ODA - Alienação
 - ODD - Desativação de Bens
 - ODI - Imobilização (aquisição de bens)
 - ODR - Gastos Reembolsáveis
 - ODS - Prestação de Serviços
 - Ordens de Manutenção
 - Ordens Estatísticas (vinculadas aos Centros de Custos)

Elementos PEP

- PEP é a sigla para Plano de Estrutura de Projetos (poderia também ser representada pela sigla EAP - Estrutura Analítica de Projeto).
- Representam projetos sob a forma de uma estrutura hierarquizada das atividades que serão executadas.
- Funciona como coletor de informações de planejamento físico ou financeiro.
- Nele são realizados os gastos de determinado projeto (custos, despesas ou investimentos).
- Tipos de Elementos PEP existentes:
 - ODI - Ordem de Imobilização (aquisição de bens)
 - ODS - P&D
 - Estudos Preliminares

Centros de Lucro

- O principal objetivo desse coletor é a determinação do resultado individualizado das **áreas de negócio** da Companhia:
 - Geração (em cada usina)
 - Transmissão (em cada SE e LT)
 - Comercialização
- Recebem lançamentos oriundos dos demais coletores (Centros de Custo, Ordens Internas e Elementos PEP), relacionados direta ou indiretamente a eles.
- Estão organizados hierarquicamente por **área/unidade de negócio**.

Hierarquia de Centro de Lucro



Representam os “nós” da hierarquia, que agrupam os Centros de Lucro



Representam os centros de lucro

Hierarquia standard	Denominação
▼ FURNAS_CL	Hierarquia Standard Centro d.
CL_DUMMY	CL_DUMMY
▼ GERACAO	Geração de Energia
▼ UHE	Usinas Hidrelétricas
11010001	UHE DE MARIN
11020001	UHE DE ITUMBIARA
11080001	UHE DE SERRA DA MESA
11090001	UHE DE FUNIL
11100001	UHE DE PRTO COLOMBIA
11120001	UHE DE FURNAS
11130001	UHE DE LUIZ C B CARV
11140001	UHE DE MASCAR MORAES
11160001	UHE DE CORUMBA
11320001	UHE DE MANSO
▶ UTE	Usinas Termelétricas
▶ TRANSM	Transmissão de Energia
▶ COMERCIAL	Comercialização de Energia
▶ ADMINIST	Administração
PREST_SERV	Prestação de Serviço
▶ AT_NAO_VIN	Atividade Não Vinculada

Classes de Custo

- Representam o detalhamento do que foi gasto (custos, despesas e investimentos) nos coletores existentes.
- Estão agrupadas em Naturezas de Gasto de PMSO.

NATUREZA DE GASTO	CLASSE DE CUSTO
P ESSOAL	Salário; Férias; 13º Salário; etc.
M ATERIAL	Médico Hospitalar; Administrativo e de Expediente; Informática; Segurança e Saúde no Trabalho; etc.
S ERVIÇO	Mão de Obra Contratada; Empreiteiros; Consultorias; Tíquete Refeição; etc.
O UTROS	Aluguel de Bens Imóveis; Seguro de Instalações; Despesas com Estagiários; Depreciação; etc.

Alocação de Atividades

- Permite que os **custos e despesas** de determinado órgão sejam alocados para outro órgão, projeto ou unidade de negócio (Usinas, SEs ou LTs) que efetivamente consumiram suas atividades.
 - Esse direcionamento é efetuado tomando-se por base as atividades do órgão prestador do serviço interno via aplicação de **tarifas** pré-estabelecidas e apontamentos de horas (HH ou HM).
 - O valor da atividade a ser direcionado é determinado pela tarifa.
 - Tarifa representa o custo unitário de um Tipo de Atividade
 - Cálculo da Tarifa: Custos e despesas da Atividade
 - Capacidade de prestação de atividades

Rateio

- Processo pelo qual os custos e as despesas mensais **não direcionados pelos órgãos via ferramenta de Alocação de Atividades** são transferidos para as Unidades de Negócio (Usinas, SEs e LTs).
 - ✓ **Critério utilizado:**

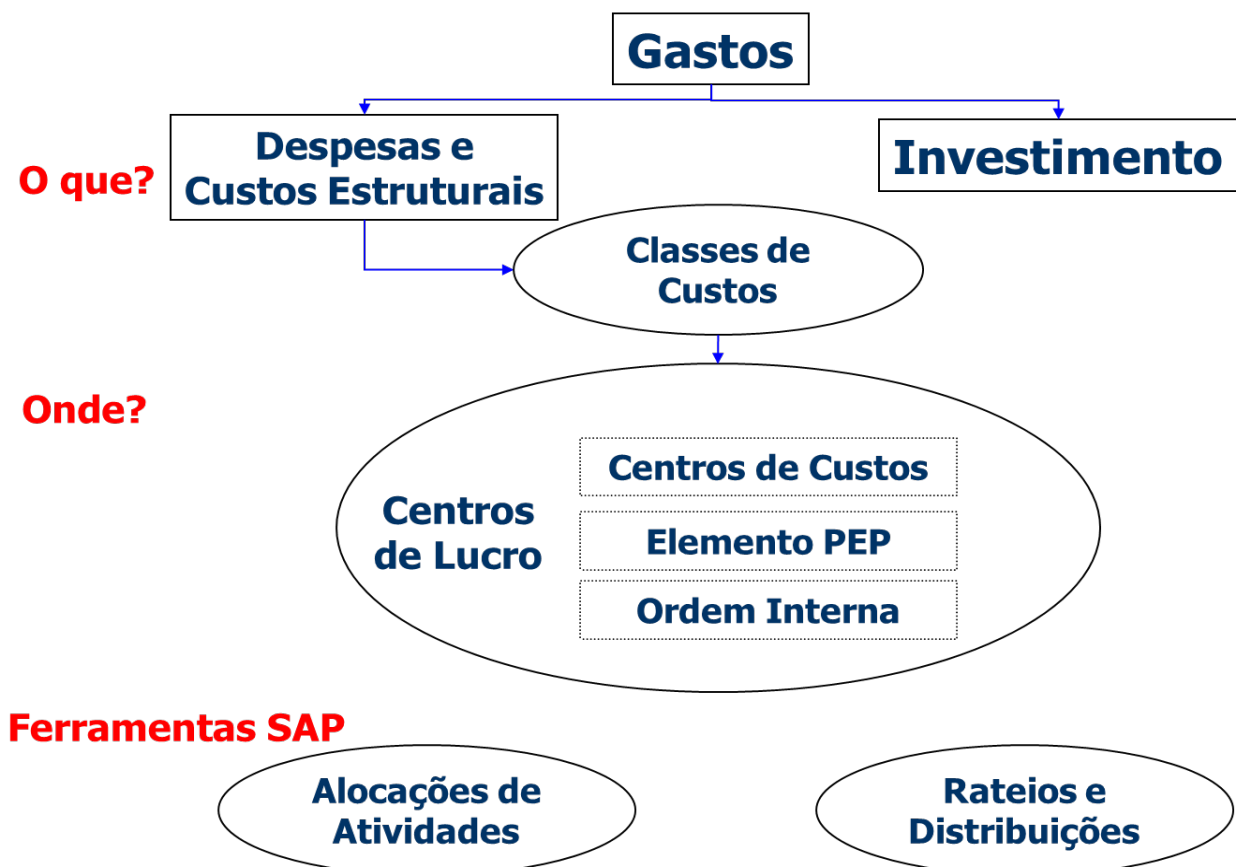
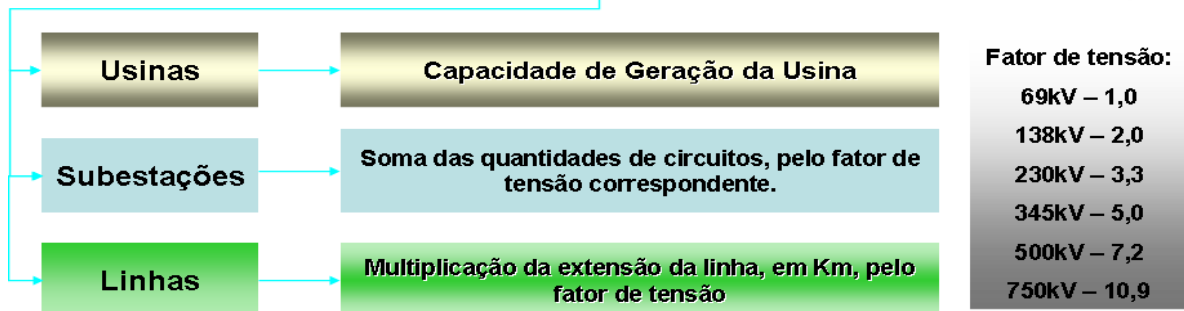
Operação e Manutenção (Centro de Lucro)

-Segregação por Atividade / Característica

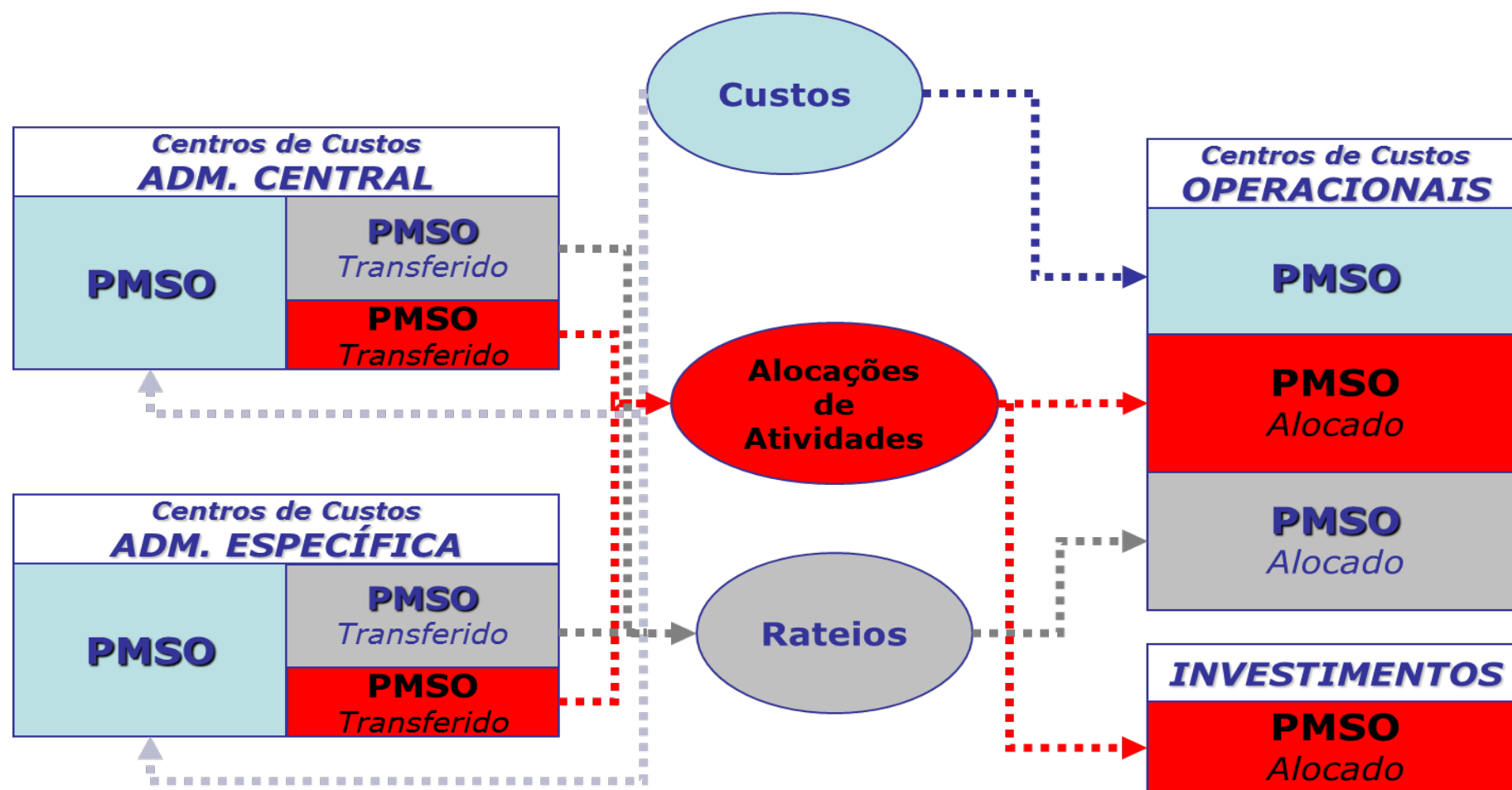
Base: Pessoal + Serviços de Terceiros apropriados mensalmente nos Centros Custos

- Distribuição na Atividade / Característica

Base: Parâmetro físico



Estrutura de Apuração de Custos



Relatórios utilizados pela unidade jurisdicionada para análise de custos e tomada de decisão

Furnas realiza sua análise de custos para tomada de decisão mediante a confecção mensal de um balancete de custo emitido pelo sistema SAP, que é exportado para uma planilha Excel e denominado de Demonstrativo de Custo Estrutural. Cabe destacar que este balancete pode ser emitido nas versões societária e regulatória, sendo:

- a) Societária – conforme os critérios estabelecidos pela legislação societária vigente;
- b) Regulatória – conforme os critérios estabelecidos pela legislação societária, excluindo os efeitos contábeis não aceitos pela Aneel para fins de confecção das Demonstrações Regulatórias.

De posse do demonstrativo de Custo Estrutural mensal, é feita uma revisão analítica mensal, em que as variações de saldo relevantes são explicadas e, caso sejam encontradas distorções, principalmente provenientes de erros, são prontamente identificadas e regularizadas, além de ser informada a área de origem para alteração de processo, se necessário.

Ao fim de cada trimestre, também é feita uma análise da variação ocorrida em relação ao período de três meses anterior.

E, ao fim do exercício atual, é feita uma análise em relação ao exercício anterior.

Essas análises permitem também suportar a área de orçamento nas justificativas das variações entre Realizado e Orçado do custeio estrutural – mensal, trimestral e anual.

A seguir, um exemplo do demonstrativo de custo estrutural societário mensal, em 31 de dezembro de 2015:

DEMONSTRATIVO DE CUSTO ESTRUTURAL MENSAL (SOCIETÁRIO) - DEZEMBRO/2015

CONTA DO RAZÃO	DESCRIPTIVO	MOVIMENTO DO MÊS			ACUMULADO DO ANO		
		DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
4101001001	Salário	32.918.758,44	6.693,17	32.912.065,27	414.697.461,99	80.602.870,11	334.094.591,88
4101002001	Abono de Férias	1.820.359,73	6.064,27	1.814.295,46	28.163.278,64	6.968.988,05	21.194.290,59
4101003001	Outros Adicionais	1.862.654,10	7.485,81	1.855.168,29	21.552.067,93	4.397.368,47	17.154.699,46
4101003002	Outros Adicionais - Insalubridade	5.314,14	0,00	5.314,14	77.882,51	15.334,59	62.547,92
4101003003	Outros Adicionais - Periculosidade	7.116.992,80	0,00	7.116.992,80	83.155.771,54	15.872.435,09	67.283.336,45
4101003004	Outros Adicionais - Penosidade	333.336,81	0,00	333.336,81	4.109.974,75	810.381,47	3.299.593,28
4101003005	Outros Adicionais - Função Acessória	268.684,50	0,00	268.684,50	3.353.980,20	665.553,81	2.688.426,39
4101003006	Outros Adicionais - Ad. Noturno	422.218,64	0,00	422.218,64	5.235.865,23	1.039.851,84	4.196.013,39
4101004001	Horas Extras	5.637.618,62	4.139,31	5.633.479,31	58.211.426,91	11.262.385,67	46.949.041,24
4101004002	Horas In Itinere	5.577,74	0,00	5.577,74	46.653,82	7.905,29	38.748,53
4101005001	Férias	2.552.512,03	530.868,65	2.021.643,38	33.577.701,16	21.572.769,50	12.004.931,66
4101006001	13º Salário	47.228.927,43	42.291.866,23	4.937.061,20	103.459.616,13	54.570.429,65	48.889.186,48
4101007001	Previdência Social Empregados	23.319.790,64	74.961,11	23.244.829,53	249.739.689,42	47.609.276,07	202.130.413,35
4101008001	Contribuições ao FGTS	5.697.486,57	22.763,94	5.674.722,63	66.517.904,20	12.806.383,08	53.711.521,12
4101009001	Contribuições Sociais Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101010001	Abono Indenizatório	0,00	0,00	0,00	59.987,82	6.431,48	53.556,34
4101011001	Contribuição a FRG - Mantenedor Plano BD	1.587.466,01	1.716.125,93	-128.659,92	26.999.711,19	7.363.579,48	19.636.131,71
4101011002	(-) Ajuste Deliberação CVM 600	1.876.806,97	1.748.147,05	128.659,92	41.628.251,11	61.264.382,82	-19.636.131,71
4101012001	Contribuição a FRG - Plano Bem Estar Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101013001	Adicional D.L.1971	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101014001	Adicional de Transferência e Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101015001	Gratificação de Férias	3.840.001,10	18.343,07	3.821.658,03	47.390.038,34	9.689.518,07	37.700.520,27
4101016001	Contribuição a FRG - Despesas Adm. Plano BD	11.486.229,24	5.764.548,16	5.721.681,08	77.235.535,24	39.826.881,24	37.408.654,00
4101016002	(-) Ajuste Deliberação CVM 600	11.501.715,40	17.223.396,48	-5.721.681,08	44.326.104,25	81.734.758,25	-37.408.654,00
4101017001	Incentivo a Renovação de Quadro de Pessoal - Jóia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101018001	Incentivo a Renovação de Quadro	0,00	0,00	0,00	425.107,21	0,00	425.107,21
4101019001	Incentivo a Renovação de Quadro de Pessoal - Assistência Médica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101020001	Incentivo a Renovação de Quadro de Pessoal - Seguros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101021001	Adicional por Tempo de Serviço	5.262.684,43	0,00	5.262.684,43	66.409.064,97	12.785.259,56	53.623.805,41
4101022001	Pagamento de Reclamações Trabalhistas	5.480.491,69	30,00	5.480.461,69	158.599.846,35	994.581,51	157.605.264,84
4101023001	Contribuição a FRG - Mantenedor Plano CD	4.930.615,76	3.608,61	4.927.007,15	36.937.188,09	6.266.369,84	30.670.818,25
4101024001	Contribuição a FRG - Despesas Adm. Plano CD	916.329,06	586,45	915.742,61	7.127.072,42	1.246.465,13	5.880.607,29
4101025001	Gratificação de Função	5.515.219,68	6.052,58	5.509.167,10	42.995.881,51	13.454.677,91	29.541.203,60
4101026001	Participação nos Lucros e Resultados - PLR	85.854.947,60	0,00	85.854.947,60	85.854.947,60	38.832.379,61	47.022.567,99
4101027001	Previdência - Deficit ou Superavit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101999001	(-) Pessoal - Consumo Atividades	20.027.364,17	32.405.398,67	-12.378.034,50	97.036.712,06	129.336.541,42	-32.299.829,36
4101 Total Pessoal		287.470.103,30	101.831.079,49	185.639.023,81	1.804.924.722,59	661.003.759,01	1.143.920.963,58
4102001001	Honorários - Administradores	250.512,83	84.520,86	165.991,97	4.008.503,42	402.364,09	3.606.139,33
4102002001	Previdência Social - Administradores	50.102,64	16.904,20	33.198,44	758.709,16	83.209,49	675.499,67
4102003001	Contribuições ao FGTS - Administradores	23.382,39	9.544,00	13.838,39	268.667,97	31.516,78	237.151,19
4102004001	Contribuições Sociais Diversas - Administradores	13.304,99	4.870,32	8.434,67	167.774,99	15.806,08	151.968,91
4102005001	Auxílio Moradia - Administradores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4102999001	(-) Administradores - Consumo Atividades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4102 Total Administradores		337.302,85	115.839,38	221.463,47	5.203.655,54	532.896,44	4.670.759,10
4111001001	Materiais	5.799.760,15	1.977.332,47	3.822.427,68	77.524.318,93	50.416.118,12	27.108.200,81
4111002001	Combustível e Lubrificantes	958.154,97	8.845,93	949.309,04	9.652.240,18	1.373.966,94	8.278.273,24
4111003001	Material Médico Hospitalar	11.029,91	1.169,80	9.860,11	343.888,78	23.465,24	320.423,54
4111004001	Material Administrativo e de Expediente	85.618,96	13.144,96	72.474,00	785.783,73	65.311,27	720.472,46
4111005001	Gastos com Obras - Contratos de Materiais com Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4111006001	Material de Informática	28.296,48	0,00	28.296,48	578.040,13	60.756,54	517.283,59
4111007001	Material de Segurança e Saúde no Trabalho	495.326,22	16.207,05	479.119,17	1.775.888,63	191.076,07	1.584.812,56
4111998001	(-) Crédito de Cofins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4111998002	(-) Crédito de Pasep	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4111999001	(-) Material - Consumo Atividades	82.563,42	82.563,42	0,00	338.700,08	338.700,08	0,00
4111 Total Material		7.460.750,11	2.099.263,63	5.361.486,48	90.998.860,46	52.469.394,26	38.529.466,20
4112001001	Combustível Convencional	9.684.240,15	9.684.240,15	0,00	71.486.896,95	71.486.896,95	0,00
4112003001	Água para Produção de Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4112005001	Gás para Produção de Energia Elétrica	48.662.435,11	0,00	48.662.435,11	613.126.932,21	39.824.032,38	573.302.899,83
4112998001	(-) Crédito de Cofins	14.793.380,28	18.491.725,35	-3.698.345,07	63.191.193,95	106.762.275,54	-43.571.081,59
4112998002	(-) Crédito de Pasep	3.211.720,72	4.014.650,90	-802.930,18	13.719.140,77	23.178.651,89	-9.459.511,12
4112 Total Matéria-Prima e Insumos p/Produção de Energia Elétrica		76.351.776,26	32.190.616,40	44.161.159,86	761.524.163,88	241.251.856,76	520.272.307,12

4121001001	Contrato de Mão-de-Obra	622.590.156,50	476.699.871,84	145.890.284,66	1.110.684.056,46	772.465.963,78	338.218.092,68
4121002001	Manutenção e Conservação de Edificações	5.807.212,37	464.758,91	5.342.453,46	37.505.033,22	5.222.581,66	32.282.451,56
4121003001	Manutenção e Conservação de Instalações Elétricas	5.802.363,47	1.130.874,01	4.671.489,46	28.758.095,80	5.746.944,24	23.011.151,56
4121004001	Manutenção e Conservação de Equipamentos de Comunicação	41.731,30	3.503,55	38.227,75	124.988,35	20.836,92	104.151,43
4121005001	Manutenção e Conservação de Mobiliário e Equip. de Escritório	76.052,16	17.986,93	58.065,23	602.845,07	266.120,80	336.724,27
4121006001	Manutenção e Conservação de Outras Instalações e Benfeitorias	3.208.223,97	770.343,50	2.437.880,47	15.613.424,58	2.525.874,14	13.087.550,44
4121007001	Manutenção e Conservação de Outros Equipamentos	450.772,72	113.663,76	337.108,96	5.161.380,92	2.285.044,46	2.876.336,46
4121008001	Remuneração da Administradora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121009001	Mão-de-Obra a Cargo da Administradora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121010001	Encargos Sociais da Administradora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121011001	Empreiteiros	1.737.707,52	297.419,83	1.440.287,69	12.337.971,90	2.526.480,95	9.811.490,95
4121012001	Frete Nacionais	1.017.331,69	650.814,09	366.517,60	4.085.919,27	1.042.998,85	3.042.920,42
4121013001	Frete Internacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121014001	Outros Transportes Contratados	2.423.938,84	351.173,86	2.072.764,98	19.704.577,84	3.517.027,91	16.187.549,93
4121015001	Hospedagem e Alimentação no País	3.119.432,77	681.319,08	2.438.113,69	25.875.414,07	5.387.726,48	20.487.687,59
4121016001	Passagem no País	106.425,93	28.505,11	77.920,82	1.614.015,37	550.491,55	1.063.523,82
4121016002	Passagem Aérea no País	1.220.973,08	220.848,71	1.000.124,37	7.808.114,24	558.472,04	7.249.642,20
4121017001	Consultorias	8.365.147,64	3.206.403,15	5.158.744,49	53.662.185,07	26.898.666,81	26.763.518,26
4121018001	Auditoria Externa	15.779,31	0,00	15.779,31	1.000.151,95	7.218,94	992.933,01
4121019001	Serviços Legais	6.880,90	0,00	6.880,90	60.284,76	8.295,90	51.988,86
4121020001	Reprografia	325.979,80	627,90	325.351,90	2.451.594,19	285.105,50	2.166.488,69
4121021001	Publicações Oficiais	7.824.587,38	5.509.757,06	2.314.830,32	14.054.978,63	5.871.721,59	8.183.257,04
4121022001	Exames Ocupacionais	2.070,00	1.150,00	920,00	4.274,58	1.150,00	3.124,58
4121023001	Despachantes	19.256,80	3.851,54	15.405,26	91.553,13	4.651,54	86.901,59
4121024001	Café, Lanches e Refeições	501.439,97	25.164,05	476.275,92	2.159.386,96	427.543,12	1.731.843,84
4121025001	Serviços Diversos	91.134,28	45.866,04	45.268,24	783.068,51	316.394,89	466.673,62
4121026001	Água e Esgoto	522.647,90	24.010,16	498.637,74	6.028.299,64	608.501,30	5.419.798,34
4121027001	Comunicação	631.685,14	83.244,20	548.440,94	7.887.538,50	2.647.086,05	5.240.452,45
4121028001	Gás	2.259,50	0,00	2.259,50	22.770,65	1.143,95	21.626,70
4121029001	Luz e Força	1.696.762,71	63.920,73	1.632.841,98	17.160.551,80	1.472.306,29	15.688.245,51
4121030001	Acidente do Trabalho - Assistência Médica	0,00	0,00	0,00	86.501,78	0,00	86.501,78
4121031001	Benefício Social Refeição	1.091.819,26	740.939,33	350.879,93	16.228.473,39	11.636.097,38	4.592.376,01
4121032001	Outras Despesas de Viagem no País	306.151,83	28.525,83	277.626,00	2.988.631,91	326.229,66	2.662.402,25
4121033001	Serviço Fotográfico e Cinematográfico	3.430,00	0,00	3.430,00	29.199,28	204,08	28.995,20
4121034001	Serviço Gráfico	19.620,53	1.021,47	18.599,06	1.045.169,60	193.159,36	852.010,24
4121035001	Análise de Sistema	12.200,50	0,00	12.200,50	470.201,50	406.001,00	64.200,50
4121036001	Segurança e Vigilância	7.850.629,56	1.835.654,38	6.014.975,18	41.081.761,68	5.855.507,73	35.226.253,95
4121037001	Inspeção de Material	36.800,00	0,00	36.800,00	160.764,70	28.500,00	132.264,70
4121038001	Manutenção e Conservação de Aeronaves	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121039001	Manutenção e Conservação de Veículos	852.452,19	13.092,22	839.359,97	7.696.069,59	1.111.871,83	6.584.197,76
4121040001	Manutenção e Conservação de Embarcações	138.070,90	50.125,46	87.945,44	767.670,83	50.125,46	717.545,37
4121041001	Manutenção de Unidade de Processamento de Dados	1.305.488,39	13.930,68	1.291.557,71	16.069.459,87	2.254.070,03	13.815.389,84
4121042001	Locomoção Urbana	76.848,44	447,51	76.400,93	656.688,94	59.952,71	596.736,23
4121043001	Manutenção e Conservação dos Sistemas de Serviços de Edificações	866.155,76	393.071,73	473.084,03	5.639.131,81	1.594.486,92	4.044.644,89
4121044001	Pessoal Contratado p/Processamento de Dados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121045001	Manutenção de Unidade de Disco Magnético	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121046001	Manutenção de Unidade de Saída de Dados	0,00	0,00	0,00	12.984,33	144,33	12.840,00
4121047001	Manutenção de Unidade de Entrada de Dados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121048001	Manutenção de Unidade de Fita Magnética	0,00	0,00	0,00	7.875,36	7.875,36	0,00
4121049001	Manutenção de Equipamentos da Rede de Teleprocessamento	15.900,00	0,00	15.900,00	122.964,82	19.506,49	103.458,33

4121050001	Manutenção de Equip. Auxiliares de Processamento de Dados	1.067.217,61	10.412,80	1.056.804,81	6.178.793,92	649.241,46	5.529.552,46
4121051001	Manutenção de Programas de Computador	445.585,84	0,00	445.585,84	4.075.370,46	714.108,97	3.361.261,49
4121052001	Programação	53.270,08	4.930,00	48.340,08	2.832.600,80	1.352.090,32	1.480.510,48
4121053001	Digitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121054001	Cessão de Programas de Computador	1.339.029,03	1.201.172,22	137.856,81	6.159.311,52	2.513.154,97	3.646.156,55
4121055001	Processamento de Dados	554.053,12	0,00	554.053,12	944.692,88	0,00	944.692,88
4121056001	Transporte de Água	3.600,00	0,00	3.600,00	26.173,49	10.660,00	15.513,49
4121057001	Confecção de Uniformes	0,00	0,00	0,00	5.194,00	0,00	5.194,00
4121058001	Creche	200.351,78	0,00	200.351,78	2.186.496,06	446.633,79	1.739.862,27
4121059001	Tradução	2.160,00	62,56	2.097,44	3.965,00	62,56	3.902,44
4121060001	Coleta de Lixo	143.140,29	70.246,14	72.894,15	714.073,10	182.034,93	532.038,17
4121061001	Perícias Médicas e Odontológicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121063001	Atendimento Médico Hospitalar Odontológico Credenciado	15.594.166,03	1.741.370,93	13.852.795,10	177.235.169,51	87.376.429,65	89.858.739,86
4121064001	Manutenção e Recuperação de Transformadores	0,00	0,00	0,00	57.024,06	22.942,46	34.081,60
4121065001	Instalação e Programação em Software	2.977.565,70	829.431,50	2.148.134,20	3.899.432,68	971.734,83	2.927.697,85
4121066001	Hospedagem e Alimentação no Exterior	59.494,23	0,00	59.494,23	348.042,83	0,00	348.042,83
4121067001	Passagens no Exterior	0,00	0,00	0,00	80.753,05	80.753,05	0,00
4121067002	Passagens Aérea no Exterior	29.706,78	10.033,12	19.673,66	190.602,41	24.660,16	165.942,25
4121068001	Outras Despesas de Viagem no Exterior	0,00	0,00	0,00	9.712,39	0,00	9.712,39
4121069001	Manutenção de Estações de Trabalho em Teleprocessamento	294.856,46	5.850,60	289.005,86	431.072,46	6.048,60	425.023,86
4121070001	Inspeção Aérea	1.939,59	0,00	1.939,59	27.154,26	3.879,18	23.275,08
4121071001	Limpeza de Faixa e Conservação de Vias de Acesso	2.711.190,08	1.019.357,54	1.691.832,54	16.628.000,27	6.104.321,63	10.523.678,64
4121072001	Tiquete Refeição	7.917.063,98	4.012.796,06	3.904.267,92	154.530.009,10	96.393.514,14	58.136.494,96
4121073001	Publicidade de Utilidade Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121074001	Manutenção de Equipamentos de Apoio a Processamento de Dados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121075001	Publicidade Institucional	20.900.000,00	9.538.873,28	11.361.126,72	25.972.778,63	9.599.390,16	16.373.388,47
4121076001	Encargos Sociais s/Mão-de-Obra Contratada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121077001	Eventos Sociais, Culturais e Esportivos	3.200.674,20	813.083,71	2.387.590,49	12.229.800,10	2.247.930,08	9.981.870,02
4121078001	Remuneração s/Mão-de-Obra Contratada	0,00	0,00	0,00	37.226,40	31.022,00	6.204,40
4121079001	Hospedagem e Alimentação - Residência	0,00	0,00	0,00	118.182,17	47.499,01	70.683,16
4121080001	Transporte Aéreo	934.086,13	0,00	934.086,13	3.644.652,60	121.235,55	3.523.417,05
4121081001	Malotes e Correspondência - Nacional	82.551,56	4.249,15	78.302,41	1.077.835,72	254.942,75	822.892,97
4121082001	Malotes e Correspondência - Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121083001	Pessoal Cedido à Fumas	879.384,83	17.374,79	862.010,04	8.245.294,25	1.701.788,36	6.543.505,89
4121084001	Cursos e Treinamentos	361.675,01	130.207,24	231.467,77	4.582.112,84	645.807,25	3.936.305,59
4121085001	Assistência FRG/CAEFE	3.704.684,77	0,00	3.704.684,77	30.050.761,76	2.608.956,64	27.441.805,12
4121086001	Publicidade Mercadológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121087001	Monitoramento da Frota de Veículos	4.967,22	360,00	4.607,22	251.806,45	38.636,59	213.169,86
4121088001	Digitalização de Documentos	72.383,95	33.484,28	38.899,67	262.572,40	83.943,67	178.628,73
4121089001	Coordenação e Controle da ONS	1.775.961,95	2.006.463,50	-230.501,55	29.270.870,99	18.970.258,99	10.300.612,00
4121090001	Publicações Técnicas	0,00	0,00	0,00	16.046,00	0,00	16.046,00
4121091001	Proj. Unif. Saúde - FRG	2.732.174,65	0,00	2.732.174,65	4.876.135,38	0,00	4.876.135,38
4121998001	(-) Crédito de Cofins	27.860.468,88	35.038.081,20	-7.177.612,32	46.960.394,42	72.072.798,60	-25.112.404,18
4121998002	(-) Crédito de Pasep	6.048.654,42	7.606.951,83	-1.558.297,41	10.195.348,84	15.647.384,01	-5.452.035,17
4121999001	(-) Serviço de Terceiros - Consumo Atividades	0,00	0,00	0,00	31.501,00	63.002,00	-31.501,00
4121 Total Serviço de Terceiro		782.135.579,18	557.566.679,07	224.568.900,11	2.022.692.989,05	1.185.196.948,36	837.496.040,69

4137001001	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	23.655.514,58	12.435.269,14	11.220.245,44	118.419.214,24	12.602.838,81	105.816.375,43
4137 Total Compensação Financeira p/Utilização de Recursos Hídricos		23.655.514,58	12.435.269,14	11.220.245,44	118.419.214,24	12.602.838,81	105.816.375,43
4138001001	Fiscalização da ANEEL	1.667.195,52	246.015,50	1.421.180,02	29.889.722,47	13.564.023,05	16.325.699,42
4138 Total Taxa de Fiscalização		1.667.195,52	246.015,50	1.421.180,02	29.889.722,47	13.564.023,05	16.325.699,42
4140001001	Energia Elétrica Comprada p/Revenda - Curto Prazo	533.200.000,00	399.928.747,58	133.271.252,42	1.748.608.678,39	1.417.352.921,10	331.255.757,29
4140001002	Energia Elétrica Comprada p/Revenda - Curto Prazo	0,00	77.442.352,76	-77.442.352,76	154.884.705,52	154.884.705,52	0,00
4140001003	(-) Energia Elétrica Comprada p/Revenda - CP - Repac. Risco Hidrol. GSF	860.107.956,04	1.290.161.934,06	-430.053.978,02	860.107.956,04	1.290.161.934,06	-430.053.978,02
4140 Total Energia Elétrica Comprada p/Revenda - Curto Prazo		1.393.307.956,04	1.767.533.034,40	-374.225.078,36	2.763.601.339,95	2.862.399.560,68	-98.798.220,73
4141001001	Energia Elétrica Comprada p/Revenda	86.193.711,11	41.922.494,50	44.271.216,61	2.229.957.407,26	1.617.129.502,62	612.827.904,64
4141001002	(-) Energia Elétrica Comprada - Ressarcimento	0,36	1,44	-1,08	0,36	1,44	-1,08
4141001003	Energia Elétrica Comprada p/Revenda - AVP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4141002001	Energia Elétrica não Despachada e Desvio de Suprimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4141998001	(-) Crédito de Cofins	13.458.449,84	16.823.062,30	-3.364.612,46	66.115.216,41	112.690.137,16	-46.574.920,75
4141998002	(-) Crédito de Pasep	2.921.900,28	3.652.375,35	-730.475,07	14.353.961,46	24.465.621,90	-10.111.660,44
4141 Total Energia Elétrica Comprada p/Revenda		102.574.061,59	62.397.933,59	40.176.128,00	2.310.426.585,49	1.754.285.263,12	556.141.322,37
4142001001	Encargos de Uso da Rede Elétrica de Transmissão	82.236.312,45	39.779.496,56	42.456.815,89	1.481.795.357,88	1.017.402.549,15	464.392.808,73
4142002001	Encargos de Uso da Rede Elétrica de Distribuição	9.787.545,95	4.787.934,10	4.999.611,85	120.721.962,60	70.911.658,28	49.810.304,32
4142003001	Compartilhamento do Sistema de Transmissão	516.186,47	401.163,58	115.022,89	7.134.259,72	4.588.794,95	2.545.464,77
4142998001	(-) Crédito de Cofins	14.461.720,96	18.077.151,20	-3.615.430,24	56.500.268,53	95.774.331,63	-39.274.063,10
4142998002	(-) Crédito de Pasep	3.139.715,72	3.924.644,65	-784.928,93	12.266.505,64	20.793.111,43	-8.526.605,79
4142 Total Encargos de Uso da Rede Elétrica		110.141.481,55	66.970.390,09	43.171.091,46	1.678.418.354,37	1.209.470.445,44	468.947.908,93
4153001001	Depreciação - Imobilizado em Serviço	233.047.508,39	262.069.981,73	-29.022.473,34	1.202.368.341,67	967.954.204,19	234.414.137,48
4153999001	(-) Depreciação - Consumo Atividades	2.233.860,44	2.275.205,18	-41.344,74	8.335.333,27	8.734.636,66	-399.303,39
4153 Total Depreciação		235.281.368,83	264.345.186,91	-29.063.818,08	1.210.703.674,94	976.688.840,85	234.014.834,09
4155001001	Amortização - Imobilizado em Serviço	712.295,99	156.210,54	556.085,45	9.981.917,23	856.910,12	9.125.007,11
4155006001	Amortização - Uso do Bem Público	114.746,46	0,01	114.746,45	2.157.809,00	780.851,57	1.376.957,43
4155999001	(-) Amortização - Consumo Atividades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4155 Total Amortização		827.042,45	156.210,55	670.831,90	12.139.726,23	1.637.761,69	10.501.964,54
4191001001	Aluguel de Bens Imóveis para Fins Comerciais	730.603,80	0,00	730.603,80	2.837.236,02	218.820,92	2.618.415,10
4191002001	Aluguel de Bens Móveis	85.818,86	30.363,69	55.455,17	1.121.661,87	571.449,35	550.212,52
4191003001	Arrendamento Mercantil	4.237,53	0,00	4.237,53	5.613,86	22,04	5.591,82
4191004001	Aluguel de Unidade Central de Processamento de Dados	0,00	0,00	0,00	15.984,00	0,00	15.984,00
4191005001	Aluguel de Bens Imóveis para Fins Residenciais	0,00	0,00	0,00	28.233,41	28.233,41	0,00
4191006001	Aluguel de Disco Magnético	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4191007001	Aluguel de Unidade de Saída de Dados	0,00	0,00	0,00	45.400,42	2.590,92	42.809,50
4191008001	Aluguel de Unidade de Entrada de Dados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4191009001	Aluguel de Unidade de Fita Magnética	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4191010001	Aluguel de Equipamentos da Rede de Teleprocessamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4191011001	Aluguel de Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4191012001	Aluguel de Equip. de Proc. de Dados - Encargos Suplementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4191013001	Aluguel de Outros Equip. de Inform., Máq. de Reprografia e Copiadoras	1.307.061,06	115.440,22	1.191.620,84	4.125.674,24	520.765,72	3.604.908,52
4191014001	Aluguel de Bens Imóveis - Bloco A	2.367.886,78	1.183.943,39	1.183.943,39	40.858.143,54	25.500.100,79	15.358.042,75
4191015001	Aluguel de Bens Imóveis - Bloco B	1.426.699,72	713.349,86	713.349,86	23.969.531,80	14.717.936,93	9.251.594,87
4191016001	Aluguel de Bens Imóveis - Bloco C	3.358.566,06	1.679.283,03	1.679.283,03	57.734.687,16	33.724.492,50	24.010.194,66
4191017001	Aluguel de Bens Móveis - Veículos	3.189.691,06	633.139,48	2.556.551,58	17.686.558,68	3.462.298,70	14.224.259,98
4191998001	(-) Crédito de Cofins	965.669,77	1.214.452,49	-248.782,72	4.476.308,33	7.762.208,09	-3.285.899,76
4191998002	(-) Crédito de Pasep	209.652,01	263.664,05	-54.012,04	971.830,13	1.685.216,27	-713.386,14
4191999001	(-) Arrendamentos e Aluguéis - Consumo Atividades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4191 Total Arrendamentos e Aluguéis		13.645.886,65	5.833.636,21	7.812.250,44	153.876.863,46	88.194.135,64	65.682.727,82

4192001001	Seguro de Instalações, Equipamentos e Estoques	7.983,75	0,00	7.983,75	356.373,27	198.716,95	157.656,32
4192001002	Seguro Antecipado de Instalações, Equipamentos e Estoques	17.565,73	0,00	17.565,73	237.031,00	0,00	237.031,00
4192002001	Seguro sobre Fretes Nacionais	25.201,25	0,00	25.201,25	184.801,51	13.203,96	171.597,55
4192003001	Seguro sobre Fretes Internacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4192004001	Seguros Sociais	1.218.202,02	14,93	1.218.187,09	14.034.252,50	11.584,44	14.022.668,06
4192005001	Seguros de Viajantes no Exterior	972,42	0,00	972,42	5.292,94	874,85	4.418,09
4192006001	Seguro Obrigatório DPVAT	132,25	0,00	132,25	135.857,42	50.632,47	85.224,95
4192007001	Seguros não Vinculados ao Serviço Concedido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4192008001	Outros Seguros	0,00	0,00	0,00	403.086,97	401.376,58	1.710,39
4192008002	Seguro Antecipado Outros	371.298,42	0,00	371.298,42	2.471.596,00	0,00	2.471.596,00
4192009001	Seguro Garantia Judicial	31.069,82	0,00	31.069,82	125.258,73	0,00	125.258,73
4192999001	(-) Seguros - Consumo Atividades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4192 Total Seguros		1.672.425,66	14,93	1.672.410,73	17.953.550,34	676.389,25	17.277.161,09
4193001001	Impostos e Taxas Compulsórias	17.041,16	13,10	17.028,06	1.643.996,04	470.377,62	1.173.618,42
4193002001	Imposto sobre Operações de Câmbio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4193003001	Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00	15.410,38	15.410,38	0,00
4193004001	IPPU	372.183,85	0,00	372.183,85	5.830.071,78	1.910.940,36	3.919.131,42
4193005001	IPVA	2.579,93	0,00	2.579,93	1.294.528,42	106.904,31	1.187.624,11
4193006001	Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4193007001	Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4193008001	COFINS	5.230.651,40	4.370.861,02	859.790,38	5.863.975,45	4.375.006,48	1.488.968,97
4193009001	PASEP	1.135.601,94	948.936,93	186.665,01	1.273.099,92	949.836,93	323.262,99
4193999001	(-) Tributos - Consumo Atividades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4193 Total Tributos		6.758.058,28	5.319.811,05	1.438.247,23	15.921.081,99	7.828.476,08	8.092.605,91
4194001001	Anuidades e Contribuições a Sociedades Cíveis	148.359,87	16.000,00	132.359,87	1.988.825,51	176.731,70	1.812.093,81
4194002001	Ações Sociais - Doações sem Incentivo Fiscal	4.245.105,72	2.445.915,96	1.799.189,76	4.260.614,05	2.445.915,96	1.814.698,09
4194003001	Contribuições Estatutárias	62.996,91	0,00	62.996,91	13.839.330,72	0,00	13.839.330,72
4194004001	Doações ao Fundo da Infância e Adolescência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4194005001	Ações Sociais - Doações com Incentivo Fiscal	2.410.135,96	0,00	2.410.135,96	2.410.135,96	0,00	2.410.135,96
4194006001	Patrocínio - Lei Rouanet	3.267.381,20	0,00	3.267.381,20	4.053.067,20	0,00	4.053.067,20
4194007001	Doações - Lei Rouanet	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4194008001	Contribuições a Atividades Audiovisuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4194009001	Doações Vinculadas ao Serviço Concedido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4194010001	Contribuições a ASMAE	325.293,35	0,00	325.293,35	4.434.066,78	353.283,39	4.080.783,39
4194 Total Doações, Contribuições e Subvenções		10.459.273,01	2.461.915,96	7.997.357,05	30.986.040,22	2.975.931,05	28.010.109,17
4195001001	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	51.160.744,89	35.070.097,57	16.090.647,32	222.539.000,64	43.859.380,15	178.679.620,49
4195005001	Plano de Readequação do Quadro de Pessoal - PREQ 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4195007002	Provisão para Baixa de Ativo Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4195009001	Provisão para Contingência Trabalhista	976.646.483,16	910.282.140,89	66.364.342,27	1.689.780.134,78	1.430.702.674,11	259.077.460,67
4195010001	Provisão para Contingência Civil	959.171.904,92	989.280.996,84	-30.109.091,92	1.524.157.835,95	1.343.582.418,80	180.575.417,15
4195011001	Provisão para Contingência Fiscal	572.624.476,97	568.522.559,52	4.101.917,45	891.737.451,56	742.861.235,98	148.876.215,58
4195012001	Provisão para Contingência Ambiental	612.112.506,38	637.405.476,56	-25.292.970,18	952.352.245,76	856.266.562,12	96.085.683,64
4195013001	Provisão para Contingência Regulatória	203.049.635,45	206.720.919,86	-3.671.284,41	296.562.781,80	246.802.273,71	49.760.508,09
4195 Total Provisões		3.374.765.751,77	3.347.282.191,24	27.483.560,53	5.577.129.450,49	4.664.074.544,87	913.054.905,62
4196001001	(-) Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0,00	1.180.081,28	-1.180.081,28	0,00	20.495.907,25	-20.495.907,25
4196007001	(-) Reversão do Plano de Readeq. do Quadro de Pessoal - PREQ 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4196008001	(-) Reversão da Provisão para Baixa de Ativo Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4196009001	(-) Reversão da Provisão para Contingência Trabalhista	0,00	0,00	0,00	0,00	227.554.082,88	-227.554.082,88
4196010001	(-) Reversão da Provisão para Contingência Civil	0,00	0,00	0,00	23.537.764,78	168.296.785,10	-144.759.020,32
4196011001	(-) Reversão da Provisão para Contingência Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	19.988.941,96	-19.988.941,96
4196012001	(-) Reversão da Provisão para Contingência Ambiental	0,00	0,00	0,00	7.399.079,58	102.472.296,31	-95.073.216,73
4196013001	(-) Reversão da Provisão para Contingência Regulatória	0,00	0,00	0,00	0,00	21.915.889,70	-21.915.889,70
4196 Total Reversão de Provisões		0,00	1.180.081,28	-1.180.081,28	30.936.844,36	560.723.903,20	-529.787.058,84
4198001001	(-) Recuperação de Despesa	14.087.731,46	15.090.597,50	-1.002.866,04	77.234.152,88	80.698.929,63	-3.464.776,75
4198004001	(-) Ajuste por Sobra de Material no Inventário	0,00	498,49	-498,49	0,00	85.529,52	-85.529,52
4198005001	(-) Recup. UTE Santa Cruz Nova	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4198999001	(-) Recuperação de Despesas - Consumo Atividades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4198 Total Recuperação de Despesas		14.087.731,46	15.091.095,99	-1.003.364,53	77.234.152,88	80.784.459,15	-3.550.306,27

4199001001	Contribuição Sindical da Empresa	0,00	0,00	0,00	48.247,55	0,00	48.247,55
4199002001	Despesas com Estagiários	544.992,84	441,75	544.551,09	6.880.493,80	442.726,24	6.437.767,56
4199002002	Despesas com Bolsistas - Concursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199003001	Benefícios a Aposentados	24.262,58	0,00	24.262,58	158.962,70	0,00	158.962,70
4199004001	Reembolso Escolar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199005001	Reembolso Médico-Hosp., Odontológico e Medicamento - Empregado	2.192.282,26	2.004,45	2.190.277,81	16.733.082,36	205.752,91	16.527.329,45
4199006001	Auxílio Doença - Suplementação	365.474,43	6.298,52	359.175,91	3.629.439,96	667.990,89	2.961.449,07
4199007001	Consumo Próprio de Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199008001	Aquisição de Publicações em Geral	102.874,00	6.406,35	96.467,65	401.073,18	45.057,22	356.015,96
4199009001	Indenizações, Perdas e Danos	75.396,16	67.728,31	7.667,85	1.065.256,14	322.557,83	742.698,31
4199010001	Desembaraço Alfandegário	1.016,61	1.016,61	0,00	42.399,26	1.016,61	41.382,65
4199011001	Embarques no Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199012001	Licenças de Importação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199013001	Despesas em Condomínio	32.586,19	0,00	32.586,19	267.736,98	8.493,85	259.243,13
4199014001	Outras Despesas Diversas	0,00	0,00	0,00	896.450,06	239.110,46	657.339,60
4199015001	Recuperação de Custos de Ordens em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199016001	Bolsa de Complementação Educacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199017001	Custas Judiciais Trabalhistas	15.395,60	1.000,00	14.395,60	799.377,02	100.807,65	698.569,37
4199018001	Despesas Bancárias	0,00	0,00	0,00	2.127,70	0,00	2.127,70
4199019001	Custas Judiciais	1.901.123.637,14	1.900.807.665,00	315.972,14	1.904.187.194,30	1.900.868.266,71	3.318.927,59
4199019003	Custas Judiciais - Honorários	11.600,00	0,00	11.600,00	22.550,00	0,00	22.550,00
4199020001	Despesas de Legalização de Imóveis e Documentos	13.520,93	0,00	13.520,93	224.920,89	81.397,28	143.523,61
4199021001	Despesas de Representação	10.884,16	0,00	10.884,16	77.691,78	2.932,71	74.759,07
4199022001	Legalização de Veículos e Outros Equipamentos	2.513,72	0,00	2.513,72	202.366,43	68.825,37	133.541,06
4199023001	Reembolso de Creche	989.350,05	2.163,81	987.186,24	14.320.598,58	2.722.967,03	11.597.631,55
4199024001	Vale Transporte	48.384,89	2.065,03	46.319,86	928.910,08	208.483,25	720.426,83
4199025001	Auxílio Transferência	114.312,89	0,00	114.312,89	768.502,38	105.772,53	662.729,85
4199026001	Vale Refeição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199027001	Política Social - Patrocínio de Eventos e Seminários	23.850,95	0,00	23.850,95	1.378.712,51	3.047,37	1.375.665,14
4199028001	Programa de Iniciação ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	1.300,00	0,00	1.300,00
4199029001	Serviços Prestados ao Órgão do Poder Concedente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199030001	Projetos em Parceria - Convênios com Entidades Sociais	480.462,00	0,00	480.462,00	2.347.975,95	812.092,50	1.535.883,45
4199031001	ICMS - Diferenças de Alíquotas em Operações Interestaduais	370.443,17	124.089,11	246.354,06	2.785.639,61	1.009.718,95	1.775.920,66
4199032001	Estagiários - Seleção e Acompanhamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199033001	Atendimento Domiciliar Móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199034001	Fiança Bancária	394.969,70	2.213.618,52	-1.818.648,82	9.347.915,46	3.022.538,70	6.325.376,76
4199035001	Despesas com Menores Aprendizizes	496,00	0,00	496,00	5.535,60	0,00	5.535,60
4199036001	Parcelas de Reserva de Capacidade - PRC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199037001	Leilão de Energia Elétrica - CCEE	35.925,00	0,00	35.925,00	35.925,00	0,00	35.925,00
4199038001	Eventos Internos	1.090.253,51	253.080,00	837.173,51	4.321.864,95	663.059,73	3.658.805,22
4199039001	Projetos Institucionais	330.000,00	330.000,00	0,00	330.000,00	330.000,00	0,00
4199040001	Programas de Inclusão Socio-Cultural	177.411,39	0,00	177.411,39	1.882.000,06	124.954,92	1.757.045,14
4199041001	Despesas com Vendas - RTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199042001	Gastos Diversos com Serviços Prestados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199043001	Perdas - Débitos de Ex-Empregados	1.196,53	1.196,53	0,00	6.707,67	6.707,67	0,00
4199044001	Perdas - Pessoal Cedido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199045001	Ajuste por Falta de Material no Inventário	357,73	0,00	357,73	51.395,14	0,00	51.395,14
4199046001	Regulamentação da Administração Geral Nuclen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199047001	Serviços Prestados a Terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199048001	Bolsa de Estudo	0,00	0,00	0,00	2.649.517,00	185.806,00	2.463.711,00
4199049001	Licenças Ambientais	289,00	0,00	289,00	124.836,16	133,00	124.703,16
4199050001	Atendimento ao MME Port. nº 31 - Geração UTE Mário Covas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199051001	Despesa sem Comprovação - Não em Viagem	303.475,54	39.493,12	263.982,42	3.493.455,41	432.793,56	3.060.661,85
4199052001	Despesas com Vendas - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199053001	Ressarcimento - CCEAR	3.271.463,84	3.271.463,84	0,00	3.271.463,84	3.271.463,84	0,00
4199053002	Ressarcimento - GAG/TUSD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199054001	Perdas SPE	45.722.789,10	45.722.789,10	0,00	45.722.789,10	45.722.789,10	0,00
4199999001	(-) Outros - Consumo Atividades	650.785,00	1.301.570,00	-650.785,00	5.723.416,00	10.388.534,00	-4.665.118,00
4199999002	Custo de Construção - Transmissão (ICPC 01)	444.119.322,49	228.855.295,92	215.264.026,57	1.236.183.154,01	650.044.726,17	586.138.427,84
4199999003	Custo de O&M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199999004	Custo de UBP	172.091,57	172.091,57	0,00	3.101.785,05	3.101.785,05	0,00
4199999005	Custo de Construção - Geração (ICPC 01)	15.437.160,10	69.876.743,06	-54.439.582,96	111.680.616,07	69.876.743,06	41.803.873,01
4199 Total Outras Despesas		2.418.251.227,07	2.253.058.220,60	165.193.006,47	3.386.103.385,74	2.695.089.052,16	691.014.333,58
41 Total Geral		8.860.850.486,16	8.498.114.485,41	362.736.000,75	22.099.084.378,69	17.071.450.479,87	5.027.633.898,82

7.12 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas

As demonstrações financeiras do exercício de 2015 encontram-se disponíveis em www.furnas.com.br/frmPUDemonstracoesContabeis.aspx

8 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 Gestão de pessoas

8.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

8.1.1.2 Informações específicas sobre a estrutura de pessoal

Quadro A.8.1.1.2 - Força de trabalho

Força de trabalho de Furnas				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5.135	3.236	49	15
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3 + 1.2.4)	Não há	3.236	49	15
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	3.216	45	13
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	20	4	2
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	0	0	0
4. Total de Servidores (1 + 2 + 3)	5.135	3.236	49	15
Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A.				

Nota: Não há como fazer o batimento entre as informações de 2014 e 2015, devido às transferências entre servidores de carreira e funções gratificadas. O total de ingressos equivale às admissões e o total de egressos equivale às demissões.

Quadro A.8.1.1.3 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	1.094	2.142
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.094	2.142
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.082	2.134
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	12	8
2. Servidores com Contratos Temporários		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.094	2.142
Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A.		

Nota: Não há como fazer o batimento entre as informações de 2014 e 2015, devido às transferências entre servidores de carreira e funções gratificadas.

Quadro A.8.1.1.4 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas de Furnas				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	Não há	22	6	8
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo		22	6	8
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	Não há	316	0	1
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		315	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		1	0	1
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	Não há	338	6	9
Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A.				

Nota: Não há como fazer o batimento entre as informações de 2014 e 2015, devido às transferências entre servidores de carreira e funções gratificadas. O total de ingressos equivale às admissões e o total de egressos equivale às demissões.

Quadro A.8.1.1.5 - Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade

QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2015										
Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Total
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	29	55	1.450	1.008	567	112	15	3.236
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos										
1.2. Servidores de Carreira	0	0	29	55	1.450	1.008	567	112	15	3.236
1.3. Servidores com Contratos Temporários										
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	6	95	202	32	3	338
2.1. Cargos de Natureza Especial										
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	1	20	1	0	0	22
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	5	75	201	32	3	316
3. Totais (1+2)	0	0	29	55	1.456	1.103	769	144	18	3.574
LEGENDA										
Nível de Escolaridade										
1 - Analfabeto;										
2 - Alfabetizado sem cursos regulares;										
3 - Ensino Fundamental incompleto;										
4 - Ensino Fundamental;										
5 - Ensino Médio ou Técnico;										
6 - Ensino Superior;										
7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação;										
8 - Mestrado;										
9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência;										
10 - Não Classificada.										
Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A.										

Nota: Não há como fazer o batimento entre as informações de 2014 e 2015, devido às transferências entre servidores de carreira e funções gratificadas.

Quadro A.8.1.1.6 - Qualificação da força de trabalho quanto à idade

QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2015						
Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária					
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos	Total
1. Provimento de Cargo Efetivo	136	864	967	1.018	251	3.236
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos						
1.2. Servidores de Carreira	136	864	967	1.018	251	3.236
1.3. Servidores com Contratos Temporários						
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	62	117	122	37	338
2.1. Cargos de Natureza Especial						
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	2	8	0	12	22
2.3. Funções Gratificadas	0	60	109	122	25	316
3. Totais (1+2)	136	926	1.084	1.140	288	3.574

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A.

Nota: Não há como fazer o batimento entre as informações de 2014 e 2015, devido às transferências entre servidores de carreira e funções gratificadas.

Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Absenteísmo

Absenteísmo Doença Não Ocupacional

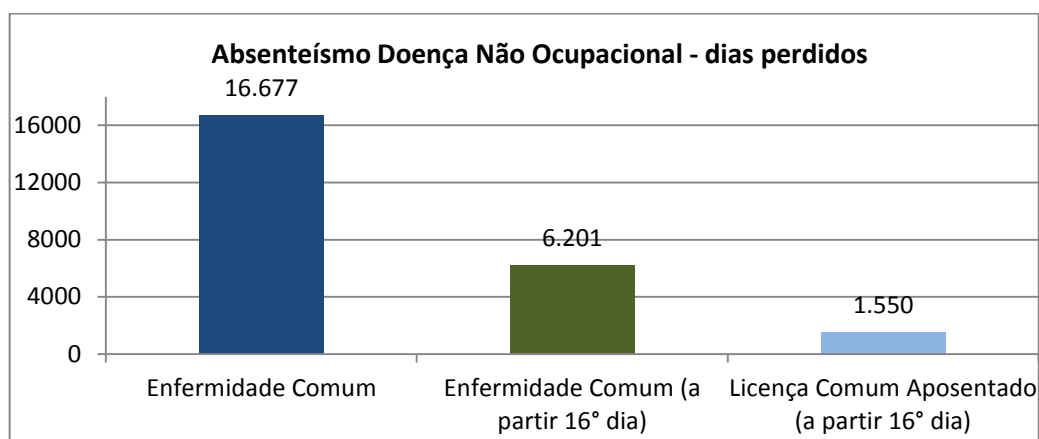
Considera-se Absenteísmo Doença Não Ocupacional a falta motivada por problema de saúde não relacionado diretamente com as atividades laborais do empregado.

Na tabela a seguir, estão sendo considerados os empregados efetivos e contratados mão de obra direta.

Quadro A.8.1.1.7 - Absenteísmo Doença Não Ocupacional

Absenteísmo Doença Não Ocupacional		
	Número de Ocorrências	Dias Perdidos
Enfermidade Comum	5.734	16.677
Enfermidade Comum (a partir 16º dia)	77	6.201
Licença Comum Aposentado (a partir 16º dia)	39	1.550
Total	5.850	24.428

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A



Com o objetivo de internalizar a cultura do comportamento seguro, Furnas investiu em programas de sensibilização para a adoção de hábitos saudáveis de vida que, incorporados ao inconsciente coletivo, resultam na melhoria do indicador Absenteísmo.

- *Caminhadas e Corridas de Rua*

Objetivo: Estimular a prática regular de exercícios físicos, a fim de promover a saúde dos colaboradores, com adoção/manutenção de hábitos saudáveis, promoção da integração e socialização da força de trabalho.

- *Atividades físicas (sala de condicionamento, ginástica laboral, oficinas esportivas, torneios de integração)*

Objetivo: Condicionar os eletricitistas e brigadistas para exercerem suas funções/atividades. Promover também a melhoria da saúde dos colaboradores identificados com alguma disfunção no perfil nosológico e para aqueles que apresentam problema no condicionamento físico, estimulando a prática regular de exercícios e a adoção de hábitos saudáveis.

- *Programa de Prevenção e Tratamento de Dependência Química*

Objetivo: Dar suporte aos colaboradores que são dependentes químicos (álcool, drogas e outras substâncias tóxicas) a partir de um programa multidisciplinar de acompanhamento. Trabalhando preventivamente, a dependência química é desmitificada e tratada como doença, oferecendo apoio ao colaborador e à família. Consequentemente, reduz o absenteísmo causado por doenças correlacionadas, evitando acidentes e licenças médicas frequentes, aumentando a produtividade, além de impactar no clima organizacional.

- *Campanha de Vacinação*

Objetivo: Reduzir a incidência de gripe, imunizando preventivamente os colaboradores e reduzindo o absenteísmo, pois esta é uma das principais causas de afastamento.

- *Oficinas Culturais e de Integração (Coral, Canto, Teatro, Dança de Salão, Banda, Culinária, Fotografia etc)*

Objetivo: Promover a integração e valorização aos colaboradores, despertando o interesse por alguma atividade cultural e desenvolvendo alguns aspectos do comportamento (comunicação, segurança para falar em público, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe e gerenciamento do estresse) que interferem na construção de um ambiente saudável e seguro.

- *Sobremesa Cultural*

Objetivo: Aumentar a satisfação e promover a integração dos colaboradores em apresentações artísticas (teatro, cinema e música) que acontecem na hora do almoço, no Escritório Central e Áreas Regionais.

- *Grupo de Gestantes*

Objetivo: Sensibilizar e proporcionar momentos de reflexão às grávidas a partir de encontros para troca de experiências, informações e orientação sobre educação, saúde materno-infantil e sensibilização sobre a paternidade responsável, atendendo à política de equidade de gênero desenvolvida na Empresa

- *Atividades Alternativas de Relaxamento*

Objetivo: Proporcionar momentos de descontração e relaxamento durante a atividade laboral (yoga, shiatsu, pilates e oficinas anti-estresse).

- *Convênios*

Objetivo: Proporcionar aos colaboradores opções para a busca e manutenção de hábitos biopsicossociais saudáveis. Os convênios são firmados com creches, escolas, cursos diversos, faculdades, clubes, hotéis, academias, *spas* e agências de turismo e de intercâmbio.

- *Arte do Meio Dia*

Objetivo: Motivar os colaboradores que desenvolvem trabalho artístico (cantores, bandas, músicos, atores de teatro etc), oferecendo espaço, infraestrutura e divulgação para uma apresentação, no horário de almoço, para a força de trabalho nas dependências de Furnas.

- *Galeria C*

Objetivo: Estimular, valorizar e motivar os colaboradores, desenvolvendo talentos artísticos dentro do quadro funcional, com exposições fotográficas ou pinturas, em um espaço que é dedicado às artes visuais. Além do Escritório Central, as exposições percorrem áreas de São Paulo e Brasília.

- *Colônia de Férias*

Objetivo: Promover a satisfação dos colaboradores, oferecendo atividades lúdicas e de entretenimento para seus filhos no período de férias escolares.

- *Energizando Talentos*

Objetivo: Promover palestras e ações recreativas para filhos de colaboradores, mostrando a importância do uso de EPI (equipamento de proteção individual), apontando os riscos do trabalhos/atividades dos seus pais, para que eles possam estimular, mobilizar e cobrar o uso do EPI.

- *Apresentação de Resultados (parceria com a Comunicação Social e o Centro de Serviços Compartilhados)*

Objetivo: Reunir toda a força de trabalho, nas diversas áreas da Empresa, para apresentação dos resultados do ano em curso pela Diretoria de Furnas, e promover a integração dos mesmos.

- *Natal Solidário*

Objetivo: Promover, junto à Empresa, os valores essenciais para a prática coletiva da solidariedade para com a força de trabalho terceirizada, com o apadrinhamento dos filhos desses colaboradores, a partir da doação de roupas e brinquedos por ocasião do Natal.

- *Triátlon/Duátlon*

Objetivo: Estimular os colaboradores à prática de esportes e divulgar a marca da Empresa, já que conta com participação de profissionais com visibilidade nacional.

- *Projeto Saúde do Viajante*

Objetivo: Orientar os empregados sobre prevenção, riscos e cuidados que devem ser tomados em áreas endêmicas.

- *Projeto Interativo Comunitário de Educação Ambiental*

Objetivo: Promover a cidadania e qualidade de vida dos habitantes das cidades vizinhas às áreas de produção e transmissão de energia elétrica.

- *Programa Anual de Treinamento (PAT)*

Objetivo: Promover a capacitação da força de trabalho por meio de treinamentos de Segurança do Trabalho e Saúde, em cumprimento aos requisitos legais e Instruções Normativas.

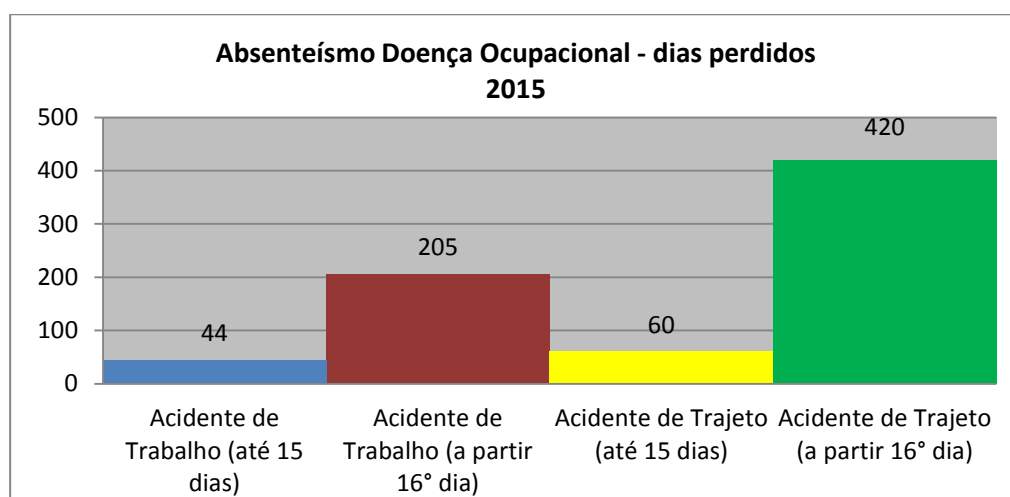
Absenteísmo Doença Ocupacional

Doenças Ocupacionais:

Considera-se doença ocupacional aquela relacionada às atividades laborais do empregado. Em 2015, não foram registrados casos de doença ocupacional.

Quadro A.8.1.1.8 - Absenteísmo Doença Ocupacional

Absenteísmo Doença Ocupacional		
	Número de Ocorrências	Dias Perdidos
Acidente de Trabalho (até 15 dias)	5	44
Acidente de Trabalho (a partir 16º dia)	8	205
Acidente de Trajeto (até 15 dias)	3	60
Acidente de Trajeto (a partir 16º dia)	5	420
Total	21	729
Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A		



Nota: O registro de dias perdidos é decorrente da ausência do empregado em função do acidente de trabalho.

Em 2015, foram desenvolvidos os seguintes programas e ações para prevenção e redução de riscos de doenças ocupacionais:

- *Certificação de Operadores*

Objetivo: Assegurar que esses profissionais estejam devidamente habilitados para o desempenho de suas funções, de acordo com os requisitos da norma de certificação (Norma Inmetro NIE.DINQP.014). São avaliadas as condições de saúde física e mental dos operadores por meio de exames médicos, entrevistas e testes psicológicos. É uma contribuição significativa para a melhoria dos serviços prestados à sociedade pelas empresas que compõem a Rede de Operação.

- *Treinamento em Suporte Básico de Vida*

Objetivo: Ensinar os procedimentos que devem ser adotados em situação de emergência, preparando os profissionais para prestarem os primeiros socorros em caso de acidente. É voltado para equipes que trabalham em atividades ou áreas de risco.

- *Capacitação Física para a Função*

Objetivo: Programa que tem por objetivo desenvolver ações para estimular a prática de atividades físicas, visando reduzir o sedentarismo e melhorar o condicionamento dos empregados e a capacitação física para a função, quando exigida.

- *Programa de Avaliação Psicológica em Atividade de Risco*

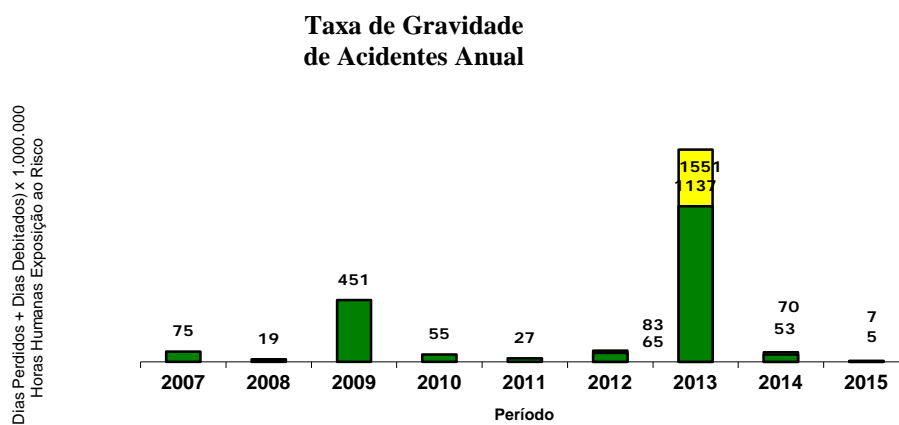
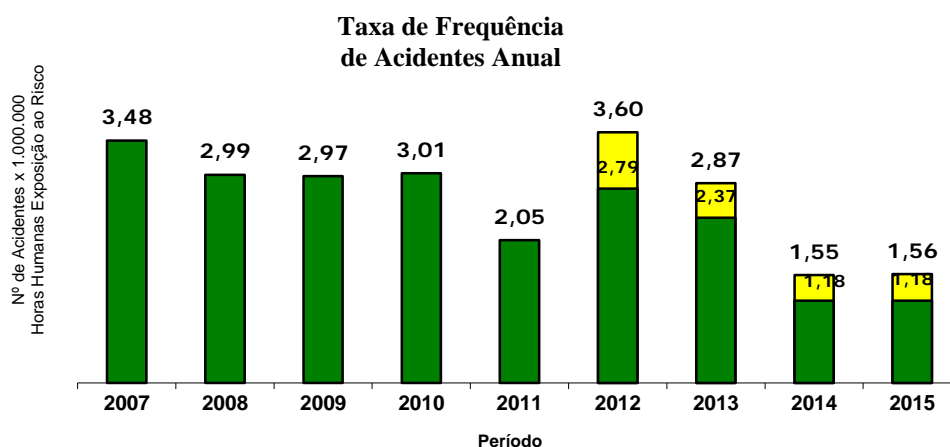
Objetivo: Consiste na inclusão da avaliação psicológica no exame periódico para empregados em atividade de risco (opcional). Em 2015, será estendida a todos os empregados, com o objetivo de avaliar o nível de estresse e possibilitar o acompanhamento da saúde emocional dos mesmos.

- *Revisão dos critérios de credenciamento para atividade de risco (CAR)*

Objetivo: Atualização dos manuais de Furnas no que diz respeito ao Credenciamento para Atividade de Risco, compreendendo inclusive os critérios para a manutenção e a permanência na condição de habilitado para a atividade de risco. Os resultados estão condicionados à redefinição dos critérios para a caracterização das atividades ou operações perigosas após a promulgação da lei nº 12740.

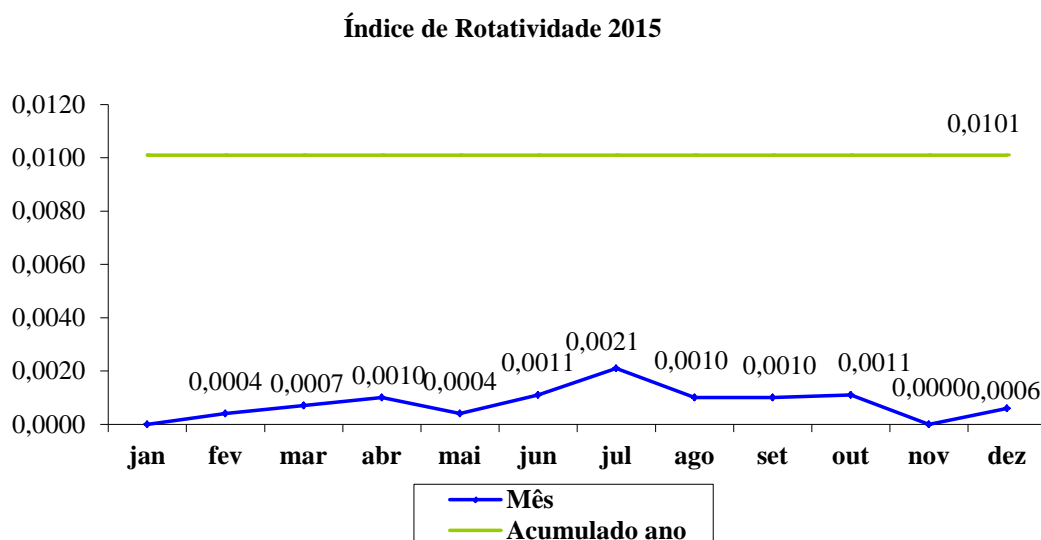
As ações nas áreas de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida do trabalhador têm como objetivo garantir a segurança das instalações e operações, a saúde, integridade física e o bem-estar dos empregados, além de atendimentos psicossociais e de apoio, em circunstâncias críticas que podem afetar a produtividade.

Acidentes de Trabalho



A partir de 2012, o número de horas trabalhadas é padronizado em 167 horas homem mês nas empresas Eletrobras, o que corresponde a 2.000 horas homem anual / 12 meses, conforme NBR 14280.

Índice de Rotatividade (*turnover*)



$$\frac{(\text{total de admissões} + \text{total de demissões})}{2} \div \text{n}^{\circ} \text{ inicial de empregados}$$

Desenvolvimento e Capacitação dos Empregados

Em 2015, a Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas (RH.A), por meio da Gerência de Aprendizagem Organizacional (GAO.A) deu continuidade à capacitação dos empregados de Furnas, com o objetivo principal de alavancar a estratégia da Empresa, por meio de ações educacionais e de gestão do conhecimento. Foi elaborado o Plano Global de Aprendizagem, que contempla ações específicas das áreas de negócio para aprimoramento dos processos de trabalho, além de ações elencadas no Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), este contemplando requisitos de capacitação levantados na avaliação de desempenho de cada empregado e validadas por seu gerente imediato, alavancando conhecimentos, habilidades e atitudes para que o colaborador tenha condições de desempenhar suas atividades com excelência, e também ações para atender à liderança e de capacitação em idiomas para apoiar a internacionalização da Empresa. Além disso, promoveu Ações de Saúde e Segurança para atender às normas do Ministério do Trabalho e do Emprego.

Foram promovidas ações de longa duração, como cursos de pós-graduação e MBA, alinhados aos processos de trabalho dos empregados. Essas ações visam aumentar a produtividade e aprimorar conhecimentos por meio da avaliação criteriosa de participação dos empregados em tais programas.

Foram ofertadas ações educacionais, como Gestão de Contratos Administrativos, Gestão de Riscos, Gestão Econômico-Financeira, pós-graduação em Gestão de Empresas, Gestão de Projetos, além de cursos de Gestão por Processos, cursos para operadores de usinas e subestações, ações na área ambiental e de projetos, dentre outros.

Principais realizações da Educação Corporativa:

- Estruturação do Plano de Aprendizagem Global, com horizonte de dois anos, envolvendo todas as Diretorias, contemplando ações educacionais e de gestão do conhecimento, a partir de um amplo levantamento de necessidades de aprendizagem: advindas do planejamento estratégico; do Pro-Furnas; das áreas de negócio; relativas a idiomas; à saúde e segurança; e aos Planos de Desenvolvimento Individuais.
- Construção de Trilhas de Aprendizagem como ferramenta de planejamento da formação de empregados no longo prazo.
- Realização de ações do Plano de Desenvolvimento Individual, resultante da avaliação de desempenho de cada empregado.
- Implementação de ações educacionais estratégicas; de saúde e segurança; e de idiomas, bem como aquelas advindas das trilhas de aprendizagem.
- Coordenação de turmas do Curso de Treinamento Básico para Operadores;
- Certificação dos operadores de Furnas;
- Estruturação da educação à distância.

As ações de Gestão do Conhecimento foram continuadas e a Gerência lançou os Programas de Educador, Multiplicador de GC e Mentor, com o objetivo de disseminar os conhecimentos da Empresa e contribuir para o alcance das metas estratégicas estabelecidas. Além disso, foram promovidas ações para atender aos planos de ação advindos do Mapeamento de Conhecimentos Críticos, para dar andamento ao processo de retenção e disseminação dos conhecimentos de Furnas.

Principais realizações da Gestão do Conhecimento:

- Governança para a Gestão do Conhecimento (GC) e do ambiente colaborativo;
- Oferta das ações advindas do mapeamento de conhecimentos críticos;
- Comunidades de Prática;
- Capacitação em Gestão de Conhecimento e Inovação;
- Banco de Especialistas/Páginas Amarelas;
- Aprendizado Social e Colaborativo;
- Base de Conhecimento/Melhores Práticas;
- Fóruns de Discussão;
- Programa de Repasse de Conhecimentos;
- Lançamento dos programas de Gestão do Conhecimento: Mentor, Educador Corporativo e Multiplicador de GC.

Nas tabelas a seguir, são apresentados alguns indicadores de acompanhamento da Gestão do Conhecimento para 2015:

Iniciativas	Número de Participantes
Comunidades de Prática	3.609
Bases de Conhecimento	303
Fóruns de Discussão	2.089
Banco de Especialistas	4.950
Curso de Sensibilização de GC	4.950

Programa de Repasse de Conhecimentos	
Planos de Repasse de Conhecimento realizados	579
Total de Horas Gasta em Repasse de Conhecimentos	288.866
Mapeamento de conhecimentos associados aos processos	
Número de Participações	402
Número de Workshops	27

Os quadros a seguir apresentam o sumário dos eventos de treinamento e a média de horas de treinamento por participante em 2015, discriminadas por categoria funcional e gênero.

Eventos	Participantes	Participações	Horas de Treinamento	Participantes / Força de Trabalho
774	3.008	5.846	44.944	61%

Cargo/Gênero	Média de Horas p/ Participante
Gerencial feminino	53,72
Gerencial masculino	84,60
Nível superior feminino	53,83
Nível superior masculino	40,27
Sem nível superior feminino	25,79
Sem nível superior masculino	15,54

Quadro A.8.1.9 - Indicadores de Recursos Humanos

Indicador	Fórmula	Índice Acumulado 2015	Referência (Dezembro/ 2015)
Participantes em ações educacionais	$\frac{\text{Total de empregados treinados}}{\text{Total de empregados}}$	60,76%	11,09%
Participação de Gerentes em ações educacionais	$\frac{\text{Total de gerentes treinados}}{\text{Total de gerentes}}$	51,03%	17,80%
Custo médio por hora (custo/hora/ação educacional)	$\frac{\text{Custo total em ações educacionais}}{\text{Total de horas ações educacionais}}$	R\$87,44	R\$12,79
Custo de ação educacional por empregado treinado	$\frac{\text{Custo das ações educacionais}}{\text{Total de empregados treinados}}$	R\$1308,61	R\$421,62
Carga horária média por participação	$\frac{\text{TCH ações educacionais}}{\text{Nº participações em ações educ.}}$	7,70	29,96
Carga horária média por participantes	$\frac{\text{TCH ações educacionais}}{\text{Nº participante em ações educacionais}}$	14,96	32,96
Carga horária média por empregados	$\frac{\text{TCH ações educacionais}}{\text{Número de empregados}}$	9,09	3,65
Percentual de Iniciativas de GC Implantadas	$\frac{\text{Número de Iniciativas Previstas}}{\text{Número de Iniciativas implantadas}}$	88%	88%
Nível de Maturidade de Furnas em relação a Gestão do Conhecimento	Medição do Nível de Maturidade em Gestão do Conhecimento na Empresa	2	2

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A

8.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro A.8.1.2 – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015										0,00
	2014										0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	314.474.220,79	0,00	41.428.232,84	185.281.798,05	13.481.820,76	46.471.232,91	44.835.537,92	0,00	0,00	645.972.843,27
	2014	288.628.209,39	0,00	39.619.373,73	175.867.245,99	42.798.190,15	43.568.191,73	52.597.917,33	0,00	0,00	643.079.128,32
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015										0,00
	2014										0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015										0,00
	2014										0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015										0,00
	2014										0,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015										0,00
	2014										0,00

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A

Obs: Devido à mudança no escopo do quadro, não há como fazer a correspondência com as informações do relatório de 2014.

8.1.3 Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal

Gestão de Riscos Corporativa

O processo de priorização dos riscos em Furnas inicia-se com a deliberação do Comitê de Gestão de Riscos, que, após analisar a matriz de riscos da Empresa, seleciona os eventos de risco a serem tratados conforme demanda da Companhia. Após a anuência do Comitê, os eventos de risco são encaminhados para aprovação junto à Diretoria Executiva, que delibera a demanda para a(s) área(s) responsável(is) pela gestão do respectivo evento de risco.

Utilizando a metodologia aplicada para o cálculo da média aritmética das avaliações da probabilidade aprovada pela Diretoria Executiva, foi utilizado o conceito da Lógica *Fuzzy*, que é o método para transformação de categorias qualitativas em valores numéricos. A avaliação de Gestão de Riscos de Furnas é realizada por meio de entrevistas com os gestores das áreas proprietárias do evento de risco e é orientada pela Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, onde estão definidos os principais objetivos, diretrizes, processos e responsabilidades. A Política é a base para os normativos internos da Empresa. Essa avaliação segue padrão internacional, está alinhada às práticas da CGU e tem por base metodológica o COSO 2013 e a ISO 31000.

O processo da Gestão Integrada de Riscos (GIR) trata o Evento de Risco e se subdivide em cinco etapas: identificação, análise/avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação. O Evento de Risco é descrito como um conjunto de Fatores de Risco ou Risco. Para o registro do Fator de Risco é necessário identificar, mesmo que de forma qualitativa, o seu **impacto** ou a sua magnitude em valores financeiros relativo ao faturamento da empresa, a sua **probabilidade** de ocorrência e a **vulnerabilidade** da Empresa face esse Evento de Risco.

Os dados obtidos na implantação de cada Evento de Risco são periodicamente reavaliados e atualizados pelos *Risk Owners*, com apoio e assessoria da Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos (GRIP). Seus resultados são, então, confirmados e registrados no software ERM:RR para divulgação no Painel de Controle do GDRC.

O Painel de Controle é um ambiente informatizado e visual, que disponibiliza o grau de exposição a riscos corporativos para os *stakeholders* e departamentos de Furnas, bem como disponibiliza Mapas Térmicos de Risco segmentados e gerais, Gráficos de Exposição a Riscos Bruto, Atual e Residual.

Recrutamento, Seleção e Retenção de Pessoal

Em 2014, por meio da RD nº 005/2766, foi aprovado o dimensionamento qualitativo-quantitativo do quadro de pessoal da Empresa, distribuído pelos processos e unidades organizacionais de Furnas, conforme qualificação requerida (cargo, formação e nível de complexidade), denominado Força de Trabalho de Referência (FTR). A força de trabalho de Furnas foi objeto da mais alta atenção da Empresa, que assumiu uma postura proativa e desenvolveu planos inovadores para adequar-se ao novo modelo do setor elétrico, aliando motivação e reconhecimento dos seus colaboradores.

Na mesma RD, foi aprovado o Programa de Mobilidade Interna, que visa à movimentação interna dos empregados entre as áreas de Furnas, conciliando os objetivos estratégicos da Empresa com os interesses e competências dos candidatos. Caso o Programa de Mobilidade Interna não preencha os perfis definidos na FTR, a Empresa poderá investir em recrutar profissionais externamente por concurso público.

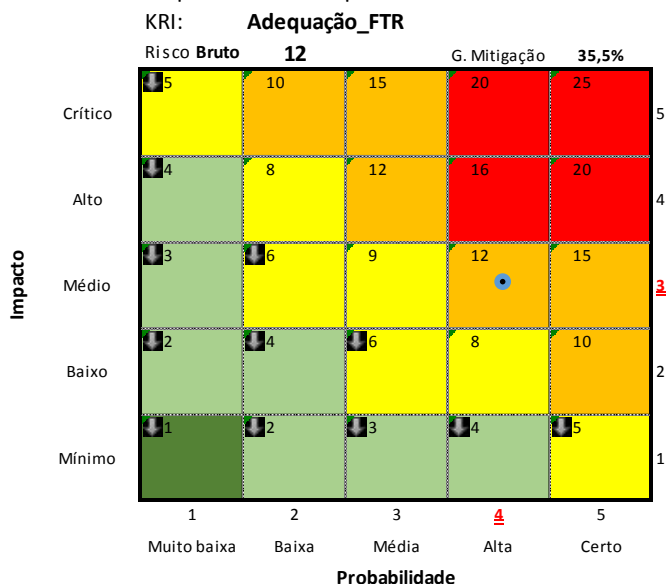
Para o Evento de Risco Recrutamento, Seleção e Retenção de Pessoal, foram apresentados 03 (três) fatores de risco, a saber:

Adequação FTR - Dificuldade de adequação ao quadro de referência de pessoal;

Inadequação FTR - Dimensionamento inadequado da necessidade de pessoal da Companhia;

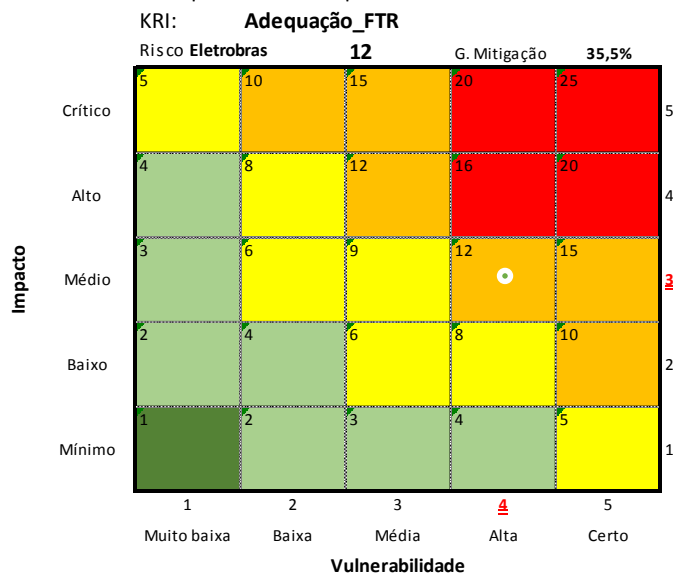
Planejamento Pessoal - Inexistência de um planejamento para renovação do quadro funcional.

1. Mapa Térmico - Impacto x Probabilidade



O fator de risco Adequação_FTR apresenta impacto médio e alta probabilidade de ocorrência do Evento de Risco.

2. Mapa Térmico - Impacto x Vulnerabilidade



O fator de risco Adequação_FTR apresenta impacto médio e vulnerabilidade alta, o que significa dizer que os controles estão iniciados, mas ainda longe da metade.

A área elencou o seguinte Plano de Ação para mitigação do risco do Fator de Risco Adequação_FTR:

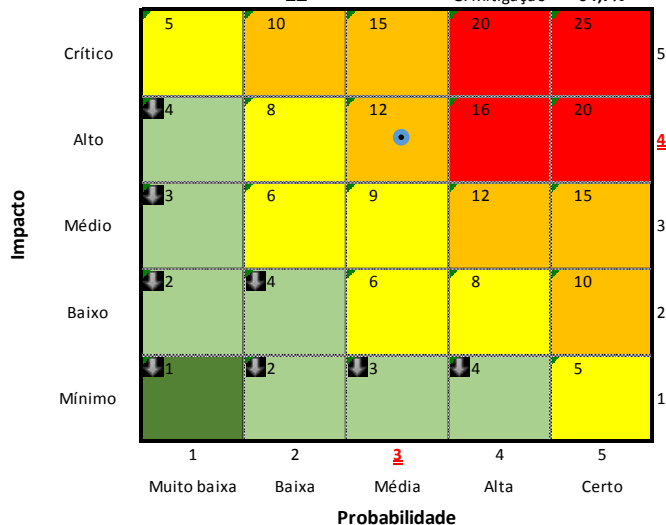
Plano de Ação:

- Incentivar os gerentes a darem "feedback" sobre a alocação na FTR.
- Manter o programa de mobilidade interna ativo.
- Incentivar os empregados a identificar unidades mais adequadas ao seu perfil.
- Proporcionar ferramentas para que os gerentes aloquem os empregados corretamente na FTR.

1. Mapa Térmico - Impacto x Probabilidade

KRI: **Inadequação_FTR**

Risco Bruto **12** G. Mitigação **64,7%**

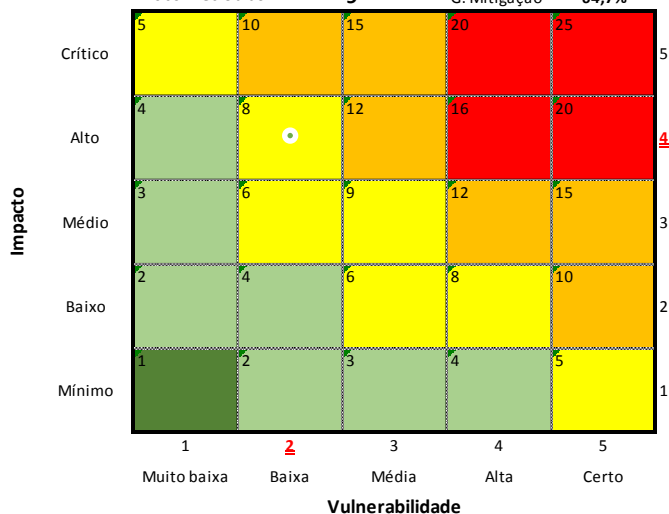


O fator de risco Inadequação_FTR apresenta impacto alto e probabilidade média de ocorrência do Evento de Risco.

2. Mapa Térmico - Impacto x Vulnerabilidade

KRI: **Inadequação_FTR**

Risco Eletrobras **9** G. Mitigação **64,7%**



O fator de risco Inadequação_FTR apresenta impacto alto e vulnerabilidade baixa, significando que mais da metade dos controles já foi implantada.

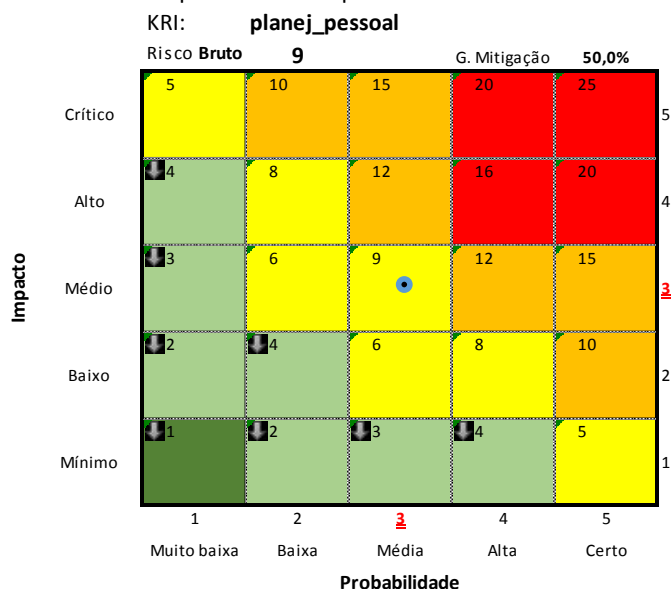
A área elencou o seguinte Plano de Ação para mitigação do risco do Fator de Risco Inadequação_FTR:

Plano de Ação:

- Sensibilizar as gerências das unidades organizacionais da importância de se construir uma FTR fidedigna com as necessidades da área.
- Revisar a norma de transferência de pessoal, vinculando à transferência a existência de vaga na área de destino.
- Emitir circular geral ratificando a proibição de transferência de pessoal sem a oficialização junto à área de RH.
- Não permitir a transferência fora do programa de mobilidade interna, com exceção dos casos de readaptação profissional.
- Criar um processo padronizado para redefinição da FTR.

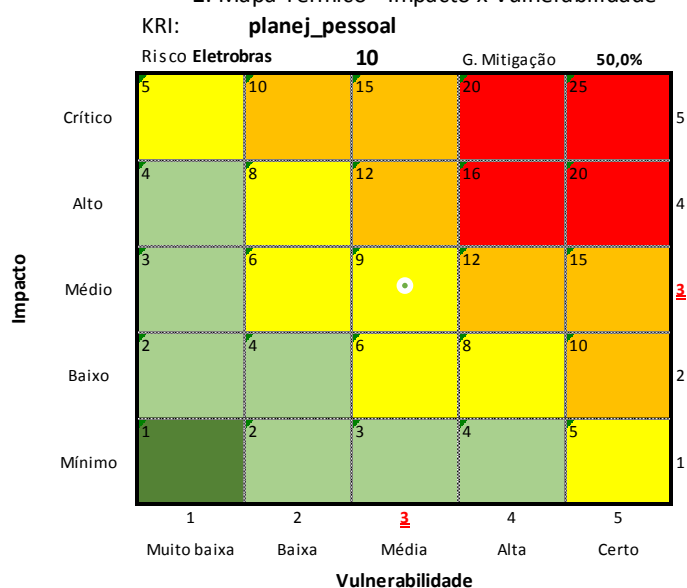
- Estudar e propor critérios para Planos de Desligamento voluntário para pessoas que atendam aos critérios de aposentadoria.
- Reforçar os critérios de avaliação / progressão e reconhecimento da força de trabalho que efetivamente gere resultado e de desligamento para quem não produz.

1. Mapa Térmico - Impacto x Probabilidade



O fator de risco Planej_pessoal apresenta impacto médio e probabilidade média de ocorrência do Evento de Risco.

2. Mapa Térmico - Impacto x Vulnerabilidade



O fator de risco Planej_pessoal apresenta impacto médio e vulnerabilidade média, o que significa dizer que metade dos controles já foi implantada.

A área elencou o seguinte Plano de Ação para mitigação do risco do Fator de Risco Planej_Pessoal:

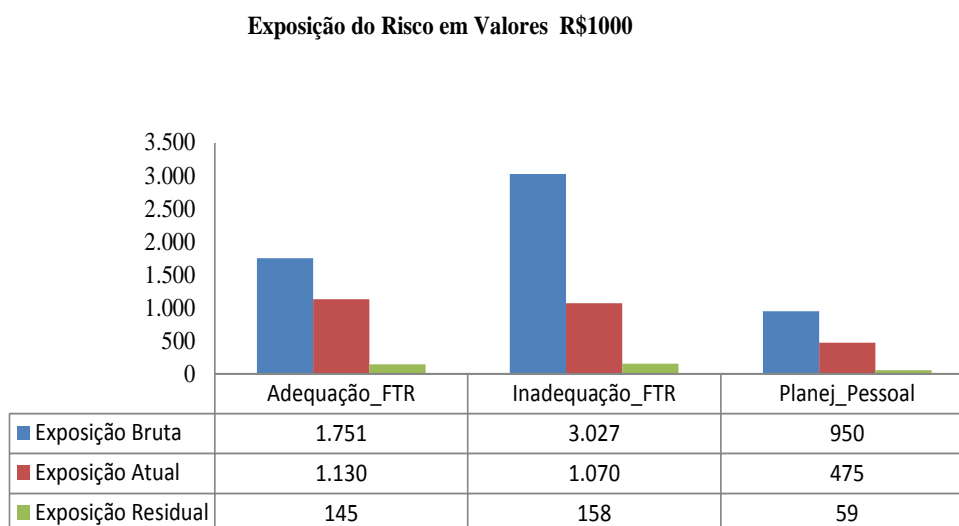
Plano de Ação:

- Estudar e propor critérios para planos de desligamento voluntário para empregados que atendam aos critérios de aposentadoria.
- Realizar concurso público periodicamente, com base no planejamento de evasão de pessoal.
- Promover palestras de preparação e incentivo à aposentadoria.

- Reforçar os critérios de avaliação / progressão e reconhecimento da força de trabalho que efetivamente gere resultado e de desligamento para quem não produz.

Exposição do Risco

O Risco Bruto refere-se ao valor do risco realizado após entrevista com os proprietários de risco, sem considerar as medidas de mitigação ou controle já implementadas, ou seja, total situação teórica de vulnerabilidade. O Risco Atual refere-se ao valor do risco que persiste após implantadas medidas de mitigação, ou execução dos controles de mitigação. A cada processo de revisão interna dos procedimentos de mitigação, esse valor será alterado. Essa alteração é consequência da implantação dos controles ou redução da vulnerabilidade. Já o Risco Residual refere-se ao valor do risco que persiste mesmo após terem sido implementados todos os tratamentos possíveis identificados e relacionados ao Evento de Risco. O Risco Residual normalmente é menor que o esperado após todas as medidas de mitigação terem sido implementadas, pois, mesmo assim, existirão eventos de risco não identificados que poderão afetar o risco corporativo.



Para o Fator de Risco “Adequação_FTR”, a Exposição Bruta, antes da implantação de qualquer controle, era de R\$ 1,751 milhões. Com a implantação de controles, foi reduzida para R\$ 1,130 milhões, ou seja, houve redução de aproximadamente 35% da exposição inicial. Caso sejam implantados mais controles, o Risco Residual pode chegar a R\$ 145 mil, ou seja, é possível uma redução de aproximadamente 92% na Exposição Bruta.

Para o Fator de Risco “Inadequação_FTR” a Exposição Bruta, antes da implantação de qualquer controle, era de R\$ 3,027 milhões. Com a implantação de controles, foi reduzida para R\$ 1,070 milhões, ou seja, houve redução de aproximadamente 65% da exposição inicial. Caso sejam implantados mais controles, o Risco Residual pode chegar a R\$ 158 mil, ou seja, é possível uma redução de aproximadamente 95% na Exposição Bruta.

Para o Fator de Risco “Planej_Pessoal” a Exposição Bruta, antes da implantação de qualquer controle, era de R\$ 950 mil. Com a implantação de controles, foi reduzida para R\$ 475 mil, ou seja, aproximadamente 50% da exposição inicial. Caso sejam implantados mais controles, o Risco

Residual pode chegar a R\$ 59 mil, ou seja, é possível uma redução de aproximadamente 94% na Exposição Bruta.

Inventário do mapeamento realizado do Evento de Risco de Recrutamento, Seleção e Retenção de Pessoal

Recrutamento, Seleção e Retenção de Pessoal				
Evento de Risco	Vulnerabilidade	Valores em R\$ Mil		
	Grau de Mitigação	Exposição Bruta	Exposição Atual	Exposição Residual
Gestão de Pessoas (RHA)	50%	R\$ 5.728	R\$ 2.675	R\$ 362
Total do Evento de Risco		R\$ 5.728	R\$ 2.675	R\$ 362

O Evento de Risco “Recrutamento, Seleção e Retenção de Pessoal”, antes dos controles implantados apresentava uma Exposição Bruta de R\$ 5,728 milhões. Com a implantação de controles, esta foi reduzida à Exposição Atual de R\$ 2,675 milhões. Com a implantação de novos controles, o Evento de Risco pode atingir a Exposição Residual de R\$ 362 mil.

8.1.8 Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

Identificação da entidade fechada de previdência:

Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social - FRG

Visão gerencial dos valores envolvidos:

i. Quantidade de servidores contemplados;

Dois planos (Benefício Definido - BD e Contribuição Definida – CD) administrados pela FRG com um total de 12.750 participantes.

ii. Valores repassados no exercício a título de contribuições dos participantes e da patrocinadora;

O valor das contribuições do Plano BD foi de R\$ 19.636.131,71 enquanto que no Plano CD foi de R\$ 30.670.818,25, totalizando R\$ 50.306.949,96.

iii. Valores repassados que não sejam contribuições e as razões desses repasses;

A patrocinadora repassou a cobertura das Despesas Administrativas, no montante de R\$ 43.289.261,29.

Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar, quando houver;

Não houve.

Conclusões do relatório de auditoria independente, quando houver;

Ainda não finalizado até esta data.

Conclusões do último estudo atuarial.

Ver Anexo I.

Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no Art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas.

Não houve fiscalização da Previc.

8.1.10 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Quadro A.8.1.10.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A													
UG/Gestão: CS.A						CNPJ: 23.274.194/0001-19							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2010	V	O	2000006887	05.014.372/0001-90	30/04/2010	30/04/2015	59	59					Encerrado
2010	L	O	8000000756	03.342.141/0001-80	10/02/2010	17/02/2015	8	8					Encerrado
2010	L	O	8000000759	03.342.141/0001-80	30/01/2010	31/01/2015	9	9					Encerrado
2010	L	O	8000000977	03.342.141/0001-80	10/02/2010	17/02/2015	19	19					Encerrado
2010	V	O	8000001262	03.007.660/0001-93	01/03/2010	21/05/2015	13	13					Encerrado
2011	L	O	8000003843	09.583.222/0001-59	01/03/2011	01/03/2015	4	4					Encerrado
2011	V	O	8000003893	00.283.018/0001-48	01/03/2011	28/06/2016	12	12					Ativo Prorrogado
2011	V	O	8000003895	31.546.484/0003-64	01/03/2011	28/02/2015	4	4					Encerrado
2010	V	O	8000003943	31.546.484/0003-64	16/01/2010	14/07/2016	14	14					Ativo Prorrogado
2011	L	O	8000004060	03.342.141/0001-80	20/04/2011	30/04/2016	18	18					Ativo Prorrogado
2011	V	O	8000004251	00.914.430/0001-19	21/07/2011	31/05/2016	9	9					Ativo Prorrogado
2011	L	O	8000004259	09.583.222/0001-59	01/07/2011	01/07/2016	24	24					Ativo Prorrogado
2011	V	O	8000004361	08.665.023/0001-27	15/08/2011	14/02/2015	1	1					Encerrado
2011	L	O	8000004408	03.342.141/0001-80	01/09/2011	30/04/2016	21	21					Ativo Prorrogado
2011	V	O	8000004486	03.007.660/0001-92	22/09/2011	31/05/2016	54	54					Ativo Prorrogado
2012	V	O	8000004926	03.229.363/0001-91	01/03/2012	28/02/2015			1	1			Encerrado
2012	V	O	8000005081	08.362.390/0001-51	01/05/2012	01/12/2015	3	3					Encerrado
2012	V	O	8000005272	09.267.406/0001-00	01/06/2012	28/06/2016	29	29					Ativo Prorrogado
2012	L	O	8000005323	13.159.550/0001-08	04/07/2012	29/04/2015	18	18					Encerrado
2012	V	O	8000005353	64.860.087/0001-07	27/03/2012	12/08/2016	9	9					Ativo Prorrogado
2012	L	O	8000005404	05.576.482/0001-46	16/08/2012	23/05/2016	36	36					Ativo Prorrogado
2012	V	O	8000005428	03.772.051/0001-20	29/08/2012	20/07/2015	19	19					Encerrado
2012	V	O	8000005468	11.640.382/0001-34	13/04/2012	19/07/2016	53	53					Ativo Prorrogado
2012	V	O	8000005470	09.434.186/0001-61	25/09/2012	16/03/2015	12	12					Encerrado
2012	V	O	8000005549	39.750.831/0001-16	01/10/2012	10/07/2016	4	4					Ativo Prorrogado
2012	V	O	8000005576	66.700.295/0001-17	05/10/2012	31/05/2016	48	48					Ativo Prorrogado

Quadro A.8.1.10.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A													
UG/Gestão: CS.A					CNPJ: 23.274.194/0001-19								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2012	L	O	8000005716	39.750.831/0001-16	30/10/2012	30/04/2016	89	89					Ativo Prorrogado
2012	L	O	8000005773	07.581.273/0001-16	20/11/2012	20/05/2015	14	14					Encerrado
2012	V	O	8000005808	66.700.295/0001-17	03/12/2012	31/05/2016	10	10					Ativo Prorrogado
2013	L	O	8000006053	72.073.920/0001-06	08/02/2013	30/01/2017	46	46					Ativo Prorrogado
2012	V	O	8000006057	01.863.518/0001-11	08/11/2012	01/03/2017	4	4					Ativo Prorrogado
2013	V	O	8000006112	13.019.295/0001-90	15/04/2013	24/04/2016	24	24					Ativo Prorrogado
2013	L	O	8000006154	03.342.141/0001-80	07/01/2013	12/09/2015	3	3					Encerrado
2013	V	O	8000006267	08.572.749/0001-05	16/05/2013	31/05/2016	7	7					Ativo Prorrogado
2013	L	O	8000006354	07.863.853/0001-04	23/05/2013	23/05/2016	13	13					Ativo Prorrogado
2013	V	O	8000006361	09.167.445/0001-35	30/05/2013	19/12/2016	21	21					Ativo Prorrogado
2013	L	O	8000006492	01.716.959/0001-90	12/08/2013	11/08/2015	18	18					Encerrado
2013	L	O	8000006518	03.432.371/0001-30	13/05/2013	12/09/2015	53	53					Encerrado
2013	V	O	8000006539	31.276.470/0001-06	04/09/2013	30/09/2016	24	24					Ativo Prorrogado
2013	L	O	8000006638	16.576.016/0001-87	28/10/2013	29/01/2016	10	10					Encerrado
2013	L	O	8000006675	07.147.016/0001-70	14/08/2013	13/11/2015	3	3					Encerrado
2014	L	O	8000006870	03.342.141/0001-80	02/01/2014	31/12/2015	8	8					Encerrado
2013	L	O	8000006890	03.342.141/0001-80	13/12/2013	31/08/2016	27	27					Ativo Prorrogado
2013	L	O	8000006704	07.993.467/0001-29	11/11/2013	10/11/2016	11	11					Ativo Prorrogado
2013	L	O	8000006713	10.213.136/0001-33	01/11/2013	09/07/2016	3	3					Ativo Prorrogado
2014	L	O	8000007001	04.231.640/0001-63	08/02/2014	22/05/2016	15	15					Ativo Prorrogado
2014	L	O	8000007164	10.213.136/0001-33	10/04/2014	09/04/2015	16	16					Encerrado
2014	L	O	8000007232	10.413.205/0001-52	05/05/2014	10/07/2016	37	37					Ativo Prorrogado
2014	L	O	8000007249	06.305.533/0001-68	02/06/2014	10/07/2016	12	12					Ativo Prorrogado
2014	L	O	8000007258	07.386.731/0001-66	01/06/2014	31/05/2016	7	7					Ativo Prorrogado
2014	L	O	8000007359	07.990.946/0001-91	24/07/2014	23/05/2016	6	6					Ativo Prorrogado
2010	V	O	8000001520	03.786.721/0001-67	18/01/2010	17/01/2015	6	6					Encerrado
2013	V	O	8000006881	00.332.087/0009-51	30/12/2013	29/12/2017	29	29					Ativo Prorrogado
2014	V	O	8000007030	08.562.228/0001-87	24/02/2014	24/02/2017	12	12					Ativo Prorrogado

Quadro A.8.1.10.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A													
UG/Gestão: CS.A					CNPJ: 23.274.194/0001-19								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2014	V	O	8000007059	03.372.304/0001-78	01/03/2014	31/05/2016	44	44					Ativo Prorrogado
2014	V	O	8000007294	03.372.304/0001-78	20/06/2014	31/05/2016	10	10					Ativo Prorrogado
2014	V	O	8000007316	08.562.228/0001-87	25/06/2014	23/06/2016	8	8					Ativo Prorrogado
2015	V	O	8000008151	08.562.228/0001-87	28/04/2015	19/12/2016	34	34					Ativo Normal
2015	V	O	8000007555	31.546.484/0001-00	01/10/2014	30/09/2016			1	1			Ativo Normal
2015	V	O	8000007947	09.167.445/0001-35	10/02/2015	09/02/2017	8	8					Ativo Normal
2015	V	O	8000008363	01.863.518/0001-11	05/10/2015	04/10/2016	21	21					Ativo Normal
2015	L	O	8000008574	03.342.141/0001-80	18/11/2015	17/11/2017	34	34					Ativo Normal
2015	L	O	8000007377	06.305.533/0001-68	22/07/2014	10/07/2016	5	5					Ativo Prorrogado
2015	L	O	8000007914	06.305.533/0001-68	01/01/2015	10/07/2016	20	20					Ativo Prorrogado
2015	V	O	8000007510	03.372.304/0001-78	01/09/2014	31/05/2016	61	61					Ativo Normal
2015	L	O	8000008227	10.213.136/0001-33	03/06/2015	02/06/2017	16	16					Ativo Prorrogado
2015	L	O	8000008373	05.885.789/0001-29	24/08/2015	23/08/2016	9	9					Ativo Normal
2015	V	O	8000008034	03.007.660/0001-92	01/03/2015	28/02/2017			5	5			Ativo Normal
2015	V	O	8000007782	08.752.749/0001-05	01/12/2014	30/11/2016			2	2			Ativo Normal
2015	L	O	8000007678	18.217.017/0001-60	20/10/2014	23/05/2016	4	4					Ativo Normal
2015	V	O	8000008061	03.229.363/0001-91	12/03/2015	11/03/2017	1	1					Ativo Normal
2015	L	O	8000007359	07.990.946/0001-91	24/04/2014	24/06/2016	5	5					Ativo Normal
2015	L	O	8000008533	10.243.854/0001-52	30/09/2015	30/09/2017	148	148					Ativo Normal
2015	L	E	8000008052	03.342.141/0001-80	19/02/2015	18/08/2015	34	34					Encerrado
2015	V	E	8000008347	08.665.023/0001-27	21/07/2015	30/11/2015	25	25					Encerrado
2015	L	E	8000008369	20.191.043/0001-09	24/08/2015	19/02/2016	18	18					Encerrado
2015	L	E	8000008399	03.342.141/0001-80	19/08/2015	17/11/2015	34	34					Encerrado
2015	L	E	8000008427	41.305.228/0001-77	01/09/2015	03/01/2016	47	47					Encerrado
2015	V	O	8000008556	08.362.390/0001-51	02/11/2015	02/11/2017	3	3					Ativo Normal
2015	V	O	8000008691	08.665.023/0001-27	01/12/2015	31/05/2016	25	25					Ativo Normal
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													

Quadro A.8.1.10.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A													
UG/Gestão: CS.A						CNPJ: 23.274.194/0001-19							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: Superintendência de Centro De Servicos Compartilhados - CS.A													

Quadro A.8.1.10.2 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.													
UG/Gestão: CS.A					CNPJ: 23.274.194/0018-67								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)	Atividades Contratadas		F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	2	O	8000005793	05.466.147/0001-95	30/11/2012	31/12/2016	14	14					Ativo Prorrogado
2012	2	O	8000005640	09.632.388/0001-18	26/04/2012	30/04/2015	7	7					Encerrado
2012	9	O	8000005113	03.342.141/0001-80	30/04/2012	30/05/2015	5	5					Encerrado
2012	9	O	8000005592	30.440.119/0001-46	20/04/2012	28/09/2016	6	6					Ativo Prorrogado
2012	2	O	8000004979	05.466.147/0001-95	22/03/2012	31/12/2016	7	7					Ativo Prorrogado
2013	9	O	8000006546	16.576.016/0001-87	04/09/2013	28/06/2016	14	14					Ativo Prorrogado
2012	9	O	8000004941	02.630.719/0001-31	22/03/2012	01/03/2016	3	3					Encerrado
2013	10	O	8000006313	40.378.440.0001/00	29/05/2013	21/05/2017	23	23					Ativo Prorrogado

Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.													
UG/Gestão: CS.A					CNPJ: 23.274.194/0018-67								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)	Atividades Contratadas		F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	2	O	8000006083	09.632.388/0001-18	07/03/2013	30/04/2016	10	10					Ativo Prorrogado
2013	2	O	8000006424	11.740.647/0001-76	07/07/2013	31/12/2015	12	12					Encerrado
2013	2	O	8000006092	14.143.727/0001-32	10/04/2013	30/04/2017	20	20					Ativo Prorrogado
2013	12	O	8000006316	09.023.884/0001-74	15/05/2013	03/01/2017	12	12					Ativo Prorrogado
2013	9	O	8000006482	04.148.551/0001-58	09/08/2013	11/02/2015	32	32					Encerrado
2013	2	O	8000006647	11.683.755/0001-54	21/10/2013	01/10/2015	2	2					Encerrado
2013	12	O	8000006475	01.716.959/0001-90	19/08/2013	19/08/2015	17	17					Encerrado
2013	9	O	8000006519	14.608.661/0001-09	19/08/2013	18/08/2015	9	9					Encerrado
2012	2	O	8000005310	08.362.390/0001-51	01/08/2012	31/05/2015	9	9					Encerrado
2012	9	O	8000005903	08.362.390/0001-51	03/10/2012	14/08/2016	11	11					Ativo Prorrogado
2012	9	O	8000006039	08.362.390/0001-51	06/11/2012	20/08/2016	10	10					Ativo Prorrogado
2012	12	O	8000005365	08.362.390/0001-51	01/08/2012	02/08/2016	7	7					Ativo Prorrogado
2012	9	O	8000005761	08.362.390/0001-51	20/11/2012	20/08/2016	5	5					Ativo Prorrogado
2013	12	O	8000006744	09.013.436/0001-90	02/12/2013	02/12/2016	1	1					Ativo Prorrogado
2013	2	O	8000006308	23.274.194/0001-19	20/05/2013	30/05/2015	13	13					Encerrado
2013	12	O	8000006773	07.147.016/0001-70	14/11/2013	30/06/2016	11	11					Ativo Prorrogado
2011	2	O	8000004413	08.362.390/0001-51	27/09/2011	21/11/2015	4	4					Encerrado
2012	2	O	8000004782	05.466.147/0001-95	16/01/2012	30/12/2016	3	3					Ativo Prorrogado
2011	12	O	8000004376	00.087.163/0001-53	31/05/2011	30/01/2016	27	27					Encerrado

Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.													
UG/Gestão: CS.A					CNPJ: 23.274.194/0018-67								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)	Atividades Contratadas		F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	2	O	8000005595	05.466.147/0001-95	25/10/2012	31/10/2016	16	16					Ativo Prorrogado
2010	9	O	8000002106	03.342.141/0001-80	26/05/2010	31/05/2015	11	11					Encerrado
2010	9	O	8000002105	03.342.141/0001-80	26/05/2010	31/05/2015	4	4					Encerrado
2012	2	O	8000005658	04.293.745/0001-47	28/05/2012	31/10/2016	8	8					Ativo Prorrogado
2011	12	O	8000004054	07.841.574/0001-31	20/04/2011	01/05/2016	20	20					Ativo Prorrogado
2010	12	O	8000003061	03.342.141/0001-80	24/09/2010	30/09/2015	7	7					Encerrado
2013	2	O	8000006742	08.532.353/0001-44	28/11/2013	31/12/2016	8	8					Ativo Prorrogado
2012	12	O	8000005338	44.416.618/0001-02	10/08/2012	09/01/2017	2	2					Ativo Prorrogado
2013	9	O	8000006328	02.993.861/0001-43	10/06/2013	01/08/2016	22	22					Ativo Prorrogado
2014	9	O	8000006898	14.160.670/0001-80	31/01/2014	30/01/2015	5	5					Encerrado
2014	9	O	8000007082	09.583.222/0001-59	11/03/2014	10/03/2017	48	48					Ativo Prorrogado
2014	9	O	8000007101	08.362.390/0001-51	17/03/2014	31/07/2016	20	20					Ativo Prorrogado
2014	9	O	8000007148	12.624.111/0001-58	14/04/2014	13/09/2016	27	27	6	6			Ativo Prorrogado
2014	9	O	8000007237	12.624.111/0001-58	01/06/2014	10/03/2017	19	19					Ativo Prorrogado
2014	9	O	8000007300	12.624.111/0001-58	16/06/2014	28/09/2016	12	12					Ativo Prorrogado
2012	2	O	8000005828	05.389.546/0001-08	10/12/2012	01/02/2015	6	6					Encerrado
2013	2	O	8000006393	09.632.388/0001-18	10/09/2013	30/05/2017	2	2					Ativo Prorrogado

Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.													
UG/Gestão: CS.A					CNPJ: 23.274.194/0018-67								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	2	O	8000006820	05.466.147/0001-95	21/12/2013	30/04/2016	3	3					Ativo Prorrogado
2014	2	O	8000003040	11.740.504/0001-64	27/07/2014	06/01/2015	2	2					Encerrado
2014	8	O	8000007210	08.361.068/0001-08	30/04/2014	30/10/2016	4	4	1	1			Ativo Normal
2014	9	O	8000007546	01.918.118/0001-66	03/09/2014	28/06/2016	65	65					Ativo Normal
2015	2	O	8000008021	72.549.066/0001-46	01/06/2015	30/05/2017	29	29					Ativo Normal
2015	5	O	8000008046	68.565.530/0001-10	02/03/2015	02/06/2016	130	118					Ativo Prorrogado
2015	9	O	8000008047	04.148.551/0001-58	04/03/2015	03/08/2016	23	23					Encerrado
2015	9	O	8000008319	03.342.141/0001-80	01/08/2015	01/10/2016	41	41					Ativo Normal
2015	9	O	8000008415	00.404.317/0001-93	03/09/2015	02/09/2017	23	23					Ativo Normal
2015	5	O	8000008420	05.483.564/0001-46	03/11/2015	03/11/2017	27	27					Ativo Normal
2015	9	E	8000008473	12.341.634/0001-97	14/09/2015	12/03/2016	10	10					Encerrado
2015	9	E	8000008384	08.362.390/0001-51	24/08/2015	21/12/2015	9	9					Encerrado
2015	1	O	8000008556	08.362.390/0001-51	02/11/2015	02/11/2017	3	3					Ativo Normal
2015	9	O	8000008560	01.017.610/0001-60	15/10/2015	03/08/2016	32	32					Ativo Normal
2015	9	O	8000008725	00.404.317/0001-93	03/09/2015	30/11/2016	14	14					Ativo Normal
2015	9	O	8000007827	01.918.118/0001-66	05/01/2015	05/01/2017	22	22					Ativo Prorrogado
2013	12	O	8000006800	36.068.450/0001-63	02/12/2013	31/12/2016	6	6	136	136	75	75	Ativo Prorrogado
2015	2	O	8000008772	05.344.234/0001-70	29/12/2015	29/12/2016	7	7					Ativo Normal
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													

Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.													
UG/Gestão: CS.A					CNPJ: 23.274.194/0018-67								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
4.	Copeiragem;												
5.	Recepção;												
6.	Reprografia;												
7.	Telecomunicações;												
8.	Manutenção de bens móveis												
9.	Manutenção de bens imóveis												
10.	Brigadistas												
11.	Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes												
12.	Outras												
Fonte: Superintendência de Centro De Serviços Compartilhados - CS.A													

Quadro A.8.1.10.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra													
Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.													
UG/Gestão: Gerência de Construção Leste GCL.E							CNPJ: 23.274.194/0001-19						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	6	O	8000004913	04.394.582/0001-99	01/03/2012	28/02/2016			13				P
Observações:													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
Fonte: Superintendência de Implantação de Empreendimentos – S.I.E													

Quadro A.8.1.10.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra													
Unidade Contratante													
Nome: FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.													
UG/Gestão: Gerência de Construção Sul GCS.E							CNPJ: 23.274.194/0001-19						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	2	O	8000006536	05.466.147/0001-95	04/09/2013	04/09/2015			6	6			E
Observações:													
Não há exigência quanto à escolaridade dos Motoristas e sim quanto à categoria da CNH. Todos os que estão contratados possuem o Ensino Médio.													
Análise Crítica: Contrato encerrado em condições normais.													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
Área:													
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													
Fonte: Superintendência de Implantação de Empreendimentos – SI.E													

Quadro A.8.1.10.2– Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra													
Unidade Contratante													
Nome: Furnas CENTRAIS ELÉTRICAS S/A.													
UG/Gestão: AGC.E							CNPJ: 23.274.194/0001-19						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	1	(O)	8000002259	00.039.404/0001-99	16/07/2010	16/07/2015	-	-	-	-	-	-	(E)
Observações: O grau de escolaridade dos vigilantes não foi especificado no Termo de Referência. Foi definida somente a necessidade de 10 profissionais. O Termo Contratual nº 8000002259 foi assinado com a H&F Vigilância e Segurança Ltda e tem a interveniência da CPFL Geração de Energia S/A.													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						
Fonte: Assessoria de Apoio à Gestao de Contratos – AGC.E													

Análise Crítica dos Quadros 8.1.10.1 e 8.1.10.2

Diversos contratos de serviços continuados, especialmente os de vigilância e limpeza e higiene, apresentam problemas recorrentes que, via de regra, levam à rescisão contratual. As principais causas de inadimplemento das empresas são constantes atrasos no pagamento de salários e demais verbas trabalhistas, muitas vezes levando à interrupção das atividades e resultando no pagamento direto de Furnas aos empregados da contratada, em processo de rescisão contratual. Talvez esse problema seja fruto da baixa liquidez de algumas empresas e consequente falta de sustentação financeira para arcar com o período entre a prestação dos serviços e o efetivo pagamento pelos mesmos.

O não pagamento tempestivo de verbas rescisórias é outra situação que ocorre vez ou outra, uma vez que nos contratos vigentes não há a previsão de fundo de provisionamento dessas verbas, nos moldes do previsto na Instrução Normativa Nº 6, de 23/12/2013.

Observado também alguns casos de abandono dos serviços, sem qualquer comunicação prévia tempestiva a Furnas, por empresas de pequeno porte, ou até mesmo microempresas, muitas vezes amadores no ramo, que conseguem vencer licitações porém apresentam problemas na execução.

Outro fator que causa dificuldades para a administração, bastante comum nos contratos de limpeza e higiene, é a alta rotatividade de prestadores de serviço, o que causa prejuízos ao bom andamento das atividades em virtude da necessidade de adaptação dos prestadores de serviço ao ambiente de trabalho, além do baixo comprometimento dos mesmos.

Outro problema a ser observado em 2015 é o crescente número de empresas sem certidões de regularidade fiscal e trabalhista, decorrente da inadimplência dos diversos órgãos públicos junto a seus fornecedores, impossibilitando assim, a continuidade regular desses contratos.

Irregularidades na área de pessoal

Quadro A.8.1.10.3 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos

Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos Furnas					
Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2015	2014	2013		
ADMINISTRADOR	32	35	36		3
ADVOGADO	23	27	26		4
AJUD DE TECNICO	1	2	3		1
ANALISTA DE SISTEMAS	34	35	38		1
ARQUITETO	2	3	3		1
ARQUIVISTA	3	3	3		
ASCENSORISTA	3	3	3		
ASSESSOR DE COMUNICACAO	2	2	2		
ASSESSOR DE SUPRIMENTOS	1	1	1		
ASSESSOR TECNICO	194	218	214		24
ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	190	220	228		30
ASSISTENTE DE TECNICO	79	90	90		11
ASSISTENTE SOCIAL	9	10	10		1
AUX DE ADMINISTRACAO	9	11	11		2
AUX DE MANUTENCAO	20	34	35		12
AUX DE PROC DE DADOS	1	1	1		
AUX DE TECNICO	26	34	32		8
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	3	6	6		2

Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos Furnas					
Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2015	2014	2013		
BIOLOGO	6	7	6		1
BOMBEIRO HIDRAULICO		1	1		1
COMANDANTE DE AERONAVE	1	1	1		
CONTADOR	7	11	11		4
DENTISTA		1	1		1
DESENHISTA		1	1		1
DESENHISTA PROJETISTA	1	1	1		
ECONOMISTA	4	5	5		1
ELETR DE LTR	18	18	19		
ENC DE PRODUCAO	5	5	5		
ENFERMEIRO	6	6	6		
ENGENHEIRO	86	98	95		12
ENGENHEIRO AGRONOMO	2	3	3		1
ESP EM MAN ELETROEL	4	4	5		
ESP EM MAN ELETROM	13	13	13		
ESTATISTICO	1	1	1		
GRAFICO	5	5	5		
MARCENEIRO	1	2	2		1
MEC DE MAQ E VEICULOS	2	2	2		
MEDICO	7	8	8		1
MOTORISTA	20	21	23		1
NUTRICIONISTA	1	1	1		
OPER SIST ELETR E TELECOM	6	6	6		
OPERADOR DE COMPUTADOR		1	1		1
OPERADOR DE GUINDASTE	1	1	1		
OPERADOR DE HSE	70	72	72		2
OPERADOR DE MAQ DE TERRAPL		1	1		1
OPERADOR DE TERMEL	4	5	5		1
PEDREIRO	1	2	2		1
PROFESSOR DE EDUC FISICA		1	1		1
PROGRAMADOR	3	3	3		
QUIMICO	2	3	2		1
QUIMICO ANALISTA	1	1	1		
SECRETARIA	5	5	5		
SERVENTE	1	1	1		
SOCIOLOGO	2	2	2		
SUPERV DE PRODUCAO	1	1	1		
TEC DE LABOR CLINICO	2	2	2		
TEC DE NIVEL MEDIO	199	209	212		12
TEC DE SEG DO TRABALHO	16	18	17		2
TEC EM PROC DE DADOS	23	25	26		2
TECNICO DE ENFERMAGEM	10	11	11		2
TECNICO ESPECIALIZADO	2	2	2		
TELEFONISTA	3	3	3		
TOPOGRAFO	3	3	3		
ZELADOR	1	2	2		1
Total	1.178	1.330	1.339	0	152
Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A					

Quadro A.8.1.10.7 – Acordo para Desmobilização dos Terceirizados

Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão							
Em fevereiro de 2012, Furnas firmou os acordos para Desmobilização dos Terceirizados com a Federação Nacional dos Urbanitários e o Ministério Público do Trabalho, com aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU) e homologação pelo Supremo Tribunal Federal (STF), nos autos do Mandado de Segurança 27.066.							
Os acordos preveem o desligamento paulatino dos terceirizados, no período entre 2014 e 2018, e a convocação de candidatos aprovados no concurso público realizado em 2009, conforme cronograma a seguir:							
Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Desligamentos	0	130	196	196	391	392	1.305
Convocações	110	110	110	110	110	0	550

Consta, ainda, do acordo o ingresso, no quadro próprio de Furnas, de aproximadamente 234 terceirizados com início de lotação anterior a 21.12.1993, com base nos termos do Enunciado 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

De fevereiro de 2012 a dezembro de 2015, foram desligados 333 terceirizados, tanto por meio de acordo individual como por motivos diversos, atingindo a meta de forma antecipada (aproximadamente 25% do total inicial de 1.305). Da mesma forma, iniciaram-se as convocações, tendo já sido convocados 563 concursados. O acompanhamento dos desligamentos e convocações efetivamente realizados pode ser verificado no quadro a seguir:

Ano	Não efetivos anteriores a dez/93 a serem efetivados ⁽¹⁾		Não efetivos após dez/93 a serem substituídos		Concursados de 2009 a serem convocados	
	Planejado	Realizado	Planejado	Realizado	Planejado	Realizado
2012			-	40 ^(*)	-	238
2013			-	139	110	29
2014			130	12	110	19
2015			196	142	110	277
2016			196		110	
2017			391		110	
2018			392		-	
Total	234 (**)		1.305	333	550	563

^(*) 40 saídas = 36 desligamentos em 2012 + 4 desligamentos realizados retroativamente

^(**) 26 não efetivos anteriores a dez/93 se desligaram

⁽¹⁾ O termo terceirizado utilizado nos Acordos Judiciais pactuados no âmbito do Mandado de Segurança STF 27.066 foi substituído por não efetivos para manter a coerência com informações prestadas anteriormente.

Contratação de Estagiários

Composição do Quadro de Estagiários					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível Superior	402	380	409	365	5.619.740,93
1.1 Área Fim	283	185	208	182	2.529.130,48
1.2 Área Meio	119	195	201	183	3.090.610,45
2. Nível Médio	93	66	86	57	657.576,77
2.1 Área Fim	92	48	65	43	483.854,08
2.2 Área Meio	1	18	21	14	173.722,69
3. Total (1+2)	495	446	495	422	6.277.317,70

Análise Crítica
<p>Recrutamento</p> <p>O processo de recrutamento de candidatos a estágio, no Escritório Central, será realizado pela Gerência de Recrutamento e Gestão de Carreiras (GRC.A), segundo critérios estabelecidos pela Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A.</p> <p>Nas áreas regionais, a chefia de órgão em nível mínimo de divisão será responsável pelo processo de recrutamento, cabendo à GRC.A sua coordenação.</p> <p>A GRC.A deverá tomar as providências necessárias à celebração de convênio para prestação de serviços de concessão de estágio entre Furnas e as instituições de ensino, bem como determinar as condições a serem estabelecidas nas cláusulas do convênio, observada a legislação em vigor.</p> <p>Seleção</p> <p>O processo de seleção constará de:</p> <p>Entrevista, no órgão que solicitou o estagiário, para verificar os conhecimentos acadêmicos, potencialidades, interesse e motivação do candidato.</p> <p>Avaliação médica, realizada pela Gerência de Segurança do Trabalho e Saúde (GSS.A).</p> <p>As inscrições ficarão abertas ao longo do ano e o preenchimento das vagas dar-se-á à medida que os órgãos da Empresa solicitarem.</p> <p>O candidato ao estágio Tipo A deverá possuir, no histórico escolar, nos 2 (dois) últimos semestres, o Coeficiente de Rendimento igual ou superior a 7 (sete) ou grau equivalente.</p>

8.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura

8.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Constam no *website* da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) 334 imóveis cadastrados em nome Furnas Centrais Elétricas S.A., atrelados a seu CNPJ /MF nº 23.274.194/0001-19. Deste total, 320, pelas informações cadastrais constantes dos Registros Imobiliários Patrimoniais (RIPs), especialmente o endereço/localização, são imóveis integrantes da Vila Residencial de Mambucaba, que atende à Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, a qual, juntamente com os demais imóveis daquela região, foi transferida para a Eletronuclear quando de sua criação. Ressalte-se que, nos lançamentos cadastrais de cada RIP, foi observado que Furnas consta como responsável pelo imóvel, entretanto, o endereço de correspondência é o da sede da Eletronuclear. Outros três RIPs estão vinculados ao empreendimento UTE São Gonçalo, ainda sob a responsabilidade de Furnas.

No ano de 2014, por meio da correspondência GGF.E.E.045.2014, foi solicitada à SPU a exclusão do nome de Furnas como responsável do cadastro referente a 18 imóveis, tendo tal providência sido ultimada, até o momento, para 8 imóveis, restando pendente a atualização cadastral de 10, os quais permanecem nesse universo dos 334 recentemente apurados. Tramita naquele órgão público o processo administrativo SPU nº 04967.003233/2014/19, o qual busca sanar essa irregularidade cadastral com a desvinculação do nome/CNPJ de Furnas e, por consequência, o necessário e devido encaminhamento interno à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), para que fossem cancelados os processos de Dívida Ativa da União (DAU), evitando-se assim a inclusão do nome de Furnas em pendências no relatório da Receita Federal, fato que impediria a emissão de certidão positiva com efeitos de negativa, com os consequentes efeitos adversos.

Finalmente, fica pendente um único RIP, referente ao processo administrativo SPU nº 10768,007612-20 (Demarcação da Linha de Preamar Médio), cujo imóvel objeto tampouco pertence a Furnas.

Os únicos imóveis vinculados ao SPU em posse de Furnas são, portanto, os relacionados ao empreendimento UTE São Gonçalo, localizado no Estado do Rio de Janeiro, cuja situação dominial perdura com seu registro em nome da CBEE, antecessora da Ampla, e em fase de regularização. A seguir, os endereços e respectivos registros imobiliários patrimoniais:

- Rua Manoel Duarte, s/n, São Gonçalo, RJ - RIP 5897 0000324-34;
- Av. Progresso s/n, São Gonçalo, RJ - RIP 5897 0000330-82;
- Av. Progresso s/n, São Gonçalo, RJ - RIP 5897 0000326-04.

A situação dos imóveis em nome de Furnas no *website* da SPU está resumida no quadro a seguir:

RIPs em nome de Furnas no website da SPU	334
RIPs Vila de Mambucaba - Eletronuclear	320
RIPs para exclusão - processo SPU nº 04967.003233/2014/19	10
RIPs para exclusão - processo SPU nº 10768.007612-20	1
RIP's vinculados a Furnas - UTE São Gonçalo	3

Com relação ao registro e controle no Sistema de Registro de Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), tão logo os imóveis acima elencados estejam regularizados em nome de Furnas, proceder-se-á a seu lançamento no SPIUnet.

Com respeito a despesas de manutenção e qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis, segue informação sobre o custo do posto de vigilância “24 horas” utilizado em São Gonçalo no exercício de 2015:

Contrato: 8000007510
 Empresa: Angel's Segurança e Vigilância Ltda
 Local: São Gonçalo
 Posto: 24 horas diariamente
 Custo:

2015

MÊS	VALOR/MÊS
JANEIRO	18.123,84
FEVEREIRO	16.369,92
MARÇO	18.123,84
ABRIL	17.539,20
MAIO	18.123,84
JUNHO	17.539,20
JULHO	18.123,84
AGOSTO	19.553,81
SETEMBRO	18.923,04
OUTUBRO	19.553,81
NOVEMBRO	18.923,04
DEZEMBRO	19.553,81
TOTAL EM 2015	220.451,20

Nota 1: Atualmente não está sendo realizada manutenção predial na UTE São Gonçalo, pois a mesma se encontra desativada.

Nota 2: Despesas com taxa de ocupação dos imóveis: R\$ 10.229,71 (dez mil, duzentos e vinte e nove reais e setenta e um centavos).

Quanto a riscos relacionados à gestão dos imóveis e controles para mitigá-los, pode-se listar:

- Risco: Ocorrência de Intervenções Antrópicas
Medidas preventivas: Vigilância Armada 24h
- Risco: Subtração de Bens Móveis
Medidas preventivas: Vigilância Armada 24h

8.3 Gestão da tecnologia da informação

Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê de Informática tem como objetivo promover o alinhamento, à estratégia global de Furnas, das ações associadas à Tecnologia da Informação no contexto das iniciativas de negócio e tem como atribuições:

- Estimular, na Empresa, a racionalização dos processos e da utilização de recursos de Tecnologia da Informação, dentro da perspectiva de custo benefício.
- Obter, da alta administração de Furnas, o suporte às ações de Tecnologia da Informação, assegurando o diálogo contínuo com as áreas de negócio.
- Assessorar o órgão de Informática na alocação de recursos e priorização de projetos, garantindo o permanente alinhamento às necessidades de negócio e propondo eventuais mudanças.
- Assessorar o órgão de Informática no desenvolvimento de critérios normativos no campo da Tecnologia da Informação.
- Acompanhar o andamento e avaliar os resultados dos projetos considerados relevantes.
- Propor a constituição de grupos de trabalho para o tratamento de assuntos mais específicos relacionados à Tecnologia da Informação quando se fizer necessário.

O Comitê de Informática, vinculado à Superintendência de Tecnologia da Informação (ST.A), será composto pelo Superintendente da ST.A, que atuará como Coordenador do Comitê e representante da Diretoria de Administração, e por um representante de cada uma das demais Diretorias da Empresa, em nível de superintendência.

- Diretoria de Administração (DA)
Luiz Fernando Cunha Lino – Coordenador
Luiz Antonio Cabral Monteiro (Suplente)

- Presidencia - DP
Pedro Cardoso Franco
Leandro Coelho Rosa (Suplente)

- Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos (DE)
Guilherme Branco da Motta
Paulo Roberto Vieira Oliveira (Suplente)

- Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações (DN)
Fabiana Cristina Rodrigues F. Teixeira
Joerlei Carvalho Alves (Suplente)

- Diretoria de Operação e Manutenção (DO)
Marcos Antonio Carvalho Gomes
José Marcio Peralta (Suplente)

- Diretoria de Finanças (DF)
Victor Albano da Silva Esteves
Anselmo Garcia Sobrosa (Suplente)

A última reunião do Comitê de Informática foi realizada em 29/04/2015, tendo sido tratados os seguintes assuntos:

1. Foi apresentada a posição do Portfólio de Demandas de TI para 2015:
148 Projetos selecionados, dos quais 82 (55%) encontram-se em desenvolvimento.
De um total de 94 melhorias, 34 (36%) encontram-se em desenvolvimento.
O Coordenador esclareceu que o número mais baixo de melhorias em relação aos anos anteriores deve-se ao fato de que, em grande parte, essas demandas dizem respeito ao SAP.
Em função da adequação ao "Template Eletrobras", resultante do PRO-ERP, projeto de padronização do ERP em todo o Grupo, as melhorias no SAP terão que aguardar o término de uma análise de *gap* em relação ao "Template" para que seja avaliada sua viabilidade de implementação.
Será concedido o acesso ao Portal de Acompanhamento de Projetos aos membros do Comitê.
2. Foi apresentado o quadro de distribuição dos equipamentos de informática, conforme solicitação de todas as áreas da Empresa, para aquisição dentro da Ata de Registro de Preços, resultante de processo licitatório recém concluído.
A planilha será encaminhada para validação pelos membros do Comitê.
3. Victor Albano e Marcos Gomes, representantes da DF e DO, respectivamente, comentaram as dificuldades na elaboração de Relatórios de Viagens e de Ponto.
Lino afirmou que a ST.A está avaliando alternativas para melhorar a interface do SAP.

Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

- Plano de Capacitação da GIR.A – Gerencia de Infraestrutura e Segurança de Rede:

PLANO DE TREINAMENTO GIR.A			TREINAMENTO DOS COLABORADORES
DBDS.A			DBDS.A
PER FIL	SIGL AS	CURSOS	COLABORADORES
			Gerente - Cristiana Staccioli Gomes de Oliveira

			Sheila Arruda	André Luis Teixeira	Adriana Costa	Alexandre Moreira	Claudio Figueiredo	Carlos Alexandre	João Clemente	Silva	Maria Teresa Barros	Lima	Ramiro Ferreira	Rafael Pessoa
Geral	T1	TCP IP Básico	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	T2	Fundamentals of Windows Server Network and Applications Infrastructure	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x
Banco de Dados	A1	Modelagem de Dados (utilizando UML)												
	A2	Fundamentos de Solaris		x								x		
	A3	Administração Avançado de Solaris												
	A4	Workshop - Diferença entre oracle 10 e oracle 11		x				x				x	x	
	A5	Oracle Database 11g: Introdução ao Oracle SQL - SQL Foundations			x									
	A6	Oracle Database 11g: Programando com PL/SQL		x								x	x	
	A7	Oracle Database 11g: Administração Workshop I (com o Oracle Spatial)		x	x							x	x	
	A8	Curso Oracle Database 11g: Administração Workshop II (com o Oracle Spatial)		x	x							x	x	
	A9	Workshop - Diferença entre SQL Server 2008 e 2012		x	x							x	x	
	A10	PowerCenter Developer Administrator		x	x						x	x		
	A11	Power Exchange Basic									x			
BD Business Intelligence	B1	Bussiness Intelligence e Data Warehouse - Conceitos e Fundamentos		x	x							x	x	
	B2	Modelagem Dimensional de Dados I - Técnicas e Ferramentas	x	x	x							x	x	
	B3	Ciclo de Vida do Data Warehouse	x	x	x							x	x	
	B4	SAP BusinessObjects Business Intelligence 4.0	x									x		
	B5	Administration - BI platform	x	x	x							x	x	
	B6	Business Intelligence - Dashboards												
	B7	Business Intelligence - SAP BusinessObjects Explorer		x								x		
	B8	Bussiness Intelligence - Crystal Reports	x	x	x							x		
	B9	Bussiness Intelligence - Web Intelligence	x	x	x							x		
	B10	Course 6236A: Implementing and Maintaining Microsoft SQL Server 2008 Reporting Services	x	x	x							x		

BD SQL Server	B11	Course 6235A: Implementing and Maintaining Microsoft SQL Server 2008 Integration Services	x		x								x		
	B12	Course 6234A: Implementing and Maintaining Microsoft SQL Server 2008 Analyses Services													
	B13	Course 10777A: Implementing a Data Warehouse with Microsoft SQL Server 2012													
	B14	Course 10778A: Implementing Data Models and Reports with Microsoft SQL Server 2012													
	B15	Course 20467B: Designing Business Intelligence Solutions with Microsoft SQL Server 2012													
	C1	SQL Server 2008	x	x									x		
	C2	MS 2778 - Writing Queries Using Microsoft SQL Server Transact-SQL			x										
	C3	MS 6231 - Maintaining a Microsoft SQL Server 2008 Database	x	x	x								x		
	C4	MS 6232 - Implementing a Microsoft SQL Server 2008 Database	x	x	x			x					x		
	C5	MS 6234 - Implementing and Maintaining Microsoft SQL Server 2008 Analysis Services		x				x					x		
	C6	MS 6236 - Implementing and Maintaining Microsoft SQL Server 2008 Reporting Services			x										
	C7	MS 6235 - Implementing and Maintaining Microsoft SQL Server 2008 Integration Services													
	C8	Course 50400: Designing, Optimizing and Maintaining a Database Administrative Solution for Microsoft SQL Server 2008													
	C9	Course 50399: Designing a Business Intelligence Solution with Microsoft SQL Server 2008													
	C10	SQL Server 2012													
	C11	10774 - Querying Microsoft SQL Server 2012													
	C12	10775 - Administering Microsoft SQL Server 2012 Databases													
	C13	10776 - Developing Microsoft SQL Server 2012 Databases													
	C14	10777 - Implementing a Data Warehouse with Microsoft SQL Server 2012													
	C15	10778 - Implementing Data Models and Reports with Microsoft SQL Server 2012													

	C16	20465 - Designing Database Solutions for SQL Server 2012																	
	C17	20467 - Designing Business Intelligence Solutions with Microsoft SQL Server 2012																	
	D1	IBM Notes Dominio																	
	D20	D8730 - Exploring new features in IBM Lotus Domino 8.5 System Administration					x	x											
	D3	D8L75 - IBM Lotus Domino 8.5 System Administration Fundamentals					x	x											
	D4	D8L76 - Building the IBM Lotus Domino 8.5 Infrastructure					x	x											
	D5	D8L77 - Managing IBM Lotus Domino 8.5 Servers and Users					x	x											
	D6	D8L89 - IBM Lotus Domino 8.5 System Administration Bootcamp					x	x											
	D7	D8720 - Exploring New Features in IBM Lotus Domino 8 Administration																	
	D8	D8750 - IBM Lotus Domino 8 System Administration Operating Fundamentals																	
	D9	D8760 - Building the IBM Lotus Domino 8 Infrastructure																	
	D10	D8770 -Managing IBM Lotus Domino 8 Servers and Users																	
	D11	D8900 - IBM Lotus Domino 8 System Administration Bootcamp																	
	D12	IBM Sametime 8/8.5x					x	x											
	D13	STL85 - Deploying and Administering Sametime 8.5.1																	
	D14	STW85 - Lotus Sametime 8.5: Building Solutions for the Communications and Collaboration Platform					x	x											
	D15	ST850 - Implementing na IBM Lotus Sametime 8 Infrastructure					x	x											
	D16	IBM Connections					x	x											
	D17	IBM Connections 4.0 - Social Software for Business					x	x											
	D18	Social Computing for Business with IBM Connections 3.0.1																	
Share Point	E1	M6420 - Fundamentals if Windows Server 2008 Network and Applications Infrastructure - www.allentreinamento.com.br													x				
	E2	M6421 - Configuring and Troubleshooting a Windows Server 2008 Network Infrastructure - www.allentreinamento.com.br													x				

[illegible]

[illegible]

	A18	Managing Events with NNM 7.x Operations Manager for Unix and ECS Composer														
	A19	HP Network Node Manager 7.51 for Windows and UNIX I: Essentials of Use and Administration														
	A20	HP Network Node Manager 7.51 II: Configuring Management of Distributed and Extended Topologies														
	A21	HP Performance Insight 5.2 Software: Administration I														
	A22	HP Performance Insight 5.2 Software: Administration II														
	A23	Business Availability Center 6.5 Base Configuration & Administration														
	A24	Introduction to SiteScope 8.0 (Web)														
		Videoconferencia														
	A25	HDX Technical Training HDXIT203	x	x	x	x	x									
	A26	RealPresence Platform: Design, Deployment, Configuration & Troubleshooting (Level 3) RPPDAT301	x	x	x	x	x									
	A27	RealPresence Platform: Installation, Configuration & Troubleshooting (leve 2) RPIIT202	x	x	x	x	x									
	A28	RealPresence Platform: Security and Firewall Traversal Using RealPresence Access Director (Level 313/06/2013 2 days RPSAT301	x	x	x	x	x									
	A29	RealPresence Platform: Proof of Concept (POC) Design & Deployment (Level 2) RPPIT201	x	x	x	x	x									
	A30	RMX & DMA System Administration Training RDMAT301	x	x	x	x	x									
	A31	VBP Technical Training VBPIT202	x	x	x	x	x									
		Rede sem Fio														
	A32	ISE - Implementing Cisco identy Service Engine Secure Solution		x	x	x										
	A33	ACS - Implementing Cisco Secure Access Control System	x	x	x	x										
	A34	MCAST - Implementing Cisco Multicast	x	x	x	x										
	A35	TSHOOT - Troubleshooting and Maintaining Cisco IP Networks	x	x	x	x	x									
	A36	IUWVN - Implementing Cisco Wireless Voice Network	x		x	x	x									
de		Conceitos de Rede														
Seguranç	B1	SEG - Segurança da Informação - Multirede							x	x						

B2	Security Officer Módulo 1 - Módulo								x	x				
B3	Security Officer Módulo 2 - Módulo							x	x	x				
	Proxy													
B4	ProxySG Administrator - TR-BCCPA-ADM													
B5	ProxySG Professional - TR-BCCPA-PRO							x	x	x				
B6	ProxySG Troubleshooting							x	x	x				
	Firewall													
B7	Security Manager Fundamentals							x	x	x				
B8	Configuring Juniper Networks Firewall/IPSec VPN Products													
B9	Advanced Juniper Networks IPSec VPN Implementations							x	x	x				
B10	Attack Prevention with Juniper Networks Firewalls							x	x	x				
	Antivírus													
B11	Trend Office Scan									x				
B12	Trend IWSVA							x	x	x				
	SCCM													
B13	6451A: Planing, Deploying and Managing Microsoft System Center Configuration Manager 2007													
	Sistema Antispam													
B14	Treinamento TR-IRONPORT-MAIL-PART I							x	x	x				
B15	Treinamento TR-IRONPORT-MAIL-PART II							x	x	x				
	Sistema Operacionais													
C1	10168A: Básicos da infraestrutura de rede e aplicativos do windows Server 2008													
C2	6420A: Fundamentals of Windows Server 2008 Network and Applications Infrastructure													
C3	6431A: Managing and Maintaining Windows Server 2008 Network Infrastrucutre Servers													
C4	6424A: Fundamentals of Windows Server 2008 Active Directory										x	x	x	x
C5	6416C: Updating your Network Infrastructure and active Directory Technology Skills to Windows Server 2008													
C6	50255A: Managing, Maintaining and Securing your Networks Through Group Policy										x	x	x	x
C7	6432A: Managing amd Maintaining Windows server 2008 Active Directory Servers													
C8	6425AL: Configuring and Troubleshooting Windows Server 2008 Active Directory Domain Services										x	x	x	x
C9	6428A: Configuring and Troubleshooting Windows Server 2008 Terminal Services										x	x	x	x
C10	6429A: Configuring and Managing Windows Media Services for windows server 2008										x	x	x	x
C11	6421A: Configuring and Troubleshooting a Windows server 2008 Network Infrastructure													
C12	6436A: Designing a Windows Server 2008 Active										x	x	x	x

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Analista de Suporte Desktop	B1	10168A: Básicos da Infraestrutura de Rede e Aplicativos do Windows Server 2008	x		x		x														
	B2	6420A: Fundamentals of Windows Server 2008 and Network Applications Infrastrucutre	x		x		x														
	B3	Symantec NetBackup 7.5 for Windows Admi	x		x		x														
	B4	6421A: Configuring and Troubleshooting a Windows Server 2008 Network Infrastructure	x		x		x														
	B5	6423A: Implementing and Managing Windows Server 2008 Clustering	x		x		x														
	B6	Control-M/Enterprise Manager 7.0: Scheduling	x		x		x														
	B7	DP0156: Upgrading to Symantec NetBackup 7.5 for UNIX and Windows	x		x		x														
	B8	DP0155: Symantec NetBackup 7.5 for UNIX and Windows Advanced Administration	x		x		x														
	B9	DP0156: Symantec NetBackup 7.5 for UNIX and Windows Maintain and Troubleshoot	x		x		x														
	B10	BMC Control-M/Enterprise Manager 7.0: Administering	x		x		x														
	B11	BMC Control-M for Advanced File Transfer (WBT)	x		x		x														
	B12	EMC - VMWare vSphere: Install, Configure and Manage	x		x		x														
	C1	6424A: Fundamentals of Windows Server 2008 Active Directory																			
	C2	MS 6451 - Planing, Deploying and Manging Microsoft																			
	C3	System Center Configuration Manager 2007							x	x	x	x					x	x			
	C4	MS 50028 - Installing and Configuring System Center Operations Manager 2007							x	x	x	x					x	x			
	C5	MS 10748 - Deploying System Center 2012 Configuration Manager							x	x	x	x					x	x			
	C6	MS 10747 - Administering System Center 2012 Configuration Manager							x	x	x	x					x	x			
	C7	MS 10750 - Monitoring and Operating a Private Cloud with System Center 2012							x	x	x	x	x	x			x	x			
	C8	MS 10751 - Configuring and Deplying a Private Cloud with System Center 2012							x	x	x	x	x	x			x	x			
	C9	2010 Allen Corporativo																			
	C10	MS Access Allen Corporativo 2010 ITL V3 Fundamentos																			

	C11	ITL V3 Intermediate Operational Support and Analysis OSA															
	C12	ITL V3 Intermediate Release, Control and Validation (RCV)															
	C13	Cobit 4.1 Foundations															
	C14	MS Excel Allen Corporativo 2010						x	x	x	x	x	x	x	x	x	
	C15	MS Word Allen Corporativo 2010						x	x	x	x	x	x	x	x	x	
	C16	MS Outlook Allen Corporativo 2010						x	x	x	x	x	x	x	x	x	
	C17	MS Power Point Allen Corporativo 2010						x	x	x	x	x	x	x	x	x	
	C18	MS Excel Avançado 2010						x	x	x	x	x	x	x	x	x	
	A2	Orçamento												x			
PER FIL	SIGL AS	CURSOS	Gabinete GIR.A					Gabinete GIR.A									
								GERENTE - Marcelo Fernandez Pineiro									
Governança								Andréa Reis Vidal									

- Plano de Capacitação da GDS.A – Gerência de Desenvolvimento de Sistemas

LEVANTAMENTO DE DEMANDAS TÉCNICAS DE CAPACITAÇÃO				
AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO PRETENDIDA	OBJETIVO DA AÇÃO	SUGESTÃO DE CONTEÚDO	PÚBLICO-ALVO (QTDE.)	EXECUTADO
Gerência de Projetos	Capacitação e aprimoramento dos profissionais da GDS	Gestão de Integração, escopo, custos, tempo, recursos humanos, comunicação, riscos.	15	2
Gestão de Contratos	Aprimoramento dos profissionais que gerenciam os contratos da GDS	Elaboração de projeto básico, licitação, lei 8666.	8	3
Project	Planejar e gerenciar projetos com sucesso	MS-Project e MS-Project Server(EPM)	10	10
Metodologia Ágil	Aprimoramento do profissional de desenvolvimento no uso da metodologia		4	5

TDMS (Embaralhamento)	Capacitação e Aprimoramento do profissional	TDMS	5	
Workflow	Capacitação e Aprimoramento do profissional	Workflow	1	
SOLMAN	Capacitação e Aprimoramento do profissional	Solman	23	4
GRC-AC	Capacitação e Aprimoramento do profissional	GRC	4	
GRC-Nfe	Capacitação e Aprimoramento do profissional	GRC	3	
BPC	Capacitação e Aprimoramento do profissional	BPC	3	
P S - Projetos	Capacitação e Aprimoramento do profissional	OS	2	
MM - Suprimentos	Capacitação e Aprimoramento do profissional	MM	2	
FI-GL - Contabilidade	Capacitação e Aprimoramento do profissional	FI	1	
FI-AA - Ativos	Capacitação e Aprimoramento do profissional	FI	1	
FI-AP - Contas a Pagar	Capacitação e Aprimoramento do profissional	FI	2	
FI-AR - Contas a Receber	Capacitação e Aprimoramento do profissional	FI	2	
FI-TRM - Tesouraria / Aplicações Financeiras	Capacitação e Aprimoramento do profissional	FI	2	
FI-TV - Viagens	Capacitação e Aprimoramento do profissional	FI	2	
LOANS - Empréstimo e financiamentos	Capacitação e Aprimoramento do profissional	LOANS	2	
FM - Orçamento	Capacitação e Aprimoramento do profissional	FM	2	
CO - Controladoria	Capacitação e Aprimoramento do profissional	CO	2	
PM - Manutenção	Capacitação e Aprimoramento do profissional	PM	2	
HR-PA/PD - Cadastro	Capacitação e Aprimoramento do profissional	HR	2	
HR-TIME	Capacitação e Aprimoramento do	HR	2	

	profissional			
HR-EH&S - Saúde e Segurança	Capacitação e Aprimoramento do profissional	HR	2	
HR-EH&S - licenciamento Ambiental	Capacitação e Aprimoramento do profissional	HR	2	
HR-EH&S - Gestão de Resíduos	Capacitação e Aprimoramento do profissional	HR	2	
HR-PY - FOLHA	Capacitação e Aprimoramento do profissional	HR	2	
HR-Treinamento	Capacitação e Aprimoramento do profissional	HR	2	
PORTAL	Capacitação e Aprimoramento do profissional	Sintonia	2	
SD - Vendas e Distribuição	Capacitação e Aprimoramento do profissional	SP	1	
PI - Integração SAP	Capacitação e Aprimoramento do profissional	PI	2	
ABAP	Capacitação e Aprimoramento do profissional	ABAP	1	
Localização Brasil	Capacitação e Aprimoramento do profissional		10	

- Plano de Capacitação da GCN.A – Gerência de Soluções Corporativas e de Negócio

Cursos		GCN.A					DAQLA				DASO.A							
		Ana Margarida	Fernanda Vieira Norat	Luiz Antonio Monteiro	Marcelo de Lima Moreira	Wemerson de Medeiros	Antonio Cruz de Almeida	Diogo Guimarães Alves	Eduardo Rodrigues	Marcelo de carvalho	Marcos Paulo Caldas	Ana Claudia da Silva	Bianca Fiuza Freitas	Cami Estevão Girondi	Dimitri El Jaick Bonifácio	Elias Ladeira Lopes	Luis Fernando Braz Braga	Roberta Rezende
Específicos	Análise e Projeto Orientado a Objetos (UML) com Enterprise Architect (EA)																	
	Arquitetura Empresarial e Sistemas Corporativos (Pós-graduação)																	
	Arquitetura de Negócios	x																
	Formação em Análise de Negócios																	
	Gestão da Inovação																	
	Gestão de Contratos																	

[illegible]

Congressos / Seminários / Feiras

[illegible]

Capacitação na plataforma tecnológica do sistema GISFurnas (sobre este sistema, ver item 8.3.1 adiante):

e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

Processo de Gestão de Mudança:

O processo de mudança tem início com a abertura de uma Requisição de Mudança (RDM), que é registrada por um técnico responsável pela mudança na ferramenta ITIL. Neste formulário são inseridas as informações necessárias para a classificação e análise de impacto e risco.

Posteriormente ao registro, a Requisição de Mudança (RDM) é encaminhada para a equipe de Gestão de Mudanças para análise preliminar. A equipe de Gestão de Mudanças analisa o preenchimento da RDM e verifica se o questionário está respondido adequadamente.

Caso as informações não estejam preenchidas corretamente, o Analista de Mudança encerra a RDM e informa na ferramenta o motivo do encerramento.

Se o somatório dos valores de impacto e risco for menor do que 4, a Requisição de Mudança (RDM) pode ser aprovada pelo analista responsável pela mudança, sendo encaminhada diretamente para a fase de implementação.

Se o somatório for igual ou maior que 4, a Requisição de Mudança (RDM) passa por uma análise técnica e aprovação pelo Grupo de Release.

Após a aprovação do Grupo de Release, a mudança é aprovada em reunião do CAB – *Change Advisory Board* (Comitê de Mudança) e posteriormente aprovada pelo gestor da GM (Gestão de Mudança). Na reunião do CAB é realizada a análise (aprovação ou reprovação) da Requisição de Mudança (RDM). O resultado da reunião é registrado em ata, assinada por todos os participantes, ficando esta arquivada na ST.A.

Após as fases de aprovação, as mudanças solicitadas são implementadas e a RDM é encerrada.

Descrição das principais atividades do processo de Mudança no sistema SAP:

Conceitos:

- 1) Os “Incidentes” são erros que ocorreram no SAP e são reportados pela Empresa.
- 2) As “Solicitações de Serviço” que ocasionam mudanças no SAP são originadas, por exemplo, da criação ou modificação de papéis (acesso).
- 3) As demandas podem ser originadas das áreas de negócio, que solicitam melhorias no SAP, atendimento de demandas legais ou desenvolvimentos no BW. Podem ser também implementações de novas funcionalidades no SAP, aplicação de notas e outros.

Introdução:

As demandas são analisadas pelo Órgão Executor (DDSC.A, DASO.A, DBDS.A) na Ferramenta ITIL conforme sua origem.

A implementação da solução é feita por meio de configurações no SAP, alteração/criação de programas ou aplicação de notas SAP, gerando unidades de mudança, que podem ser “pacotes” ou “requests”.

As requests ou pacotes ficam registrados nos documentos de modificação, que estão vinculados à demanda que está sendo atendida.

Os documentos de modificação podem ser do tipo: Normal, Urgente ou Não ABAP.

Os “pacotes” são arquivos que podem ser copiados manualmente no ambiente, ou ainda podem ser modificações vindas de sistemas SAP externos.

Solicitação, desenvolvimento e homologação:

As mudanças no SAP são originadas a partir de Incidentes, Solicitações de Serviço ou Demandas registradas em ferramenta ITIL por usuário do sistema.

Após a solicitação ser registrada em ferramenta ITIL, é feita a indicação do processo que está sendo impactado na mudança.

Os desenvolvimentos do SAP são realizados em ambiente de desenvolvimento (DEV).

Após a realização do desenvolvimento para atendimento da demanda, são realizados os testes unitários pelo Órgão Executor e transportados os desenvolvimentos para o ambiente de homologação.

Para o caso de mudanças solicitadas pelas áreas de negócio, é realizada a homologação dessa mudança pelo usuário que a solicitou em ambiente de homologação.

Após a homologação da solução/mudança, essas “*requests*” ou pacotes são aprovados pelo gerente da DDSC.A ou por um dos colaboradores constante na “lista de aprovadores” quando se trata de uma modificação normal. Cabe destacar que o colaborador responsável pelo desenvolvimento não pode aprovar a entrada do mesmo em produção.

Nos documentos de modificação do tipo normal ou não ABAP para mudanças solicitadas pelas áreas de negócio, existem evidências da homologação do usuário por meio de pacotes de teste executados ou documentos anexados. Para os documentos de modificação urgentes, a evidência da homologação do usuário não é obrigatória.

Mudanças decorrentes da aplicação de notas e demandas internas da TI poderão apresentar documentação dos testes realizados, quando cabível.

Ambiente de produção:

Após devida aprovação, o transporte da mudança para o ambiente de produção é realizado pela equipe Basis por meio de ferramenta ITIL.

Para mudanças urgentes, a liberação para produção é realizada pela equipe Basis e posteriormente é aprovada pela gerência da DDSC.A ou por um dos aprovadores designados por ata de reunião da ST.A.

Caso a solução não satisfaça o usuário requisitante no ambiente de produção, o mesmo deverá abrir um incidente na ferramenta ITIL, solicitando a reversão da solução, que é atendida por meio da implementação de uma nova versão com a configuração na posição anterior a mudança.

Há segregação de ambientes de desenvolvimento, homologação e produção.

A exceção é para o ambiente do Solution Manager, que possui apenas ambiente de desenvolvimento e de produção, não possuindo ambiente próprio para homologação (QAS), que é realizado no primeiro.

Descrição das principais atividades do processo de mudança em sistemas:

Solicitações de Mudança:

Solicitações que visam o desenvolvimento de novas soluções corporativas ou implementações de alterações são encaminhadas formalmente à Gerência de Soluções Corporativas e de Negócio (GCN.A) ou à Gerência de Desenvolvimento de Sistemas (GDS.A) pelo órgão responsável pela função (Gestor Funcional), em nível mínimo de departamento, por meio de Correspondência Interna (CI). Outra forma de solicitação é por meio de uma ata de reunião aprovada por um Gerente Funcional, e-mail, nos casos de atualização de conteúdo, ou por meio de abertura de um incidente na Ferramenta ITIL, para o caso de defeito detectado pelo analista de sistemas ou pelo usuário.

Registro de Demanda:

A GCN.A ou um Gestor Funcional encaminha a demanda via CI à área solucionadora, que faz o registro da mesma na ferramenta de gerenciamento de mudanças, de acordo com os dados da CI, e-mail ou da Ata. Em seguida, após o estudo de viabilidade, deverá ser aprovada na ferramenta de gerenciamento de mudanças por um gerente da GDS.A. Nos casos de erro e de demanda emergencial, a aprovação é automática na ferramenta de gerenciamento de mudanças, sendo ratificada, posteriormente, por um gerente da GDS.A.

As mudanças são classificadas segundo o tipo ou tamanho (Erro, Mudança Pequena, Média ou Grande). A urgência no atendimento é tratada na priorização da demanda. Nos casos de mudanças classificadas como Erro, as mesmas são consideradas como emergenciais.

Atualização de Conteúdo:

As atualizações de conteúdo são solicitações de alteração em páginas estáticas. A solicitação é feita por meio de mensagem de correio eletrônico por um colaborador designado pelo órgão gestor do conteúdo. Para esses casos, não é necessária aprovação gerencial, tendo em vista que essa ação não caracteriza mudança.

Desenvolvimento da solução:

O desenvolvimento da solução é efetuado de acordo com a metodologia formal.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento é constituída por 04 (quatro) fases distintas (Iniciação, Elaboração, Construção e Transição), cada qual efetuando levantamento e mapeamento detalhados de todas as estruturas que irão compor a solução final. A documentação do processo é pública e encontra-se disponível para todos os colaboradores na intranet de Furnas. Existe um processo descrito para assegurar que os produtos a serem instalados estejam de acordo com os padrões estabelecidos.

Toda esta documentação é armazenada em repositório seguro e controlado e verificada pela Equipe de Qualidade, que é responsável pela adequação dos projetos à metodologia existente. Esta equipe também tem como função manter a metodologia atualizada.

Os projetos de TI para desenvolvimento de soluções corporativas são documentados e armazenados nas ferramentas de gerenciamento de mudanças, configuração e requisitos.

O controle das versões é realizado na ferramenta de gerenciamento de Configuração.

Para os casos de demanda emergencial, após desenvolver a mudança emergencial, o desenvolvedor realiza testes unitários no ambiente de desenvolvimento, para, então, liberar o transporte para o ambiente de produção.

Testes e Homologação:

Testes são efetuados pelo órgão solicitante com o apoio da equipe de desenvolvimento da GDS.A em ambiente segregado, conhecido como “Ambiente de Homologação”. Uma versão da solução não pode passar para homologação caso suas demandas associadas não estejam todas no estado de “encerradas”.

O ambiente de homologação é disponibilizado para que o usuário teste a mudança solicitada. Isto é realizado porque a metodologia exige que as mudanças sejam testadas em um ambiente de testes em

separado antes da promoção para o ambiente de produção. Em caso de não conformidade, o usuário informa à GDS.A e o processo é reiniciado, conforme descrito acima. A validação da solução é formalmente efetuada pelo órgão solicitante via CI de homologação. Para os casos em que houver erro no Ambiente de Homologação, um incidente será aberto para solução do erro, sendo informado no momento de transporte para o Ambiente de Produção. No caso de Atualização de Conteúdo, o colaborador designado pelo órgão gestor do conteúdo aprova a homologação por meio de mensagem de correio eletrônico, informando o código da homologação que está sendo aprovado.

Treinamento de Usuários:

No caso de projeto de desenvolvimento de sistemas de TI ou mudança que implique na implantação de alguma nova funcionalidade ou grande mudança em funcionalidade existente, haverá, logo após a homologação pelo solicitante, um treinamento ou uma reunião para os usuários, onde os conhecimentos necessários serão transmitidos. Será obrigatória a assinatura de lista de presença. A necessidade ou não do treinamento estará explicitada na documentação do projeto.

Transporte para Produção:

A formalização é registrada no aplicativo “Registro de Solicitações ao DPD” ou Jazz antes da promoção da mudança para o ambiente de produção. O acesso ao ambiente de produção não é permitido aos profissionais da equipe de desenvolvimento de TI do GDS.A, e a transferência para produção é efetuada somente pelos profissionais da equipe de produção que possuem o acesso a este ambiente. O identificador da homologação gerado pelo aplicativo “Registro de Solicitações ao DPD” ou Jazz é registrado na solicitação correspondente previamente cadastrada na ferramenta de gerenciamento de mudanças.

O analista responsável informa nos aplicativos “Registro de Solicitações ao DPD” ou Jazz a CI do usuário que autoriza o transporte da mudança para a produção ou, em caso de erro, o número do incidente é informado, a fim de que a solicitação seja disponibilizada.

O gerente de divisão da GDS.A aprova o transporte para produção no aplicativo supracitado. Posteriormente, a GIR.A (Equipe de Produção) verifica as solicitações aprovadas para transporte do ambiente de homologação para o de produção e realiza a requisição. Todo o histórico do processo fica registrado no aplicativo.

O tratamento para "emergências" no processo de homologação (testes de aceitação do usuário e posterior passagem para produção) ocorre quando não há a possibilidade de se obter a aprovação gerencial da homologação. Neste caso, a aprovação é registrada posteriormente por um gerente da GDS.A nas aplicações “Registro de Solicitações ao DPD” ou Jazz. Caso o gerente não aprove a mudança em produção, a versão anterior é recuperada pela ferramenta de gerenciamento de Configuração.

Quando houver a necessidade de migração/conversão de dados, o solicitante informará expressamente, via Correspondência Interna, que a migração ocorreu e que todos os dados continuam íntegros na nova versão. A migração de dados será realizada durante as fases de elaboração e construção do projeto de desenvolvimento de sistemas de TI ou da mudança, seguindo o processo de desenvolvimento de sistemas (PDSF - Processo de Desenvolvimento Software de Furnas).

Processo de Gestão de Incidente

Descrição das principais atividades do processo Incidente:

A solicitação de atendimento pode ser realizada por meio de contato telefônico, para a Central de Serviços; por correio eletrônico, diretamente à caixa postal da Central de Serviços; ou ainda, por meio da opção "Abertura de Chamado" na TINet, que emitirá, automaticamente, um e-mail para a caixa postal de recebimento de incidentes da Central de Serviços, e o mesmo será registrado na ferramenta ITIL.

Na abertura do incidente, no momento do preenchimento do formulário de atendimento pelo solicitante na Central de Serviços, ao classificá-lo pelo tipo, urgência e impacto, será automaticamente calculada a sua prioridade e determinado o prazo para atendimento desta solicitação.

Antes do registro de um novo incidente, é verificada a existência de um incidente já aberto. Neste caso, será utilizado o processo de *Call Back*, em que a reclamação do usuário é registrada no incidente identificado. Se o incidente estiver resolvido, ele é reaberto, a reclamação é inserida no incidente, que é direcionado para o analista que o resolveu. Se o incidente estiver fechado ou não existir incidente previamente registrado, o analista deverá seguir o processo de registro de um “novo” incidente. Todas as informações e suas possíveis alterações ficam armazenadas no histórico do incidente.

No caso de mudança programada, o analista da Central de Serviços é informado da previsão de retorno do serviço e, se necessário, o incidente é redirecionado para a área solucionadora, ou, caso contrário, fechado. Não havendo parada programada, o registro do incidente prossegue normalmente.

Após a resolução do incidente, um e-mail é enviado, de forma automática, ao usuário, a fim de que o mesmo confirme o atendimento do incidente e sua resolução. O usuário tem 48 horas para responder. Caso não o faça, o incidente, que já está com o *status* de resolvido, é fechado. Os *e-mails* respondidos ficam armazenados na caixa postal de confirmação de incidentes da Central de Serviços por, aproximadamente, 06 (seis) meses.

Os incidentes de segurança de alta criticidade são tratados diferenciadamente, possuindo tempo e grupos de escalção diferentes. O Gestor de Segurança é informado da existência de incidente de segurança de alta criticidade para que possa tomar as devidas providências em relação ao mesmo, conforme descrito no “Processo de Gestão e Administração de Segurança da Informação”.

Processo de Gestão de Configuração

Descrição das principais atividades do processo de configuração:

A relação de itens de configuração é composta por aqueles considerados críticos para SOX (CI Crítico). Quando ocorre alteração (inserção ou exclusão) de algum item de configuração crítico, uma requisição de mudança é aberta na ferramenta ITIL com tarefa(s) direcionada(s) para “Gestão de Configuração”. O CI Crítico encontra-se devidamente identificado na Ferramenta ITIL, disponível para os analistas de TI.

A realização de monitoramento visa validar a relação de itens críticos de configuração vigente. O resultado deste monitoramento é validado na Ferramenta ITIL e documentado por meio de uma RDM, que identifica as alterações realizadas na relação de itens de configuração críticos e/ou sua conformidade.

Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Projetos	Valores Realizados em 2015	Prazo de Conclusão
Software de Gestão de Auditoria Continuada	425.164	2018
Aquisição de licenças Adobe	297.133	2015
Aquisição de balanceamento de carga de canais Internet	345.400	2018
Aquisição de Storage para Backup	378.980	2016
Aquisição de Licenças Sametime Complete	1.224.916	2016
Aquisição de estações de trabalho e <i>notebooks</i>	9.500.597	2016
Serviços especializados no emprego de geotecnologias para suportar as demandas operacionais e estratégicas de Furnas	944.692	2016
Manutenção e suporte do ambiente SAP/ERP. (MaxAttention)	1.167.825	2018

Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Não há medidas.

8.3.1 Principais sistemas de informação

Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

1- ERP SAP ECC 6.0

Gestor: Henrique José Maria

Manutenção feita por funcionários de quadro próprio e contrato.

Criticidade: Alta

Valor contrato manutenção: ver quadro a seguir.

Quadro A.8.3.1 – Contratos dos principais sistemas de informação (parte 1/2)

Número do Contrato	Objeto	Fornecedor		Vigência		Custo	Valores Desembolsados em 2015
		CNPJ	Denominação	Início	Fim		
8000004090	Manutenção, suporte e Fábrica ABAP - Desenvolvimento de melhorias do ambiente SAP/ERP.	96.534.094/0002-39	ACCENTURE DO BRASIL LTDA	13/05/2011	12/05/2016	32.333.788	6.482.151
Fonte: Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A							

Segue breve descrição dos diversos módulos que compõem o sistema.

Módulo PS

Descrição: Módulo SAP de Gerenciamento de Projetos

Funções:

- Controlar os Projetos Fisicamente (Datas);
- Controlar os Projetos Financeiramente (Orçamento).

Módulo PM

Descrição: Planejamento e Controle de Manutenção de Equipamentos.

Funções:

- Gerenciamento da manutenção de equipamentos e locais de instalação (Subestações, Usinas, Linhas de Transmissão, Instrumentos e Laboratórios Químicos, Hidrometereologia, Sismologia, Centro de Operação e Telecomunicação);
- Gerenciamento dos custos utilizados em mão de obra (interna e externa), materiais, serviços (interno ou terceiros) utilizados na manutenção.

Módulo SD

Descrição: Faturamento de Energia.

Funções:

- Cadastro de Clientes;
- Criação de Contratos;
- Criação de Ordem de Venda;
- Cálculo da Energia Consumida para Faturamento;
- Faturamento de Energia/Serviços;
- Emissão de Nota Fiscal.

Módulo CO/FM

Descrição: Gestão Orçamentária e de Custos

Funções:

- Gerenciamento de dados mestres do orçamento e controladoria;
- Gestão do planejamento e orçamento;
- Acompanhamento de custos;
- Fechamento Mensal.

Módulo HR - Time

Descrição: Controle de Frequência através do apontamento e controle de ponto.

Funções:

- Gerenciamento a frequência dos empregados baseados nas marcações, apurando itens para a folha de pagamento.

Módulo - EH&S

Descrição: Gestão de Saúde Ocupacional e Segurança Industrial.

Funções:

- Gerenciamento/Controle das principais NRs.

Módulo HR - PY

Descrição: Folha de Pagamento.

Funções:

- Pagamento salarial dos empregados e tributos referentes à folha de pagamento.

Módulo HR - PA/PD

Descrição: Cadastro de Pessoal, Concessão de Benefícios e Treinamento.

Funções:

- Gerenciamento de dados mestres de pessoal;
- Gerenciamento de Estruturas Organizacionais;
- Gerenciamento de Cargos;
- Gerenciamento de Posições;
- Gerenciamento de Tarefas;
- Gerenciamento de Benefícios;
- Gerenciamento de Treinamento.

Módulo FI - AA/TR/GL/AP/AR/TV

Descrição: Gestão de Finanças e Contabilidade de Ativos com Contas a Pagar, Contas a Receber, Tesouraria, Viagens, Ativo Imobilizado e Contabilidade.

Funções:

- AP:
 - Cadastro de Fornecedores;
 - Registro de Faturas;
 - Carga em massa de Faturas;
 - Adiantamento/Prestação de Contas de Funcionários não em viagem.
- TV:
 - Adiantamento de viagem;
 - Prestação de Contas e Gerenciamento de viagem.
- AR:
 - Complemento e Desbloqueio do Cadastro de Clientes;
 - Registro de Avisos de Créditos;
 - Destinações Contábeis;
 - Transferências de Clientes para Fornecedores;
 - Emissões de Cartas de Cobranças;
 - Geração de Arquivos para os Bancos.
- AA:
 - Atender Auditoria Interna;
 - Atender órgão externos de fiscalização;
 - Conferência de pontos de controle;
 - Base para tarefas internas.
- GL:
 - Atender exigências ANEEL, CVM e IFRS.

Módulo CFM

Descrição: Empréstimos e Financiamentos, Administrar Saldo de Caixa, Administrar e Gerenciar atribuições de Fluxo de Caixa e Aplicação de Recursos Financeiros.

Funções:

- Importação de extratos bancários;

- Conciliação Bancária;
- Fechamento de Caixa Diário;
- Lançamento de aplicações e resgates financeiros;
- Análise e elaboração do Fluxo de Caixa Previsto, Planejado e Realizado;
- Cadastro de Parceiros de Negócio;
- Pagamentos, Recebimentos e Contabilizações de Empréstimos e Financiamentos.

2- SIRO

Gestor: Ana Cristina Medeiros Borges

Responsável Técnico: Alexandre Costa Rodrigues

Fabio Scherer

Manutenção feita por equipe própria.

Criticidade: Alta

Descrição: Sistema de acompanhamento das solicitações de intervenções, indisponibilidades e restrições operativas no sistema eletro energético e de telecomunicações, envolvendo a coordenação, supervisão e execução de manobras de isolamento/normalização nas instalações.

Funções:

- Programação e Execução de intervenções;
- Cadastramento de Títulos Padrão;
- Cadastramento de Locais e Equipamentos da Operação.

3- THEMIS

Gestor: Ana Cristina Medeiros Borges

Responsável Técnico: Kelly Mello Monteiro

Manutenção feita por empresa contratada.

Criticidade: Alta

Valor contrato manutenção: ver quadro a seguir.

Quadro A.8.3.1 – Contratos dos principais sistemas de informação (parte 2/2)

Número do Contrato	Objeto	Fornecedor		Vigência		Custo	Valores Desembolsados em 2015
		CNPJ	Denominação	Início	Fim		
8000005028	Suporte e manutenção do sistema Themis (Jurídico)	11.319.574/0001-43	KTREE	10.04.2012	10.08.2016	1.511.193	342.072
8000007730	Desenvolvimento de novas funcionalidades (Workflow de aprovação e integração SAP/ERP) no Software jurídico THEMIS	11.319.574/0001-43	KTREE	23.10.2014	23.08.2016	655.700	223.350

Fonte: Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A

Descrição: Sistema de automação das atividades da área jurídica de Furnas.

Funções:

- Gestão de processos
- Agenda e prazos
- Pauta de compromissos
- Andamentos automáticos
- Alocação de horas
- Controle de despesas
- Controle de cobranças
- Emissão de relatórios
- Armazenamento de documentos
- Controle de depósitos
- Campos customizáveis
- Gestão financeira
- Faturamento
- Controle de reembolso
- Acesso via web
- Acesso para clientes
- Visão por usuário
- Gestão de arquivo físico
- Publicações

4- Sistema de Informações Espaciais dos Empreendimentos de Furnas (GISFurnas)

O GISFurnas tem por principal finalidade gerenciar e disponibilizar todas as informações geográficas e espaciais provenientes das atividades/processos de engenharia relacionadas aos empreendimentos (usinas, linhas e subestações) da Empresa.

A manutenção é terceirizada, sendo o último contrato 8000005553 encerrado em dezembro de 2015 (processo de licitação em andamento para contratação de novo contrato de suporte).

Valores do último contrato:

Termo Contratual: 8000005553

Fornecedor: Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD)

Início: 26-10-2012

Fim: 26-12-2015

Valor desembolsado: R\$ 453.978,00 (36 meses)

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade dos sistemas e medidas para mitigar eventuais riscos existentes.

Os processos de avaliação e monitoramento de riscos em FURNAS são estabelecidos seguindo as diretrizes dispostas pela Gerência de Riscos e Controles Internos (GRI.P), uma das gerências ligadas à Superintendência de Gestão de Conformidade e Riscos (RC.P).

Por sua vez, a Gestão de Riscos é realizada a partir de deliberação do Comitê de Gestão de Riscos, pela priorização dos eventos de risco, posteriormente aprovados pela alta administração. Quanto à metodologia de gerenciamento, a Nota Técnica ARC.F.001.2015 define os conceitos para implantar

um sistema automatizado de mapeamento, coleta de informações, tratamento e disseminação dos riscos corporativos aos quais Furnas está submetida.

Adicionalmente, vale fazer o registro, Furnas passou a adotar (2015), na Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras, o sistema **COSO 2013**.

Feita essa abordagem inicial, no que se refere aos riscos relacionados à continuidade e disponibilidade dos sistemas e medidas para mitigar eventuais riscos existentes, está em andamento a formulação de um mapeamento do processo de Segurança da Informação para, após sua revisão pelas áreas afetadas, ser levado à deliberação da alta administração para aprovação, com a posterior indicação das necessidades da Empresa para dar atendimento às exigências dos órgãos de controle e como forma de alinhamento às melhores práticas de governança corporativa.

Esse contexto veio a lume, evidentemente, além das inúmeras exigências normativas já existentes, com as sugestões de melhoria dispostas no Relatório de Avaliação da Integridade em Empresas Estatais nº 201504023, emitido pela CGU.

Não obstante o já explicitado acima, em termos conceituais, a **segurança da informação**, grosso modo, é a proteção da informação quanto a vários tipos de ameaças, de modo a garantir a continuidade do negócio, minimizar o risco para o negócio, maximizar o retorno sobre o investimento e as oportunidades de negócio (NBR ISO/IEC 27002:2005). A NBR ISO/IEC 17799:2001 estabelecia que a segurança da informação estava caracterizada pela preservação da confidencialidade, da integridade e da disponibilidade da informação. Já a NBR ISO/IEC 27002:2005 mantém esse conceito, acrescentando que outras propriedades podem também estar envolvidas, tais como: a autenticidade, a responsabilidade, o não repúdio e a confiabilidade. Dentre os atributos que garantem a segurança da informação estão: confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Ante todo o exposto, podemos dizer que existem dois vieses relacionados aos processos de Gestão de Segurança da Informação. O mais conhecido e notório é representado pelas plataformas de TI, que dão suporte à produção e ao tráfego das informações na Empresa. O outro, menos conhecido, pode ser representado pela maneira como a informação previamente gerada é tratada e manipulada para que se a mantenha íntegra, fidedigna e a salvo para as ocasiões em que se fizer necessária sua visitação e utilização em benefício do negócio da Empresa (governança corporativa). Em razão disso, é de suma importância a saúde das plataformas de TI para que a governança da Empresa esteja protegida em face de eventuais incidentes.

No exercício de 2015 não foi implementada qualquer ação relativa à continuidade do negócio ligada à Segurança da Informação. No que se refere a 2016, após tratativas, foi realizado um levantamento inicial, contemplando as medidas de mitigação (matriz de riscos apresentada adiante), **validado pela Superintendência de Tecnologia da Informação - ST.A.**

Adicionalmente, a Segurança da Informação solicitou à ST.A. o fornecimento de informações que servirão de base ao aprimoramento dessa matriz.

Objetivo de Controle	Número do Risco	Descrição do Risco	Número do Controle	Descrição da Atividade de Controle
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.01	<u>Concessão de acesso no SAP:</u> A solicitação de acesso ao SAP é feita por meio do SAP GRC AC, onde será analisado e validado pelo gerente imediato do usuário final ou favorecido, passando pela avaliação do Process Owner (líder de processo) posteriormente. Caso envolva risco de acesso de segregação de função ou de ação crítica, o Process Owner identifica a existência de controle compensatório.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.02	<u>Concessão de acesso a perfil FireFighter:</u> A concessão de acesso em um perfil FireFighter é solicitada por meio do SAP GRC AC pelo usuário e é avaliada pelo Controlador de FireFighter.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.03	<u>Criação/alteração de controle compensatório (SAP GRC AC):</u> Elaboração de controle compensatório pelo Process Owner caso o acesso envolva uma ação crítica ou risco de segregação de função. Nesses casos os controles compensatórios são validados pela GRI.P.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.04	<u>Revogação de acesso ao PwSati:</u> A revogação de acesso ao PwSati ocorre por meio de abertura de incidente na ferramenta ITIL pela chefia imediata do colaborador cujo acesso será revogado, ou seu substituto, ou pelo gerente da GPG.F, e é executada pela DDSC.A.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.06	<u>Revogação de acesso automática no SAP:</u> A revogação dos acessos no SAP em função de desligamento ou transferência do colaborador ocorre automaticamente, por meio de job que verifica as matrículas dos colaboradores ativos de furnas diariamente.

Objetivo de Controle	Número do Risco	Descrição do Risco	Número do Controle	Descrição da Atividade de Controle
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.07	<u>Parametrização de senha:</u> Configuração de senha forte na Rede, Plataforma Distribuída (Active Directory), SAP, PwSati, Portal SAP e sistemas não SAP por meio de parâmetros configurados em políticas e procedimentos vigentes.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.08	<u>Revogação de acesso no SAP:</u> A revogação de acesso no SAP ocorre por meio de abertura de chamado na ferramenta ITIL ou SAP GRC AC pela chefia imediata do colaborador cujo acesso será revogado, ou seu substituto.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.09	<u>Concessão de acesso ao PwSati:</u> A solicitação de concessão de acesso ao PwSati é realizada por meio de: incidente registrado na ferramenta ITIL; Correspondência Interna do gerente do Departamento; ou e-mail do gerente da Divisão solicitante (em casos de urgência), direcionado à DDSC.A, responsável pela execução da concessão.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.10	<u>Revisão de acesso às transações críticas do SAP:</u> A revisão de acesso às transações críticas e perfis de acesso SAP é realizada, por meio do SAP GRC AC, pelo respectivo <i>Process Owner</i> de cada área de negócio, sendo coordenada pela área de Controles Internos (GRI.P).
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.11	<u>Concessão de acesso aos sistemas Jazz e Themes:</u> A solicitação de concessão de acesso aos sistemas Jazz e Themis é realizada por meio da ferramenta TINET por um gerente, sendo executada a concessão pela equipe da Coordenação de Produção da GIR.A.

Objetivo de Controle	Número do Risco	Descrição do Risco	Número do Controle	Descrição da Atividade de Controle
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.12	<u>Revisão de acesso ao Jazz:</u> A revisão dos acessos ao sistema Jazz é realizada pela GDS.A e registrado em ata de reunião da área. Caso seja necessária alteração de algum acesso, é solicitado por meio de TINET.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.13	<u>Concessão de acesso ao SIRO:</u> A concessão de acesso ao sistema SIRO é registrada por meio de log no próprio sistema e o acesso é concedido pelo Administrador Geral ou pelo Administrador de Órgão, conforme perfil adequado.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.14	<u>Restrição de acesso ao Control-M:</u> Restrição de acesso ao Control-M aos colaboradores da Coordenação de Produção.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.15	<u>Concessão de acesso de administrador de ambiente:</u> A concessão de acesso ao perfil de Administrador do Ambiente (como acesso especial no RACF ou Administrator na Plataforma Distribuída) é realizada por meio de abertura de incidente na ferramenta ITIL pelo Gestor Funcional do colaborador e direcionada ao Grupo de Administradores de TI responsável.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.16	<u>Restrição de acesso aos logs - trace de segurança e tabelas SAP:</u> O SAP gera trace de segurança e de tabelas a fim de registrar o acesso e as alterações realizadas por um usuário no sistema. A restrição de acesso aos logs de trace de segurança e trace de tabelas do Ambiente SAP ocorre de modo que somente os colaboradores com função de Administradores Basis possuam acesso. Adicionalmente, os colaboradores lotados na Equipe de Auditores Internos de Furnas podem acessar os logs de segurança do SAP.

Objetivo de Controle	Número do Risco	Descrição do Risco	Número do Controle	Descrição da Atividade de Controle
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.17	<u>Concessão aos sistemas Service Manager e Solution Manager :</u> A concessão de acesso aos sistemas Service Manager e Solution Manager é realizada por meio da solicitação de um gerente no sistema TINET.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.18	<u>Revogação de acesso ao Computador Central:</u> A revogação de acesso ao Computador Central é realizada por meio de solicitação do gerente do colaborador na opção ACESSOMF do Netview Access, gerando uma pendência para o grupo Central de Serviço TI, que abre um incidente na ferramenta ITIL. Caso a revogação não ocorra automaticamente, o serviço é encaminhado para os administradores do RACF.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.19	<u>Concessão de acesso ao Computador Central:</u> A concessão de acesso ao Computador Central é solicitada pelo gerente do usuário, ou colaborador com devida atribuição para tal, por meio da opção ACESSOMF do Netview Access; por Correspondência Interna; ou por e-mail destinado aos administradores do RACF, que registram o atendimento da solicitação na ferramenta ITIL.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.20	<u>Solicitação de revisão de acessos à Rede:</u> A solicitação de revisão de acesso à Rede Corporativa (drives T e K) é enviada pela DDRS.A, semestralmente, áreas DASE.N, DIRC.F, GCT.N, DEFI.F, DVCT.N e GFS.F.

Objetivo de Controle	Número do Risco	Descrição do Risco	Número do Controle	Descrição da Atividade de Controle
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.21	<u>Revogação de acesso automática na Plataforma Distribuída e no Computador Central:</u> A revogação dos acessos na Plataforma Distribuída e no Computador Central em função de desligamento ou transferência do colaborador ocorre automaticamente, por meio de job que verifica as matrículas dos colaboradores ativos de furnas diariamente.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.22	<u>Revogação de acesso de administrador de ambiente:</u> A revogação de um perfil de Administrador de TI é realizada por meio de abertura de incidente na ferramenta ITIL pelo gestor funcional da Coordenação de Produção ou da DBDS.A (RACF) ou pelo gestor funcional da DDRS.A (Plataforma Distribuída), sendo executado pelo respectivo grupo de administradores.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.23	<u>Revogação de acesso à Plataforma Distribuída:</u> A solicitação de revogação de acesso à Plataforma Distribuída é realizada por meio da ferramenta TINET por um gerente, sendo direcionada para equipe da Coordenação de Produção da GIR.A.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.24	<u>Revisão de acesso ao Service Manager:</u> A revisão de acesso ao sistema Service Manager é realizada semestralmente pela GIR.A e registrada em ata de reunião.

Objetivo de Controle	Número do Risco	Descrição do Risco	Número do Controle	Descrição da Atividade de Controle
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.25	<u>Concessão de acesso à Plataforma Distribuída:</u> A concessão de acesso à Plataforma Distribuída é realizada por meio de solicitação na TINet, na intranet, pelo gerente do colaborador (Seu substituto ou por colaboradores com designação para tal), sendo direcionada para equipe de Coordenação de Produção.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.26	<u>Restrição de acesso ao banco de dados:</u> Restrição de acesso ao banco de dados por meio de utilitários de modo que apenas usuários lotados nos grupos Administradores de TI de Banco de Dados Plataforma Alta e Administradores de TI de Controle da Produção possuam acesso.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.27	<u>Monitoramento de banco de dados:</u> Monitoramento dos acessos e atividades (definidas no Processo de Gestão e Administração de Segurança) realizadas nos bancos de dados por meio do registro de logs de segurança.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.28	<u>Concessão de acesso de Administrador de Banco de Dados:</u> A concessão do perfil de acesso de Administrador de Banco de Dados é solicitada por meio de abertura de incidente na ferramenta ITIL pelo gestor funcional da divisão e direcionada ao grupo de Administradores de TI de Banco de Dados correspondente (Plataforma Alta ou Baixa).

Objetivo de Controle	Número do Risco	Descrição do Risco	Número do Controle	Descrição da Atividade de Controle
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.29	<u>Concessão de Senha de Superusuário:</u> Caso haja necessidade de utilizar uma conta de Superusuário para qualquer intervenção no ambiente sob sua responsabilidade, o Administrador de TI abre um incidente na ferramenta ITIL, informando a conta desejada, o motivo e o tempo previsto de utilização, solicitando a senha da respectiva conta de superusuário. A senha é liberada caso o administrador de TI requisitante seja previamente autorizado a utilizá-la.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.30	<u>Revisão de acesso aos Bancos de Dados:</u> Revisão dos usuários com acesso aos banco de dados do SQL Server (Control-M, SAP e Ferramenta ITIL) e Oracle (PwSati e SIRO) conforme descrito no Processo Lógico Controle de Acesso SAP, realizado pelo gerente da DBDS.A.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.31	<u>Monitoramento dos Superusuários:</u> As atividades dos superusuários nos ativos de TI e das senhas de superusuários são monitoradas pelo gerente, ou seu substituto, da DBDS.A e evidenciado por meio de relatório.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.32	<u>Concessão de acesso ao Control-M:</u> A solicitação de concessão de acesso ao Control-M é realizada por meio de abertura de incidente na ferramenta ITIL pelo Coordenador de Produção, ou seu substituto, sendo direcionada para a área solucionadora (Produção Plataforma Baixa).

Objetivo de Controle	Número do Risco	Descrição do Risco	Número do Controle	Descrição da Atividade de Controle
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.33	<u>Revisão de acesso ao Control-M:</u> A revisão de acesso do Control-M é realizada pelo Coordenador de Produção e registrada em ata.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.34	<u>Restrição de acesso aos logs do Active Directory:</u> O Active Directory (AD) possui log que registra eventos relevantes ocorridos no sistema. A restrição de acesso aos logs de segurança do Active Directory (AD) ocorre de modo que apenas os Administradores de TI lotados na DDRS.A e Administradores de TI da Coordenação de Produção possuam acesso. O backup dos logs de dados é armazenado por 6 meses.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.35	<u>Restrição de acesso aos logs de segurança do Datacom:</u> O Datacom possui log que registra eventos relevantes ocorridos no sistema. A restrição de acesso aos logs de segurança do Datacom ocorre de modo que apenas colaboradores lotados no grupo dos Administradores de TI de banco de dados Plataforma Alta, Analistas do GDS.A e gerente da DBDS.A possuam acesso. A consulta é realizada por meio do RPF DUS.DADOS, e os logs possuem backups e são armazenados por 12 (doze) meses.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.36	<u>Restrição de acesso aos logs de segurança do Firewall:</u> Os logs de dados do sistema de Firewall são utilizados para rastreamentos dos acessos à Internet. A restrição de acesso ao Servidor de logs de segurança dos Firewalls ocorre de modo que somente os colaboradores lotados nos grupos Administradores de Segurança ou Administradores de Backup possuam acesso.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.39	<u>Restrição de acesso aos logs de segurança de PROXY:</u> Os logs de dados do sistema de Proxy de Furnas são utilizados para rastreamentos dos acessos à Internet. A restrição de acesso aos logs de segurança de PROXY ocorre de modo que somente os colaboradores com função de Administradores de Segurança e Administradores de Backup possuam acesso.

Objetivo de Controle	Número do Risco	Descrição do Risco	Número do Controle	Descrição da Atividade de Controle
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.40	<u>Restrição de acesso aos logs de segurança do RACF:</u> Os Logs de segurança RACF e ACESSOMF controlam o acesso de usuários aos recursos do Computador Central. O acesso de leitura e escrita aos arquivos SMF, onde se insere o log do RACF, se restringe ao grupo mainframe da Coordenação de Produção da GIR.A (DDCSMAIN), e de leitura aos grupos mainframes da DBDS.A (SUPORTE e BDMAIN). Para o log da aplicação ACESSOMF, é permitido acesso de leitura e escrita aos grupos mainframe da Coordenação de Produção da GIR.A(DDCSMAIN) e DBDS.A (SUPORTE).
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.42	<u>Revogação de acesso ao Control-M:</u> A solicitação de revogação de acesso ao Control-M é realizada por meio de abertura de incidente na ferramenta ITIL pelo Coordenador de Produção, ou substituto, sendo direcionada para a área solucionadora (Produção Plataforma Baixa).
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.43	<u>Revogação de acesso ao sistema Service Manager:</u> A revogação de acesso ao sistema Service Manager é realizada por meio de solicitação de um gerente na ferramenta TINET, sendo executada pelo Administrador da Ferramenta.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.44	<u>Revogação de acesso ao SIRO:</u> A revogação dos acessos no SIRO ocorre: automaticamente, por verificação da matrícula dos colaboradores ativos de Furnas e suas respectivas lotações no momento do "login" do usuário, nos casos de desligamento ou transferência do colaborador; ou manualmente, por meio de revisão dos acessos ao SIRO pelos administradores de órgão e geral.

Objetivo de Controle	Número do Risco	Descrição do Risco	Número do Controle	Descrição da Atividade de Controle
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.45	<u>Revogação de acesso aos sistemas Jazz e Themes:</u> A revogação de acesso aos sistemas Jazz e Themis é realizada por meio de solicitação na ferramenta TINet por um gerente, sendo executada pela equipe da Coordenação de Produção.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.46	<u>Revogação de acesso de Administrador de Banco de Dados:</u> A revogação do perfil de acesso de Administrador de Banco de Dados é solicitada por meio de abertura de incidente na ferramenta ITIL pelo gestor funcional da divisão e direcionada ao grupo de Administradores de TI de Banco de Dados correspondente (Plataforma Alta ou Baixa).
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.47	<u>Revogação da Senha de Superusuário:</u> A revogação da senha de superusuário acontece, automaticamente, na data prevista de encerramento do acesso, conforme presente na solicitação de concessão de acesso.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.48	<u>Revisão de acessos à Rede:</u> Revisão periódica dos usuários com acesso à Rede Corporativa (drives T e K) pelos gerentes, ou substitutos formais, do escritório central das áreas DASE.N, DIRC.F, GCT.N, DEFI.F, DVCT.N, GFS.F, mediante a solicitação de revisão enviada pela DDRS.A.

Objetivo de Controle	Número do Risco	Descrição do Risco	Número do Controle	Descrição da Atividade de Controle
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.49	<u>Implementação da revisão dos acessos à Rede:</u> Após a revisão de acesso à Rede Corporativa (drives T e K), a DDRS.A realiza os ajustes necessários nos acessos à Rede Corporativa, de acordo com a revisão recebida, a fim de garantir que somente colaboradores com a devida autorização possuam acesso.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.50	<u>Revisão de acesso ao Solution Manager:</u> A revisão de acesso ao sistema Solution Manager é realizada pela GIR.A.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.51	<u>Regogação de acesso ao Solution Manager:</u> A revogação de acesso ao sistema Solution Manager é solicitado pelo gerente do funcionário ao Administrador da Ferramenta quando necessário ou é feita de forma automática para os casos de desligamento/transferência.

8.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI

Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação.

a) O PDTI visa apoiar a Superintendência de Tecnologia da Informação (ST.A) na solução de problemas e projetar a realização de melhorias, mediante o estabelecimento de iniciativas estratégicas e planos de ação associados, voltados para evolução da arquitetura tecnológica e dos serviços de TI, para o período de 2013 a 2016, considerando as prioridades e a estratégia de negócio da Empresa.

b) O PDTI propõe 19 Iniciativas Estratégicas de TI. Estas iniciativas tiveram caráter estruturante e complementar ao conjunto de 32 iniciativas já em execução e claramente alinhadas aos objetivos estratégicos detalhados ao longo do trabalho.

8.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade:

Em 2015 foi realizada a revisão da Política Ambiental de Furnas, que data de 1998. O novo texto está em consonância com a Política Ambiental das Empresas Eletrobras e inclui novas premissas, como a conservação do capital natural e a prevenção da poluição. As empresas do Sistema Eletrobras possuem um Plano de Ação para Internalização e Divulgação da Política Ambiental, e em 2015 todas as empresas, inclusive Furnas, fizeram uma campanha de comunicação integrada para divulgar a Política Ambiental das Empresas Eletrobras para seu público interno. Disponível em: <http://www.furnas.com.br/frmMAPoliticass.aspx>

Quadro A.8.4 – Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?		X
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados		X

	semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
<p style="text-align: center;">Considerações Gerais</p> <p>Furnas elabora relatórios semestrais do Programa da Coleta Seletiva Solidária (Decreto nº 5.940/06) desde 2008, e relatórios anuais do Programa A3P desde 2012 (ano de adesão ao programa). Estes relatórios estão disponíveis no <i>website</i> externo da Empresa. Pela segunda vez, Furnas foi finalista do Prêmio A3P do Ministério do Meio Ambiente, com dois projetos, um no eixo temático Gestão de Resíduos – Projeto da Bateria de Lítio no Sistema de Telecomunicações, e o outro no eixo temático Inovação na Gestão Pública – Projeto do Ônibus Urbano com Tração Elétrica.</p>			
Fonte: Superintendência de Gestão Ambiental e Fundiária – GA.E			

8.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Furnas não considera o Decreto nº 7.746/2012 em suas contratações. Observa-se, entretanto, que todas as licitações de Furnas são regidas pelas Leis nº 8.666, de 21.06.1993, Lei nº 10.520, de 17.07.2002, Decreto nº 5.450, de 31.05.2005, Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, Decreto nº 6.204, de 05.09.2007 e Lei nº 12.349, de 15.12.2010, onde aplicável, em suas últimas versões, como também atendem ao inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal: Lei nº 8.666, de 21.06.1993 e Lei nº 12.349, de 15.12. 2010. Ainda, os Princípios e Normas de Conduta Empresarial de Furnas e o Código de Ética das Empresas Eletrobras (www.furnas.com.br, opção “A Empresa”) são partes integrantes dos editais e contratos na relação de Furnas com seus fornecedores (www.furnas.com.br, opção “Fornecedores”), os quais estabelecem compromissos entre as partes referentes às boas práticas socioambientais.

9 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Quadro A.9.1 – Acompanhamento de Não Conformidades TCU

Acórdão	Processo	Determinação/Recomendação	Responsável	Status
Acórdão 0012/2015 - Plenário	012.643/2005-4	Determinações/Recomendações/Orientações: não há.	Comitê Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização - CAOEF	Atendido
Acórdão 0100/2013 - Plenário	012.643/2005-4	Determinar a Furnas a instauração de Tomada de Contas Especial no tocante ao apontado no item 9.4.6 do Acórdão nº 354/2006 - Plenário, parágrafo 30, fls. 351/353 - Volume 1, consoante arts. 8 e 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 249, inciso II do Regimento Interno/TCU	Comitê Permanente de Atendimento a Organismos de Fiscalização Externa - CAOEF	Aguardando CAOEF
Acórdão 0134/2015 - Plenário	001.042/2015-7	Determinações/Recomendações/Orientações: não há.	Comitê Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização - CAOEF	Atendido
Acórdão 0576/2012 - Plenário	032.732/2011-2	Determinar a Furnas Centrais Elétricas S.A. que informe nos relatórios de gestão de suas contas anuais, em seção específica, já a partir do exercício de 2012 até 2018, sobre as medidas adotadas visando ao cumprimento dos acordos judiciais pactuados no âmbito do MS STF 27.066, em especial, quanto ao cronograma de substituição de terceirizados;	Superintendência de Estratégia e Sustentabilidade - ES.P	Aguardando ES.P
Acórdão 0753/2015 - Plenário	010.285/2008-8	Acatar as justificativas de Furnas Centrais Elétricas S.A. e da Construção e Comércio Camargo Correa S.A. em relação aos indícios de sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado no contrato 17.967/2008, referente às obras civis da UHE Batalha;	Comitê Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização - CAOEF	Atendido
Acórdão 1071/2015 - Plenário	034.484/2014-0	Determinações/Recomendações/Orientações: não há.	Comitê Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização - CAOEF	Atendido
Acórdão 1089/2012 - Plenário	028.352/2010-6	Determinar a Furnas Centrais Elétricas S. A. que promova, até decisão final, o acompanhamento da Ação de Cobrança em desfavor da Caixa de Assistência dos Funcionários de Furnas (Caefe), a qual se encontra tramitando na Justiça Estadual do Rio de Janeiro, fazendo constar, em seu Relatório de Gestão anual, informações sobre as decisões interlocutórias e desdobramentos que porventura ocorram, encaminhando imediata	Comitê Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização - CAOEF	Furnas promoveu a cobrança judicial dos valores pagos à CAEFE. Ver nota ao final do quadro.

Acórdão	Processo	Determinação/Recomendação	Responsável	Status
		comunicação a esta Corte de Contas na oportunidade do desfecho da ação de cobrança;		
Acórdão 1217/2015 - Plenário	002.742/2015-2	Determinações/Recomendações/Orientações: não há.	Comitê Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização - CAOEF	Atendido
Acórdão 1362/2015 - Plenário	002.564/2011-4	Nos termos do art. 250, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal, recomendar à empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. que, em consonância com as disposições dos arts. 153 e 239, parágrafo único, da Lei 6.404/1976, defina, se já não o fez, estratégias e/ou orientações específicas para procedimentos de <i>due diligence</i> a ser utilizados previamente às operações de reestruturação societária de que participe ou de aquisição de participações acionárias, de modo a aprimorar a avaliação de riscos e oportunidades do negócio, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência deste Acórdão, as informações sobre as providências adotadas ou a justificativa para o não implemento da presente recomendação;	Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações - DN	Atendido
Acórdão 1412/2015 - Plenário	029.462/2014-2	Determinações/Recomendações/Orientações: não há	Comitê Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização - CAOEF	Atendido
Acórdão 1459/2015 - Plenário	026.596/2014-8	Determinações/Recomendações/Orientações: não há.	Comitê Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização - CAOEF	Atendido
Acórdão 1569/2015 - Plenário	003.942/2015-5	Determinações/Recomendações/Orientações: não há.	Comitê Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização - CAOEF	Atendido
Acórdão 1586/2015 - Plenário	035.925/2011-6	Tratam de documentação encaminhada pelo TRT-1ª Região a este Tribunal, recebida como representação acerca do tratamento discriminatório dispensado por Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas) a empregados admitidos mediante o mesmo concurso público, consubstanciado por reenquadramentos, em Plano de Cargos e Salários, com base em situações jurídicas pretéritas à admissão. ar ciência a Furnas Centrais Elétricas S.A de que, exceto nos casos abrigados pelos acordos firmados no âmbito do MS 27066, não será considerada de boa-fé por este Tribunal a irregularidade consubstanciada no reenquadramento, em planos de cargos e salários, de empregados admitidos mediante o mesmo concurso público, com base em situações jurídicas pretéritas à admissão,	Comitê Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização - CAOEF	Atendido

Acórdão	Processo	Determinação/Recomendação	Responsável	Status
		conforme ocorreu nos casos tratados nesta representação, por contrariar os princípios da isonomia e do concurso público, insculpidos no art. 37, caput e inciso II, da Constituição Federal e, ainda, por poder implicar futuros prejuízos ao Erário, decorrentes do possível acolhimento pela Justiça do Trabalho de pleitos, dos demais empregados concursados, no sentido de equiparação salarial, com fundamento no art. 461 da CLT		
Acórdão 1825/2015 - 1ª Câmara	020.183/2010-0	Determinações/Recomendações/Orientações: não há.	Comitê Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização - CAOEF	Atendido
Acórdão 2317/2015 - Plenário	027.891/2011-9	Determinar a instauração, a partir de cópias das peças destes autos, de tomada de contas especial relativa às questões concernentes ao 3º Termo Aditivo ao Contrato 17.967/2008, firmado entre Furnas Centrais Elétricas S.A. e a Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. - CCCC, no valor de R\$ 64.065.958,78, sem que fossem comprovados o fato gerador da obrigação de indenizar e a adequação do valor indenizatório concedido;	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos - DE	Foi instaurada Tomada de Contas Especial pelo processo TC 026.407/2015-9, de 02.10.2015.
Acórdão 2979/2015 - Plenário	027.891/2011-9	Determinações/Recomendações/Orientações: não há.	Comitê Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização - CAOEF	Atendido
Acórdão 3813/2014 - 1ª Câmara	017.725/2010-0	Determinar a Furnas Centrais Elétricas S.A que observe, quando do enquadramento dos trabalhadores admitidos antes de 21/12/1993 constantes do 017.725/2010-0, a Decisão Monocrática proferida pelo STF no MS nº 27.066.	Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas - RH.A	Não foram efetuadas admissões no exercício de 2015.
Acórdão 4132/2015 - 1ª Câmara	014.241/2015-3	Determinações/Recomendações/Orientações: não há	Comitê Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização - CAOEF	Atendido
Acórdão 7873/2015 - 2ª Câmara	025.572/2013-0	Dar ciência a Furnas Centrais Elétricas S.A. que a ausência de cumprimento de determinação deste Tribunal pode implicar na aplicação da penalidade de multa, e o consequente julgamento pela irregularidade das contas, consoante arts. 16, inciso III, § 1º, e 58, inciso VII, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 209, inciso IV, § 1º, e 268, incisos VII e VIII, do Regimento Interno/TCU, conforme observado nos subitens 9.2 dos Acórdãos 576 e 1.089/2012-TCU-Plenário;	Superintendência de Estratégia e Sustentabilidade - ES.P	Atendido
Fonte: Superintendência de Auditoria Interna - AD				

Nota: Com respeito ao processo movido contra a CAEFE, segue breve cronologia dos fatos, referente ao processo nº 0142728-76.2011.8.19.0001.

Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por Furnas em face da CAEFE, em 13.05.2011, por dependência à ação nº 01916000-93.2009.8.19.0001, cujo objeto é o ressarcimento do valor de R\$ 1.843.219,03, referente às despesas não pagas pela CAEFE, decorrentes do convênio 13.578 (cessão de empregados), conforme determinação do Tribunal de Contas da União.

A CAEFE contestou a ação e Furnas apresentou a réplica, estando os autos conclusos para sentença, que será prolatada em conjunto com as dos outros processos movidos pela CAEFE, nos quais a mesma cobra de Furnas importâncias não repassadas por força da decisão do TCU, bem como pretende o restabelecimento do convênio por força de decisão judicial.

Nesse sentido, o juízo prolatou em 07.07.2015 a seguinte decisão:

"Aguarda-se andamento regular do processo principal. Com término da instrução probatória daquele processo, voltem para prolação de sentença conjunta."

Quanto ao processo principal, a fase atual é a pericial, estando os autos em poder do perito para elaboração do laudo desde 30.09.2015.

9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro A.9.2 – Acompanhamento de Não Conformidades CGU

Plano de Providências Permanente - CGU

Ordem de Serviço	Recomendação	Descrição da Recomendação	Responsável	Status da Implantação
201108792	63418	Criar no SAP registro diferenciado por tipo de instrumento celebrado e levantar todos os instrumentos em que a Eletrobras Furnas transfira recursos para que seja feita distinção no SAP dentre esses instrumentos, de modo que se possa extrair do sistema informações consistentes e fidedignas.	Superintendência de Tecnologia da Informação - ST.A	Monitorando
201203831	75385	Realizar a contratação por inexigibilidade apenas quando restar figurada a singularidade do objeto e demais exigências legais.	Superintendência Jurídica - SJ.P	Monitorando
201203831	75387	Formalizar, no caso do Contrato nº8000003850, a assinatura de termos de compromisso pelos dirigentes tutelados de ressarcimento à Eletrobras Furnas dos valores dispendidos no caso de condenação por conduta ilegal ou ofensa aos princípios da administração pública.	Superintendência Jurídica - SJ.P	Cancelado
201307767	59468	Para os próximos relatórios de gestão, implementar e informar indicadores aptos a avaliar o desempenho da Empresa.	Superintendência de Planejamento, Análise e Controle Financeiro - OP.F	Atendido
201307767	59470	Finalizar o Plano Estratégico com indicadores próprios da Empresa para nortear seu desempenho.	Superintendência de Planejamento, Análise e Controle Financeiro - OP.F	Atendido
201307767	59471	Efetuar a revisão nos acordos de níveis de serviço considerando o novo cenário de Furnas.	Superintendência de Tecnologia da Informação - ST.A	Atendido
201307767	59472	Criar procedimento periódico de verificação da adequação dos níveis de serviços dos contratos vigentes atualizando os acordos tempestivamente, quando necessário	Superintendência de Tecnologia da Informação - ST.A	Atendido
201307767	59474	Realizar pesquisa para identificar se existe outras soluções de TI que atendem os requisitos de futuras contratações.	Superintendência de Tecnologia da Informação - ST.A	Monitorando

201315583	62699	Nos próximos RAINT's, incluir avaliação do atendimento às determinações e/ou recomendações dos órgãos de controle interno e externo, informando os respectivos trabalhos de auditoria realizados pela Auditoria Interna que atestaram ou não a implementação dessas determinações e/ou recomendações.	Superintendência de Auditoria Interna - AD	Em Atendimento
201315583	62701	Nos próximos RAINT's, em relação ao item "Relato Gerencial" , considerar o disposto no art. 7º da IN SFC 01/2007, abstendo-se de fazer menção aos anexos, efetuando uma síntese dos trabalhos realizados em cada área ao longo do exercício a que se refere o RAINT.	Superintendência de Auditoria Interna - AD	Cancelado
201407944	137057	Aprimorar os Relatórios de Monitoramento de modo a inserir análise do atendimento ou não das recomendações/determinações dos órgãos de controle interno e externo, relacionando as respectivas evidências.	Superintendência de Auditoria Interna - AD	Em Atendimento
201407944	137058	Para cada recomendação/determinação efetuada pelos órgãos de controle, identificar os riscos associados pelo seu não atendimento.	Superintendência de Auditoria Interna - AD	Em Atendimento
201407944	137059	Criar indicadores gerenciais capazes de acompanhar a eficácia e eficiência da implementação das recomendações/determinações dos órgãos de controle como, por exemplo: Índice de Atendimento Dentro do Prazo, Índice de Não Atendimento, etc., fazendo-os constar no RAINT.	Superintendência de Auditoria Interna - AD	Em Atendimento
201503918	155814	Nos próximos relatórios de gestão, informar todas as recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno, estando pendentes ou não de atendimento.	Superintendência de Estratégia e Sustentabilidade - ES.P	Em Atendimento
201503918	155815	Faça constar, anualmente, em seu Relatório de Gestão informações sobre as decisões interlocutórias e desdobramentos que porventura ocorram no curso da Ação de Cobrança em desfavor da CAEFE, até a decisão final, conforme determinação expedida no Acórdão 1089/2012 - Plenário.	Superintendência de Estratégia e Sustentabilidade - ES.P	Atendido
201503918	155816	Estabelecer rotina no Conselho de Administração para discutir a avaliação dos membros da Diretoria Executiva, após as avaliações individuais, conforme prevê o § 3º do art. 20 do Estatuto Social de Furnas e o item 2.2.3 do Manual de Avaliação de Desempenho do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Eletrobras.	Conselho de Administração	Em Atendimento
244090		Firmado o novo convênio, implementar a fiscalização rigorosa que assegure o cumprimento do objeto, de modo que a obrigação ambiental da empresa seja quitada e os recursos bem aplicados.	Superintendência de Gestão Ambiental e Fundiária - GA.E	Monitorando

Fonte: Superintendência de Auditoria Interna - AD

9.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Para minimização e apuração de ocorrência de ilícitos administrativos, Furnas, em 22.12.2014, implantou o seu “Manual de *Compliance* Referente à Política de Anticorrupção”, em atendimento à legislação brasileira e à Foreign Corrupt Practices Act (FCPA, ou, em português, Lei de Prática Estrangeira Contra Corrupção), pelo fato de a *Holding* ter suas ações listadas e negociadas na Bolsa de Valores de Nova York.

Para gerir o Programa de Integridade da Empresa, o Conselho de Administração de Furnas aprovou a alteração da estrutura organizacional que criou a Superintendência de Gestão de Conformidade e Riscos (RC.P), vinculada à Presidência, com os seguintes órgãos subordinados: Gerência de Conformidade (GCF.P), Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos (GRI.P) e a Coordenação de Segurança da Informação.

Ato contínuo, a RC.P promoveu treinamentos para a alta administração e para os colaboradores mais expostos aos riscos. Para viabilizar a apuração sobre todas e quaisquer denúncias que envolvessem o nome de Furnas, oriundas do Canal de Denúncias/Ouvidoria, a Diretoria Executiva aprovou a criação de uma Comissão Executiva de Correição (CEC), cujos processos de apuração são instaurados por determinação do Diretor-Presidente, a partir de solicitação formal do Gerente de *Compliance*. Nesta Comissão são investigados atos de pessoas jurídicas sob suspeita de serem lesivos a Furnas.

Por fim, cabe informar que a Diretoria Executiva também aprovou a contratação de uma consultoria externa para apoiar Furnas na avaliação das medidas de integridade já existentes e promover o aprimoramento e a integração das mesmas, com a finalidade de diminuir o risco de corrupção e fraudes e aumentar a capacidade da Empresa na detecção e remediação das irregularidades que possam ocorrer.

Não foram instauradas, por Furnas, Tomadas de Contas Especiais – TCE no exercício em pauta.

Os processos em curso durante o exercício de 2015 estão listados no item 17 deste Relatório.

Vale destacar que a apuração de infrações disciplinares porventura praticadas por colaboradores de Furnas fica a cargo do Comitê Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização (CAOEF), conforme já afirmado no item 5.8 deste Relatório.

9.9 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

O Manual de Contas a Pagar disponível na intranet de Furnas é o instrumento que estabelece critérios e procedimentos para os compromissos assumidos pela Empresa. Destacamos a seguir os itens 4, 8 e 9, que dispõem sobre prazo, aceitação e liberação do processo de pagamento. A ferramenta de aprovação de pagamentos "WorkFlow", mencionada nos itens em questão, é um controle utilizado para acompanhamento do processo de pagamento.

“4. PAGAMENTOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1. A assinatura de um Instrumento Contratual entre Furnas e terceiros deverá gerar um Compromisso formal, que será validado e controlado pelo Gestor do Instrumento Contratual. O

fornecimento de Material, a Execução de Obras ou a Prestação de Serviços só poderá ser iniciado com a assinatura do Instrumento Contratual por Furnas e pela contratada, quando aplicada.

4.2. Os órgãos da Companhia deverão obedecer às orientações estabelecidas na IN 019.85 - Delegação de Competências, para assumirem Compromisso com terceiros, bem como observar a previsão de recursos orçamentários que assegurem os pagamentos decorrentes destas obrigações a serem executadas no exercício financeiro em curso.

4.2.1. Os Gestores deverão seguir, ainda, as orientações contidas no IN.002.2012 - Gestão de Instrumento Contratual.

4.3. No Instrumento Contratual firmado com terceiros deverão ser observadas as cláusulas financeiras necessárias para o cumprimento do contrato, tais como: CNPJ, valor, garantias, prazos, legislação pertinente, condições de pagamento e faturamento, domicílio bancário, entre outras.

4.4. O Habilitador do Compromisso deverá exigir, a cada pagamento efetuado por Furnas, a apresentação da documentação atualizada relativa à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, Certidão Negativa de Débito - CND e o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, respectivamente, acompanhadas das Guias de Recolhimento das Contribuições Previdenciárias - GPS e Contribuições para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, estas referentes ao mês anterior, e das respectivas Folhas de Pagamento dos empregados envolvidos na prestação do serviço, objeto do Contrato, ou quando se tratar de serviços de execução continuada ou parcelada, e sempre que aplicável, os originais de Declaração do Simples ou de Instituição sem fins Lucrativos, conforme modelo definido na legislação vigente.

Assim sendo, por ocasião da habilitação de pagamento, caberá ao Gestor do Instrumento Contratual verificar a validade, pelo menos até a data do vencimento ou pagamento da obrigação em questão, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, da Certidão Negativa de Débito - CND e do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.

4.5. Todo Instrumento Contratual, que exija garantia contratual, deverá ter os documentos dessa garantia devidamente analisados e validados, conforme a seguir:

. Quando a garantia apresentada tratar-se de seguro-garantia, os requisitos de solidez e saúde econômico-financeira estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP deverão ser verificados e validados pela Divisão de Seguros - DISG.F para assegurar a capacidade da garantia do contrato segurado.

. Quando a garantia apresentada tratar-se de fiança bancária deverá ser encaminhada à Gerência de Análise Financeira - GFI.F para validação, não só do estabelecimento bancário emissor, como também dos termos descritos na referida fiança.

. Quando a garantia for apresentada na forma de caução, deverão ser enviadas as informações do Instrumento Contratual e do documento de contas a receber associado ao contrato à Divisão de Operações de Tesouraria – DDOT.F, para validação e conciliação do crédito.

4.5.1. Após a validação, a garantia contratual vinculada a compromissos que tramitem pela DCPG.F deverá ser encaminhada à Gerência de Tesouraria - GTE.F, através de Correspondência Interna e com cópia do parecer do órgão validador, para conferência quanto ao valor e prazo de validade.

4.5.2. O Gestor do Instrumento Contratual deverá, sempre que necessário, exigir a atualização da Garantia de Cumprimento do Instrumento Contratual pela contratada, tendo como referências o valor e a vigência atualizados.

4.5.3. Quando o Compromisso tramitar pela DCPG.F, a garantia de cumprimento de contrato deverá ser guardada pela GTE.F para posterior devolução ao fornecedor ou prestador de serviço, após solicitação formal do Habilitador do Compromisso, por ocasião da emissão do termo de recebimento definitivo do objeto do Compromisso.

. No caso de Compromisso administrado sem a interferência da DCPG.F, a garantia de cumprimento de contrato deverá ser guardada pelo Órgão Gestor do Instrumento Contratual para posterior devolução ao fornecedor ou prestador de serviço por ocasião da emissão do termo de recebimento definitivo do objeto do Compromisso.

4.5.4. Quando a garantia for apresentada em espécie, o valor a ser devolvido terá que ser atualizado monetariamente pela GFI.F, após solicitação formal pelo Habilitador do Compromisso e emissão do termo de recebimento definitivo do objeto do compromisso.

4.6. As informações de domicílio bancário e retenção de tributos deverão estar previamente cadastradas conforme delegação do Gestor do Instrumento Contratual no registro do fornecedor e deverão ser verificadas no momento do registro de cada cobrança.

4.7. Caberá ao Gestor do Instrumento Contratual acompanhar os eventos sob sua administração desde o ciclo de aprovação até a confirmação da quitação. Caso a aludida confirmação não ocorra, o mesmo deverá tomar as medidas cabíveis.

8. ACEITAÇÃO DA COBRANÇA

8.1. O Habilitador do Compromisso deverá utilizar no sistema SAP o recurso “WorkFlow” que possibilita realizar a aceitação e aprovação do Documento de Cobrança.

. Caso o Documento de Cobrança não seja aceito por qualquer irregularidade e tenha que ser devolvido ao fornecedor, o Habilitador do Compromisso deverá providenciar o estorno do registro e a devolução do Documento de Cobrança, observando sempre a legislação pertinente.

8.2. Para o Compromisso Diverso sem Instrumento Contratual, o vencimento dar-se-á sempre 6 (seis) dias úteis após a entrada da cobrança de fornecedores em Furnas.

8.3. O Gestor do Instrumento Contratual deverá aprovar o processo de pagamento a fornecedores no mínimo 6 (seis) dias úteis antes do vencimento agendado para o pagamento. Caso a aprovação não ocorra no prazo estabelecido, o pagamento poderá automaticamente ser reprogramado para 6 (seis) dias úteis subsequentes à data de aprovação.

8.4. O Habilitador do Compromisso deverá registrar no SAP as glosas aplicadas aos fornecedores de materiais e bens, bem como solicitar a área responsável pela emissão do MIRO (registro contábil no SAP) a nota fiscal de devolução ao referido fornecedor, conforme legislação vigente.

8.4.1. A nota fiscal de serviço que apresente valores em desacordo com o contratado ou qualquer outra irregularidade quanto às exigências contratuais e legais será passível de devolução no momento de sua apresentação pelo prestador, não podendo ser apresentada novamente caso tal ação impacte em qualquer tipo de ônus financeiro ou administrativo.

9. LIBERAÇÃO DO PROCESSO DE PAGAMENTO

9.1. O Habilitador do Compromisso ou a DCPG.F deverá registrar o Documento de Cobrança no SAP. Quando se tratar de Compromisso Diverso, as informações geradas pelo SAP deverão ser conferidas e confrontadas com os demais documentos inerentes ao processo.

. Com as informações corretas cadastradas no SAP, o documento estará habilitado para seguir o rito de análises e dar continuidade ao ciclo de aprovações, via “WorkFlow”, para que o Habilitador do Compromisso e o Gestor possam liberar o documento para efetivo pagamento.

9.1.1. No caso de compromisso em moeda estrangeira ou vinculado a financiamento, o processo original com as informações geradas automaticamente pelo SAP, deverá ser encaminhado à DDOT.F, após as respectivas aceitações e aprovações para o rito de pagamento e contratação de câmbio.

9.2. O processo de pagamento liquidado, contendo todos os documentos originais, inclusive declarações específicas, quando aplicáveis, tais como optante do SIMPLES, instituição SEM FINS LUCRATIVOS, entre outros, deverá ser capeado com o Documento de Lançamento Interno – DLI, que é o resumo financeiro do processo gerado no SAP (transação ZFI184), e encaminhado à Divisão de Gestão do Conhecimento - DDGC.A, conforme delegação do Gestor do Instrumento Contratual, após confirmada a respectiva quitação, para o devido armazenamento.

9.3. O Habilitador do Compromisso deverá acompanhar, periodicamente, o processo de pagamento por meio de consulta ao SAP (transação ZWF100), para verificar se o pagamento do compromisso foi efetuado.”

9.14 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

Quadros A.9.14 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	Ver tabelas abaixo		
Legal	Ver tabelas abaixo		
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais - CR.P

Publicidade Institucional:

Documento Contábil	Valor Bruto	Valor Líquido	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada no Sistema	Veículo
5106335694	R\$ 78.607,36	R\$ 78.321,66	05/03/2015	3758	24/02/2015	MB PUBLICIDADE
5106335693	R\$ 45.739,20	R\$ 45.572,96	05/03/2015	3757	24/02/2015	WMIDIA COMUNICAÇÃO
5106334082	R\$ 2.390,17	R\$ 2.354,52	09/02/2015	3733	05/02/2015	V.P.D. EMPRESA DE RADIODIFUSÃO
5106334081	R\$ 2.390,17	R\$ 2.354,52	09/02/2015	3734	05/02/2015	RADIO ENERGIA LTDA
5106334080	R\$ 115.856,00	R\$ 115.434,91	02/03/2015	3732	05/02/2015	M4BR SERVIÇOS DE INFORMATICA
5106334078	R\$ 105.248,00	R\$ 104.865,47	02/03/2015	3731	05/02/2015	M4BR SERVIÇOS DE INFORMATICA
5106334076	R\$ 228.789,60	R\$ 227.958,03	02/03/2015	3730	05/02/2015	WMIDIA COMUNICAÇÃO
5106334075	R\$ 236.063,36	R\$ 235.205,36	02/03/2015	3729	05/02/2015	MB PUBLICIDADE
5106332349	R\$ 259.842,10	R\$ 255.964,98	30/01/2015	3352	21/01/2015	VEILOC VEICULAÇÃO PUBLICITÁRIA
5106332347	R\$ 69.576,00	R\$ 69.323,12	30/01/2015	3671	21/01/2015	M4BR SERVIÇOS DE INFORMATICA
5106332346	R\$ 118.750,00	R\$ 107.528,12	30/01/2015	3674	21/01/2015	ALX SERVIÇOS DE PUBLICIDADE
5106332345	R\$ 118.750,00	R\$ 107.528,12	30/01/2015	3675	21/01/2015	ALX SERVIÇOS DE PUBLICIDADE
5106332344	R\$ 118.750,00	R\$ 107.528,12	30/01/2015	3678	21/01/2015	SKY MIDIA
5106332343	R\$ 118.750,00	R\$ 107.528,12	30/01/2015	3680	21/01/2015	SKY MIDIA
5106332342	R\$ 8.747,44	R\$ 7.920,81	30/01/2015	3703	21/01/2015	DW7 SPORTS AGÊNCIA ESPORTIVA
5106332341	R\$ 15.600,00	R\$ 14.125,80	30/01/2015	3704	21/01/2015	FERNANDA OLIVEIRA ESPORTES
5106332340	R\$ 83.200,00	R\$ 75.337,60	30/01/2015	3705	21/01/2015	BPDW EVENTOS CULTURAIS
5106332339	R\$ 10.400,00	R\$ 10.362,20	30/01/2015	3706	21/01/2015	BRISAFORTE PROMOÇÕES
5106332338	R\$ 31.200,00	R\$ 31.086,60	30/01/2015	3707	21/01/2015	BRISAFORTE PROMOÇÕES
5106332337	R\$ 20.800,00	R\$ 18.834,40	30/01/2015	3708	21/01/2015	M.S. PEDREIRA JUNIOR
5106332336	R\$ 20.800,00	R\$ 18.834,40	30/01/2015	3709	21/01/2015	ARTUR NABARRETE ZANETTI
5106332335	R\$ 20.800,00	R\$ 18.834,40	30/01/2015	3710	21/01/2015	SPIDER ANDERSON SILVA
5106332333	R\$ 2.350,40	R\$ 2.341,86	30/01/2015	3711	21/01/2015	MP PROJETOS E SERVIÇOS
5106332330	R\$ 20.800,00	R\$ 18.834,40	30/01/2015	3712	21/01/2015	CIELO & CIELO COMERCIO
5106332329	R\$ 7.280,00	R\$ 7.253,54	30/01/2015	3713	21/01/2015	ADRIANA DEL NEGRO EVENTOS
5106332328	R\$ 5.200,00	R\$ 5.181,10	30/01/2015	3714	21/01/2015	ADRIANA DEL NEGRO EVENTOS
5106332326	R\$ 14.034,02	R\$ 13.983,01	30/01/2015	3715	21/01/2015	ADRIANA DEL NEGRO EVENTOS
5106332325	R\$ 11.227,22	R\$ 11.186,41	30/01/2015	3716	21/01/2015	ADRIANA DEL NEGRO EVENTOS
5106332323	R\$ 32.277,44	R\$ 32.160,13	30/01/2015	3717	21/01/2015	ADRIANA DEL NEGRO EVENTOS
5106332322	R\$ 7.280,00	R\$ 7.253,54	30/01/2015	3718	21/01/2015	ADRIANA DEL NEGRO EVENTOS
5106332321	R\$ 10.400,00	R\$ 10.362,20	30/01/2015	3719	21/01/2015	BEACH VOLLEY SERVIÇOS ESPORTIVOS

5106332320	R\$ 20.800,00	R\$ 18.834,40	30/01/2015	3720	21/01/2015	DAIANE GARCIA DOS SANTOS
5106332319	R\$ 15.600,00	R\$ 15.543,30	30/01/2015	3721	21/01/2015	PEDRO H. M. VIANNA
5106330813	R\$ 583.550,00	R\$ 528.404,52	12/01/2015	3592	08/01/2015	CINE CINEMATOGRAFICA
5106330810	R\$ 36.400,00	R\$ 36.267,70	12/01/2015	3588	08/01/2015	CENA CARIOCA PRODUÇÕES
5106330560	R\$ 19.152,00	R\$ 18.866,23	12/01/2015	3679	07/01/2015	IMPROVE PRODUÇÃO
5106330557	R\$ 118.750,00	R\$ 107.528,12	12/01/2015	3677	07/01/2015	SKY MIDIA
5106330552	R\$ 118.750,00	R\$ 107.528,12	12/01/2015	3676	07/01/2015	SKY MIDIA
5106330548	R\$ 118.750,00	R\$ 107.528,12	12/01/2015	3673	07/01/2015	ALX SERVIÇOS DE PUBLICIDADE
5106330543	R\$ 118.750,00	R\$ 107.528,12	12/01/2015	3672	07/01/2015	ALX SERVIÇOS DE PUBLICIDADE
5106330526	R\$ 59.176,00	R\$ 58.960,92	12/01/2015	3670	07/01/2015	M4BR SERVIÇOS DE INFORMATICA
5106330039	R\$ 60.216,00	R\$ 59.997,14	12/01/2015	3669	06/01/2015	M4BR SERVIÇOS DE INFORMATICA
5106330022	R\$ 41.496,00	R\$ 41.345,18	12/01/2015	3668	06/01/2015	M4BR SERVIÇOS DE INFORMATICA
5106330014	R\$ 51.896,00	R\$ 51.707,38	12/01/2015	3667	06/01/2015	M4BR SERVIÇOS DE INFORMATICA
5106330005	R\$ 103.376,00	R\$ 103.000,27	12/01/2015	3666	06/01/2015	NGA COMUNICAÇÕES
5106330002	R\$ 123.968,00	R\$ 123.517,43	12/01/2015	3665	06/01/2015	NGA COMUNICAÇÕES
5106329993	R\$ 48.360,00	R\$ 48.184,23	12/01/2015	3590	06/01/2015	CENA CARIOCA PRODUÇÕES
5106329978	R\$ 201.104,80	R\$ 200.373,86	12/01/2015	3559	06/01/2015	MB PUBLICIDADE
5106329367	R\$ 137.217,60	R\$ 136.718,87	12/01/2015	3405	05/01/2015	WMIDIA COMUNICAÇÃO
5106329366	R\$ 60.216,00	R\$ 59.997,14	12/01/2015	3380	05/01/2015	M4BR SERVIÇOS DE INFORMATICA
5106329362	R\$ 259.842,10	R\$ 255.964,98	12/01/2015	3427	05/01/2015	VEILOC VEICULAÇÃO
5106329357	R\$ 63.046,73	R\$ 57.088,82	12/01/2015	3482	05/01/2015	RADIO TRANSAMERICA
5106329356	R\$ 190.000,00	R\$ 172.045,00	12/01/2015	3493	05/01/2015	RADIO E TV BANDEIRANTES
5106329354	R\$ 89.190,40	R\$ 88.866,23	12/01/2015	3537	05/01/2015	INOVY INFORMATICA
5106329351	R\$ 55.016,00	R\$ 54.816,04	12/01/2015	3542	05/01/2015	PEDRO H. M. VIANNA
5106329349	R\$ 101.400,00	R\$ 101.031,45	12/01/2015	3589	05/01/2015	CENA CARIOCA PRODUÇÕES
5106329346	R\$ 33.600,00	R\$ 30.424,80	12/01/2015	3591	05/01/2015	JAMUTE PRODUÇÕES
5106329338	R\$ 20.800,00	R\$ 18.834,40	12/01/2015	3646	05/01/2015	ARTHUR NABARRETE ZANETTI
5106329334	R\$ 20.800,00	R\$ 18.834,40	12/01/2015	3647	05/01/2015	CIELO & CIELO COMERCIO
5106329331	R\$ 15.600,00	R\$ 15.543,30	12/01/2015	3648	05/01/2015	PEDRO H. M. VIANNA
5106329326	R\$ 83.200,00	R\$ 75.337,60	12/01/2015	3649	05/01/2015	BPDW EVENTOS CULTURAS
5106329318	R\$ 20.800,00	R\$ 18.834,40	12/01/2015	3650	05/01/2015	M.S. PEDREIRA JUNIOR
5106329312	R\$ 20.800,00	R\$ 18.834,40	12/01/2015	3651	05/01/2015	DAIANE GARCIA DOS SANTOS
5106329308	R\$ 2.350,40	R\$ 2.341,86	12/01/2015	3652	05/01/2015	MP PROJETOS E SERVIÇOS GRAFICOS
5106329304	R\$ 15.600,00	R\$ 14.125,80	12/01/2015	3653	05/01/2015	FERNANDA OLIVEIRA ESPORTES

5106329300	R\$ 10.400,00	R\$ 10.362,20	12/01/2015	3654	05/01/2015	BEACH VOLLEY SERVIÇOS
5106329296	R\$ 31.200,00	R\$ 31.086,60	12/01/2015	3655	05/01/2015	BRISAFORTE PROMOÇÕES
5106329293	R\$ 10.400,00	R\$ 10.362,20	12/01/2015	3656	05/01/2015	BRISAFORTE PROMOÇÕES
5106329285	R\$ 5.200,00	R\$ 5.181,10	12/01/2015	3657	05/01/2015	ADRIANA DEL NEGRO EVENTOS
5106329270	R\$ 7.280,00	R\$ 7.253,54	12/01/2015	3658	05/01/2015	ADRIANA DEL NEGRO EVENTOS
5106329264	R\$ 14.034,02	R\$ 13.983,01	12/01/2015	3659	05/01/2015	ADRIANA DEL NEGRO EVENTOS
5106329256	R\$ 11.227,22	R\$ 11.186,41	12/01/2015	3660	05/01/2015	ADRIANA DEL NEGRO EVENTOS
5106329253	R\$ 7.280,00	R\$ 7.253,54	12/01/2015	3661	05/01/2015	ADRIANA DEL NEGRO EVENTOS
5106329250	R\$ 32.277,44	R\$ 32.160,13	12/01/2015	3662	05/01/2015	ADRIANA DEL NEGRO EVENTOS
5106329248	R\$ 20.800,00	R\$ 18.834,40	12/01/2015	3663	05/01/2015	SPIDER ANDERSON SILVA CONSULTORIA
5106329245	R\$ 8.747,44	R\$ 7.920,81	12/01/2015	3664	05/01/2015	DM7 SPORTS AGÊNCIA ESPORTIVA
	R\$ 5.130.318,63	R\$ 4.901.698,88				

Nota: Não há valores empenhados.

Publicidade Legal:

Documento Contábil	Valor Bruto	Valor Líquido	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada no Sistema	Veículo
5106371714	R\$ 1.192,78	R\$ 1.170,23	04/01/2016	773473	21/12/2015	O ESTADO
5106370565	R\$ 7.677,18	R\$ 6.951,69	18/12/2015	776515	15/12/2015	O GLOBO
5106370563	R\$ 6.800,00	R\$ 6.157,40	18/12/2015	776514	15/12/2015	FOLHA DE SÃO PAULO
5106370559	R\$ 7.677,18	R\$ 6.951,69	18/12/2015	776512	15/12/2015	O GLOBO
5106370556	R\$ 6.580,44	R\$ 5.958,60	18/12/2015	776511	15/12/2015	O GLOBO
5106370554	R\$ 9.870,66	R\$ 8.937,88	18/12/2015	776510	15/12/2015	O GLOBO
5106370552	R\$ 9.870,66	R\$ 8.937,88	18/12/2015	776509	15/12/2015	O GLOBO
5106370547	R\$ 1.684,48	R\$ 1.525,30	18/12/2015	773852	15/12/2015	ESTADO DE MINAS
5106370540	R\$ 1.684,48	R\$ 1.525,30	18/12/2015	773851	15/12/2015	ESTADO DE MINAS
5106370533	R\$ 1.318,63	R\$ 1.194,02	18/12/2015	773475	15/12/2015	O POPULAR
5106370525	R\$ 2.988,32	R\$ 2.705,93	18/12/2015	769856	15/12/2015	A TARDE
5106370523	R\$ 2.988,32	R\$ 2.705,93	18/12/2015	769855	15/12/2015	A TARDE
5106370519	R\$ 2.988,32	R\$ 2.705,93	18/12/2015	769854	15/12/2015	A TARDE
5106370516	R\$ 1.318,62	R\$ 1.194,01	18/12/2015	769631	15/12/2015	O POPULAR
5106370508	R\$ 1.318,62	R\$ 1.194,01	18/12/2015	769630	15/12/2015	O POPULAR
5106370507	R\$ 2.420,00	R\$ 2.191,31	18/12/2015	769482	15/12/2015	DIÁRIO DO NORDESTE
5106370504	R\$ 2.050,40	R\$ 1.856,64	18/12/2015	769481	15/12/2015	DIÁRIO DO NORDESTE
5106370503	R\$ 2.050,40	R\$ 1.856,64	18/12/2015	769480	15/12/2015	DIÁRIO DO NORDESTE
5106370500	R\$ 2.170,88	R\$ 1.965,73	18/12/2015	769479	15/12/2015	DIÁRIO DO NORDESTE
5106370499	R\$ 2.170,88	R\$ 1.965,73	18/12/2015	769478	15/12/2015	DIÁRIO DO NORDESTE
5106370496	R\$ 985,92	R\$ 892,75	18/12/2015	769477	15/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106370492	R\$ 2.276,26	R\$ 2.061,15	18/12/2015	769476	15/12/2015	CORREIO BRAZILIENSE
5106370489	R\$ 985,92	R\$ 892,75	18/12/2015	769475	15/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106370484	R\$ 985,92	R\$ 892,75	18/12/2015	769474	15/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106370012	R\$ 2.276,26	R\$ 2.061,15	16/12/2015	778885	10/12/2015	CORREIO BRAZILIENSE
5106370008	R\$ 579,60	R\$ 524,83	16/12/2015	778884	10/12/2015	TRIBUNA DO NORTE
5106370005	R\$ 2.276,26	R\$ 2.061,15	16/12/2015	778756	10/12/2015	CORREIO BRAZILIENSE
5106369822	R\$ 1.318,63	R\$ 1.194,02	16/12/2015	778755	10/12/2015	O POPULAR
5106369820	R\$ 1.318,63	R\$ 1.194,02	16/12/2015	778754	10/12/2015	O POPULAR
5106369795	R\$ 327,60	R\$ 296,64	16/12/2015	778946	10/12/2015	NOTICIAS DO DIA
5106369792	R\$ 327,60	R\$ 296,64	16/12/2015	778945	10/12/2015	NOTICIAS DO DIA

Documento Contábil	Valor Bruto	Valor Líquido	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada no Sistema	Veículo
5106369789	R\$ 327,60	R\$ 296,64	16/12/2015	778944	10/12/2015	NOTÍCIAS DO DIA
5106369506	R\$ 3.251,80	R\$ 2.944,50	15/12/2015	782974	08/12/2015	CORREIO BRAZILIENSE
5106369502	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	15/12/2015	783201	08/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106369457	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	15/12/2015	783200	08/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106369455	R\$ 985,92	R\$ 892,75	15/12/2015	783199	08/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106369449	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	15/12/2015	783198	08/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106369444	R\$ 3.251,80	R\$ 2.944,50	15/12/2015	783511	08/12/2015	CORREIO BRAZILIENSE
5106369442	R\$ 2.336,31	R\$ 2.115,52	15/12/2015	781549	08/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106369439	R\$ 2.336,31	R\$ 2.115,52	15/12/2015	781548	08/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106369437	R\$ 985,92	R\$ 892,75	15/12/2015	781547	08/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106369429	R\$ 2.601,44	R\$ 2.355,60	15/12/2015	782614	08/12/2015	CORREIO BRAZILIENSE
5106369427	R\$ 3.930,56	R\$ 3.559,12	15/12/2015	782613	08/12/2015	CORREIO BRAZILIENSE
5106369426	R\$ 8.670,72	R\$ 7.851,33	15/12/2015	782785	08/12/2015	FOLHA DE SÃO PAULO
5106369411	R\$ 1.625,90	R\$ 1.472,25	15/12/2015	784761	08/12/2015	CORREIO BRAZILIENSE
5106369410	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	15/12/2015	784760	08/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106369409	R\$ 985,92	R\$ 892,75	15/12/2015	784759	08/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106369408	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	15/12/2015	784758	08/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106369407	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	15/12/2015	784757	08/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106369398	R\$ 2.498,24	R\$ 2.262,15	15/12/2015	785128	07/12/2015	CORREIO DO POVO
5106369395	R\$ 2.498,24	R\$ 2.262,15	15/12/2015	785127	07/12/2015	CORREIO DO POVO
5106369391	R\$ 7.677,18	R\$ 6.951,69	15/12/2015	785126	07/12/2015	O GLOBO
5106369390	R\$ 6.580,44	R\$ 5.958,59	15/12/2015	785125	07/12/2015	O GLOBO
5106369389	R\$ 5.483,70	R\$ 4.965,49	15/12/2015	785124	07/12/2015	O GLOBO
5106369136	R\$ 941,87	R\$ 852,86	15/12/2015	785807	04/12/2015	O POPULAR
5106369135	R\$ 1.203,20	R\$ 1.089,50	15/12/2015	785808	04/12/2015	ESTADO DE MINAS
5106369133	R\$ 2.726,52	R\$ 2.468,86	15/12/2015	785569	04/12/2015	DIÁRIO DO NORDESTE
5106369131	R\$ 2.308,35	R\$ 2.090,21	15/12/2015	785568	04/12/2015	DIÁRIO DO NORDESTE
5106369130	R\$ 1.507,01	R\$ 1.364,60	15/12/2015	785567	04/12/2015	O POPULAR
5106369127	R\$ 2.111,63	R\$ 1.912,08	15/12/2015	785566	04/12/2015	O POPULAR
5106369124	R\$ 7.331,13	R\$ 6.638,34	15/12/2015	785565	04/12/2015	DIÁRIO DE SÃO PAULO
5106369062	R\$ 2.561,41	R\$ 2.319,36	15/12/2015	778021	04/12/2015	A TARDE
5106369059	R\$ 1.318,63	R\$ 1.194,02	15/12/2015	771516	04/12/2015	O POPULAR

Documento Contábil	Valor Bruto	Valor Líquido	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada no Sistema	Veículo
5106369058	R\$ 1.318,63	R\$ 1.194,02	15/12/2015	771515	04/12/2015	O POPULAR
5106369057	R\$ 9.520,00	R\$ 8.620,36	15/12/2015	771288	04/12/2015	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106369055	R\$ 9.520,00	R\$ 8.620,36	15/12/2015	771287	04/12/2015	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106369053	R\$ 9.520,00	R\$ 8.620,36	15/12/2015	771286	04/12/2015	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106369051	R\$ 1.035,30	R\$ 937,46	15/12/2015	771285	04/12/2015	A GAZETA
5106369050	R\$ 619,78	R\$ 561,22	14/12/2015	771284	04/12/2015	DIÁRIO CATARINENSE
5106369048	R\$ 622,99	R\$ 564,12	14/12/2015	770998	04/12/2015	MOGI NEWS
5106369047	R\$ 985,92	R\$ 892,75	14/12/2015	770755	04/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106369046	R\$ 579,60	R\$ 524,83	14/12/2015	770754	04/12/2015	TRIBUNA DO NORTE
5106369045	R\$ 2.276,26	R\$ 2.061,15	14/12/2015	769086	04/12/2015	CORREIO BRAZILIENSE
5106369044	R\$ 985,92	R\$ 892,75	14/12/2015	768679	04/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106369043	R\$ 985,92	R\$ 892,75	14/12/2015	768678	04/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106369042	R\$ 985,92	R\$ 892,75	14/12/2015	768677	04/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106369041	R\$ 1.625,90	R\$ 1.472,25	14/12/2015	768676	04/12/2015	CORREIO BRAZILIENSE
5106368927	R\$ 985,92	R\$ 892,75	15/12/2015	773242	03/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106368926	R\$ 1.314,56	R\$ 1.190,34	15/12/2015	773240	03/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106368924	R\$ 1.318,62	R\$ 1.194,01	15/12/2015	773241	03/12/2015	O POPULAR
5106368922	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	15/12/2015	773090	03/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106368918	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	15/12/2015	773089	03/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106368917	R\$ 8.773,92	R\$ 7.944,78	15/12/2015	772878	03/12/2015	O GLOBO
5106368915	R\$ 3.290,22	R\$ 2.979,30	15/12/2015	772877	03/12/2015	O GLOBO
5106368912	R\$ 5.483,70	R\$ 4.965,49	15/12/2015	772876	03/12/2015	O GLOBO
5106368911	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	15/12/2015	772697	03/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106368910	R\$ 985,92	R\$ 892,75	15/12/2015	772696	03/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106368908	R\$ 985,92	R\$ 892,75	15/12/2015	772695	03/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106368907	R\$ 1.318,63	R\$ 1.194,02	15/12/2015	772316	03/12/2015	O POPULAR
5106368905	R\$ 1.130,26	R\$ 1.023,45	15/12/2015	772315	03/12/2015	O POPULAR
5106368904	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	15/12/2015	772314	03/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106368902	R\$ 985,92	R\$ 892,75	15/12/2015	772313	03/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106368901	R\$ 985,92	R\$ 892,75	15/12/2015	772312	03/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106368900	R\$ 985,92	R\$ 892,75	15/12/2015	772311	03/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106368899	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	15/12/2015	772310	03/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO

Documento Contábil	Valor Bruto	Valor Líquido	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada no Sistema	Veículo
5106368895	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	15/12/2015	772309	03/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106368894	R\$ 619,78	R\$ 561,21	15/12/2015	772157	03/12/2015	DIÁRIO CATARINENSE
5106368893	R\$ 1.443,84	R\$ 1.307,40	15/12/2015	772156	03/12/2015	ESTADO DE MINAS
5106368890	R\$ 9.385,20	R\$ 8.498,30	15/12/2015	771944	03/12/2015	O DIA
5106368889	R\$ 909,02	R\$ 823,12	15/12/2015	771946	03/12/2015	GAZETA DO POVO
5106368888	R\$ 909,02	R\$ 823,12	15/12/2015	771945	03/12/2015	GAZETA DO POVO
5106368887	R\$ 909,02	R\$ 823,12	15/12/2015	771698	03/12/2015	GAZETA DO POVO
5106368886	R\$ 619,78	R\$ 561,22	14/12/2015	771283	03/12/2015	DIÁRIO CATARINENSE
5106368885	R\$ 1.443,84	R\$ 1.307,40	14/12/2015	771282	03/12/2015	ESTADO DE MINAS
5106368884	R\$ 579,60	R\$ 524,82	14/12/2015	770999	03/12/2015	TRIBUNA DO NORTE
5106368883	R\$ 995,40	R\$ 901,34	14/12/2015	771000	03/12/2015	O DIA
5106368882	R\$ 1.314,56	R\$ 1.190,33	14/12/2015	771001	03/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106368881	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	14/12/2015	771002	03/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106368880	R\$ 985,92	R\$ 892,75	14/12/2015	771003	03/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106368879	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	14/12/2015	771004	03/12/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106368878	R\$ 1.318,63	R\$ 1.194,02	14/12/2015	771005	03/12/2015	O POPULAR
5106368877	R\$ 1.318,63	R\$ 1.194,02	14/12/2015	771006	03/12/2015	O POPULAR
5106368876	R\$ 1.130,26	R\$ 1.023,45	14/12/2015	771007	03/12/2015	O POPULAR
5106350280	R\$ 9.520,00	R\$ 8.620,36	15/07/2015	762061	08/07/2015	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106350277	R\$ 10.880,00	R\$ 9.851,84	15/07/2015	762060	08/07/2015	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106350276	R\$ 10.880,00	R\$ 9.851,84	15/07/2015	762059	08/07/2015	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106350272	R\$ 10.880,00	R\$ 9.851,84	15/07/2015	762058	08/07/2015	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106350267	R\$ 10.880,00	R\$ 9.851,84	15/07/2015	762057	08/07/2015	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106350262	R\$ 2.821,28	R\$ 2.554,67	15/07/2015	762056	08/07/2015	CORREIO DA BAHIA
5106350256	R\$ 2.821,28	R\$ 2.554,67	15/07/2015	762055	08/07/2015	CORREIO DA BAHIA
5106350253	R\$ 2.468,62	R\$ 2.235,33	15/07/2015	762054	08/07/2015	CORREIO DA BAHIA
5106350250	R\$ 1.913,94	R\$ 1.733,08	15/07/2015	762053	08/07/2015	O TEMPO
5106350235	R\$ 1.990,80	R\$ 1.802,67	15/07/2015	767957	08/07/2015	O DIA
5106349771	R\$ 1.913,94	R\$ 1.733,08	15/07/2015	762052	06/07/2015	O TEMPO
5106349764	R\$ 995,40	R\$ 901,34	15/07/2015	762932	06/07/2015	O DIA
5106349758	R\$ 1.913,94	R\$ 1.733,08	27/07/2015	762931	06/07/2015	O TEMPO
5106349755	R\$ 1.507,01	R\$ 1.364,60	15/07/2015	762930	06/07/2015	O POPULAR

Documento Contábil	Valor Bruto	Valor Líquido	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada no Sistema	Veículo
5106349735	R\$ 1.507,01	R\$ 1.364,60	15/07/2015	762929	06/07/2015	O POPULAR
5106349724	R\$ 1.507,01	R\$ 1.364,60	15/07/2015	762928	06/07/2015	O POPULAR
5106349719	R\$ 1.130,26	R\$ 1.023,45	15/07/2015	762927	06/07/2015	O POPULAR
5106349712	R\$ 1.130,26	R\$ 1.023,45	15/07/2015	762926	06/07/2015	O POPULAR
5106349705	R\$ 1.318,62	R\$ 1.194,01	15/07/2015	762925	06/07/2015	O POPULAR
5106349347	R\$ 821,60	R\$ 743,96	18/01/2016	762477	02/07/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106349346	R\$ 985,92	R\$ 892,75	18/01/2016	762476	02/07/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106349344	R\$ 2.821,28	R\$ 2.554,67	18/01/2016	762475	02/07/2015	CORREIO DA BAHIA
5106349343	R\$ 662,40	R\$ 599,80	18/01/2016	762474	02/07/2015	TRIBUNA DO NORTE
5106349341	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	18/01/2016	762473	02/07/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106349339	R\$ 23.000,00	R\$ 20.826,50	18/01/2016	762472	02/07/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106349338	R\$ 1.507,01	R\$ 1.364,60	18/01/2016	763394	02/07/2015	O POPULAR
5106349337	R\$ 2.245,18	R\$ 2.033,01	18/01/2016	763393	02/07/2015	CORREIO DO POVO
5106349335	R\$ 331,10	R\$ 299,81	18/01/2016	763698	02/07/2015	NOTÍCIAS DO DIA
5106349333	R\$ 2.821,28	R\$ 2.554,67	18/01/2016	763156	02/07/2015	CORREIO DA BAHIA
5106349227	R\$ 1.913,94	R\$ 1.733,08	18/01/2016	763155	02/07/2015	O TEMPO
5106349223	R\$ 579,60	R\$ 524,83	18/01/2016	762709	02/07/2015	TRIBUNA DO NORTE
5106349222	R\$ 15.374,64	R\$ 13.921,74	18/01/2016	762708	02/07/2015	ESTADO DE MINAS
5106349220	R\$ 384,00	R\$ 347,71	18/01/2016	764938	02/07/2015	O DEBATE DIÁRIO DE MACAÉ
5106349219	R\$ 384,00	R\$ 347,71	18/01/2016	764937	02/07/2015	O DEBATE DIÁRIO DE MACAÉ
5106348881	R\$ 1.478,88	R\$ 1.339,13	18/01/2016	764936	30/06/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106348879	R\$ 985,92	R\$ 892,75	18/01/2016	764935	30/06/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106348819	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	18/01/2016	764934	30/06/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106348802	R\$ 331,10	R\$ 299,81	18/01/2016	764683	30/06/2015	NOTÍCIAS DO DIA
5106348792	R\$ 1.130,26	R\$ 1.023,45	18/01/2016	764482	30/06/2015	O POPULAR
5106348789	R\$ 2.710,26	R\$ 2.454,14	18/01/2016	764335	30/06/2015	JORNAL DO COMMERCIO - PE
5106348788	R\$ 2.710,26	R\$ 2.454,14	18/01/2016	764334	30/06/2015	JORNAL DO COMMERCIO - PE
5106348787	R\$ 2.710,26	R\$ 2.454,14	18/01/2016	764333	30/06/2015	JORNAL DO COMMERCIO - PE
5106348786	R\$ 2.710,26	R\$ 2.454,14	18/01/2016	764332	30/06/2015	JORNAL DO COMMERCIO - PE
5106348785	R\$ 2.710,26	R\$ 2.454,14	18/01/2016	764331	30/06/2015	JORNAL DO COMMERCIO - PE
5106348784	R\$ 2.710,26	R\$ 2.454,14	18/01/2016	764330	30/06/2015	JORNAL DO COMMERCIO - PE
5106348783	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	18/01/2016	766717	30/06/2015	JORNAL DO COMMERCIO

Documento Contábil	Valor Bruto	Valor Líquido	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada no Sistema	Veículo
5106348782	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	18/01/2016	766716	30/06/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106348781	R\$ 1.807,52	R\$ 1.636,71	18/01/2016	766715	30/06/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106348780	R\$ 1.314,56	R\$ 1.190,34	18/01/2016	766714	30/06/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106348779	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	18/01/2016	766713	30/06/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106348778	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	18/01/2016	766712	30/06/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106348567	R\$ 9.870,66	R\$ 8.937,88	07/07/2015	764122	29/06/2015	O GLOBO
5106348563	R\$ 72.384,84	R\$ 65.544,48	07/07/2015	764121	29/06/2015	O GLOBO
5106348551	R\$ 6.580,44	R\$ 5.958,59	07/07/2015	764120	29/06/2015	O GLOBO
5106348549	R\$ 6.580,44	R\$ 5.958,59	07/07/2015	764119	29/06/2015	O GLOBO
5106348539	R\$ 6.580,44	R\$ 5.958,59	07/07/2015	764118	29/06/2015	O GLOBO
5106348536	R\$ 8.773,92	R\$ 7.944,78	07/07/2015	764117	29/06/2015	O GLOBO
5106346641	R\$ 1.848,60	R\$ 1.673,91	01/07/2015	761667	26/05/2015	O DIA
5106346640	R\$ 14.962,70	R\$ 13.548,72	01/07/2015	761666	26/05/2015	BRASIL ECONOMICO
5106346639	R\$ 8.773,92	R\$ 7.944,78	01/07/2015	761665	26/05/2015	O GLOBO
5106346638	R\$ 8.773,92	R\$ 7.944,78	01/07/2015	761664	26/05/2015	O GLOBO
5106346631	R\$ 8.773,92	R\$ 7.944,78	01/07/2015	761663	26/05/2015	O GLOBO
5106346628	R\$ 8.773,92	R\$ 7.944,78	01/07/2015	761662	26/05/2015	O GLOBO
5106346625	R\$ 7.677,18	R\$ 6.951,69	01/07/2015	761661	26/05/2015	O GLOBO
5106346543	R\$ 7.677,18	R\$ 6.951,69	01/07/2015	761660	26/05/2015	O GLOBO
5106346540	R\$ 7.677,18	R\$ 6.951,69	01/07/2015	761659	26/05/2015	O GLOBO
5106346538	R\$ 2.601,44	R\$ 2.355,60	01/07/2015	761658	26/05/2015	CORREIO BRAZILIENSE
5106346535	R\$ 2.276,26	R\$ 2.061,15	01/07/2015	761657	26/05/2015	CORREIO BRAZILIENSE
5106346533	R\$ 1.318,62	R\$ 1.194,01	01/07/2015	761408	26/05/2015	O POPULAR
5106346052	R\$ 1.848,60	R\$ 1.673,91	01/07/2015	761099	21/05/2015	O DIA
5106346050	R\$ 579,60	R\$ 524,83	01/07/2015	761098	21/05/2015	TRIBUNA DO NORTE
5106346048	R\$ 1.913,94	R\$ 1.733,08	01/07/2015	761097	21/05/2015	O TEMPO
5106346046	R\$ 1.913,94	R\$ 1.733,08	01/07/2015	761096	21/05/2015	TRIBUNA DO NORTE
5106346045	R\$ 10.509,60	R\$ 9.516,44	01/07/2015	761095	21/05/2015	GAZETA DO POVO
5106345947	R\$ 1.318,63	R\$ 1.194,02	01/07/2015	760349	20/05/2015	O POPULAR
5106345946	R\$ 1.318,63	R\$ 1.194,02	01/07/2015	760348	20/05/2015	O POPULAR
5106345945	R\$ 2.468,62	R\$ 2.235,33	01/07/2015	760855	20/05/2015	CORREIO DA BAHIA
5106345944	R\$ 2.601,44	R\$ 2.355,60	01/07/2015	760854	20/05/2015	CORREIO BRAZILIENSE

Documento Contábil	Valor Bruto	Valor Líquido	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada no Sistema	Veículo
5106345941	R\$ 712,75	R\$ 645,40	21/07/2015	760853	20/05/2015	FOLHA DA MANHÃ
5106345939	R\$ 5.254,19	R\$ 4.757,67	01/07/2015	760852	20/05/2015	JORNAL DE TOCANTINS
5106345938	R\$ 59.900,00	R\$ 54.239,45	01/07/2015	760596	20/05/2015	FOLHA DE SÃO PAULO
5106345937	R\$ 1.318,63	R\$ 1.194,02	01/07/2015	760595	20/05/2015	O POPULAR
5106345936	R\$ 821,60	R\$ 743,96	01/07/2015	760594	20/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106345935	R\$ 2.601,44	R\$ 2.355,60	01/07/2015	760593	20/05/2015	CORREIO BRAZILIENSE
5106345900	R\$ 2.599.512,20	R\$ 2.353.858,29	17/07/2015	756639-1	20/05/2015	O GLOBO - BALANÇO
5106345893	R\$ 2.601,44	R\$ 2.355,60	01/07/2015	760592	20/05/2015	CORREIO BRAZILIENSE
5106345892	R\$ 12.064,14	R\$ 10.924,08	01/07/2015	760591	20/05/2015	O GLOBO
5106345889	R\$ 12.064,14	R\$ 10.924,08	01/07/2015	760590	20/05/2015	O GLOBO
5106345761	R\$ 10.648,80	R\$ 9.642,49	01/07/2015	758242	19/05/2015	A GAZETA
5106345760	R\$ 985,92	R\$ 892,75	01/07/2015	758241	19/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106345759	R\$ 17.680,00	R\$ 16.009,24	01/07/2015	759151	19/05/2015	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106345757	R\$ 14.725,62	R\$ 13.334,05	01/07/2015	759150	19/05/2015	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106345753	R\$ 17.680,00	R\$ 16.009,24	01/07/2015	759149	19/05/2015	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106345751	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	01/07/2015	759148	19/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106345749	R\$ 11.605,22	R\$ 10.508,52	01/07/2015	759147	19/05/2015	A TRIBUNA
5106345739	R\$ 985,92	R\$ 892,75	01/07/2015	759146	19/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106345733	R\$ 985,92	R\$ 892,75	01/07/2015	759145	19/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106345712	R\$ 985,92	R\$ 892,75	01/07/2015	759144	19/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106345707	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	01/07/2015	759143	19/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106345645	R\$ 985,92	R\$ 892,75	01/07/2015	759142	19/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106345642	R\$ 985,92	R\$ 892,75	01/07/2015	759141	19/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106345639	R\$ 3.732,30	R\$ 3.379,60	01/07/2015	759140	19/05/2015	DIÁRIO DA AMAZÔNIA
5106345636	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	01/07/2015	759139	19/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106345635	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	01/07/2015	759138	19/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106345625	R\$ 985,92	R\$ 892,75	01/07/2015	759137	19/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106345623	R\$ 995,40	R\$ 901,34	01/07/2015	759736	19/05/2015	O DIA
5106345620	R\$ 853,20	R\$ 772,57	01/07/2015	760097	19/05/2015	O DIA
5106345619	R\$ 2.276,26	R\$ 2.061,15	01/07/2015	760096	19/05/2015	CORREIO BRAZILIENSE
5106345614	R\$ 2.276,26	R\$ 2.061,15	01/07/2015	760095	19/05/2015	CORREIO BRAZILIENSE
5106345602	R\$ 12.064,14	R\$ 10.924,08	01/07/2015	758824	19/05/2015	O GLOBO

Documento Contábil	Valor Bruto	Valor Líquido	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada no Sistema	Veículo
5106345599	R\$ 7.677,18	R\$ 6.951,69	01/07/2015	758823	19/05/2015	O GLOBO
5106345595	R\$ 1.130,26	R\$ 1.023,45	01/07/2015	758822	19/05/2015	O POPULAR
5106345590	R\$ 985,92	R\$ 892,75	01/07/2015	758825	19/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106344557	R\$ 1.318,63	R\$ 1.194,02	01/07/2015	757344	07/05/2015	O POPULAR
5106344556	R\$ 22.712,23	R\$ 20.565,92	01/07/2015	757057	07/05/2015	CORREIO BRAZILIENSE
5106344554	R\$ 2.276,26	R\$ 2.061,15	01/07/2015	757056	07/05/2015	CORREIO BRAZILIENSE
5106344552	R\$ 13.949,00	R\$ 12.630,82	01/07/2015	757055	07/05/2015	JORNAL DE BRASILIA
5106344549	R\$ 985,92	R\$ 892,75	01/07/2015	756651	07/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106344547	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	01/07/2015	756650	07/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106344546	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	01/07/2015	756649	07/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106344544	R\$ 6.580,44	R\$ 5.958,59	01/07/2015	756648	07/05/2015	O GLOBO
5106344541	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	01/07/2015	756647	07/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106344540	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	01/07/2015	756646	07/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106344538	R\$ 1.314,56	R\$ 1.190,34	01/07/2015	756645	07/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106344535	R\$ 8.773,92	R\$ 7.944,78	01/07/2015	756644	07/05/2015	O GLOBO
5106344534	R\$ 985,92	R\$ 892,75	01/07/2015	756643	07/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106344528	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	01/07/2015	756642	07/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106344526	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	29/06/2015	756641	07/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106344525	R\$ 1.314,56	R\$ 1.190,34	29/06/2015	756640	07/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106344523	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	29/06/2015	756638	07/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106344521	R\$ 985,92	R\$ 892,75	29/06/2015	756637	07/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106344517	R\$ 8.773,92	R\$ 7.944,78	29/06/2015	756636	07/05/2015	O GLOBO
5106344515	R\$ 1.318,63	R\$ 1.194,02	29/06/2015	756289	07/05/2015	O POPULAR
5106344326	R\$ 985,92	R\$ 892,75	29/06/2015	756288	05/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106344321	R\$ 995,40	R\$ 901,34	29/06/2015	756287	05/05/2015	O DIA
5106343539	R\$ 1.318,63	R\$ 1.194,02	29/06/2015	755479	28/04/2015	O POPULAR
5106343532	R\$ 1.318,63	R\$ 1.194,02	29/06/2015	755477	28/04/2015	O POPULAR
5106343529	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	29/06/2015	754574	28/04/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106343528	R\$ 821,60	R\$ 743,96	29/06/2015	754573	28/04/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106343524	R\$ 1.314,56	R\$ 1.190,34	29/06/2015	754572	28/04/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106343521	R\$ 985,92	R\$ 892,75	29/06/2015	754571	28/04/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106343361	R\$ 14.960,00	R\$ 13.546,28	29/06/2015	753491	28/04/2015	O ESTADO DE SÃO PAULO

Documento Contábil	Valor Bruto	Valor Líquido	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada no Sistema	Veículo
5106343355	R\$ 14.960,00	R\$ 13.546,28	29/06/2015	753490	28/04/2015	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106343349	R\$ 16.320,00	R\$ 14.777,76	29/06/2015	753489	28/04/2015	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106343346	R\$ 16.320,00	R\$ 14.777,76	29/06/2015	753488	28/04/2015	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106343344	R\$ 213,90	R\$ 209,86	29/06/2015	753487	28/04/2015	RADIO PARANAIBA
5106343339	R\$ 427,80	R\$ 419,70	29/06/2015	753486	28/04/2015	RADIO PARANAIBA
5106343330	R\$ 985,92	R\$ 892,75	29/06/2015	753853	28/04/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106343327	R\$ 11.845,44	R\$ 10.726,04	29/06/2015	753852	28/04/2015	O GLOBO
5106343320	R\$ 6.580,44	R\$ 5.958,59	29/06/2015	753851	28/04/2015	O GLOBO
5106343318	R\$ 6.580,44	R\$ 5.958,59	29/06/2015	753850	28/04/2015	O GLOBO
5106343317	R\$ 1.129,92	R\$ 1.023,14	29/06/2015	753849	28/04/2015	A TRIBUNA
5106343316	R\$ 1.130,26	R\$ 1.023,45	29/06/2015	753848	28/04/2015	O POPULAR
5106343312	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	29/06/2015	753847	28/04/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106343310	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	29/06/2015	753846	28/04/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106343309	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	29/06/2015	753845	28/04/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106343193	R\$ 985,92	R\$ 892,75	29/06/2015	753844	27/04/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106343191	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	29/06/2015	753843	27/04/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106343190	R\$ 985,92	R\$ 892,75	29/06/2015	753842	27/04/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106343189	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	29/06/2015	753841	27/04/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106343187	R\$ 432,69	R\$ 424,51	29/06/2015	753840	27/04/2015	FOLHA DE NOTICIAS
5106343186	R\$ 432,69	R\$ 424,51	29/06/2015	753839	27/04/2015	FOLHA DE NOTICIAS
5106343185	R\$ 432,69	R\$ 424,51	29/06/2015	753838	27/04/2015	FOLHA DE NOTICIAS
5106341991	R\$ 909,02	R\$ 823,12	29/06/2015	752530	14/04/2015	GAZETA DO POVO
5106341989	R\$ 1.130,26	R\$ 1.023,45	29/06/2015	752527	14/04/2015	O POPULAR
5106341983	R\$ 1.130,26	R\$ 1.023,45	29/06/2015	752529	14/04/2015	O POPULAR
5106341980	R\$ 1.130,26	R\$ 1.023,45	26/06/2015	752528	14/04/2015	O POPULAR
5106341972	R\$ 1.318,63	R\$ 1.194,02	26/06/2015	752239	14/04/2015	O POPULAR
5106341969	R\$ 403,92	R\$ 365,74	26/06/2015	751929	14/04/2015	AQUI MG
5106341474	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	26/06/2015	751042	09/04/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106341473	R\$ 985,92	R\$ 892,75	26/06/2015	751041	09/04/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106341472	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	26/06/2015	751040	09/04/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106341471	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	26/06/2015	751039	09/04/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106341470	R\$ 985,92	R\$ 892,75	26/06/2015	751038	09/04/2015	JORNAL DO COMMERCIO

Documento Contábil	Valor Bruto	Valor Líquido	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada no Sistema	Veículo
5106341467	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	26/06/2015	751037	09/04/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106341465	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	26/06/2015	751036	09/04/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106341463	R\$ 6.580,44	R\$ 5.958,59	26/06/2015	751035	09/04/2015	O GLOBO
5106341461	R\$ 7.677,18	R\$ 6.951,69	26/06/2015	751034	09/04/2015	O GLOBO
5106341460	R\$ 7.677,18	R\$ 6.951,69	26/06/2015	751033	09/04/2015	O GLOBO
5106341456	R\$ 7.677,18	R\$ 6.951,69	26/06/2015	751032	09/04/2015	O GLOBO
5106341454	R\$ 7.677,18	R\$ 6.951,69	26/06/2015	751031	09/04/2015	O GLOBO
5106341341	R\$ 1.883,76	R\$ 1.705,75	26/06/2015	751030	08/04/2015	O POPULAR
5106341330	R\$ 1.318,62	R\$ 1.194,01	26/06/2015	750567	08/04/2015	O POPULAR
5106341329	R\$ 1.318,62	R\$ 1.194,01	26/06/2015	750568	08/04/2015	O POPULAR
5106341328	R\$ 1.318,63	R\$ 1.194,02	26/06/2015	751567	08/04/2015	O POPULAR
5106341326	R\$ 1.318,63	R\$ 1.194,02	26/06/2015	751566	08/04/2015	O POPULAR
5106341325	R\$ 1.507,01	R\$ 1.364,60	26/06/2015	751565	08/04/2015	O POPULAR
5106340011	R\$ 277,20	R\$ 251,00	26/06/2015	749682	27/03/2015	O DIARIO - MOGI DAS CRUZES
5106340010	R\$ 1.318,63	R\$ 1.194,02	26/06/2015	749318	27/03/2015	O POPULAR
5106340009	R\$ 1.883,76	R\$ 1.705,75	26/06/2015	749317	27/03/2015	O POPULAR
5106340008	R\$ 1.318,63	R\$ 1.194,02	26/06/2015	749316	27/03/2015	O POPULAR
5106340007	R\$ 1.883,76	R\$ 1.705,75	26/06/2015	749315	27/03/2015	O POPULAR
5106340006	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	26/06/2015	749314	27/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106339952	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	26/06/2015	749313	26/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106339927	R\$ 985,92	R\$ 892,75	26/06/2015	749312	26/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106339923	R\$ 985,92	R\$ 892,75	26/06/2015	749311	26/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106339919	R\$ 1.744,08	R\$ 1.579,27	26/06/2015	749310	26/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106339918	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	26/06/2015	749309	26/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106339917	R\$ 985,92	R\$ 892,75	26/06/2015	749308	26/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106339915	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	26/06/2015	749307	26/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106339913	R\$ 1.744,08	R\$ 1.579,27	26/06/2015	749306	26/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106339911	R\$ 403,92	R\$ 365,75	26/06/2015	748780	26/03/2015	AQUI MG
5106339905	R\$ 1.684,48	R\$ 1.525,29	26/06/2015	748779	26/03/2015	ESTADO DE MINAS
5106339902	R\$ 1.130,26	R\$ 1.023,45	26/06/2015	748778	26/03/2015	O POPULAR
5106339896	R\$ 1.318,63	R\$ 1.194,02	26/06/2015	748777	26/03/2015	O POPULAR
5106339894	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	26/06/2015	748776	26/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO

Documento Contábil	Valor Bruto	Valor Líquido	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada no Sistema	Veículo
5106339714	R\$ 7.812,00	R\$ 7.073,76	07/04/2015	748303	25/03/2015	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106339711	R\$ 259,20	R\$ 234,70	07/04/2015	748302	25/03/2015	DIÁRIO DE ITAQUÁ
5106339706	R\$ 985,92	R\$ 892,75	07/04/2015	748301	25/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106339702	R\$ 1.314,56	R\$ 1.190,34	07/04/2015	748300	25/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106339699	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	07/04/2015	748299	25/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106339696	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	07/04/2015	748298	25/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106339690	R\$ 985,92	R\$ 892,75	07/04/2015	748297	25/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106339688	R\$ 985,92	R\$ 892,75	07/04/2015	748296	25/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106339686	R\$ 821,60	R\$ 743,96	07/04/2015	748295	25/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106339685	R\$ 985,92	R\$ 892,75	07/04/2015	748294	25/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106339681	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	07/04/2015	748293	25/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106339677	R\$ 985,92	R\$ 892,75	07/04/2015	748292	25/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106339676	R\$ 985,92	R\$ 892,75	06/04/2015	747975	25/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106339616	R\$ 1.318,62	R\$ 1.194,01	01/04/2015	747547	24/03/2015	O POPULAR
5106339610	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	01/04/2015	747546	24/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106339609	R\$ 443,52	R\$ 401,61	01/04/2015	747545	24/03/2015	O DIARIO - MOGI DAS CRUZES
5106339607	R\$ 332,64	R\$ 301,20	01/04/2015	747544	24/03/2015	O DIARIO - MOGI DAS CRUZES
5106338563	R\$ 985,92	R\$ 892,75	23/03/2015	746013	17/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106338544	R\$ 1.801,20	R\$ 1.630,99	23/03/2015	746012	17/03/2015	O DIA
5106338519	R\$ 2.851,90	R\$ 2.582,39	23/03/2015	746011	17/03/2015	O DIA
5106338513	R\$ 1.617,00	R\$ 1.464,19	27/03/2015	746389	17/03/2015	ESTADO DE MINAS
5106338509	R\$ 7.677,18	R\$ 6.951,69	31/03/2015	746729	17/03/2015	O GLOBO
5106338506	R\$ 277,20	R\$ 251,00	31/03/2015	747130	17/03/2015	O DIARIO - MOGI DAS CRUZES
5106338502	R\$ 277,20	R\$ 251,00	31/03/2015	747129	17/03/2015	O DIARIO - MOGI DAS CRUZES
5106338500	R\$ 277,20	R\$ 251,00	31/03/2015	747128	17/03/2015	O DIARIO - MOGI DAS CRUZES
5106337540	R\$ 900,60	R\$ 815,49	23/03/2015	745433	09/03/2015	O DIA
5106337433	R\$ 985,92	R\$ 892,75	20/03/2015	745057	09/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106337431	R\$ 5.572,32	R\$ 5.045,73	20/03/2015	745056	09/03/2015	O GLOBO
5106337427	R\$ 13.002,08	R\$ 11.773,38	20/03/2015	745055	09/03/2015	O GLOBO
5106337424	R\$ 6.501,04	R\$ 5.886,69	20/03/2015	745054	09/03/2015	O GLOBO
5106337423	R\$ 6.501,04	R\$ 5.886,69	20/03/2015	745053	09/03/2015	O GLOBO
5106337419	R\$ 5.572,32	R\$ 5.045,73	20/03/2015	745052	09/03/2015	O GLOBO

Documento Contábil	Valor Bruto	Valor Líquido	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada no Sistema	Veículo
5106337417	R\$ 519,16	R\$ 470,10	20/03/2015	745051	09/03/2015	MOGI NEWS
5106337416	R\$ 4.653,10	R\$ 4.213,39	20/03/2015	745050	09/03/2015	O DIA
5106337414	R\$ 985,92	R\$ 892,75	20/03/2015	745049	09/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106337413	R\$ 985,92	R\$ 892,75	20/03/2015	745048	09/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106337410	R\$ 985,92	R\$ 892,75	20/03/2015	745047	09/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106337409	R\$ 985,92	R\$ 892,75	20/03/2015	745046	09/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106337408	R\$ 985,92	R\$ 892,75	20/03/2015	745045	09/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106336756	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	02/03/2016	744307	03/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106336753	R\$ 17.341,44	R\$ 15.702,68	02/03/2016	743620	03/03/2015	FOLHA DE SÃO PAULO
5106336426	R\$ 19.040,00	R\$ 17.240,72	16/03/2015	744126	02/03/2015	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106336418	R\$ 19.040,00	R\$ 17.240,72	16/03/2015	744125	02/03/2015	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106336135	R\$ 8.258,88	R\$ 7.478,41	06/03/2015	313727	26/02/2015	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106336134	R\$ 10.752,00	R\$ 9.735,93	06/03/2015	313726	26/02/2015	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106336133	R\$ 8.258,88	R\$ 7.478,41	06/03/2015	313725	26/02/2015	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106336132	R\$ 14.124,00	R\$ 12.789,28	09/03/2015	279549	26/02/2015	A TRIBUNA
5106335576	R\$ 4.643,60	R\$ 4.204,78	05/03/2015	743196	23/02/2015	O GLOBO
5106335557	R\$ 5.572,32	R\$ 5.045,73	05/03/2015	743195	23/02/2015	O GLOBO
5106335555	R\$ 5.572,32	R\$ 5.045,73	05/03/2015	743194	23/02/2015	O GLOBO
5106335552	R\$ 5.572,32	R\$ 5.045,73	05/03/2015	743193	23/02/2015	O GLOBO
5106335550	R\$ 5.572,32	R\$ 5.045,73	05/03/2015	743192	23/02/2015	O GLOBO
5106335549	R\$ 5.572,32	R\$ 5.045,73	05/03/2015	743191	23/02/2015	O GLOBO
5106335548	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	05/03/2015	743307	23/02/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106335546	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	05/03/2015	743306	23/02/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106335544	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	05/03/2015	743305	23/02/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106335126	R\$ 1.318,63	R\$ 1.194,02	27/02/2015	742806	13/02/2015	O POPULAR
5106334389	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	13/02/2015	742271	09/02/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106333863	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	13/02/2015	742088	04/02/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106333862	R\$ 985,92	R\$ 892,75	13/02/2015	742087	04/02/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106333857	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	13/02/2015	742086	04/02/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106333807	R\$ 1.050,70	R\$ 951,41	13/02/2015	741691	03/02/2015	O DIA
5106333417	R\$ 27.457,28	R\$ 24.862,57	13/02/2015	741328	30/01/2015	FOLHA DE SÃO PAULO
5106333257	R\$ 5.572,32	R\$ 5.045,73	09/02/2015	741165	29/01/2015	O GLOBO

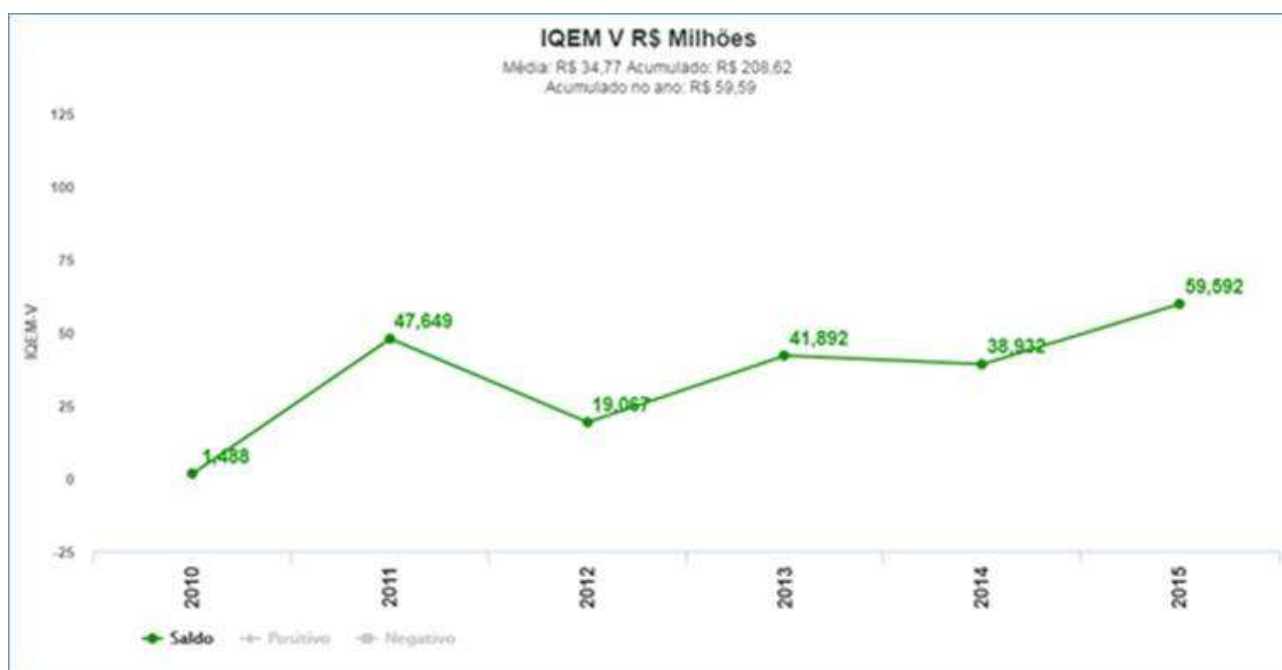
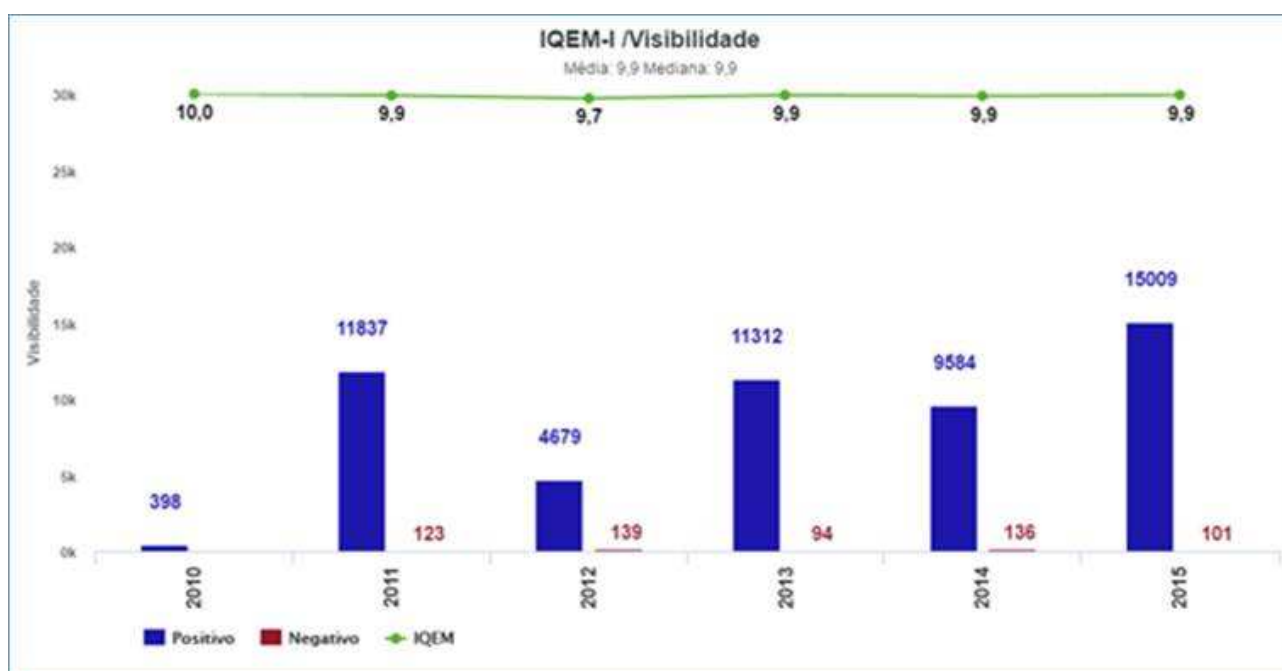
Documento Contábil	Valor Bruto	Valor Líquido	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada no Sistema	Veículo
5106333256	R\$ 7.429,76	R\$ 6.727,65	09/02/2015	741164	29/01/2015	O GLOBO
5106333254	R\$ 5.572,32	R\$ 5.045,73	09/02/2015	741163	29/01/2015	O GLOBO
5106333253	R\$ 5.572,32	R\$ 5.045,73	09/02/2015	741162	29/01/2015	O GLOBO
5106333078	R\$ 5.572,32	R\$ 5.045,73	09/02/2015	741161	28/01/2015	O GLOBO
5106333077	R\$ 5.572,32	R\$ 5.045,73	09/02/2015	741160	28/01/2015	O GLOBO
5106333074	R\$ 5.572,32	R\$ 5.045,73	09/02/2015	741159	28/01/2015	O GLOBO
5106332497	R\$ 15.624,00	R\$ 14.147,54	02/02/2015	740213	21/01/2015	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106332495	R\$ 15.624,00	R\$ 14.147,54	02/02/2015	740212	21/01/2015	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106332493	R\$ 985,92	R\$ 892,75	02/02/2015	740211	21/01/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106332489	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	02/02/2015	740210	21/01/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106332488	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	02/02/2015	740209	21/01/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106332487	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	02/02/2015	740208	21/01/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106332485	R\$ 1.314,56	R\$ 1.190,34	02/02/2015	740207	21/01/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106332484	R\$ 985,92	R\$ 892,75	02/02/2015	740206	21/01/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106331246	R\$ 3.325,44	R\$ 3.011,19	23/01/2015	739358	13/01/2015	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106330931	R\$ 613.884,98	R\$ 555.872,85	29/01/2015	704061-4	09/01/2015	O GLOBO - BALANÇO
5106330771	R\$ 1.801,20	R\$ 1.630,99	19/01/2015	739119	08/01/2015	O DIA
5106330768	R\$ 3.002,00	R\$ 2.718,31	19/01/2015	739118	08/01/2015	O DIA
	R\$ 4.697.307,22	R\$ 4.253.648,31				
Fonte: Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais – CR.P						

Nota: Não há valores empenhados.

Visibilidade na mídia de ações de comunicação e marketing

Em 2015, aproximadamente 40% da visibilidade de Furnas se deve às ações de comunicação e marketing.

Marketing ajuda a melhorar o IQEM de Furnas, sustentando a marca Furnas em um patamar acima da média histórica e atingindo os maiores índices desde 2010.



ANEXO I

Parecer Atuarial
Plano de Benefício Definido
Real Grandeza Fundação de Previdência e
Assistência Social

11 de março de 2016

CONTEÚDO

1. Introdução.....	1
2. Perfil dos Participantes	2
• Qualidade da Base Cadastral.....	2
• Participantes Ativos.....	2
• Participantes Autopatrocinados	3
• Participantes aguardando Benefício Proporcional Diferido.....	3
• Participantes Assistidos e Beneficiários	3
3. Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados	5
4. Posição das Provisões Matemáticas	8
• Variação nas Provisões Matemáticas.....	10
• Natureza do Resultado.....	11
• Variação do Resultado	11
5. Plano de Custeio para o Exercício de 2016	12
• Custos.....	12
6. Conclusão.....	15



1

Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefício Definido, administrado pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras **Eletronuclear S.A. - Eletronuclear e Furnas Centrais Elétricas S.A.** em 31/12/2015.



2

Perfil dos Participantes

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Autopatrocinados, aguardando Benefício Proporcional Diferido, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 31/08/2015.

Qualidade da Base Cadastral

Os dados individuais foram fornecidos pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a Entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

Participantes Ativos

Descrição	
Número	1.558
Idade Média (anos)	53,2
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	27,5
Tempo Médio de Contribuição (anos)	27,5
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	7,6
Salário Real de Benefício Médio (R\$)	13.926
Salário Real de Contribuição Médio - com limite (R\$)	12.930
Salário Real de Contribuição Médio - sem limite (R\$)	16.634
Folha Anual de Salário de Contribuição Médio - sem limite (R\$) - 13 vezes	336.895.081



Participantes Autopatrocinados

Descrição	
Número	9
Idade Média (anos)	51,5
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	8,7
Tempo Médio de Contribuição (anos)	19,6
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	9,2
Salário Real de Benefício Médio (R\$)	6.332
Salário Real de Contribuição Médio - com limite (R\$)	6.266
Salário Real de Contribuição Médio - sem limite (R\$)	6.332
Folha Anual de Salário de Contribuição Médio - sem limite (R\$) - 13 vezes	740.861

Participantes aguardando Benefício Proporcional Diferido

Descrição	
Número	56
Idade Média (anos)	52,5
Benefício Mensal Médio - Complementação (R\$)	1.581
Benefício Mensal Médio - Adicional (R\$)	534


Participantes Assistidos e Beneficiários

Descrição	
Aposentados	
Número	6.674
Idade Média (anos)	67,3
Benefício Mensal Médio - Complementação (R\$)	7.544
Benefício Mensal Médio - Adicional (R\$)	1.046
Aposentados Inválidos	
Número	213
Idade Média (anos)	65,3
Benefício Mensal Médio - Complementação (R\$)	3.050
Benefício Mensal Médio - Adicional (R\$)	177
Beneficiários	
Número	1.474
Idade Média (anos)	67,4
Benefício Mensal Médio - Complementação (R\$)	2.160

Descrição	
Benefício Mensal Médio - Adicional (R\$)	-
Total	
Número	8.361
Idade Média (anos)	67,3
Benefício Mensal Médio - Complementação (R\$)	6.481
Benefício Mensal Médio - Adicional (R\$)	840

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/08/2015. Na avaliação atual esses valores foram projetados para 31/12/2015, refletindo o conceito de capacidade.



3

Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5,70% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ^{(1) (2)}	Furnas: 3,52% a.a. Eletronuclear: 3,03% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0,00% a.a.
Fator de capacidade para os salários ⁽³⁾	1,00
Fator de capacidade para os benefícios ⁽³⁾	1,00
Hipótese sobre rotatividade ⁽⁴⁾	T1 Service Table suavizada em 20%
Tabua de mortalidade geral ⁽⁵⁾	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas
Tábua de entrada em aposentadoria ⁽⁶⁾	Experiência Real Grandeza
Outras hipóteses biométricas utilizadas ⁽⁷⁾	Composição Familiar

⁽¹⁾ O indexador utilizado é o INPC do IBGE.

⁽²⁾ A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.

⁽³⁾ A presente avaliação reflete a utilização acumulada desde o último reajuste de benefícios e salários. Nos benefícios tal índice é utilizado para refletir a previsão do item 84.1 do Regulamento do Plano.

⁽⁴⁾ A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base na expectativa futura das Patrocinadoras sobre destligamentos de participantes do Plano.

Informamos que, conservadoramente, será admitido que o participante, ao se desligar do plano, opte pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido.

- ¹⁵⁾ Foi utilizada a tábua AT-2000, segregada por sexo, suavizada em 10%.
- ¹⁶⁾ A hipótese adotada reflete a experiência verificada na Entidade que é de 35% na primeira elegibilidade à aposentadoria (55 anos de idade), 100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal (60 anos de idade) e 30% entre essas duas datas
- ¹⁷⁾ Considera-se que 90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos. Para os aposentados e pensionistas considera-se a composição familiar real informada.

Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na rentabilidade futura e na sobrevivência. No entanto, todas as hipóteses atuariais adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, já que se trata de um plano estruturado na modalidade de benefício definido.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados, que tomaram como base a população existente no Plano administrado pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado na Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social.

Informamos que a hipótese de crescimento salarial real foi alterada de 3,60% a.a. (Furnas) e 2,00% a.a. (Eletronuclear) para 3,52% a.a. (Furnas) e 3,03% a.a. (Eletronuclear) com o objetivo de refletir mais fielmente a expectativa de concessão de aumentos salariais reais pelas Patrocinadoras.

A tábua de entrada em aposentadoria também foi alterada com o objetivo de ajustar a expectativa de eventos ao comportamento observado na massa de participantes.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer que foi contratada pela Entidade para elaboração dos estudos de ALM, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 5,70% a.a., já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício estabelecidos pela Portaria nº 197, de 14/04/2015, considerando a duração do passivo do Plano de Benefício Definido de 11,3 anos, apurada na Avaliação Atuarial de 31/12/2014.

Com base no exposto, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a alteração da taxa real anual de juros de 5,50% a.a. para 5,70% a.a.

A duração do passivo apurada na Avaliação Atuarial de 31/12/2015 é de 10,87 anos.

As alterações das hipóteses atuariais mencionadas acima acarretaram na redução de aproximadamente R\$ 278.790.000 (2%) nas Provisões Matemáticas de benefício definido do plano.

Na tabela a seguir são apresentados os impactos separadamente:

Descrição	Impacto - R\$ mil
Alteração da hipótese de crescimento salarial	8.806
Alteração da hipótese de entrada em aposentadoria	(15.724)
Alteração da hipótese de taxa real anual de juros	(271.876)
Total	(278.794)

Informamos que, excetuada as alterações nas hipóteses atuariais mencionadas acima, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado foi o Idade Normal de Entrada para a avaliação de todos os benefícios do Plano de Benefício Definido.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefício Definido.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.



4

Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, a composição das Provisões Matemáticas em 31/12/2015 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social posicionados em 31/12/2015.

Conta	Nome	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	11.335.137.218,32
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	11.214.900.673,09
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	13.091.424.440,00
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	10.435.631.391,00
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	10.435.631.391,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	9.811.623.708,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	624.007.683,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	2.655.793.049,00
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	-
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	-
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	2.610.665.115,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	2.752.516.754,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	70.925.819,50
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	70.925.819,50
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	45.127.934,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	51.197.230,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	3.034.648,00
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	3.034.648,00

Conta	Nome	R\$
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado - Total	-
2.3.1.1.03.02.00.1	(-) Déficit Equacionado - anterior a 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.02.00.2	(-) Déficit Equacionado - 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es) - Total	-
2.3.1.1.03.02.01.1	(-) Patrocinador(es) - anterior a 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.02.01.2	(-) Patrocinador(es) - 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes - Total	-
2.3.1.1.03.02.02.1	(-) Participantes - anterior a 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.02.02.2	(-) Participantes - 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos - Total	-
2.3.1.1.03.02.03.1	(-) Assistidos - anterior a 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.02.03.2	(-) Assistidos - 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(1.876.523.766,91)
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(1.876.523.766,91)
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	1.876.523.766,91
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	120.236.545,23
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	59.867.453,13
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	60.369.092,10

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano de Benefício Definido vigente em 31/12/2015, Plano este que se encontra em extinção.

Durante o exercício de 2015 o Regulamento do Plano de Benefício Definido sofreu importante alteração com relação à fórmula de contribuição dos Participantes, Patrocinadoras e Assistidos.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas, observamos ainda o que se segue:

- a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).
- d) As provisões referentes à futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).
- e) As provisões referentes à pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefício Definido avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social.

Variação nas Provisões Matemáticas

A Provisão Matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2014, sofreu um aumento em aproximadamente 5%, quando comparada com a Provisão Matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

O aumento nas Provisões Matemáticas se deve, principalmente, a perdas atuariais ocorridas durante o exercício de 2015.



Por outro lado, as alterações das hipóteses atuariais mencionadas anteriormente resultaram em uma redução do passivo, quando comparado com o passivo reavaliado com as mesmas hipóteses de 2014.

Natureza do Resultado

Os principais fatores que levaram à constituição do Déficit em 31/12/2015 foram: perdas atuariais, alteração no plano de custeio ocorrida durante o exercício de 2015 e rentabilidade (4,87%) abaixo da meta atuarial (17,40%), sendo, portanto, de natureza conjuntural e estrutural.

Além dos fatores expostos acima, as alterações das hipóteses de crescimento salarial, entrada em aposentadoria e taxa de juros também impactaram o resultado. Enquanto a primeira alteração ocasionou aumento do déficit, as outras duas alterações causaram redução.

Na avaliação atuarial de 31/12/2015 foi apurado déficit no valor de R\$1.876.523.766,91 que será mantido na conta de Déficit Técnico Acumulado.

Até o final do exercício de 2016 deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento da parcela excedente ao limite estabelecido pelo Artigo 28º da Resolução CGPC nº 26/2008, considerado o ajuste de precificação, respeitando o valor mínimo de 1% das provisões matemáticas.

O plano de equacionamento de déficit deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo e disponibilizado aos participantes, as patrocinadoras e ao órgão fiscalizador.

Variação do Resultado

No exercício de 2014 o Plano de Benefício Definido encontrava-se superavitário, no entanto, a situação de equilíbrio se reverteu em um déficit em função de perdas atuariais, alteração no plano de custeio ocorrida durante o exercício de 2015 e da rentabilidade ter sido inferior à meta atuarial, conforme exposto anteriormente.



5

Plano de Custeio para o Exercício de 2016

Custos

O método atuarial adotado para a apuração dos compromissos deste plano prevê o plano de custeio descrito a seguir:

Descrição	Custo em % da folha de salário de contribuição (sem limite)	Custo em % da folha de salário de contribuição (limitado)	Custo em R\$ de 31/12/2015
Custo Normal	8,26%	10,63%	31.626.866
Aposentadorias	7,23%	9,29%	27.659.589
Invalidez	0,10%	0,13%	386.786
Pensão por Morte	0,15%	0,20%	588.169
Pecúlio por Morte	0,09%	0,11%	334.768
Desligamento	0,69%	0,90%	2.657.554
Extraordinária - Amortização do Déficit	0,00%	0,00%	-
Administrativo	0,00%	0,00%	-
Custo Total	8,26%	10,63%	31.626.866

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2015. Ressaltamos que durante o ano de 2016, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação e regulamento vigentes, as Patrocinadoras e os Participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Benefício Definido com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de contribuição (sem limite)	Contribuição em % da folha de salário de contribuição (limitado)	Contribuição em R\$ de 31/12/2015
Contribuição Normal	7,18%	9,23%	27.477.792

Participantes Ativos

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de contribuição (sem limite)	Contribuição em % da folha de salário de contribuição (limitado)	Contribuição em R\$ de 31/12/2015
Contribuição Normal	7,18%	9,23%	27.477.792

As contribuições dos Participantes Ativos serão definidas pela aplicação das seguintes alíquotas sobre o Salário Real de Contribuição:

Descrição	Alíquota de Contribuição
1ª Faixa: até ½ LMSC ⁽¹⁾	1,5%
2ª Faixa: de ½ LMSC a 1 LMSC	3%
3ª Faixa: acima de 1 LMSC	9%

⁽¹⁾ LMSC: Teto do Salário de Contribuição da Previdência Social.

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o término do vínculo empregatício, destinadas ao custeio dos benefícios.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os Participantes que estão aguardando o Benefício Proporcional Diferido deverão efetuar contribuições para custeio dos benefícios de risco correspondente a 0,44% aplicado sobre o Benefício Proporcional calculado.

Participantes Assistidos

Descrição	Contribuição em % da folha de benefícios	Contribuição em R\$ de 31/12/2015
Contribuição Normal	2,04%	16.133.711

As contribuições dos Participantes Assistidos, com exceção dos Pensionistas, serão definidas pela aplicação das seguintes alíquotas sobre o Salário Real de Contribuição:

Descrição	Alíquota de Contribuição
1ª Faixa: até ½ LMSC ⁽⁹⁾	0,5%
2ª Faixa: de ½ LMSC a 1 LMSC	1%
3ª Faixa: acima de 1 LMSC	3%

⁽⁹⁾ LMSC: Teto do Salário de Contribuição da Previdência Social.

Vigência do Plano de Custeio

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 01/04/2016.



6

Conclusão

Certificamos que o Plano de Benefício Definido da Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social está deficitário em 31/12/2015.

Durante o exercício de 2016 será elaborado e aprovado o plano de equacionamento da parcela excedente ao limite estabelecido pelo Artigo 28º da Resolução CGPC nº 26/2008, considerado o ajuste de precificação, respeitando o valor mínimo de 1% das Provisões Matemáticas.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2016.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.



Jorge João da Silveira Sobrinho
MIBA nº 920



Mercer
Av. Dr. Chucri Zaidan, 920, 11º andar
São Paulo, SP, Brasil
CEP 04583-904
+55 11 3048 1800

Mercer
Rua da Quitanda, 86, 2º andar, Sala 202
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
CEP 20091-005
+ 55 21 3806 1100

Parecer Atuarial
Plano de Contribuição Definida
Real Grandeza Fundação de Previdência e
Assistência Social
11 de março de 2016

CONTEÚDO


1. Introdução.....	1
2. Perfil dos Participantes	2
• Qualidade da Base Cadastral.....	2
• Participantes Ativos.....	2
• Participantes Autopatrocinados	3
• Participantes aguardando Benefício Proporcional Diferido.....	3
• Participantes Assistidos e Beneficiários	3
3. Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados	5
• Principais Riscos Atuariais	6
• Adequação dos Métodos de Financiamento.....	7
4. Posição das Provisões Matemáticas.....	8
• Variação nas Provisões Matemáticas.....	10
• Natureza do Resultado.....	11
• Variação do Resultado	11
5. Plano de Custeio para o Exercício de 2016	12
• Custos.....	12
• Contribuições	12
• Vigência do Plano de Custeio	14
6. Conclusão.....	15



1

Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Contribuição Definida, administrado pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras Furnas Centrais Elétricas S.A. e Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social em 31/12/2015.



2

Perfil dos Participantes

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Autopatrocinados, aguardando Benefício Proporcional Diferido, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 31/08/2015.

Qualidade da Base Cadastral

Os dados individuais foram fornecidos pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a Entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

Participantes Ativos

Descrição	
Número	2.522
Idade Média (anos)	44,7
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	9,3
Tempo Médio de Contribuição (anos)	8,8
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	15,9
Salário Real de Benefício Médio (R\$)	12.362
Salário Real de Contribuição Médio - sem PL (R\$)	10.662
Folha Anual de Salário de Contribuição Médio - sem PL (R\$) - 13 vezes	349.549.013

Participantes Autopatrocinados

Descrição	
Número	30
Idade Média (anos)	40,6
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	3,8
Tempo Médio de Contribuição (anos)	9,6
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	19,4
Salário Real de Benefício Médio (R\$)	6.399
Salário Real de Contribuição Médio - sem PL (R\$)	7.079
Folha Anual de Salário de Contribuição - sem PL (R\$) - 13 vezes	2.760.990

Participantes aguardando Benefício Proporcional Diferido

Descrição	
Número	26
Idade Média (anos)	41,6
Benefício Mensal Médio (R\$) ^(*)	N/A

^(*) Os benefícios serão calculados quando da concessão do benefício, conforme Regulamento em vigor.

Participantes Assistidos e Beneficiários

Descrição	
Aposentados	
Número	89
Idade Média (anos)	62,3
Benefício Mensal Médio (R\$)	2.009
Aposentados Inválidos	
Número	11
Idade Média (anos)	58,0
Benefício Mensal Médio (R\$)	1.406
Beneficiários	
Número	25
Idade Média (anos)	50,4
Benefício Mensal Médio (R\$)	2.243
Total	
Número	125
Idade Média (anos)	59,5

Descrição	
Benefício Mensal Médio (R\$)	2.003

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/08/2015. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2015, refletindo o conceito de capacidade.



3

Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5,61% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ^{(1) (2)}	3,73% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0,00% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽³⁾	1,00% a.a.
Tábua de mortalidade geral ⁽⁴⁾	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas
Tábua de entrada em aposentadoria ⁽⁵⁾	Experiência Real Grandeza
Outras hipóteses biométricas utilizadas ⁽⁶⁾	Composição Familiar

⁽¹⁾ O indexador utilizado é o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

⁽²⁾ A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.

⁽³⁾ A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base na expectativa futura das Patrocinadoras sobre desligamentos de participantes do Plano.

Informamos que, conservadoramente, será admitido que o participante, ao se desligar do plano, opte pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido.

⁽⁴⁾ Foi utilizada a tábua AT-2000, segregada por sexo, suavizada em 10%.

- ⁽¹⁵⁾ A hipótese adotada reflete a experiência verificada na Entidade que é de 50% ao completar 55 anos de idade e 10 anos de serviço, 15% entre essa data e a data da aposentadoria normal e 100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal (60 anos de idade e 10 anos de serviço).
- ⁽¹⁶⁾ Considera-se que 90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos. Para os aposentados e pensionistas considera-se a composição familiar real informada.

Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na mortalidade e na entrada em invalidez, por se tratar de um plano na modalidade de contribuição variável, no qual os benefícios afetados pelas hipóteses adotadas são a renda mensal vitalícia e a projeção de contribuição de Patrocinadora, nos casos de morte ou invalidez e benefício mínimo.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados, que tomaram como base a população existente no Plano administrado pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado na Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social.

Informamos que a hipótese de crescimento salarial real foi alterada de 4,81% a.a. para 3,73% a.a. com o objetivo de refletir mais fielmente a expectativa de concessão de aumentos salariais reais pelas Patrocinadoras.

O fator de capacidade para salários e benefícios foi alterado de 1,00 para 0,98 no intuito de refletir mais fielmente o impacto da inflação no longo prazo.

A tábua de entrada em aposentadoria também foi alterada com o objetivo de ajustar a expectativa de eventos ao comportamento observado na massa de participantes.

Adicionalmente, ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer que foi contratada pela Entidade para elaboração dos estudos de ALM, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 5,61% a.a., já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício estabelecidos pela Portaria nº 197, de 14/04/2015, considerando a duração do passivo do Plano de Contribuição Definida de 10,2 anos, apurada na Avaliação Atuarial de 31/12/2014.

Com base no exposto, a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo aprovaram a alteração da taxa real anual de juros de 5,50% a.a. para 5,61% a.a.

A duração do passivo apurada na Avaliação Atuarial de 31/12/2015 é de 9,45 anos.



As alterações das hipóteses atuariais mencionadas acima acarretaram na redução de aproximadamente R\$ 6.637.000 (11%) nas Provisões Matemáticas de benefício definido do plano.

Na tabela a seguir são apresentados os impactos separadamente:

Descrição	Impacto - R\$ mil
Alteração da hipótese de crescimento salarial	(2.225)
Alteração da hipótese de entrada em aposentadoria	(2.724)
Alteração da hipótese de taxa real anual de juros	(529)
Alteração do fator de capacidade	(1.159)
Total	(6.637)

Informamos que, excetuada as alterações nas hipóteses atuariais mencionadas acima, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado foi o "Capitalização Financeira Individual" para a avaliação de todos os benefícios do Plano de Contribuição Definida, exceto os benefícios de Projeção de Saldo por Invalidez e Morte e Benefício Mínimo, que foram avaliados pelo método "Crédito Unitário Projetado".

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Contribuição Definida.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.



4

Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, a composição das Provisões Matemáticas em 31/12/2015 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social posicionados em 31/12/2015.

Conta	Nome	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	671.678.676,70
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	652.642.473,43
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	655.057.169,29
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	32.079.667,12
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	7.481.780,12
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	7.481.780,12
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	24.597.887,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	12.796.279,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	11.801.608,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	632.707.975,74
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	604.828.050,74
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	262.368.950,99
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	342.459.099,75
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	594,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.318,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	724,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	27.879.331,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	46.191.899,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	18.312.568,00
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-

Conta	Nome	R\$
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	9.730.473,57
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado - Total	9.730.473,57
2.3.1.1.03.02.00.1	(-) Déficit Equacionado - anterior a 31/12/2015	9.730.473,57
2.3.1.1.03.02.00.2	(-) Déficit Equacionado - 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es) - Total	4.868.070,34
2.3.1.1.03.02.01.1	(-) Patrocinador(es) - anterior a 31/12/2015	4.868.070,34
2.3.1.1.03.02.01.2	(-) Patrocinador(es) - 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes - Total	4.816.629,90
2.3.1.1.03.02.02.1	(-) Participantes - anterior a 31/12/2015	4.816.629,90
2.3.1.1.03.02.02.2	(-) Participantes - 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos - Total	45.773,33
2.3.1.1.03.02.03.1	(-) Assistidos - anterior a 31/12/2015	45.773,33
2.3.1.1.03.02.03.2	(-) Assistidos - 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(2.414.695,86)
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(2.414.695,86)
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	2.414.695,86
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	19.036.203,27
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	16.913.400,59
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	2.122.802,68

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano de Contribuição Definida vigente em 31/12/2015, Plano este que se encontra em manutenção.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas, observamos ainda o que se segue:

- a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).
- d) As provisões referentes à futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).
- e) As provisões referentes à pensão por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Contribuição Definida avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social.

Variação nas Provisões Matemáticas

A Provisão Matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2014, sofreu um aumento em aproximadamente 9%, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

O aumento nas Provisões Matemáticas se deve, principalmente, a perdas atuariais ocorridas durante o exercício de 2015.

Por outro lado, as alterações das hipóteses atuariais mencionadas anteriormente resultaram em uma redução do passivo, quando comparado com o passivo reavaliado com as mesmas hipóteses de 2014.



Natureza do Resultado

O principal fator que levou à constituição do Déficit em 31/12/2015 foi a rentabilidade do Plano (1,72%) ter sido inferior à meta atuarial (16,77%), sendo, portanto, de natureza conjuntural.

Além do fator exposto acima, as alterações das hipóteses de crescimento salarial, entrada em aposentadoria, taxa de juros e fator de capacidade também impactaram o resultado. Todas as alterações causaram redução no Déficit.

Na avaliação atuarial de 31/12/2015 foi apurado déficit no valor de R\$ 2.414.695,86 que será mantido na conta de Déficit Técnico Acumulado, por não ter excedido ao limite estabelecido pelo Artigo 28º da Resolução CGPC nº 26/2008.

Variação do Resultado

A situação deficitária do Plano foi agravada em função da rentabilidade não ter sido favorável no exercício de 2015.



5

Plano de Custeio para o Exercício de 2016

Custos

O método atuarial adotado para a apuração dos compromissos deste plano prevê o plano de custeio descrito a seguir:

Descrição	Custo em % da folha de salário de contribuição (sem PL)	Custo em R\$ de 31/12/2015
Custo Normal	17,80%	70.448.072
Aposentadorias	17,11%	67.740.413
Invalidez	0,32%	1.256.096
Pensão por Morte	0,36%	1.451.473
Benefício Mínimo	0,00%	90
Extraordinária - Amortização do Déficit	0,20%	795.879
Déficit Equacionado antes de 31/12/2015	0,20%	795.879
Déficit Equacionado - 31/12/2015	0,00%	-
Administrativo	0,74%	2.932.580
Custo Total	18,74%	74.176.531

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2015. Ressaltamos que durante o ano de 2016, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação e Regulamento vigentes, as Patrocinadoras e os Participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Contribuição Definida com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de contribuição (sem PL)	Contribuição em R\$ de 31/12/2015
Contribuição Normal	8,53%	33.757.746
Aposentadorias	7,85%	31.050.087
Invalidez	0,32%	1.256.096
Pensão por Morte	0,36%	1.451.473
Benefício Mínimo	0,00%	90
Extraordinária - Amortização do Déficit	0,10%	395.903
Déficit Equacionado antes de 31/12/2015	0,10%	395.903
Déficit Equacionado - 31/12/2015	0,00%	-
Administrativo	0,74%	2.932.580
Contribuição Total	9,37%	37.086.229

Esclarecemos que os prazos adotados para amortização da subconta Déficit Equacionado (anterior a 31/12/2015) correspondem a 26 anos, para déficit correspondente aos benefícios concedidos, e 19 anos referente ao déficit correspondente aos benefícios a conceder e são os prazos remanescente daqueles que vinham sendo adotados nas avaliações anteriores (27 anos e 20 anos, respectivamente, contados a partir de 31/12/2014).

A Contribuição Complementar de 7,99% do valor da Contribuição Básica do Participante será descontada da contribuição da Patrocinadora, representando 0,74% da folha de salário de contribuição. Esta contribuição é destinada ao financiamento das Despesas Administrativas do Plano.

Participantes Ativos

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de contribuição (sem PL)	Contribuição em R\$ de 31/12/2015
Contribuição Normal	9,27%	36.690.326
Extraordinária - Amortização do Déficit	0,10%	395.903
Déficit Equacionado antes de 31/12/2015	0,10%	395.903
Déficit Equacionado - 31/12/2015	0,00%	-
Contribuição Total	9,37%	37.086.229

Esclarecemos que o prazo adotado para amortização da subconta Déficit Equacionado (anterior a 31/12/2015) corresponde a 19 anos e é o prazo remanescente daquele que vinha sendo adotado nas avaliações anteriores (20 anos contados a partir de 31/12/2014).

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o término do vínculo empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios, acrescidas da taxa de administração.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os Participantes que estão aguardando o Benefício Proporcional Diferido deverão efetuar contribuições para cobertura das despesas administrativas sobre o último salário de contribuição do mês anterior à data do término do vínculo empregatício.

Participantes Assistidos (Renda Vitalícia)

Descrição	Contribuição em % da folha de benefícios	Contribuição em R\$ de 31/12/2015
Extraordinária - Amortização do Déficit	0,23%	4.073
Déficit Equacionado antes de 31/12/2015	0,23%	4.073
Déficit Equacionado - 31/12/2015	0,00%	-
Contribuição Total	0,23%	4.073

Esclarecemos que o prazo adotado para amortização da subconta Déficit Equacionado (anterior a 31/12/2015) corresponde a 26 anos e é o prazo remanescente daquele que vinha sendo adotado nas avaliações anteriores (27 anos contados a partir de 31/12/2014).

Vigência do Plano de Custeio

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 01/04/2016.



6

Conclusão

Em que pese o plano apresentar resultado deficitário em 2015, o equacionamento deste déficit não é obrigatório, dado que o mesmo é inferior ao limite estabelecido no Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008. O plano de equacionamento definido no encerramento do exercício de 2014 será mantido.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2016.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.


Jorge João da Silveira Sobrinho
MIBA nº 920



Mercer
Av. Dr. Chucri Zaidan, 920, 11º andar
São Paulo, SP, Brasil
CEP 04583-904
+55 11 3048 1800

Mercer
Rua da Quitanda, 86, 2º andar, Sala 202
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
CEP 20091-005
+ 55 21 3806 1100